



- R -

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA E PLANEAMENTO REGIONAL

**DESEQUILÍBRIOS REGIONAIS E DINÂMICAS
TERRITORIAIS DO ALGARVE: Uma Contribuição
Para a Minimização de um Problema**

49439



**ORIENTADORA:
PROFESSORA DOUTORA REGINA SALVADOR**

**MESTRANDA:
SUSANA PAULA PIRES MACHADO ANACLETO**



DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA E PLANEAMENTO REGIONAL - GESTÃO DO TERRITÓRIO

DEZEMBRO 1997

**DESEQUILÍBRIOS REGIONAIS E DINÂMICAS
TERRITORIAIS DO ALGARVE: Uma Contribuição
Para a Minimização de um Problema**

*Dissertação de Mestrado em Geografia e Planeamento Regional - Gestão do
Território de acordo com o Decreto-Lei nº 216/92, de 13 de Outubro e Despacho
R/SAc/31/95 de 28 de Agosto publicado em Diário da República, 2ª Série, Lisboa,
(198) 28 Agosto 1995*

Índice

*"Aprender é descobrir aquilo que já sabemos e ensinar
é lembrar aos outros que eles sabem tanto como nós."*
(BACH, 1977)

ÍNDICE	a
<u>AGRADECIMENTOS.....</u>	i
INTRODUÇÃO - DESEQUILÍBRIOS REGIONAIS E DINÂMICAS TERRITORIAIS DO ALGARVE: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A MINIMIZAÇÃO DE UM PROBLEMA...I	
A) RAZÕES DA ESCOLHA DO TEMA.....	I
B) O PROBLEMA	II
C) OBJECTIVOS.....	III
D) ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	III
CAPÍTULO 1 - ALGARVE: O OUTRO REINO DE PORTUGAL.....	1
1.1. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO.....	1
1.2 - ABORDAGEM AO MODELO ECONÓMICO DO ALGARVE	5
1.2.1 - SECTOR PRIMÁRIO	16
a) Agricultura, Silvicultura e Pecuária.....	16
b) Pesca	20
c) Indústria Extractiva	23
1.2.2 - SECTOR SECUNDÁRIO.....	24
a) Indústria Transformadora	25
b) Construção e Obras Públicas.....	29
1.2.3. SECTOR TERCIÁRIO	31
a) Turismo.....	31
b) Outros Serviços.....	41
CAPÍTULO 2 - DINÂMICAS DE TRANSFORMAÇÃO TERRITORIALMENTE DIFERENCIADAS.....	43
2.1 - A VARIÁVEL "ESPAÇO" E A SUA INFLUÊNCIA NOS DESEQUILÍBRIOS REGIONAIS	43
2.2 - Os DESEQUILÍBRIOS REGIONAIS NO CONTEXTO DAS TEORIAS DE DIVERGÊNCIA REGIONAL.....	52
2.3 - DIVERGÊNCIA REGIONAL: LIGAÇÃO ENTRE AS TEORIAS E OS PARADIGMAS GEOGRÁFICOS.....	59

2.4 - DINÂMICAS TERRITORIALMENTE DIFERENCIADAS DO ESPAÇO GEOGRÁFICO ALGARVIO	67
2.4.1. <i>Uma visão do Modelo Territorial do Algarve</i>	70
2.4.2. <i>Agrupamento das Áreas Pré-Definidas</i>	71
A1) "Algarve Litoral" (as "Ilhas")	78
- Albufeira, Faro, Lagoa, Lagos, Olhão e Portimão	78
A2) "Pequenas Ilhas"	81
- Loulé, São Brás de Alportel, Silves, Tavira, Vila do Bispo e V.R. Sto. António	81
A3) "Áreas Submersas"	84
- Alcoutim, Aljezur, Castro Marim e Monchique	84
2.4.3. <i>Estimativas do Crescimento Populacional</i>	86
2.4.4. <i>Conclusão</i>	88
CAPÍTULO 3 - INQUÉRITO ÀS EMPRESAS ALGARVIAS	89
3.1. OBJECTIVOS	89
3.2. METODOLOGIA ADOPTADA	89
3.3. ESTRUTURA DO INQUÉRITO	91
CAPÍTULO 4 - A POLÍTICA REGIONAL E A SUA IMPORTÂNCIA NAS DINÂMICAS TERRITORIAIS DIFERENCIADAS	117
4.1. <i>Contexto e Objectivos da Política Regional</i>	121
4.1.1. <i>O caso do Reino Unido</i>	121
4.1.2. <i>Justificação de uma Política Regional Comunitária</i>	125
4.1.3. <i>O caso da União Europeia</i>	129
4.1.3.1. <i>A Política Regional nos Países da União Europeia</i>	130
4.1.4. <i>Análise e Prospectiva da Região Algarve</i>	137
4.1.4.1. <i>Os instrumentos para um planeamento desejado (ou possível)</i>	139
4.1.4.2. <i>Confrontação</i>	146
4.1.4.3. <i>A execução financeira do PROA</i>	148
4.1.4.4. <i>A distribuição das intervenções no PROA</i>	151
4.1.4.5. <i>A distribuição geográfica do PROA</i>	151
4.1.4.6. <i>A Análise do II QCA como um todo</i>	156
4.1.4.7. <i>Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROT Algarve)</i>	158
4.1.4.8. <i>Principais linhas de acção do PROT Algarve</i>	159
CAPÍTULO 5 - SÍNTESE E CONCLUSÕES	162
BIBLIOGRAFIA GERAL	169

ÍNDICE DE QUADROS

CAPÍTULO 1

QUADRO 1.1- EVOLUÇÃO DO PIBPME DO VABPM - 1990, 1991 E 1992	7
QUADRO 1. 2 - VABPM SEGUNDO A NACE - CLIO RR17 DE 1992 E VARIAÇÃO ENTRE 1990-1992.....	10
QUADRO 1. 3 - PRINCIPAIS INDICADORES DAS CONTAS REGIONAIS EM 1992	10
QUADRO 1. 4 - POPULAÇÃO ACTIVA, EMPREGADA, DESEMPREGADA,.....	11
QUADRO 1. 5 - QUOCIENTES DE LOCALIZAÇÃO - 1996	15
QUADRO 1. 6 - ALGUNS INDICADORES DA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA, 1992/1994.....	26
QUADRO 1. 7 - INDÚSTRIA TRANSFORMADORA, EM 1992 E 1994.....	27
QUADRO 1. 8 - SÍNTESE DAS PRINCIPAIS VARIÁVEIS DO SECTOR DE "CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS"	
ENTRE 1990 E 1994	31
QUADRO 1. 9 - EVOLUÇÃO DO PREÇO MÉDIO POR DORMIDA.....	34
QUADRO 1.10 - EVOLUÇÃO DAS ENTRADAS DE ESTRANGEIROS NO ALGARVE	35
QUADRO 1. 11 - CAPACIDADE DE ALOJAMENTO, 1992 - 1995.....	36
QUADRO 1. 12 - EVOLUÇÃO DAS DORMIDAS NA HOTELARIA GLOBAL NO ALGARVE	37
QUADRO 1. 13 - DORMIDAS NA HOTELARIA POR PAÍSES DE RESIDÊNCIA.....	37
QUADRO 1. 14 - TAXA DE OCUPAÇÃO, 1994	38
QUADRO 1. 15 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE OCUPAÇÃO NA HOTELARIA GLOBAL.....	38
QUADRO 1. 16 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS NO ALGARVE	39
QUADRO 1. 17- EVOLUÇÃO DA TAXA DE OCUPAÇÃO NA HOTELARIA GLOBAL, POR CONCELHOS	41

CAPÍTULO 2

QUADRO 2.4. 1 - INDICADORES DEMOGRÁFICOS.....	72
QUADRO 2.4. 2- POPULAÇÃO RESIDENTE, DENSIDADES POPULACIONAIS E TAXA DE CRESCIMENTO,	
SEGUNDO AS ÁREAS PRÉ-DEFINIDAS, 1981, 1991 E 1995.....	77
QUADRO 2.4. 3- ALUNOS INSCRITOS NA UNIVERSIDADE DO ALGARVE.....	80
QUADRO 2.4.4- PROECÇÃO DEMOGRÁFICA PARA A NUT ALGARVE.....	86
QUADRO 2.4. 5 - PROECÇÕES DEMOGRÁFICAS E TAXAS DE CRESCIMENTO, POR CONCELHOS.....	87

CAPÍTULO 3

QUADRO 3. 1 - IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA.....	92
QUADRO 3. 2 - MUNICÍPIOS DE LOCALIZAÇÃO DAS SEDES.....	93
QUADRO 3. 3- CARACTERIZAÇÃO ECONÓMICA DA EMPRESA.....	95
QUADRO 3. 4 - VOLUME DE EMPREGO	96
QUADRO 3. 5- VOLUME DE VENDAS.....	96

QUADRO 3. 6 - IMPORTÂNCIA DE ALGUNS FACTORES PARA A LOCALIZAÇÃO DA SEDE E/OU DAS FILIAIS.....	97
QUADRO 3. 7 - OS FACTORES MAIS IMPORTANTES QUE CONDICIONARAM A LOCALIZAÇÃO DA SEDE E DAS FILIAIS, ANTES E DEPOIS DA DATA DE ADESÃO DE PORTUGAL À CEE.....	101
QUADRO 3. 8 - PESO DOS FACTORES MAIS IMPORTANTES QUE CONDICIONARAM A LOCALIZAÇÃO DA SEDE E DAS FILIAIS, <u>ANTES DA DATA</u> DE ADESÃO DE PORTUGAL À CEE:	102
QUADRO 3. 9 - PESO DOS FACTORES MAIS IMPORTANTES QUE CONDICIONARAM A LOCALIZAÇÃO DA SEDE E DAS FILIAIS, <u>DEPOIS DA DATA</u> DE ADESÃO DE PORTUGAL À CEE:.....	103
QUADRO 3. 10 - OS FACTORES DE LOCALIZAÇÃO QUE SERIAM DETERMINANTES, CASO DECIDISSE CRIAR UMA NOVA EMPRESA NO FUTURO	106
QUADRO 3. 11- VARIAÇÃO DA IMPORTÂNCIA DO FACTOR DE LOCALIZAÇÃO	107
QUADRO 3. 12 - CONCELHOS DE PREFERÊNCIA PARA CRIAÇÃO DE UMA NOVA EMPRESA.....	109
QUADRO 3. 13 - CONHECIMENTO DE INCENTIVOS FINANCEIROS	111
QUADRO 3. 14 - GRAU DE CONHECIMENTO	112
QUADRO 3. 15 - PERCENTAGEM DAS CANDIDATURAS APRESENTADAS.....	112
QUADRO 3. 16 - INCENTIVOS EM QUE OS INQUIRIDOS APRESENTARAM CANDIDATURAS	113
QUADRO 3. 17 - DIFICULDADES ENCONTRADAS	114
QUADRO 3. 18 - APROVAÇÃO DA(S) CANDIDATURA(S).....	114
QUADRO 3. 19 - MOTIVO PELO QUAL AS CANDIDATURAS NÃO FORAM APROVADAS	114
QUADRO 3. 20 - MOTIVOS QUE LEVARAM O INQUIRIDO A NÃO SE CANDIDATAR.....	115
 CAPÍTULO 4	
QUADRO 4. 1- ÁREAS ABRANGIDAS PELOS FUNDOS ESTRUTURAIS	131
QUADRO 4. 2 - CARACTERÍSTICAS DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS “REGIONAIS” DE ALGUNS PAÍSES EUROPEUS.....	133
QUADRO 4. 3 - DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTO PÚBLICO	146
QUADRO 4. 4 - CONFRONTAÇÃO OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS VS ESTRUTURA DO PROA	148
QUADRO 4. 5 - EXECUÇÃO DO PROA EM FUNÇÃO DA PROGRAMAÇÃO PARA 1994-1999.....	149
QUADRO 4. 6 - INVESTIMENTO REALIZADO POR CONCELHO E SUB-PROGRAMA (%)	152
QUADRO 4. 7 - INVESTIMENTO ELEGÍVEL APROVADO NO ÂMBITO DO II QCA PARA A REGIÃO DO ALGARVE.....	157

ÍNDICE DE FIGURAS

CAPÍTULO 1

FIGURA 1. 1 - VISTA PANORÂMICA DA SERRA.....	2
FIGURA 1. 2 - VISTA PANORÂMICA DO BARROCAL.....	3
FIGURA 1. 3 - VISTA PANORÂMICA DO LITORAL	3
FIGURA 1. 4 - POPULAÇÃO ACTIVA ALGARVIA, POR SECTORES DE ACTIVIDADE EM 1991 (%).....	11
FIGURA 1. 5 - POPULAÇÃO ACTIVA EMPREGADA POR SECTORES DE ACTIVIDADE POR CONCELHOS, 1991 ..	13
FIGURA 1. 6 - MOSAICO FUNCIONAL DA REGIÃO DO ALGARVE	14
FIGURA 1. 7 - RECEITAS DO TURISMO POR REGIÕES, 1995	32
FIGURA 1. 8 - GASTO MÉDIO POR TURISTA / DIA.....	33
FIGURA 1. 9 - VOLUME DE ENTRADAS DE ESTRANGEIROS NO ALGARVE.....	34
FIGURA 1. 10 - HÓSPEDES POR PAÍSES DE ORIGEM, EM 1995 (%).....	35
FIGURA 1. 11 - PERCENTAGEM DE DORMIDAS NA HOTELARIA, POR PAÍSES DE ORIGEM	37

CAPÍTULO 2

FIGURA 2.4.1 - ESTRUTURA ESPACIAL DO MERCADO DE TRABALHO.....	73
FIGURA 2.4.2 - EVOLUÇÃO DAS DENSIDADES POPULACIONAIS NA NUT ALGARVE, 1981, 1991 E 1995.....	74
FIGURA 2.4.3- DIVISÃO DO TERRITÓRIO ALGARVIO SEGUNDO AS ÁREAS PRÉ-DEFINIDAS, 1995.....	77
FIGURA 2.4.4- OCUPAÇÃO URBANA DO LITORAL	78
FIGURA 2.4.5 - PANORÂMICA DO CENTRO URBANO DE LOULÉ.....	82

CAPÍTULO 3

FIGURA 3. 1- NÚMERO DE INQUÉRITOS RECEBIDOS POR CONCELHOS	94
FIGURA 3. 2 - VARIAÇÃO DOS FACTORES DE LOCALIZAÇÃO	100
FIGURA 3. 3 - NÚMERO DE VEZES QUE O CONCELHO FOI REFERIDO COMO DE PREFERÊNCIA PARA A CRIAÇÃO DE UMA NOVA EMPRESA	108

CAPÍTULO 4

FIGURA 4. 1 - ACESSIBILIDADE - TRANSPORTE PÚBLICO	143
FIGURA 4. 2 - ESPAÇOS CANAIS (EIXOS).....	144
FIGURA 4. 3 - TOTAL DE INVESTIMENTO APROVADO POR SUB-PROGRAMAS E POR CONCELHOS. SITUAÇÃO EM 30/11/96	150
FIGURA 4. 4 - INVESTIMENTO ELEGÍVEL POR CONCELHO. SITUAÇÃO EM 30/11/96.....	153
FIGURA 4. 5 - NÚMERO DE PROJECTOS POR CONCELHOS. SITUAÇÃO EM 30/11/96	154
FIGURA 4. 6 - DIMENSÃO MÉDIA DOS PROJECTOS, SEGUNDO O INVESTIMENTO APROVADO. SITUAÇÃO EM 30/11/96.....	155

AGRADECIMENTOS

"Quando a preguiça se apodera de ti, imagina como te sentes quando consegues fazer as coisas bem e a tempo e horas. Lembra-te que «começar bem um trabalho é meio caminho andado para o terminar». E depois põe mãos à obra." (Daniel Grippo, 1995:11)

O Estudo que aqui se apresenta é um troço importante da caminhada percorrida ao longo da minha formação académica e que hoje ultrapassa mais um obstáculo. É uma obra que partiu de um processo de pesquisa que, para além do «*bairrismo*» algarvio sempre presente na minha pessoa, possibilitou um evidente aprofundamento de conhecimentos sobre o tema estudado e de outros inerentes, bem como uma melhor preparação no domínio da investigação/pesquisa de âmbito regional e local, cujo conjunto de experiência alargou o meu horizonte profissional e pessoal.

Os trabalhos preparatórios iniciaram-se em meados de Fevereiro de 1996, no âmbito do curso de Mestrado em Geografia e Planeamento Regional - Gestão do Território, mas que por questões que se prendem à vida profissional e pessoal foram preteridos (com alguma amargura) para um segundo plano. Contudo, a importância do estudo em si, o seu significado na minha formação académica e profissional e o incentivo de entes queridos, impuseram à minha pessoa um esforço de trabalho que implicou muita satisfação pessoal e ... alguns desencantos, hoje ultrapassados.

Como seria de esperar num trabalho desta natureza, a configuração inicial deste estudo até à sua finalização, sofreu vários processos de reajustamentos que permitiram uma melhor orientação e conclusão dos objectivos a que me propus inicialmente.

Não será de todo descabido, neste momento, prestar os meus agradecimentos a um grande número de pessoas (professores, colegas, familiares, amigos e alunos) e de entidades públicas e privadas que ao longo deste período sempre me apoiaram e incentivaram a ir até ao fim.

Na impossibilidade de agradecer particularmente a todos, expresso a minha gratidão a algumas pessoas sem as quais nunca poderia ter chegado a esta fase tão importante da minha vida.

À Professora Doutora Regina Salvador agradeço a orientação técnica e científica deste estudo, a paciência demonstrada nos períodos de maiores dificuldades, o estímulo, as sugestões e a sua disponibilidade com que desde do início pude contar.

À Professora Doutora Raquel Soeiro de Brito e Professora Doutora Maria José Roxo agradeço a confiança que depositaram numa aluna com formação académica na área do Planeamento, sinal claro dos possíveis e desejáveis entendimentos que se podem estabelecer entre as diversas instituições universitárias com acção/formação no domínio do Ordenamento e Gestão do Território.

Ao Professor Doutor Artur Rosa Pires que, ao estar presente na minha formação académica (licenciatura), possibilitou-me um conjunto de ensinamentos e orientações que em muito ajudaram a concluir o presente estudo.

Ao meu amigo e colega Mestre José Lúcio pelo seu companheirismo, colaboração e sugestões que enriqueceram a presente Dissertação.

Às alunas do Curso de Geografia e Planeamento Regional, Catarina Patriarca e Verónica Oliveira agradeço o auxílio precioso que deram na fase, sempre morosa, do tratamento da informação dos Inquéritos, que serviu de base à presente Dissertação.

Ao Manuel e Bruno Figueiredo agradeço a disponibilidade para a elaboração da parte gráfica da Dissertação.

Cabe também aqui, expressar o meu apreço pelo apoio directo e indirecto, que um conjunto de entidades prestaram, com especial referência à Comissão de Coordenação Regional do Algarve, ao Instituto Nacional de Estatística (Biblioteca e Técnicos), à Câmara Municipal de Loulé e ao pessoal das várias bibliotecas e centros de documentação que percorri.

Deixo expresso, também, um especial agradecimento aos meus amigos que estiveram sempre ao meu lado, apoiando e incentivando, a Miriam, a Sofia, a Lídia, a Catarina, a Ana Paula, o Carlos, o Zaluar, os colegas de trabalho e... os meus alunos que durante este período não reclamaram a minha (menor) atenção e amizade.

Por último, mas não menos importante, desejo expressar um agradecimento muito especial ao Paulo pelo seu carinho e compreensão e aos meus pais por terem acreditado em mim e por estarem sempre presentes nas horas mais difíceis.

A todos... os meus agradecimentos e bem hajam.

Introdução- Desequilíbrios Regionais e Dinâmicas Territoriais do Algarve: Uma contribuição para a minimização de um problema

"Todas as pessoas, todos os acontecimentos da nossa vida estão ali porque os criámos. Aquilo que queremos fazer com eles só depende de nós." (BACH, 1977:1)

O presente trabalho constitui a Dissertação de Mestrado em Geografia e Planeamento Regional - Gestão do Território, realizado no âmbito do respectivo Mestrado do Departamento de Geografia e Planeamento Regional da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Optou-se por dividir esta introdução em quatro partes correspondendo, respectivamente, às razões da escolha do tema, ao problema, aos objectivos fundamentais a alcançar com a realização do presente trabalho e à apresentação da estrutura da Dissertação.

a) Razões da escolha do tema

A motivação em proceder a um estudo sobre a Região do Algarve, constituiu a principal fonte de interesse para empreender uma leitura aprofundada dos padrões em que se processa a estruturação económica / geográfica do território algarvio. Deve-se assinalar que os trabalhos elaborados no contexto da Dissertação representam a continuidade de uma reflexão já iniciada aquando da produção do trabalho final da licenciatura em Planeamento Regional e Urbano da Universidade de Aveiro¹. Deste modo, pode-se considerar como elemento motivador a perspetivação dos caminhos segundo os quais o território algarvio se estruturou, quer na óptica da consolidação do tecido produtivo, quer no contexto do ordenamento do espaço.

Encontra-se já implícito nestas primeiras palavras, as preocupações fundamentais que irão orientar todo o trabalho a desenvolver:

¹ANACLETO, Susana (1993) - "Formas e Procedimentos de Abordagem ao Combate às Desigualdades Territoriais Provocadas pelo Processo de Desenvolvimento: Caso-Estudo do Concelho de Loulé" - Tese de Licenciatura em Planeamento Regional e Urbano, Universidade de Aveiro.

- uma valorização das dinâmicas recentes de transformação do território;
- um enquadramento teórico das questões relativas aos desequilíbrios regionais;
- uma leitura espacial das dinâmicas territorialmente diferenciadas;
- uma análise das tendências de actuação das instituições públicas e privadas no quadro territorial algarvio;

O interesse em propor medidas de minimização de desequilíbrios regionais no Algarve, levou à procura de contributos para a resolução de problemas associados a uma diferenciação de dinâmicas de desenvolvimento.

b) O Problema

O problema que serve de alicerce à presente Dissertação é o - Desenvolvimento assimétrico do território algarvio induzido por dinâmicas territoriais diferenciadas. A consciencialização da existência de assimetrias entre diferentes espaços, é o primeiro passo para a tomada de decisões no interesse da sua minimização, o que para tal fim, implica o conhecimento tão aprofundado quanto possível do território em apreço e das dinâmicas sócio-económicas inerentes.

c) Objectivos

Tendo em conta o tema proposto e o problema em estudo, a presente Dissertação tem como principal objectivo a análise das diferentes dinâmicas territoriais que conduziram a desequilíbrios regionais, fruto de um desenvolvimento económico e social desigual no Algarve e indagar sobre a eficácia da política regional e das medidas programáticas no combate a essas disparidades.

Para a concretização desse objectivo, importa pois, ter em conta outros objectivos não menos importantes:

⇒ Qual o percurso recente do Algarve ao nível económico e ao nível do ordenamento do território;

- ⇒ Qual a eficácia das políticas regionais enquanto instrumentos de combate aos desequilíbrios;
- ⇒ Que contributos para uma estratégia de harmonização de níveis de desenvolvimento no Algarve.

d) Estrutura da Dissertação

Tendo em linha de conta os objectivos de Dissertação do Mestrado, será conveniente, do ponto de vista prático, subdividir as metodologias a empregar de acordo com cada capítulo do trabalho.

Capítulo 1 - Algarve: O Outro Reino de Portugal

Neste capítulo procurou-se enquadrar as dinâmicas do território algarvio num contexto actualizado dos diferentes indicadores sócio-económicos permitindo, assim, uma caracterização dos sectores de actividade e dos padrões de distribuição da população e produção.

A metodologia adoptada passou pela recolha de dados estatísticos recentes e pela leitura de um conjunto de bibliografia que tinham por base a caracterização do espaço territorial algarvio e, por conseguinte, a sua actualização.

Capítulo 2 - Dinâmicas de Transformação Territorialmente Diferenciadas

Para a interpretação das dinâmicas sócio-económicas num determinado espaço territorial, que para a presente dissertação trata-se da região do Algarve, é necessário um enquadramento teórico que permitirá conhecer e escolher os instrumentos ou modelos de intervenção que melhor se adapte à situação de referência. Este enquadramento teórico irá orientar o conhecimento e avaliar os diferentes indicadores que influenciam um desenvolvimento regional territorialmente diferenciado, preconizando no seu interior desequilíbrios regionais.

Assim, o segundo capítulo da presente Dissertação inscreve como objectivos essenciais uma leitura teórica das questões associadas às interligações entre a variável espaço e o

desenvolvimento, tendo como base a leitura dos padrões de desenvolvimento de diferentes parcelas do território, segundo a análise de diferentes modelos de divergência regional de modo a permitir uma abordagem às dinâmicas territorialmente diferenciadas que caracterizam o território algarvio e, assim, identificar um conjunto de atitudes que pela sua homogeneidade conduziram ao agrupamento de espaços com dinâmicas e tendências idênticas.

Para a prossecução de tais objectivos, optou-se pela leitura de alguns textos que versam a temática da teoria de divergência regional, o que permitiu abordar a leitura do território da área em estudo numa perspectiva mais inovadora e actualizada.

Capítulo 3 - Inquérito às Empresas Algarvias

Para uma melhor percepção do dinamismo e dos factores influenciadores das decisões dos empresários algarvios, optou-se pelo lançamento de um inquérito, abrangendo todos os sectores da CAE e todos os concelhos, tendo como principal objectivo indagar sobre os factores que estiveram na base das decisões de localização. Como objectivo específico, pretende-se avaliar o impacto da adesão de Portugal à União Europeia no que respeita às decisões de localizações tomadas antes e depois de 1986. Numa tentativa de complementarização desta informação indagou-se, também, sobre os incentivos comunitários e a respectiva influência destes no seio empresarial algarvio.

Este capítulo tem como base a Dissertação de Doutoramento de R.Salvador (1993), onde foram definidos os 23 factores de localização que servem de alicerce a este capítulo e que teve em consideração *"contribuições da teoria da localização (de raiz neo-clássica), contribuições teóricas que enquadram a escolha da localização na decisão global de investimento ou que tomam em consideração factores não-económicos e, finalmente, os resultados de análises empíricas realizadas em diversos países"* (SALVADOR, 1993:Anexo I:3).

Assim, o capítulo compreenderá, num primeiro momento, um exercício de enquadramento das questões que se colocam aos empresários algarvios; a segunda parte exclusivamente destinada à apreciação crítica dos resultados do Inquérito, tendo em atenção a segmentação territorial adoptada no capítulo anterior.

Capítulo 4 - A Política Regional e a sua Importância nas Dinâmicas Territoriais Diferenciadas

Este capítulo tem como finalidade indagar sobre as políticas regionais, uma vez que são claras as suas interdependências com a actuação e voluntarismo dos poderes públicos, podendo contribuir para consolidar um processo económico de desenvolvimento entre diferentes regiões.

Na verdade, com o acentuar dos desequilíbrios entre as diferentes parcelas do território, tomou-se consciência da necessidade de esforços concertados de reestruturação das actividades sectoriais, o que associado ao reconhecimento da não aplicabilidade/eficácia da política regional tradicional, leva ao seu questionamento.

Por último, e na tentativa de perceber a filosofia da abordagem das políticas regionais e planeamento adoptadas para o território algarvio, no que concerne aos problemas inerentes às dinâmicas territorialmente diferenciadas identificadas anteriormente, bem como a natureza e o grau de coerência das medidas programáticas mais relevantes, optou-se por uma breve análise global do II Quadro Comunitário de Apoio (II QCA), do Programa Operacional do Algarve 1994 - 1999 (PROA), bem como do Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROT Algarve).

Capítulo 5 - Síntese e Conclusões

Este último capítulo será destinado a uma reflexão sobre os resultados dos sucessivos exercícios de enquadramento temático, tendo como preocupação o processo de profunda reestruturação do tecido económico da região do Algarve e perspectivar sobre a tendência evolutiva do cenário presente da região. Por fim, e como corolário de todo o trabalho desenvolvido pretende-se deixar algumas pistas para aqueles que constituirão, no nosso entender, os grandes desafios de estruturação económica e geográfica do Algarve para os próximos anos, na esperança de contribuir, assim, para a minimização de um problema, ou seja:

Os Desequilíbrios Regionais e as Dinâmicas Territoriais Diferenciadas do Algarve

Capítulo 1 - | ALGARVE: O OUTRO REINO DE PORTUGAL

"No extremo ocidental da Península Ibérica, a Sul de Portugal, Individualiza-se facilmente do restante país a região que hoje constitui o Algarve." (CCR Alg, 1995:16)

"Tradição e modernidade, qualidade e progresso. Factores essenciais de um desenvolvimento que o Algarve se empenha em fomentar e para o qual conta de forma decisiva com todos aqueles que aí residem ou trabalham e com aqueles que na nossa região pretendam instalar-se e a quem desde já damos as nossas boas vindas" (CCR Alg, 1995: 13)

1.1. Enquadramento Geográfico

É ao geógrafo americano Dan Stanislawski que se deve a expressão acima referida, título de uma monografia sobre o Algarve: "Portugal's Other Kingdom. The Algarve". A individualização geográfica faz do Algarve um pequeno reino dentro do "Reino de Portugal", como a expressão "Rei de Portugal e dos Algarves"¹ e o facto de o próprio sistema de tributação (de 1595 até 1808) ser diferente do que aquele que vigorava no resto do Continente (CAVACO, 1976), fazem jus.

Ao longo da história, o Algarve teve como motor de desenvolvimento, as suas relações com o exterior. O fenómeno da explosão da actividade turística insere-se nessa tradição, cuja leitura dos resultados leva a duas conclusões antagónicas: por um lado, criou-se uma base económica desequilibrada, agravada por problemas ecológicos e, por outro, alcançou-se um notável progresso económico e social (C.f. GASPAR, 1993).

Do ponto de vista geográfico, o Algarve é limitado a Norte pelo Alentejo, a Este pelo Rio Guadiana e a Oeste e Sul pelo Oceano Atlântico; localiza-se no Sul de Portugal, ocupando uma área de 4989 km², o que representa 5% do território nacional; estende-se por uma faixa de cerca de 150 kms na direcção Este-Oeste e 50 kms na direcção Norte-Sul, o que significa que tem uma linha de costa com 200 kms e, administrativamente, coincide com os 16 concelhos do Distrito de Faro: Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Monchique, Olhão, Portimão, S. Brás de Alportel, Silves, Tavira, Vila do

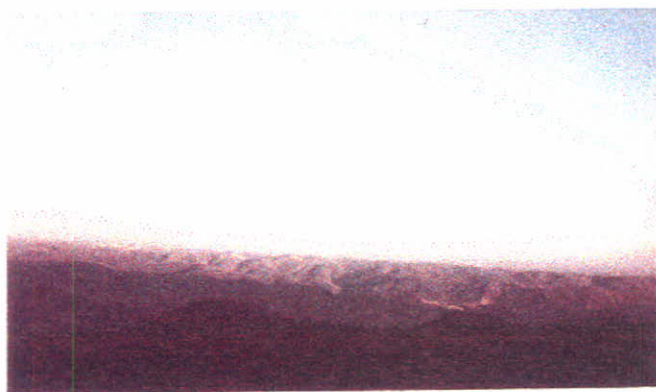
¹ Esta expressão aparece quando o 'Al Gharb' passou a fazer parte integrante do Reino de Portugal, após ter sido conquistado por D. Afonso III; mas este ao verificar o avanço científico-cultural do Algarve em relação ao restante território já ocupado, manteve-lhe o estatuto de Reino que havia adquirido depois da dissolução do Califado de Córdoba, ficando portanto a ser Rei de Portugal e do Algarve (C.f. GOMES GUERREIRO, 1989). Mais tarde, com a conquista de territórios no Norte de África, atribuiu-lhe também o nome de Algarve e o título real terá passado a ser «Rei de Portugal e dos Algarves».

Bispo e Vila Real de Santo António, divididos em 78 freguesias e 1001 lugares (ver Anexo 1).

O Algarve é, ainda, conhecido pela amenidade do seu clima, cuja temperatura média anual varia entre 15° C e 18° C e a precipitação oscila entre os 300 mm e os 1300 mm por ano, factores propícios à fixação de população e favoráveis ao desenvolvimento de actividades económicas como a pesca, a agricultura e o turismo, apesar de ter sido sobre esta última que recaiu a maior capacidade atractiva, até porque o clima durante os meses de Verão (temperaturas diárias frequentemente acima dos 30° C, céu geralmente limpo e valores de insolação tipicamente mediterrâneos) são convidativos, bem como os Invernos suaves (os meses mais frios mantêm uma temperatura média mensal praticamente sempre acima dos 10° C).

Em termos de macrocaracterização biofísica, a Região do Algarve distingue-se por possuir três grandes unidades de paisagem, com diferentes padrões de organização espacial, povoamento e estrutura económica, que se dividem em faixas mais ou menos paralelas à

linha de costa meridional: a Serra, o Barrocal e o Litoral.



A Serra, denominada por Orlando Ribeiro (1980) como “*um mar de cerros de xisto*”, é constituída por cadeias de montanhas (Pontos mais elevados: Foia - 902 metros e Picota - 773 metros) de rochas xistosas

e graníticas, correspondendo às formações geológicas mais antigas do Maciço Hespérico. Na vegetação, predominam o sobreiro, a azinheira e o sub-bosque de esteva e medronheiro; nos vales encontram-se alguns terrenos férteis, onde se pratica uma agricultura de subsistência. Os acessos à serra são difíceis, sendo por isso uma área com poucos atractivos de fixação humana, agravado pelas condições edafoclimáticas relativamente adversas, que também não contribuem para o desenvolvimento agrícola. Com uma acessibilidade reduzida, grandes carências de infra-estruturas básicas, recursos naturais limitados (onde predomina a silvo-pastorícia de fraco rendimento económico) e com uma densidade de cerca de 18 hab/km², a Serra é uma área fortemente deprimida, representando 50% do território regional.

O **Barrocal**, correspondendo a 25 % da área do Algarve, estabelece a transição entre a Serra e o Litoral; é caracterizado por possuir áreas acidentadas, com formações calcárias e argilosas, definindo por vezes algumas elevações importantes e um clima de influência mediterrânico, estendendo-se desde Sagres até às imediações de Conceição de Tavira. Predomina a vegetação do tipo mediterrânea, como a amendoeira, a alfarrobeira e a figueira, espécies que, até meados da década de 60, tinham um papel de relevo na economia da região. Trata-se de uma área predominantemente rural com uma rede de



Figura 1. 2 - Vista Panorâmica do Barrocal

acessibilidade relativamente densa, o que permite alguma “fuga” da sua população para o litoral. A existência de importantes aquíferos regionais, de aluviões e de solos de *terra rosa* contribuem para a implantação de vastos pomares complementados com a produção hortícola e/ou cerealífera; as plantações tradicionais de alfarrobeiras e amendoeiras não são descuradas.

O **Litoral**, área de terrenos planos ou pouco acidentados, com uma altitude que não atinge os 50 m, é constituído por materiais do Cenozóico (dominando aluviões e areias no Sotavento e escarpados areníticos no Barlavento). De facto, na orla costeira, as potencialidades agrícolas são consideráveis, visto que o clima é ameno (principalmente no Inverno) e os principais aquíferos subterrâneos localizam-se nesta região, proporcionando a prática de uma agricultura intensiva, nomeadamente horticultura diversificada e pomares. Estas condições climáticas e naturais têm favorecido a instalação e concentração dos principais centros urbanos, das explorações



Figura 1. 3 - Vista Panorâmica do Litoral

agrícolas mais modernas, damaioria das indústrias e serviços e dos equipamentos turísticos que; tudo isto, associado à presença das praias, representa uma diversidade ecológica que se torna atractiva para a fixação humana, o que se comprova com uma linha costeira quase continuamente urbanizada e com uma densidade demográfica que atinge os 184 hab/km².

Uma outra divisão é aceite e deu origem à conhecida frase: “Sotavento, Barlavento e Loulé” e isto porque este concelho divide as duas sub-regiões. Esta divisão territorial clássica entre Barlavento e Sotavento, tem a sua origem no regime de ventos: a primeira, exposta à nortada e às massas de ar húmido do noroeste e de oeste; a segunda, exposta ao levante e a massas de ar tropical continental (C.f. CAVACO, 1976); no entanto, esta divisão tem também, actualmente, um significado socioeconómico (SALVADOR, 1993:166).

O Barlavento, que vai desde Quarteira a Sagres, representa 56% da área total da região e possui um nível de desenvolvimento e de rendimento superior ao Sotavento. No seu território concentrou-se o surto do investimento turístico das décadas de 70 e 80, com os consequentes problemas de sazonalidade e de carências no abastecimento público de água e das infra-estruturas de base. O Sotavento vai de Quarteira à Foz do Guadiana, ocupa 44% da área total e tem a sua economia baseada na agricultura, na pesca e no turismo (com implantação de equipamentos de qualidade inferior, orientados para o mercado nacional).

É patente em todo o território algarvio, uma grande diversidade de condições naturais que condiciona a ocupação humana, beneficiando umas áreas em detrimento de outras e provocando desequilíbrios socioeconómicos, nomeadamente no que diz respeito às tendências depressivas das zonas da Serra e de parte do Barrocal e das tendências centripedas das áreas próximas do Litoral.

1.2 - Abordagem Ao Modelo Económico do Algarve

O processo de evolução da economia algarvia tem apresentado dinâmicas diversas. Até à década de sessenta apresentava-se como uma das regiões menos desenvolvidas de Portugal, com indicadores económicos e sociais muito abaixo da média nacional², assentando o seu desenvolvimento na actividade agrícola, na pesca e na indústria das conservas de peixe e de transformação da cortiça. A partir daquela década o sector turístico veio incutir um dinamismo que nunca mais parou até aos dias de hoje. Por este motivo, o Algarve tornou-se numa Região de difícil interpretação, uma vez que o fenómeno turístico acaba por gerar dois Algarves distintos: o do Verão, cuja população flutuante chega a mais de 600 mil hab/km² à população residente; e o Algarve “desértico” de Inverno que só, hoje em dia, começa a saber lidar com a situação.

Assim, o modelo económico do Algarve passou a assentar o seu desenvolvimento em três pólos de actividade associados aos recursos naturais da região: agricultura, pesca e turismo. Todavia, as diferentes dinâmicas impostas a cada uma destas actividades ao longo do tempo, favoreceram a polarização da maior parte dos recursos pelo turismo, transformando a região “*numa economia profundamente extrovertida e predominantemente terciária*” (CCR Alg, 1994a).

Se, por um lado, este modelo permitiu um aumento do peso relativo do Algarve no contexto nacional, por outro, conduziu a um conjunto de características preocupantes, tais como a sobreocupação da faixa litoral em detrimento de uma continua desertificação humana do interior, a dificuldade de articulação intersectorial, à dependência em relação aos centros de decisão exteriores e à dependência/especialização em uma única actividade.

A sobreocupação do litoral conduzirá à deterioração dos recursos naturais (bem como à poluição dos aquíferos subterrâneos e à ocupação urbana dos solos agrícolas), e à saturação das infraestruturas viárias e de equipamentos, acabando por condenar este modelo, baseado na actividade turística.

²Até à década de sessenta o crescimento da densidade populacional do Algarve foi sempre muito inferior ao registado a nível nacional, situação que se inverteu a partir da década de setenta em que o crescimento da população residente foi muito mais acentuado ao nível da região.

A crescente especulação imobiliária e a excessiva “exploração” turística do litoral, contribuem para o êxodo rural e para a desertificação humana do interior, asfixiando os restantes sectores económicos e reduzindo as possibilidades de um desenvolvimento equilibrado e sustentado a nível regional.

Se, em tempos, era a agricultura e a pesca que dinamizavam a indústria (nomeadamente os sectores das conservas de peixe, da transformação de produtos agrícolas e da construção e reparação naval), actualmente a polarização da actividade turística só permite a sobrevivência de algumas actividades correlacionadas, de que é exemplo a indústria de materiais de construção.

A evolução da estrutura económica do Algarve, tal como foi referido, sofreu uma série de transformações que permitiram que a região deixasse de ser “*uma das regiões menos desenvolvidas de Portugal, com indicadores económicos e sociais muito abaixo da média nacional*” (PIMPÃO, 1991:17) e abandonasse a partir dos anos sessenta, um cenário apoiado no sector agrícola, na pesca e numa pouco dinâmica indústria (mas com fortes tradições nas conservas de peixe e transformação da cortiça).

Seria pois a partir da década de sessenta, com o surgimento do sector turístico, que foi incutida uma nova dinâmica (que dura até hoje) e que veio acentuar um conjunto de assimetrias que tem como base a ocupação do litoral em detrimento da serra e do barrocal. Perante tal cenário evolutivo é fácil perceber que os diferentes sectores de actividade sofreram um conjunto de dinâmicas desiguais, que contribuíram para o acentuar dos desequilíbrios.

A utilização de algumas variáveis permite a análise do desenvolvimento económico e social da região, bem como da “*capacidade produtiva regional, dos contributos específicos para a riqueza do País e dos diferentes níveis de especialização regional associados à localização manifestada pelos agentes económicos residentes*” (in “*Contas Regionais*”, 1996: 16), o que será possível, por exemplo, com o estudo do Valor Acrescentado Bruto a preços de mercado da região (VABpm³). A definição de políticas regionais poderá ser

³ VABpm: É o saldo da conta de produção, ou seja, da produção e do consumo intermédio, que correspondem, respectivamente, aos recursos e aos empregos dessa conta (Cf. Anuário Estatístico da Região do Algarve de 1996)

facilitada com a análise do Produto Interno Bruto a preços de mercado (PIBpm⁴) da região, bem como do emprego gerado. Por outras palavras, permitirá quantificar o nível de vida e do progresso social de um País (ou região), o que poderá apresentar alguns inconvenientes. *“Com efeito, o PIB é também influenciado por elementos como as repercussões de um Inverno rigoroso ou o aumento dos acidentes rodoviários, que não contribuem em nada para o bem-estar do cidadão”* (COMISSÃO EUROPEIA, 1995b: 355). Isto porque, *“estes agregados macroeconómicos de índole regional, quando relacionados com a população residente ou com o emprego, proporcionam indicadores económicos de enorme importância para estudos, definição e monitorização de políticas regionais”* (Idem:51).

Para além do referido, os próprios dados estatísticos nem sempre são precisos e encontra-se alguma dificuldade em compatibilizar fontes e períodos; além disso, os métodos de apuramento, cálculo e classificação utilizados nas estatísticas do emprego e da contabilidade nacional sofreram várias vezes modificações ao longo do tempo (o mesmo se passa aliás quanto à população activa, cuja comparação entre os resultados dos censos e os dos inquéritos ao emprego não são coincidentes). A fim de atenuar as dificuldades encontradas, este texto foi elaborado de modo a que o período de análise fosse, sempre que possível, o mesmo, tendo-se optado por não comparar fontes muito diferentes.

Em termos de PIBpm, o Algarve representava em 1992, 3.8% do PIB nacional (47.3 milhões de contos contra 1.2 biliões de contos) e apresentou um crescimento, entre 1990 e 1992, de 33.0%, valor superior ao registado a nível nacional (+29.2%). Quanto ao VABpm regional verifica-se que teve uma variação percentual na ordem dos 32%, para o mesmo período, representando cerca de 3.8% do VAB nacional.

Quadro 1.1- Evolução do PIBpm e do VABpm - 1990, 1991 e 1992

Unidade: 10⁶ Esc

	Indicador	Portugal	%	Δ 90/92	Algarve	%	Δ 90/92
1990	PIBpm	9 621 111	100	+29.2	355 373	3.69	+33.0
1991		11 031 729	100		418 046	3.78	
1992		12 427 242	100		472 730	3.80	
1990	VABpm	8 922 408	100	+28.2	329 565	3.69	+32.1
1991		10 250 709	100		388 450	3.79	
1992		11 442 720	100		435 279	3.80	

Fonte: INE - Contas Regionais 1990 - 1992

⁴ PIBpm: Representa o resultado final da actividade de produção das unidades residentes. Corresponde à soma dos valores acrescentados brutos a preços de mercados dos diferentes ramos acrescida do IVA onerando os produtos e dos impostos ligados à importação.

O sector que mais contribuiu para o VABpm regional foi, como seria de esperar, o sector da “Recuperação e reparação, serviço de comércio, restaurantes e hotéis” (NACE - Clio RR17 = 58), o qual representa cerca de 41% do VABpm regional e 24% do VAB nacional.

No que respeita à variação percentual do VABpm, entre 1990 e 1992, verifica-se que o sector dos “Produtos têxteis, couro, calçado e vestuário” foi o que registou maior incremento (+412.8%); contudo o seu peso na economia regional é quase insignificante, logo seguido pelos sectores dos “Materiais de transporte” (+142.6%) e dos “Produtos energéticos” (+59.5%); curiosamente, os sectores relacionados com o turismo, nomeadamente os sectores da “Construção e obras públicas” e de “Recuperação e reparação, serviços de comércio, restaurantes e hotéis”, apesar do crescimento registado, não foram os mais representativos (+21.1% e +36.2%, respectivamente). Tal conclusão pode constituir, por um lado, um primeiro sinal de crise no turismo algarvio e por outro, pode ser justificado pelo crescimento muito acentuado até então, tendo agora entrado num período de estabilidade. O sector dos “Produtos de indústrias diversas”, denotou o maior decréscimo (-45.5%), logo seguido pelo sector dos “Minérios e metais ferrosos e não ferrosos” (-34.9%). Todos os restantes sectores apresentaram crescimento durante o período em análise.

Comparando com o País, verifica-se, mais uma vez, que é o sector da “Recuperação e reparação, comércio, restaurantes e hotéis” que mais contribuiu para o VABpm nacional, com 1.5% (mantendo a segunda posição a seguir de Lisboa e Vale do Tejo), o sector dos serviços com 1.1% e o de “Transportes e comunicações” com 0.4%.

O VABpm médio da Europa dos 12⁵ referente ao sector dos “Produtos da Agricultura, silvicultura e pesca”, para o ano de 1991, foi de 4.5%, valor largamente ultrapassado pelo Algarve que representa 14.9% do VABpm regional e que foi o mais elevado da EUR 12, com a única excepção da Grécia com 16.3%; Portugal registou 5.8% VABpm nacional. O VABpm regional (18.8%) do sector dos “Produtos de Indústria” foi inferior à média europeia (29.1%) - um dos mais baixos de todos os Estados-Membros - e nacional (37.0%), sinal evidente da fraca representabilidade da indústria no Algarve. Sendo o Algarve

⁵ Foram utilizados os valores referentes ao período até 1992, pelo que foi considerado somente os doze Países pertencentes à União Europeia. Os três países que aderiram em 1995 não foram contemplados na presente análise.

considerada uma região turística é de esperar que o sector dos “Serviços” seja representativo, o que é comprovado com o seu valor de 66.3% do VABpm regional, valor somente ultrapassado pela França com 67.0%. A média da EUR 12 é de 52.6% e de Portugal de 57.2%.

Uma das variáveis mais importantes para uma boa caracterização da economia de uma região, passa pela análise do seu grau de diversificação. O Algarve, como é do conhecimento comum, possui a sua economia fortemente dependente de um único sector - turismo - e das actividades correlacionadas, o que traduz a fraca diversificação da sua estrutura produtiva. Assim, poder-se-á afirmar que esta estrutura económica assenta, principalmente, no comércio e na hotelaria, bem como nos serviços, nos transportes e comunicações, na construção e por último na agricultura, sectores que ultrapassam os 90% do VABpm regional.

A análise da remuneração paga por todas as unidades de produção residentes na região em apreço, permite medir o custo do factor trabalho. Assim, em 1992, cerca de 90% das remunerações distribuídas provêm de cinco sectores (serviços 46%; comércio e hotéis 20.3%; transporte e comunicações 12.1%; agricultura 6%; construção 5.7%). No que respeita ao emprego remunerado, a tendência descrita atrás mantém-se; contudo, verifica-se que o sector com maior remuneração - os serviços - não é o sector com maior número de empregados, mas sim, como seria de esperar, o sector do comércio e hotelaria, com mais de 62% do emprego total na região (o que comprova o baixo nível de salários pagos e por inerência os problemas de falta de qualidade no serviço), seguido pelo sector da “agricultura, silvicultura e pesca” (33.7% do total regional) e dos “serviços” (33.5% do emprego regional). Comparativamente aos valores nacionais, o Algarve representa 3.8 % do emprego total, valor que diminuiu até 1996 (3.3%).

Ainda relativamente à população empregada regional, verifica-se que houve uma certa estabilidade, entre 1991 e 1996, uma vez que o decréscimo registado foi insignificante (-0.05%), enquanto que o desemprego aumentou cerca de 3.0%. Ao nível nacional registou-se um crescimento em ambos os indicadores (20.0% e 8.9%, respectivamente).

Quadro 1. 2 - VABpm segundo a NACE - Clio RR17 de 1992 e Variação entre 1990-1992

Unidade: 10⁶ Esc

NACE- ClioRR17	Algarve			Δ 90/92	Portugal			Δ 90/92
	1990	1992	%		1990	1992	%	
Total	329 565	435 279	100	+32.1	8 922 408	11 442 720	100	+28.3
01	34 415	36 461	8,38	+5.9	594 684	528 903	4,62	-11.1
06	4 900	7 814	1,80	+59.5	343 446	490 756	4,29	+42.9
13	106	69	0,02	-34.9	96 902	45 993	0,40	-52.5
15	7 588	9 097	2,09	+19.9	190 875	235 041	2,05	+23.1
17	745	1 022	0,23	+37.2	222 099	227 384	1,99	+2.4
24	2 334	3 417	0,79	+46.4	388 940	444 619	3,89	+14.3
28	197	478	0,11	+142.6	99 678	134 747	1,18	+35.2
36	8 136	11 731	2,70	+44.2	626 623	781 763	6,83	+24.8
42	94	482	0,11	+412.8	568 410	720 035	6,29	+26.7
47	551	765	0,18	+38.8	160 702	181 086	1,58	+12.7
50	2 257	1 229	0,28	-45.5	188 492	218 917	1,91	+16.1
53	21 276	25 760	5,92	+21.1	508 171	652 833	5,71	+28.5
58	130 134	177 265	40,72	+36.2	2 002 168	2 696 003	23,56	+34.7
60	30 840	44 149	10,14	+43.2	603 796	783 940	6,85	+29.8
69	18 998	23 049	5,30	+21.3	729 540	866 200	7,57	+18.7
74	46 990	60 384	13,87	+28.5	871 496	1 278 359	11,17	+46.7
86	44 973	66 521	15,28	+47.9	1 402 341	2 060 787	18,01	+47.0

Fonte: INE - Contas Regionais de 1990-1992

Relativamente à taxa de desemprego, verifica-se, para o ano de 1996, que o Algarve possui uma média anual superior (9.0 %) à registada para Portugal (7.3 %), enquanto a taxa de actividade regional, para o mesmo ano, é inferior à registada para Portugal (44.7 % contra 48.9 %). De salientar o aumento da taxa de desemprego, entre 1991 e 1996, situação que mais uma vez vem comprovar a crise existente no sector turístico, pode estar associada à sazonalidade da oferta do emprego, uma vez que o sector terciário abrange cerca de 70 % da população empregada regional, dos quais 24,4 % encontram-se ligados ao sub-sector dos "Hotéis e Restaurantes".

Quadro 1. 3 - Principais Indicadores das Contas Regionais em 1992

		ALGARVE	PORTUGAL
VABpm	SECTOR PRIMÁRIO	14.0*	6.3
	SECTOR SECUNDÁRIO	18.8*	39.0
	SECTOR TERCIÁRIO	66.3*	54.7
VABpm (10 ⁶ Esc)		435 279	11 442 720
PIBpm (10 ⁶ Esc)		472 730	12 427 242
EMPREGO (10 ³ Pess.)		168.8	4 490.8
REMUNERAÇÃO (10 ⁶ Esc.)		189 682	5 972 186

Fonte: Anuário Estatístico da Região do Algarve de 1996 * valor para 1991

Quadro 1. 4 - População Activa, Empregada, Desempregada,
Taxas de Actividade e Desemprego, 1991 e 1996

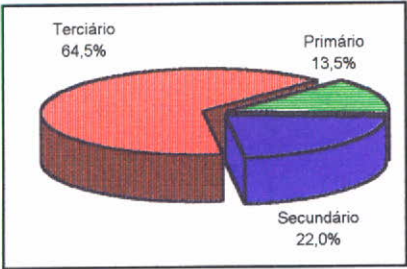
ÁREA GEOGRÁFICA		ALGARVE	CONTINENTE
Empregada ⁶	91	140 274	3 659 934
	96	140 200	4 250 500
	Δ 91/96	-0.1	+16.1
Desempregada	91	7501	276 824
	96	13 800	332 300
	Δ 91/96	+83.9	+20.0
Taxa Actividade ⁷	91	43.3	44.9
	96	44.7	48.9
	Δ 91/96	+3.0	+8.9
Taxa Desemprego ⁸	91	5.1	6.1
	96	9.0	7.3
	Δ 91/96	+76.5	+19.7

Fonte: Censos de 91 e Anuário Estatística da Região Algarve de 1996

Poder-se-á, assim, afirmar que o Algarve atravessa uma fase de declínio económico na maioria dos sectores, por razões de ordem estrutural regional e de conjuntura internacional, mas em especial no sector turístico, afectando toda a região, fruto da sua forte dependência monoeconómica.

Analizando a população activa por sectores de actividade verifica-se que, na última década, os valores percentuais registados para o sector primário diminuíram consideravelmente. Este facto deve-se, essencialmente, a duas situações: por um lado, a “fuga” de efectivos para o sector terciário; e por outro, o envelhecimento dos activos agrícolas. A originalidade deste

Figura 1. 4 - População Activa Algarvia, por Sectores de
Actividade em 1991 (%)



processo é que se regista uma transferência “do agricultor algarvio (...) directamente para a actividade turística ou para a banca, sem passar pela fábrica” (SALVADOR, 1993: 173).

⁶ Foi considerada a população empregada total, ou seja, de 12 e mais anos, o que inclui jovens sem idade legal de trabalho.

⁷ Taxa de Actividade = (Pop. Activa/Pop. Residente) x 100

⁸ Taxa de Desemprego = (Pop. Desempregada/Pop. Activa) x 100

Essa transferência de mão-de-obra tem como origem, principalmente, os concelhos do interior, uma vez que são os que possuem os valores mais altos de efectivos activos agrícolas (e, por conseguinte, mais baixos no sector terciário) e a prática da agricultura, unicamente como meio de subsistência, não é um atractivo de fixação de população (principalmente a mais jovem)⁹.

Por outro lado, a diminuição de efectivos no sector secundário é resultado, também, da transferência da mão-de-obra para o sector terciário e, especificamente, no caso de alguns concelhos do litoral, devido ao encerramento de grande parte das indústrias de conservas (ex: Lagoa).

Numa análise geral da estrutura do emprego, o Algarve apresenta valores percentuais de efectivos activos superiores aos verificados para o Continente, quer no sector primário, quer no terciário. O índice de produtividade¹⁰ do sector secundário, comprova a fraca tradição industrial no Algarve, enquanto que do sector dos “Serviços”, como seria de esperar, possui maior produtividade, logo maior competitividade, logo seguido pelo sector da “Agricultura, silvicultura e pesca”.

O recurso ao Quociente de Localização (QL) permite uma análise da estimativa da base económica da região, cuja “*composição qualitativa (...) (quer em termos de emprego como de VAB), observa-se a quase total ausência das actividades industriais e o elevado peso do sector primário (...) e das actividades turísticas e conexas*” (SALVADOR, 1993: 185). O quociente de localização QL do sector J na região mede-se pela seguinte fórmula:

$$QL_{Algarve, J} = \frac{\frac{\text{Emprego } J \text{ Algarve}}{\text{Emprego total Algarve}}}{\frac{\text{Emprego } J \text{ País}}{\text{Emprego total País}}}$$

em que J representa o sector de actividade em estudo¹¹.

⁹ É de referir que alguns concelhos do litoral, registaram valores, no sector primário, superiores aos registados para o Continente e para a região, o que se explica pela localização preferencial de portos de pesca (ex: Olhão), por possuírem uma vasta área serrana (silvicultura) e/ou possuírem indústria extractiva (ex: Loulé).

¹⁰ A produtividade foi calculada através da seguinte formula: $VAB_{pm}(\text{sector}_i) / \text{Emprego}(\text{sector}_i)$

¹¹ Segundo LOPES (1987), o “*campo de variação de Q_{lij} é perfeitamente limitado à esquerda (o seu valor mínimo é zero, a denotar a ausência do sector j na região I) mas não o é à direita, isto é, não se lhe pode apontar um máximo.*” (LOPES, 1987: 56).

Figura 1.5 - População Activa Empregada por Sectores de Actividade por concelhos, 1991

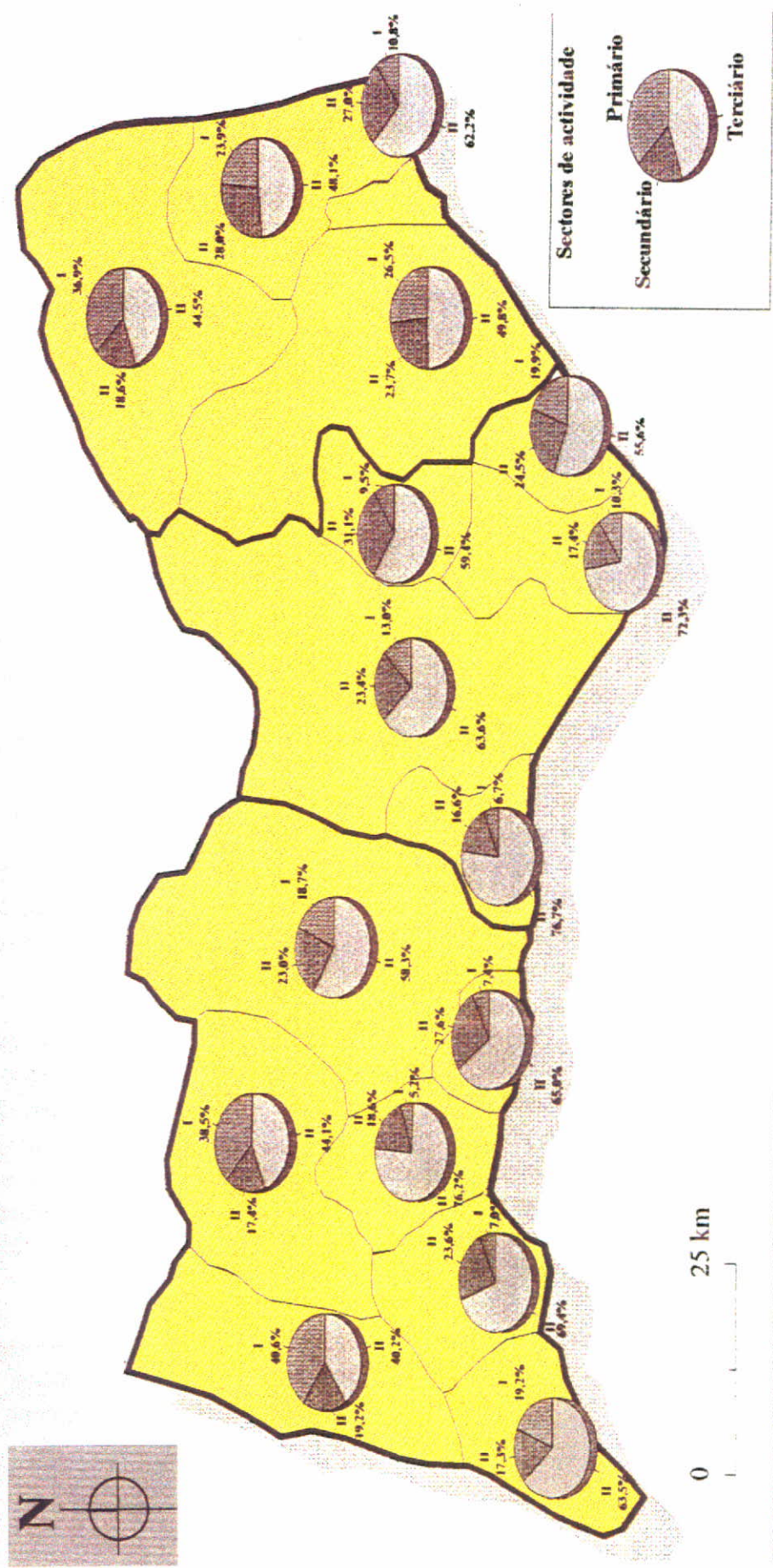
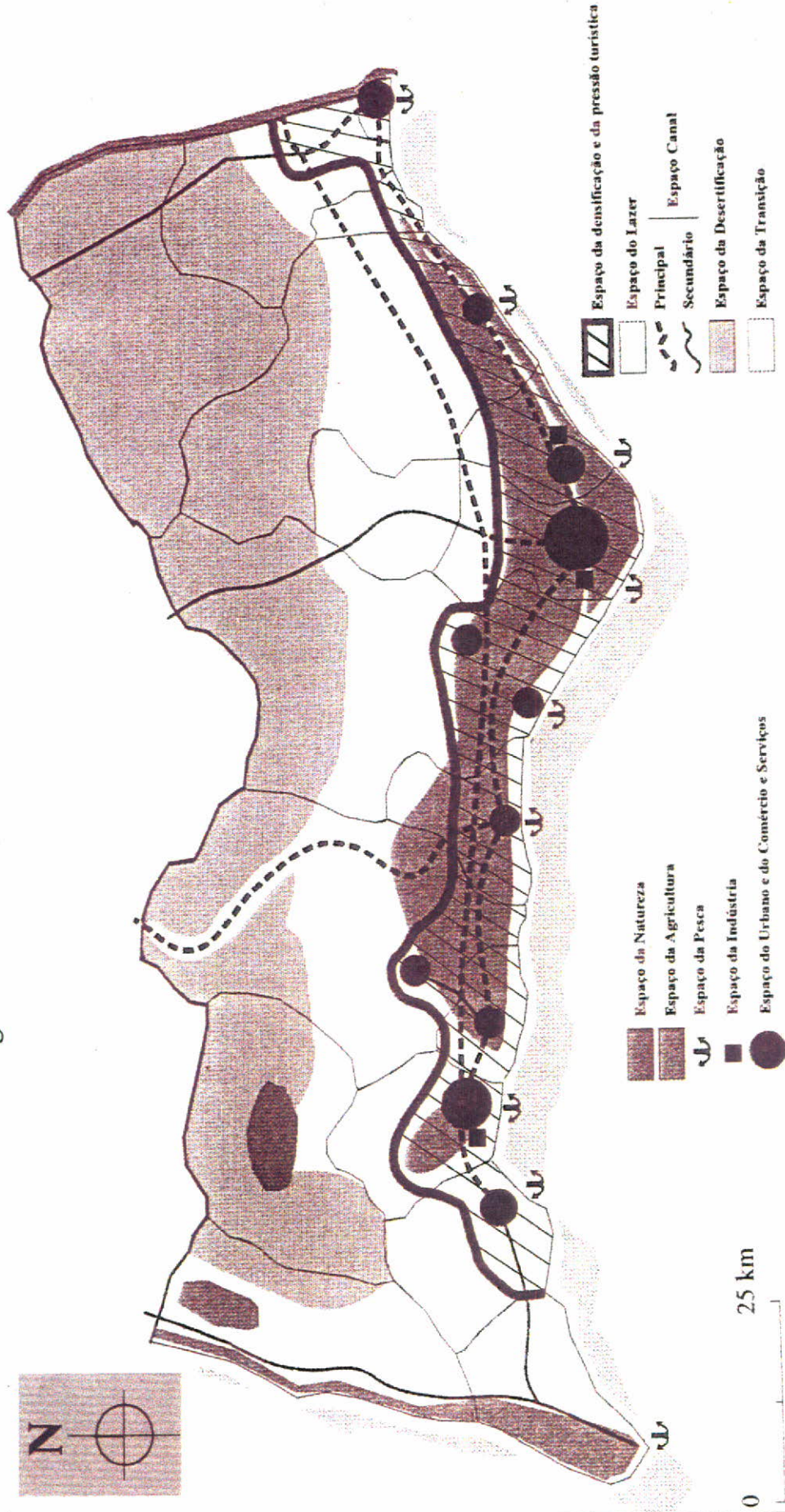


Figura 1.6 - Mosaico Funcional da Região do Algarve



Assim, relativamente a 1996, verifica-se que é, sem dúvida, o ramo “Hotéis e Restaurantes” ($QL = 3.54$) aquele que apresenta um maior QL , o que corresponde à apetência do Algarve pelo sector turístico e, paralelamente, pelos ramos correlacionados, como é exemplo a “Construção Civil” ($QL = 1.45$), a “indústria extractiva” ($QL = 1.23$) e os “Transportes e Comunicações” ($QL = 1.12$). Somente o ramo “Agricultura, silvicultura e pesca”, é que registou um $QL = 1$, o que significa que a região se comporta como a média do País. Todos os restantes ramos registaram valores de $QL < 1$, o que quer dizer que a sua concentração produtiva na região é inferior à média nacional.

Quadro 1. 5 - Quocientes de Localização - 1996

Ramos de Actividade	Algarve
Indúst. Transformadora Diversas	0.10
Material de Transporte	0.13
Indúst. Madeira, Papel e Mobilário	0.22
Indúst. Metalurgia de Base	0.39
Prod. Químicos e Min. n. Metálica	0.40
Outros Serviços	0.69
Indúst. Têxteis e Calçado	0.69
Indúst. Alimentar e Bebidas	0.73
Agricultura, Silv. e Pesca	1.00
Transportes e Comunicações	1.12
Extractiva	1.23
Construção Civil	1.45
Hotéis e Restaurantes	3.54

Fonte: Cálculos a partir do Anuário Estatístico da Região do Algarve de 1996

No contexto de importação e exportação, a região do Algarve é importadora de uma série variada de produtos, sobretudo oriundos do sector da alimentação e bebidas, enquanto que nas exportações, encontram-se produtos essencialmente ligados ao turismo, peixe fresco e conservas, cortiça, sienite ornamental, bebidas regionais, flores e horto-frutícolas, etc. (C.f. CEAL, 1992:56).

O investimento estrangeiro, na região do Algarve durante o período de 1990 a 1992, atingiu os 37 596 milhões de contos (3.0% do investimento estrangeiro nacional), sendo que 53.0% foi nas “Operações sobre imóveis”, 18.0% na “Construção e Obras Públicas” e 17.0% nos “Hotéis e Restaurantes”. Comparativamente aos valores nacionais, verifica-se que o sector dos “Hotéis e Restaurantes” foi o que registou maior percentagem do investimento estrangeiro (29.4%).

Importa agora, analisar a evolução de cada um dos sectores de actividade, para melhor compreender a dinâmica económica e social algarvia.

1.2.1 - Sector Primário

Na última década, o Algarve tem assistido a um verdadeiro êxodo de efectivos do sector primário para actividades do sector terciário, nomeadamente para o turismo, com a agravante do “by-passing”¹² em relação à indústria. Só na década de oitenta, este sector perdeu cerca de 10717 efectivos, o que corresponde a um decréscimo na ordem dos 36%¹³.

Em 1991, este sector registou um total de 18 945 efectivos, representando 14% do total de emprego no Algarve. Este valor, para além de ser superior ao registado para o Continente (11%), é muito mais significativo que o valor registado para a União Europeia (2%)¹⁴. Em 1993, a representabilidade do emprego no sector em Portugal (12.0% do emprego total), diminuiu em relação à União Europeia, visto que a percentagem daquela aumentou para 6.0%.

a) Agricultura, Silvicultura e Pecuária

A economia subjacente à agricultura é marcada por profundos desequilíbrios estruturais, situação que prevalece desde há muitas décadas. Com a adesão à CEE, cresceu a esperança de inversão desta tendência; contudo, rapidamente se percebeu que as mudanças seriam muito mais lentas do que o esperado, uma vez que os principais produtos da agricultura nacional, eram excedentários na CEE que, por sua vez, eram muito mais competitivos e/ou geradores de maior produção, com a excepção de alguns produtos como os vinhos de qualidade (V.Q.P.R.D.). Várias alterações surgiram, nos últimos anos e o resultado foi o encorajamento à implementação de políticas de incentivo ao abandono da prática agrícola ou à extensificação das práticas culturais (ex. “Set-aside”), o que acarretou impactos preocupantes no equilíbrio económico e social, apesar das ajudas da PAC.

¹² O conceito “by-passing” ganhou forma aquando da intervenção de Margaret Thatcher, enquanto Primeira-Ministra, no desenvolvimento local das “Urban Develop Corporations”, como é exemplo as Docklands de Londres, ou seja, o Poder Central intervém directamente a nível local, sem passar pelo Poder Regional. Neste caso específico é quando se passa do sector primário para o terciário, sem passar pelo secundário.

¹³ Recenseamento Geral da População e habitação 1981 e Censos 91

¹⁴ CCR Algarve - Principais Indicadores Estatísticos, 1995

A agricultura algarvia acompanha este cenário, apresentando algumas especificidades típicas de uma região fortemente dependente do sector turístico que contribui decisivamente para o despovoamento da Serra. Verifica-se que uma grande percentagem das explorações agrícolas se concentra na estreita faixa do litoral, fruto da localização dos melhores solos, o que acarreta graves problemas de gestão do uso do solo, face ao aumento (desenfreado) da construção em detrimento da prática agrícola.

A agricultura algarvia caracteriza-se pela implementação de pomares de citrinos e de estufas para a produção de produtos hortícolas e hortofrutícolas que, pouco a pouco, foram subalternizando o pomar tradicional de sequeiro (figueiras, amendoeiras e alfarrobeiras) que marcava uma posição de destaque na produção de frutos secos destinados a diversas indústrias de transformação e a um comércio, nacional / internacional, hoje em franco declínio.

Verifica-se que a agricultura praticada no litoral-barrocal se orientou para o reforço da competitividade, com base num certo dinamismo empresarial, enquanto que na serra, as transformações agrícolas incidiram na redução dos cereais e das leguminosas, como forma de garantia do aumento da superfície dos prados/pastagem, suporte da pastorícia (transformações intensificadas pelo envelhecimento da população activa agrícola e pelo próprio êxodo rural).

Apesar dos problemas que se prendem com os excedentes (situação verdadeira para grande parte dos produtos regionais), o Produto Agrícola Bruto Regional tem, nas últimas décadas, sido superior à média nacional e poder-se-á considerar como uma das agriculturas mais desenvolvidas do País, mas que não soube evoluir por forma a se tornar competitiva no seio da União Europeia.

Como já foi referido, desde 1981, o número de empregados sofreu um decréscimo de 8 748 efectivos (-38.9%), fruto da débil estrutura produtiva, saída de actividade dos efectivos mais idosos, como também (e principalmente) do êxodo das classes etárias mais jovens. É de salientar, ainda, que o peso da população agrícola no sector primário, era de 72,4%, em 1991, dos quais 46.2% é constituído por analfabetos e 47.2% atingiram o nível básico, valores que acompanham a tendência nacional (43.1% e 52.4%, respectivamente).

“É vulgar o trabalho agrícola ser conjugado com um regime de pluriactividade/plurirendimento” (SALVADOR, 1993:197), visto que a maioria dos efectivos agrícolas se dedica apenas a 50% do seu horário completo de trabalho na exploração, tendência que se faz sentir desde dos anos oitenta, de onde se comprova que metade da população agrícola exerce uma actividade exterior à exploração e fá-lo, essencialmente, no sector turístico e na construção civil; somente 16.5% dos efectivos totais tem o sector primário como actividade principal.

Estrutura Das Explorações Agrícolas

Segundo os últimos dados estatísticos¹⁵, o número total de explorações, em 1995, era de 17 894, que ocupavam uma área de SAU de 133 743 ha, representando uma dimensão média de 7.5 ha (para um valor médio nacional de 8.7 ha). Comparativamente a 1993, verificou-se um aumento da dimensão média, sinal da mudança de estrutura agrícola, uma vez que a aplicação de máquinas (de novas tecnologias) implica uma maior área de trabalho¹⁶. Para aquele ano, cerca de 68.0% das explorações agrícolas¹⁷, apresentavam uma área inferior a 5 ha, contra 77.4% para o total nacional. Já as explorações agrícolas com área entre os 5 e os 20 ha ultrapassaram a percentagem registada para o País (25.8% contra 17.5%). As explorações com área entre os 20 e os 50 ha, representavam somente 4.6% do total (contra o valor nacional de 3.1%) e, por sua vez, as explorações com uma área superior aos 50 ha, não atingiam 1.4% do total (o valor nacional foi de 2.1%).

Em termos de composição da SAU, verifica-se a predominância das culturas permanentes que ocupavam, em 1995, cerca de 40.5% da SAU, de onde se destacam os frutos secos (17.5% da SAU), os citrinos (com 11.4%) e o olival (com 5.5%). As culturas temporárias ocupam 21.5% do solo agrícola, dos quais 11.9% são cereais, seguido das forrageiras (5.3%) e dos produtos hortícolas (3.4%). A restante superfície agrícola utilizada é ocupada por pastagens permanentes (6.6%), por hortas familiares (0.7%) e por pousio (30.7%). Entre as principais culturas, em 1995, destaca-se a laranja com 57.0% da produção total do

¹⁵ Anuário Estatístico da Região do Algarve de 1996

¹⁶ A mecanização no Algarve sofreu alguma alteração desde 1989. Houve um aumento do número de tractores (+2.6%) e do número de motocultivadoras (+16.2%). Contudo, foi nas ceifeiras debulhadoras que o crescimento foi muito mais acentuado (+341%).

¹⁷ Dados fornecidos pelo “Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas de 1993”

Algarve, ocupando 67.4% da SAU regional e responsável por 65.3% da produção de laranja nacional.

A superfície florestal, em 1995, era de cerca de 44 035 ha, o que corresponde a uma diminuição em cerca de metade da sua área desde a década de oitenta, fruto essencialmente dos incêndios, cuja área ardida, entre 1993 e 1995, aumentou em mais de 64%.

Em matéria de efectivos pecuários, registou-se em 1995, 40.3% de efectivos suínos, 35.9% de ovinos, 15.5% de caprinos e 8.3% de bovinos.

Este cenário leva a um conjunto de situações que implicam condicionantes ao desenvolvimento do sector, bem como algumas potencialidades (apesar de mal aproveitadas). Assim, os estrangulamentos mais relevantes passam pelos seguintes pontos:

- ⇒ Diminuição da área dos solos com apetência agrícola, devido, principalmente, às impermeabilizações provocadas pelo avanço da urbanização;
- ⇒ aumento do preço da terra, provocado pelo aumento da procura de terrenos para construção;
- ⇒ carências hídricas, principalmente em qualidade, fruto de uma má gestão, da prática de culturas desadequadas e da não conclusão das grandes obras hídricas (como é exemplo a Barragem de Odelouca);
- ⇒ pequena dimensão das explorações, que não permite a aplicação de novas tecnologias¹⁸;
- ⇒ baixo nível de produtividade e competitividade, principalmente na área da comercialização;
- ⇒ falta de mão-de-obra e baixo nível de formação profissional;
- ⇒ quase inexistência da indústria transformadora agro-industrial, principalmente de produtos endógenos (amêndoa, figo, alfarroba);
- ⇒ fraco nível de investigação;
- ⇒ falta de confiança e de investimento, por parte dos empresários agrícolas, nos produtos tradicionais.

Enquanto que as potencialidades são, essencialmente as seguintes:

- ⇒ Óptimas condições para a produção de horto-frutícolas e de citricultura, bem como de frutos secos;

¹⁸ Associada ao envelhecimento dos efectivos activos, deficiente grau de instrução que deve conduzir a uma população adversa a aceitar ou difundir novas tecnologias, principalmente aplicáveis a explorações de pequena dimensão.

- ⇒ boas condições edáfico-climáticas para a prática agrícola de outros produtos, nomeadamente algumas espécies tropicais (ex. Kiwi);
- ⇒ capacidade para se obter produtos de qualidade e com elevada produtividade, desde que haja um incentivo à aplicação de novas tecnologias e de sementes de boa qualidade;
- ⇒ incremento ao cultivo de plantas ornamentais, desde que as mais valias fiquem na região, uma vez que é frequente encontrar empresas estrangeiras (ex. holandesas) que trazem as sementes, usam o nosso solo, água, Sol e depois as flores são directamente comercializadas para fora de Portugal;
- ⇒ incremento do turismo como consumidor, ou seja, incentivar a oferta de produtos de qualidade;
- ⇒ implementação e conclusão dos projectos de rega existentes, o que passa pela gestão dos recursos hídricos e pela construção das grandes obras hídricas (Ex. Odelouca).

b) Pesca

Apesar de se encontrar em declínio, a pesca é um importante foco de emprego e a base de alguns ramos da indústria transformadora: conservas de peixe, indústria metalomecânica, construção e reparação de embarcações. Apesar de números nada animadores, a pesca tem no Algarve um dos seus principais centros, com Portimão, Lagos, Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António como portos de maior importância.

De acordo com os dados do Censo de 1991, a população piscatória era de 5 223 indivíduos, o que corresponde a 1.5% da população residente do Algarve e a 3.7% da população empregada regional (sendo o peso da população piscatória no sector primário de 27.6%). População essa que sofreu um decréscimo na última década (-1031 efectivos), em resultado dos problemas estruturais que afectaram o sector, nomeadamente a diminuição do número de embarcações e a diminuição das quotas de pesca, imposta pela União Europeia.

Em 1995, o número de pescadores matriculados no Algarve, era de 8 086, dos quais 84.0% na pesca do atum, 10.1% na pesca do arrasto, 5.0% na pesca da sardinha e 0.9% na pesca do bacalhau. Entre 1993 e 1995, o único sector que registou um aumento foi o da pesca do arrasto¹⁹, todos os outros sofreram uma diminuição de efectivos. Saliente-se que o número de pescadores matriculados no Algarve corresponde a 26.1% dos efectivos matriculados em Portugal (Continente, Açores e Madeira).

¹⁹ Entende-se por pesca de arrasto, a pesca exercida por uma ou mais embarcações, que rebocam redes de arrastar.

O número de embarcações registadas, para o mesmo ano, era de 2 735 unidades, das quais 85.1% são embarcações com motor e 14.9% sem motor. Valores que têm vindo a diminuir, registando-se, entre 1993 e 1995, um decréscimo na ordem dos 9.2%. Esta evolução negativa deve-se essencialmente à diminuição das embarcações sem motor que atingiram, em 1995, um decréscimo impressionante de 45.7%, factor indicativo da redução da pesca artesanal. Caso as embarcações com motor tivessem sofrido um aumento significativo, poder-se-ia deduzir que tinha havido uma melhoria tecnológica e modernização. Contudo, tal não aconteceu, uma vez que os problemas estruturais continuam e a sua resolução não aparenta ter um fim próximo, visto que a frota continua envelhecida e tecnologicamente atrasada, apesar do aumento de embarcações com motor.

Os programas comunitários com vista à construção e modernização da frota, não aparentam ser um processo com êxito a curto prazo; a deficiente formação profissional e a falta de informação sobre os recursos disponíveis, bem como o abate de embarcações obsoletas (quando não acompanhadas por um processo de construção de novas embarcações e/ou modernização e adaptação das existentes) resultante dos incentivos comunitários, agravam este cenário.

Saliente-se, no entanto, que, nos últimos anos, o Algarve apresentou um aumento significativo das capturas, visto que foram pescadas 36 839 toneladas de peixe, valor que aumentou desde 1993 em cerca de 228.4%, correspondendo 83.1% a peixe marinho, 15.5% a moluscos e 1.3% a crustáceos, sendo a captura de crustáceos aquela que tem maior representatividade a nível nacional, registando 43.6% do total de pesca descarregada nacional. O peixe mais capturado foi a sardinha, atingindo cerca de 51.9% da pesca total, e representando cerca de 23.3% do valor da produção nacional. Por sua vez, para o mesmo ano, o porto que recebeu mais pescado foi o de Olhão com cerca de 25.9% do pescado total, o qual mantém a primazia desde dos anos 80, seguido de Portimão com 25.9%.

Quanto ao valor da produção da pesca algarvia, foi de 10 274 435 contos, em 1995, o que representa 20.9% do total do valor da produção nacional e um crescimento de cerca de 94.1% desde 1993. A sardinha regista 10.7% do valor regional, a pescada branca 8.6% e o carapau 4.3%.

Apesar deste aumento de produção, a crise no sector é uma realidade que se agrava cada vez mais. O sector está a perder capacidade concorrencial, principalmente no que respeita à entrada de peixe proveniente dos Estados-Membro (sendo Espanha o principal concorrente), o que conjugado com a fragilidade de uma frota envelhecida e deficientemente equipada, duplamente enfraquece o sector. As medidas adoptadas após a adesão à CEE, não produziram os efeitos desejados, uma vez que política adoptada até então, não se coadunava com a necessidade de modernizar e readaptar parte da frota, bem como o incentivo ao melhoramento das infraestruturas em terra. Paralelamente encontra-se uma deficiente aposta na transformação do pescado, como se comprova com a falência da maioria das fábricas de conservas, no Algarve.

A indústria do pescado, em especial a conserveira, teve o seu papel na economia regional, sobretudo entre o final do Século XIX e primeira metade do Século XX, uma vez que os volumes de captura eram muito superiores ao consumo. Com a diminuição da procura, mão-de-obra não qualificada, falta de apoios financeiros à modernização tecnológica, a mudança de investimento por parte dos empresários (que passaram a apostar no turismo) e a condição periférica da região, fez com que nestes últimos quarenta anos, a actividade perdesse a posição nacional que detinha, tal como o comprova o decréscimo de produção superior a 50%, entre 1970 e 1991 (tendência não seguida a nível nacional que cresceu cerca de 3%).

A situação algarvia (e do País) agravou-se com o acordo com Marrocos, que passou a ter permissão para exportar para a CEE, mas o Mercado Único poderá vir a inverter esta situação se houver mais incentivos para a construção de novas embarcações (para substituir as que são abatidas) adequadas e modernizadas.

Em suma, poder-se-á identificar um conjunto de condicionantes ao desenvolvimento das pescas:

- ⇒ Frota envelhecida e tecnologicamente deficiente;
- ⇒ mão-de-obra envelhecida e sem formação profissional;
- ⇒ falta de associativismo entre os armadores;
- ⇒ carências infra-estruturais na maioria dos portos;
- ⇒ concorrência de algumas espécies de pescado oriundas do estrangeiro;
- ⇒ declínio da indústria conserveira;

Apesar deste cenário, o sector possui alguns pontos que o poderão favorecer, nomeadamente uma extensa linha costeira que representa 1/3 da ZEE Continental, o maior número de portos (32), um mar rico em espécies, designadamente crustáceos, sardinha e atum, produtos muito apreciados pelo turismo, quer para consumo, quer para a prática da pesca turística; factores que, se associados a um maior dinamismo empresarial, poderão contribuir para o desenvolvimento do sector, bem como continuar a prestar um bom serviço ao turismo (sector-mãe), nomeadamente com peixe fresco de boa qualidade e no incentivo à pesca desportiva.

c) Indústria Extractiva

O peso económico da Indústria Extractiva na região tem pouco significado, apesar da existência de alguns produtos com alguma representatividade nacional, como é o caso do sienito ornamental, sal marinho, sal gema, xisto e calcário, minerais que tiveram um crescimento fortemente ligado ao desenvolvimento do sector da construção civil.

Em 1994, a "Indústria Extractiva" na região algarvia atinge um volume de vendas inferior a 6.7% do total nacional, valor pouco significativo quando comparado com as restantes regiões, à excepção dos Açores e da Madeira que apresentavam valores inferiores, sofrendo um decréscimo na ordem dos 2%, desde 1992. Contudo, no que respeita ao VABpm, a actividade registou 1 752 mil contos, valor que representa 2.4% do VAB nacional e que no contexto regional teve um crescimento muito significativo (na ordem dos 99% em dois anos), o que poderá ser justificado pela necessidade de consumo de britas em grandes obras de infraestruturas, nomeadamente na construção da Via Longitudinal do Algarve (Via do Infante - VLA) e na própria EXPO' 98.

Apesar da diminuição do volume de vendas, o número de empresas aumentou 21%, com 652 empregados ao serviço (4% da mão-de-obra nacional disponível no sector) localizados maioritariamente no sector "Extracção de Minerais não Metálicos e Rochas Ornamentais". Especial destaque para o concelho de S. Brás de Alportel que, apesar de registar o maior número de empresas sediadas, apresenta um volume de vendas inferior 1% do valor regional. Por sua vez, é o concelho de Olhão que regista a maior percentagem em termos de

volume de vendas (63.8%), apesar de apenas 2.1% das empresas se sediarem neste concelho. De salientar a importância do sienito nefelínico, que é extraído da Serra do Monchique e que é muito procurado para aplicação nas cerâmicas.

Regionalmente, destacam-se as actividades da "Pedra, Argila e Areia" e da "Extracção de sal gema" como importância significativa no contexto nacional que, em 1991, representavam, 80.4% da extracção do produto total (71.7% da VAB regional do sector).

Assim, o aumento da importância desta actividade industrial na região, é comprovativo da necessidade da sua existência, quer pela importância socioeconómica, quer pela sustentação do desenvolvimento de outras actividades dela dependentes, como a construção civil. Todavia, realça-se o problema da gestão dos recursos naturais, com especial incidência na vertente ambiental e sua integração efectiva no ordenamento da região, quer durante o período de exploração, quer após o seu abandono (recuperação/reutilização do espaço afectado).

1.2.2 - Sector Secundário

A tradição algarvia no sector industrial - à semelhança do resto do País - é muito fraca. No entanto, há que assinalar, no Séc. XIX, a indústria corticeira (Silves era o maior centro produtor do País) e as conservas de peixe (durante a I Guerra Mundial, 40% das empresas do sector, localizavam-se na região). Mais tarde, a pequena dimensão do mercado interno, o condicionamento industrial, a economia fechada em que se viveu durante o período Salazarista, o carácter periférico em relação aos restantes Países da Europa, agravada com a *“transferência da iniciativa empresarial e do capital para outras actividades (nomeadamente turismo e investimento imobiliário) e (...) as desvantagens locativas significativas, relativamente a outras regiões”* (SALVADOR, 1993: 201), demonstram o fraco desenvolvimento da Indústria.

Contudo, este cenário ainda é mais negro para a região algarvia, na qual *“o preço do solo, o custo e instabilidade da mão-de-obra, a dificuldade para atrair e reter quadros técnicos e profissionais qualificados, as carências de infraestruturas, as deficiências no abastecimento de energia (cortes e irregularidades na tensão eléctrica) e a excentricidade*

relativamente aos grandes mercados, são factores que jogam negativamente para a localização industrial na região. A própria dimensão e configuração linear do mercado local não favorece nem o desenvolvimento das indústrias locais, nem a concorrência com produtos provenientes de outras regiões” (C.C.R.Algarve, 1990b: 47).

Assim, todos os indicadores apontam para um sector industrial enfraquecido, onde, na última década (1981/91), a diminuição do peso da população activa total no sector secundário, de 27.7% (1981) para 22.0% (1991), comprovam o declínio da indústria algarvia e do “*by-passing*” existente entre o sector primário e o sector terciário. Grande parte da mão-de-obra que sai do sector primário passa directamente para o sector terciário, principalmente para actividades ligadas ao turismo, conforme já referido. O único ramo de actividade deste sector que poderá beneficiar com esta transferência de mão-de-obra, é a construção civil, pelo que os valores registados para o sector secundário em muito devem a esta actividade.

a) Indústria Transformadora

O início da história da indústria transformadora no Algarve remonta ao final do Século XIX e primeira metade do Século XX e está associada às conservas de peixe e à transformação dos seus desperdícios para fabrico de produtos similares. Mais tarde e relacionado com a indústria conserveira, apareceram as indústrias de construção naval, litografias, actividade salineira, serralharia, bem como as actividades ligadas à cortiça. Todavia, a partir dos anos sessenta com o desenvolvimento turístico, o declínio da indústria tradicional agravou-se e apareceram outros sectores gerados pelo turismo.

Assim, não é de estranhar que, de acordo com os vários indicadores analisados, os ramos da indústria transformadora mais representativos sejam os que se encontram ligados ao turismo, tal como o comprova o VABpm da “Indústria de Alimentação, Bebidas e Tabaco” que representa 30% do VABpm regional do sector (para o ano de 1994), seguido pelo ramo da “Fabricação de Produtos Metálicos e de Máquinas, Equipamentos e Materiais de Transporte” com 24% e da “Indústria da Madeira e da Cortiça” com 18.2%. O somatório

destas três indústrias ultrapassam os 70% do VABpm total do sector, situação que vem já desde 1987²⁰.

Entre 1992 e 1994, embora o número de empresas da "Indústria Transformadora" tenha aumentado 13.4%, registou-se uma diminuição do pessoal ao serviço (-2.7%), enquanto o VABpm apresentou uma variação percentual impressionante na ordem dos 33.8% (ver Quadro 1.6.), valor que contraria de algum modo o referido para o sector secundário. É de salientar que este aumento do VABpm representa um aumento da produtividade e poderá ser justificado pelo aumento da procura de materiais, para a construção de algumas obras de dimensão regional (ex. Via do Infante).

Quadro 1. 6 - Alguns Indicadores da Industria Transformadora, 1992/1994

	Indústria Transformadora							
	Algarve		Portugal		Algarve/Portugal (%)		$\Delta 1992/94$	
	92	94	92	94	92	94	Algarve	Portugal
Empresas (n°)	1 529	1 619	64 463	66 902	2.4	2.4	+5.9	+3.8
Pessoal Serviço	8 460	8 233	998 633	970 671	0.8	0.8	-2.7	-2.8
VABpm (10⁶ esc)	11 620	15 545	2 398 971	2 831 732	0.5	0.5	+33.8	+18.0

Fonte: Anuário Estatístico da Região do Algarve de 1994 e 1996

De um total de 1 619 empresas da industria transformadora sediadas no Algarve, no ano de 1994, 33.2% concentravam-se no sector das "Fábrica de Produtos Metálicos e de Máquinas, Equipamentos e Material de Transportes", 25.6% nas "Indústrias da Madeira e da Cortiça" e na "Indústria de Alimentação, Bebidas e Tabaco" 18.8%. São igualmente estes os três sectores mais importantes em termos de mão-de-obra empregada, respectivamente com 22.4%, 17.8% e 34.1% do total do pessoal ao serviço da indústria transformadora. Os restantes sectores, para qualquer dos indicadores acima referidos, situam-se a grande distância dos grupos referenciados (ver Quadro 1.7.).

A produtividade (VAB/Emprego) da indústria algarvia é inferior à média nacional (cerca de 67% desta média, em 1994), situação que se verificou para quase a totalidade dos ramos da

²⁰ Tal como Salvador (1993) demonstra no seu trabalho, apesar da grandeza de representabilidade ter sofrido alguma alteração, visto que, para 1987, a "Indústria dos Produtos Minerais não Metálicos" representava do 40.3% VABpm total da Indústria Transformadora, seguindo-se-lhe as "Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabaco" (32.7%) e as "Indústrias da Madeira e Cortiça" (15.8%).

CAE a dois dígitos, com a excepção das “Indústrias da Madeira e da Cortiça” cuja produtividade algarvia ultrapassou a média nacional em 16%. O ramo que agrupa as “Outras Indústrias Transformadoras” possui uma produtividade muito próxima da média nacional, representando cerca de 99% dessa média. Comparando com os valores de produtividade referente a 1987, segundo SALVADOR (1993), verifica-se que o cenário se manteve com a excepção do ramo que ultrapassou a média nacional que terá sido as “Indústrias dos Produtos Minerais não Metálicos” (ver Anexo 1).

Quadro 1. 7 - Indústria Transformadora, em 1992 e 1994

	ALGARVE (%)								VAB Δ 92/94
	1992				1994				
Indústria Transformadora	Empres	Pessoal Serviço	Volume Vendas	VAB	Empres	Pessoal Serviço	Volume Vendas	VAB	
3 - TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	+33.7
3.1	24.5	37.6	45.9	37.7	18.8	34.1	38.7	30.1	+6.7
3.2	8.6	3.6	2.8	1.8	6.9	2.6	1.5	1.1	-20.5
3.3	16.0	16.9	18.7	5.3	25.6	17.8	19.4	18.2	+356.7
3.4	3.1	5.7	4.0	7.1	4.3	6.5	4.0	7.0	+31.8
3.5	1.5	3.1	5.5	5.1	1.6	2.1	2.7	2.1	-46.2
3.6	7.7	10.9	11.0	19.2	8.2	13.6	14.1	16.9	+18.3
3.7	0.3	0.3	0.1	0.4	0.1	0.3	0.2	0.2	-42.2
3.8	37.3	21.6	11.5	22.7	33.2	22.4	18.8	23.9	+40.7
3.9	1.0	0.4	0.4	0.6	1.1	0.5	0.6	0.5	+0.1

Fonte: Anuário Estatístico da Região do Algarve em 1994

Numa perspectiva concelhia, verifica-se que o concelho de Loulé, em 1993, possuía o maior número de empresas (19.6% do total); contudo, era Faro que tinha a primazia no que respeita ao número de pessoas ao serviço (20.6% do total) e do volume de vendas (26.9% do total), facto perfeitamente compreensivo pelo seu estatuto de capital de distrito. Loulé mantém a segunda posição, fruto da dimensão e atracção do próprio concelho, bem como pela sua localização geográfica central, cenário que se manteve em 1994, mas com algumas variações percentuais distintas.

Faro foi o concelho que sofreu maior decréscimo quer no número de empresas (-37.2%) quer no pessoal ao serviço (-23.2%), o que se deve essencialmente a uma melhoria da acessibilidade inter-regional (com a construção da Via Longitudinal do Algarve) permitindo uma deslocalização para zonas periféricas, onde factores de localização, como a mão-de-obra e o preço do terreno, seriam mais acessíveis e atractivos para os investidores. O volume de vendas de Faro também diminuiu (-34.4%), apesar de Alcoutim (-57.8%) e

Lagos (-43.6%) terem registado valores superiores de decréscimo, que, no primeiro caso, se deve ao seu carácter de concelho de interior, com fracas capacidades de atracção de investimento (apesar de aumentado o número de empresas e de pessoal ao serviço, mas em valores pouco significativos no contexto local e regional); enquanto que, para o segundo caso, o facto de ser um concelho de litoral, com apetências turísticas, não se coaduna com a implantação de indústrias de transformação (cujos empresários/políticos associam, por deficiente (in)formação, a indústrias poluidoras). Loulé terá sido o concelho que, de algum modo, conseguiu manter um crescimento nos três indicadores referidos, o que comprova o seu carácter central.

Em suma, e tendo em conta os indicadores analisados, verifica-se um conjunto de situações inibidoras do desenvolvimento do sector, bem como outras que, se bem exploradas, poderiam incentivar o seu desenvolvimento.

Os estrangulamentos identificados são pois os seguintes:

- ⇒ Perda de activos para outros sectores;
- ⇒ falta de dinamismo empresarial;
- ⇒ desvio de potencial investimento neste sector para um outro tipo de '*indústria*', o turismo;
- ⇒ falta de planeamento e objectivos para a indústria regional;
- ⇒ perda de importância dos produtos tradicionais;
- ⇒ falta de apoios e financiamentos específicos ao investimento;
- ⇒ falta de Áreas Industriais regionais/locais bem estruturadas e convidativas ao investimento, nomeadamente com terrenos mais baratos;
- ⇒ fraca acessibilidade inter-regional e internacional;
- ⇒ fraca rede de transportes públicos;
- ⇒ dificuldade de acesso às matérias primas de base;
- ⇒ fraca formação profissional da mão-de-obra;
- ⇒ dependência monosectorial (turismo);
- ⇒ fraca capacidade de comercialização;
- ⇒ carácter periférico da região faz aumentar os custos de transporte;
- ⇒ carência de infraestruturas e equipamentos diversos;
- ⇒ fraco grau de modernização da maioria das empresas, bem como falta de competitividade face ao País e os Estados-Membros da União Europeia.

Enquanto que os pontos fortes são, essencialmente, os seguintes:

- ⇒ Possibilidade de desenvolver ramos industriais que possam beneficiar do turismo, nomeadamente a transformação de alguns produtos endógenos, como os frutos secos, a palma e o artesanato;
- ⇒ melhoramento progressivo das acessibilidades;
- ⇒ existência de pólos educacionais, como a Universidade do Algarve, politécnicos e institutos superiores privados que poderão ajudar na formação de quadros e novos empresários.

b) Construção e Obras Públicas

O sector de “Construção e Obras Públicas” tem um peso importante na economia algarvia, dado que o seu crescimento está intimamente associado à evolução do turismo. Apesar deste paralelismo, o sector da “Construção e obras públicas” cresceu de forma menos acentuada do que a nível nacional, tal como se pode observar no Quadro nº 1.8. (para as variáveis “nº empresas”, “Pessoal ao Serviço” e “VAB”).

Em 1994, o número de empresas do sector da “Construção e Obras Públicas”, sediadas no Algarve, representava 6.1% do número total das empresas nacionais do sector; enquanto a mão-de-obra empregue (8006 efectivos) representava 3.1% do total e o VABpm regional apenas 2.6% do VABpm nacional.

Um sinal de prosperidade do sector poderia ser o aumento do número de empresas desde início da década de 90 (+22.5%); contudo, o número do pessoal ao serviço diminuiu no mesmo período (-12.4%), em parte como resultado da imigração de mão-de-obra estrangeira clandestina, principalmente de origem africana, que por receberem ordenados mais baixos, são facilmente contratados em detrimento da população activa residente.

O VABpm, em 1994, foi responsável por 2,6% do VABpm nacional, tendo-se verificado um crescimento percentual na ordem dos 10%, entre 1992 e 1994, apesar da ligeira diminuição de importância nacional.

No que respeita às licenças concedidas pelas Câmaras Municipais, 75.3% destina-se à construção de habitação, sendo as Câmaras de Albufeira (12.5% das licenças regionais),

Loulé (10.3%), Lagos (9.8%) e Tavira (8.9% do total) as que concederam um maior número, comprovando a dinâmica inerente aos concelhos turísticos. De salientar que, entre 1992 e 1995, houve um decréscimo global do número de licenças atribuídas (-28.6%), sentido em todos os concelhos, à excepção do concelho de Alcoutim que sofreu um ligeiro crescimento. De salientar a quebra na construção civil em alguns concelhos do litoral, fruto da crise que o sector turístico está a atravessar e que afecta todas as actividades correlacionadas. Outros factores para tal evolução podem encontrar-se na forte densidade urbana (condicionadora do investimento) e na aprovação do PROTAlg que *“se por um lado, trouxe vantagens para o ordenamento regional, por outro, coincidindo a sua aprovação já com o período de recessão e não tendo sido acompanhado de um quadro alternativo de crescimento e desenvolvimento económico e de mecanismos administrativos capazes de dar respostas rápidas, constituiu no imediato mais um factor de retracção.”* (CEAL, 1992:504).

Apesar da importância regional do sector, este debate-se com um conjunto de problemas, dos quais se destacam:

- ⇒ a *“estrutura empresarial pouco densa e de capacidade produtiva limitada a obras de cariz local;*
- ⇒ *elevada participação da “importação de empresas” (...) para colmatar as deficientes condições técnicas e produtivas existentes;*
- ⇒ *a deficiente organização e capacidade económico-financeira das empresas locais;*
- ⇒ *o elevado volume de mão-de-obra “informal” (mercado paralelo);*
- ⇒ *as dificuldades de contratação de mão-de-obra especializada;*
- ⇒ *as dificuldades locais de formação profissional.”* (SALVADOR, 1993:211)
- ⇒ a procura insuficiente e dependente de construções turísticas e de 2ª habitação. Situação que, nos últimos anos, poderá ter invertido, devido ao aumento da procura de crédito habitação;
- ⇒ reduzido número de concursos públicos para obras públicas de grande envergadura.

Por outro lado, os pontos fortes do sector baseiam-se na sua dependência com o desenvolvimento do turismo que, apesar da diminuição da aceleração do crescimento, a região nunca deixará de ser dependente do sector e que, por inerência, beneficiará o sector da construção, bem como da necessidade de se construir infraestruturas básicas e equipamentos sociais e culturais.

Quadro 1. 8 - Síntese das Principais Variáveis do Sector de "Construção e Obras Públicas" entre 1990 e 1994

	Anos	Empresas (n°)	%	Pessoal ao Serviço (n°)	%	VABpm (10 ⁶ esc)	%
Portugal	1990	20 695	100	203 605	100	—	—
Algarve	1990	1 572	7.6	8 579	4.2	—	—
Portugal	1994	31 406	100	244 780	100	623 492	100
Algarve	1994	1 925	6.1	7 517	3.1	16 134	2.6
Portugal	Δ	+51.8		+20.2		+17.0	
Algarve	90/94	+22.5		-12.4		+9.9	

Fonte: Estatísticas das Empresas - Construção e Obras Públicas 1990, 1991, 1992, 1993

1.2.3. Sector Terciário

Com uma população activa regional de 64,5% (1991), o sector terciário tem um papel decisivo na economia algarvia e representa um contributo fundamental para a economia nacional. Durante a década de 80, a população activa regional no sector terciário aumentou de 47.3% para 64.3% (contra um crescimento de 41.5 % para 51.1% no Continente).

Pela sua importância quer ao nível do sector, quer no contexto da economia regional e nacional, será feita uma abordagem mais aprofundada do turismo.

a) Turismo

O turismo, actividade de rápido crescimento a partir dos anos sessenta, tem sido o grande dinamizador da economia do Algarve, apesar de ter provocado o enfraquecimento dos restantes sectores de actividade, originando assim uma profunda dependência sectorial. Este aspecto, associado à forte sazonalidade e à dependência dos mercados externos, acentuou (e continua a acentuar) os desequilíbrios intra-regionais.

Beneficiando da sua situação geográfica privilegiada no continente europeu, das excelentes condições ambientais e climáticas, o Algarve tornou-se num alvo de predilecção dos operadores turísticos internacionais, onde a forte dinâmica deste sector, ao longo das últimas décadas, contribuiu decisivamente para o desenvolvimento da região. Esta situação acentuou-se a partir de meados da década de sessenta com a construção do Aeroporto de

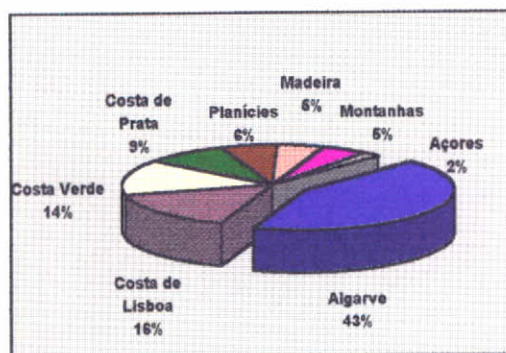
Faro que garantiu, assim, a saída do “anonimato” desta região turística por excelência, conferindo ao Algarve, um inegável peso na economia nacional e uma assinalável capacidade de atracção do investimento, nomeadamente estrangeiro.

Foi a partir dos anos oitenta que o Algarve assistiu a uma verdadeira explosão da procura, por parte de turistas estrangeiros e nacionais, originando um forte investimento dos empresários que, na perspectiva do lucro, aumentavam a oferta criando alojamento, restaurantes, agências de viagem e diversos serviços ligados ao turismo e, por inerência, à construção civil, deixando funcionar as leis de mercado, sem as adequadas linhas orientadoras de desenvolvimento, de ordenamento e sem uma política de turismo.

A nível nacional, em 1990, o turismo contribuiu para cerca de 22% do VABpm nacional, *record* dentro da União Europeia; atraindo ainda 10%²¹ do investimento estrangeiro, sendo por isso a actividade económica produtiva com maior saldo positivo na Balança de Transacções Correntes²². O Algarve contribui para cerca de 40% do VABpm da região e mais de 6% do VABpm nacional, situação que se manteve até 1992.

No que respeita a receitas e despesas do turismo nacional e, segundo dados publicados recentemente pela CEAL, em 1995, os valores apurados rondavam os 660 milhões de

contos²³ de receitas e os 323 milhões de contos de despesas, resultando num saldo positivo de 337 milhões de contos²⁴. Enquanto que a Direcção Geral de Turismo, baseada em estimativas do INE, apontava para receitas na ordem dos 1.000 milhões de contos anuais, para as quais o Algarve contribui com cerca de 430 milhões de



Fonte: DG Turismo / INE * Valores arredondados

²¹ Ministério do Comércio e Turismo - Livro Branco do Turismo, Lisboa

²² Outro factor a contribuir para a mais valia do turismo é o do investimento de milhões de contos em infra-estruturas que aquele sector demanda, beneficiando o bem estar de todos os residentes. Contudo, muito falta ainda fazer, como por exemplo a auto-estrada Lisboa-Algarve.

²³ De referir que esta gigantesca diferença de 340 milhões de contos constitui, actualmente, um dos principais “quebra-cabeças” para o cálculo rigoroso do PIB nacional

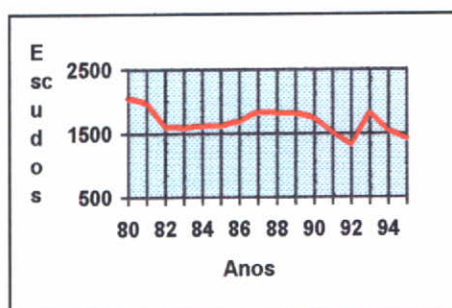
²⁴ Dado fornecido pela CEAL, in “TURISMO: Tendências Estruturais no País e no Algarve”, tendo como fonte o Banco de Portugal

contos (43%), seguindo-se a Costa de Lisboa (16%) e a Costa Verde (14%), como comprova a Figura 1.5.²⁵

No que respeita aos turistas estrangeiros, o cenário torna-se cada vez mais “negativo”, sendo visível a diminuição do seu poder de compra que associada à diminuição do preço médio praticado, comprova o aumento da procura por parte do turista de “*pé descalço*”.

Da análise da Figura 1.6., referente à evolução do gasto médio por turista/dia, verifica-se que o valor mais alto se registou em 1980 (2.043 escudos), seguido de um período de instabilidade de subidas e descidas, entre 1983 e 1995 (de referir que, em 1993, o aumento verificado foi fruto da alteração dos critérios de cálculo), onde o valor mais baixo se registou em 1992 (1.321 escudos).²⁶ Segundo ainda dados publicados pela CEAL, baseados em dados da D.G.T. e do INE, em 1994, a média nacional do gasto/dia do turista a preços correntes foi de 13.700 escudos, sendo o valor do Algarve o mais baixo das oito regiões turísticas portuguesas (12.400 escudos); estes valores são bem demonstrativos da degradação do poder de compra do turista que procura o Algarve.

Figura 1. 8 - Gasto Médio por Turista / Dia



Fonte: CEAL

Por sua vez, o preço médio praticado por dormida, no Algarve (apesar de ter aumentado na última década - vide Quadro 1.9.), foi sempre um dos valores mais baixos praticados pelas diversas regiões turísticas. No período entre 1984 e 1995, o preço médio praticado por dormida aumentou de 1 221 para 3 053 escudos (2,5 vezes), ficando muito aquém da média nacional que triplicou o seu valor (de 1 293 para 4 191 escudos). A região que registou o valor mais alto em 1995 foi a Costa de Lisboa, com 6 216 escudos.

²⁵ As despesas relativas às férias dos portugueses no estrangeiro, têm vindo a aumentar na última década, principalmente entre 1985 e 1995. Todavia, é de referir que, em 1993, o critério de cálculo das receitas e despesas foi alterado, sobrestimando o aumento verificado (+90%).

²⁶ CEAL

Quadro 1. 9 - Evolução do Preço Médio por Dormida

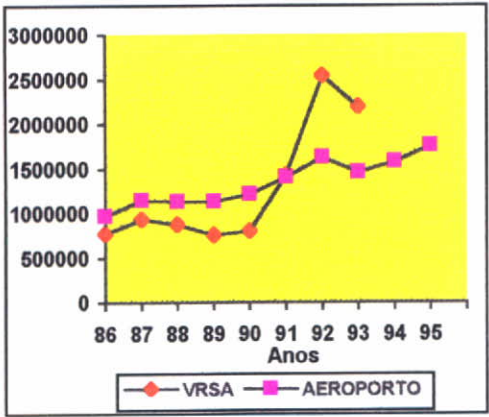
REGIÕES	1984	escudos				
		1991	1992	1993	1994	1995
Costa de Lisboa	1.571	5.302	6.137	6.190	6.180	6.216
Costa Verde	1.411	4.826	5.487	5.335	5.360	5.573
Madeira	1.240	3.327	3.663	4.033	4.177	4.429
Algarve	1.221	2.396	2.752	2.908	2.973	3.053
Costa de Prata	942	3.066	3.793	4.026	3.996	4.116
.....
Média Nacional	1.293	3.419	3.915	4.031	4.125	4.191

Fonte: CEAL - Turismo: Tendências Estruturais na País e Algarve

Volume de Entradas

O padrão do crescimento de entradas de estrangeiros no Algarve, (ilustrado no gráfico seguinte), quer pelo Aeroporto Internacional de Faro, quer pela fronteira terrestre de Vila Real de Santo António, é comprovativa da dinâmica até agora descrita.

Figura 1. 9 - Volume de Entradas de Estrangeiros no Algarve



Foi na década de 80, principalmente até 1987, que se verificou um crescimento do número de entradas de estrangeiros no Algarve, sobretudo via aeroporto de Faro. Ao período entre 1988 e 1989, correspondeu um decréscimo do número de entradas de estrangeiros (-5,7%) apesar da região se encontrar em franco desenvolvimento turístico; o número de camas aumentou originando, assim, uma quebra dramática na taxa de ocupação da hotelaria. Em 1992, assistiu-se ao valor mais elevado desde 1986, o que se deveu sobretudo à EXPO' 92, realizada na vizinha cidade de Sevilha; com efeito, muitos dos visitantes estrangeiros desta exposição internacional entraram por Portugal, via Aeroporto de Faro e, por outro lado, muitos estrangeiros aproveitaram para visitar o nosso País, entrando pela fronteira terrestre de Vila Real de Santo António. Findo este período, em 1993, e com uma quebra de -12,3% nas entradas de estrangeiros, o turismo algarvio entra numa nova crise que se prolonga até aos dias de hoje.

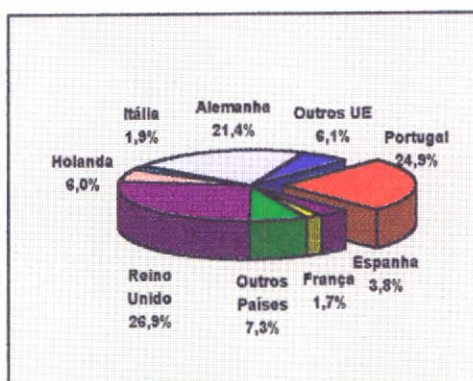
Quadro 1.10 - Evolução das Entradas de Estrangeiros no Algarve

ANOS	V.R.SANTONIO	AEROPORTO	TOTAL	Δ ANUAL (%)
1986	768 340	972 849	1 741 189	-----
1987	933 136	1 145 476	2 078 612	+19,4
1988	873 130	1 131 405	2 004 535	-3,6
1989	751 199	1 133 710	1 890 909	-5,7
1990	799 229	1 217 766	2 016 995	+6,7
1991	1 429 394	1 410 876	2 840 270	+40,8
1992	2 538 138	1 631 652	4 169 790	+46,8
1993	2 195 836	1 461 346	3 657 182	-12,3
1994	ND	1 579 922	1 579 922	-----
1995*	ND	1 753 853	1 753 853	+11,0

Fonte: Guarda Fiscal e ANA * Dado fornecido pela CEAL

Os principais mercados do turismo Algarvio, no ano de 1995, foram para além dos próprios portugueses (15.1%), o Reino Unido (33.1%), a Alemanha (24,8%) e Holanda (8.3%).

Este grupo de três Países são também os responsáveis por mais de metade (53.7%) dos hóspedes no Algarve: o Reino Unido, (que predomina com 26.6%); a Alemanha (21.2%); e a Holanda (5.9%). É evidente o peso do Reino Unido, como principal mercado gerador de procura, tendo vindo a aumentar significativamente, desde da década de oitenta. Todavia, verifica-se um aumento dos turistas oriundos dos países do norte da Europa, como é o caso da Alemanha e Holanda; por outro lado, a vizinha Espanha tem vindo a perder importância relativa, representando somente 3.8% dos hóspedes.

Figura 1. 10 - Hóspedes por Países de Origem, em 1995 (%)

Capacidade de Alojamento

É no Algarve que a capacidade de alojamento tem maior expressão a nível nacional, visto que concentra o maior número de camas oficiais, registando, para 1995, 40,4% da capacidade de alojamento nacional, o que corresponde a um aumento de 24%, desde 1992; valor que fica muito aquém dos verificados na década de oitenta onde, entre 1980 e 1989,

se registou um aumento na ordem dos 91%²⁷. Estes valores, por sua vez, poderão estar muito aquém dos valores reais, se forem consideradas as denominadas “camas paralelas”.

Quadro 1. 11 - Capacidade de Alojamento, 1992 - 1995

	ANO	TOTAL GERAL	VARIAÇ. ANUAL
Portugal		173 183	—
Algarve	1992	66 366	—
%		38,3	—
Portugal		178 375	+3,0
Algarve	1993	71 240	+7,3
%		40,0	—
Portugal		202 442	+13,5
Algarve	1994	81 153	+13,9
%		40,1	—
Portugal		204 501	+1,0
Algarve	1995	82 475	+1,6
%		40,4	—

Fonte: Estatísticas do Turismo 1992 e 1993
Anuário de Estatística da Região do Algarve de 1996

Regionalmente, a distribuição da capacidade de alojamento, permite agrupar os concelhos do Algarve em 5 grupos distintos: Albufeira (> 20000 camas); Loulé e Portimão (10000-20000); Vila Real de Santo António, Tavira, Lagoa e Lagos (3000-6000); Faro e Silves (1000-3000) e os restantes concelhos (< 1000).

Dormidas Na Hotelaria Global

Nos anos oitenta, o Algarve assistiu a uma verdadeira “explosão” na procura dos seus serviços turísticos: o número de dormidas de turistas cresceu de 5,3 milhões em 1980 para 8,4 milhões em 1989, representando um crescimento de cerca de 60%, o que justifica o incremento da capacidade de alojamento no mesmo período. Em 1995, as dormidas na hotelaria global atingiram os 13 milhões (+55.5% relativamente ao final da década anterior, 1989), o valor mais alto de sempre, representando 47% do total das dormidas nacionais e 53,5% do total de dormidas de estrangeiros no País.

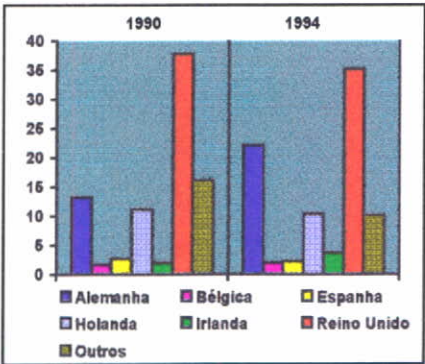
Quanto às dormidas na hotelaria global do Algarve, poder-se-á concluir que o domínio do mercado britânico sofreu uma ligeira diminuição na sua representatividade em

²⁷ Fonte: Direcção Geral de Turismo



detrimento de países que registaram, no período de 1990 e 1993, variações superiores a 100%, como por exemplo da Irlanda (+123,5%) e a Alemanha (+113,4%). Assim, apesar de aumentar o seu numero de dormidas de 1,9 milhões (1990) para 2,3 milhões (1994), o Reino Unido, perdeu peso comparativamente ao total, baixando de 37,8% para 35,2%, no mesmo período. Contudo, o gráfico ao lado demonstra o verdadeiro domínio do Reino Unido.

Figura 1. 11 - Percentagem de Dormidas na Hotelaria, por Países de Origem



Fonte: D.G.Turismo - INE;

Quadro 1. 12 - Evolução das Dormidas na Hotelaria Global no Algarve

ANOS	Nº DORMIDAS	VAR. ANUAL (%)
1980	5 300 000	-----
1985	6 374 406	-----
1986	7 843 549	+23,0
1987	7 748 494	-1,2
1988	8 123 888	+4,8
1989	8 439 065	+3,9
1990	9 662 851	+14,5
1991	11 717 738	+21,3
1992	11 604 601	-1,0
1993	10 706 990	-7,7
1994	11 956 215	+11,7
1995	13 124 427	+9,8

Fonte: D.G. Turismo e CCR Algarve - Principais Indicadores Estatísticos

Quadro 1. 13 - Dormidas na Hotelaria por Países de Residência

PAÍSES	1990	%	1994	%	Variação
Alemanha	680 610	13.3	1 452 540	22.2	+113,4
Bélgica	87 799	1.7	131 189	2.0	+49,4
Espanha	140 623	2.7	149 864	2.3	+6,6
Holanda	572 737	11.2	677 296	10.4	+18,3
Irlanda	108 349	2.1	242 184	3.7	+123,5
Reino Unido	1 940 650	37.8	2 298 019	35.2	+18,4
Outros	827 167	16.1	660 109	10.1	-20,2
Total de Estrangeiros	4 357 935	85.0	5 611 201	85.8	+28,8
Total Nacionais	770 637	15.0	924 902	14.2	+20,2
TOTAL GERAL	5 128 572	100.0	6 536 103	100.0	+27,4

Fonte: D.G.Turismo - INE; CCRAlgarve - Principais Indicadores Estatísticos

Taxas De Ocupação

No que respeita à taxa de ocupação, verifica-se que o Algarve ocupa a segunda posição regional no total do País com um valor médio de 40.4%, em 1994, só sendo ultrapassado pela Região Autónoma da Madeira (55,8%). Quanto à sua evolução, constata-se uma certa instabilidade na sua variação percentual, fruto da influência das “camas paralelas”; contudo, o maior crescimento verificou-se no entre 1990 e 1991.

Quadro 1. 14 - Taxa de Ocupação, 1994

Região Geográfica	Taxa de Ocupação
Continente e R.A.	36,0
Continente	34,2
Norte	25,8
Centro	21,4
Lisboa e V. do Tejo	34,3
Alentejo	28,0
Algarve	40,4
Açores	30,1
Madeira	55,8

Fonte: Estatísticas do Turismo, 1994

Quadro 1. 15 - Evolução da Taxa de Ocupação na Hotelaria Global

Região	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1994
Algarve	46,3	47,6	41,8	40,2	41,1	46,2	40,4
Δ Anual	—	+2,8	-12,2	-3,8	+2,2	+12,4	-12,6

Fonte: Estatísticas do Turismo 86-89, 90-94

O aumento do número de estabelecimentos hoteleiros comprova o que anteriormente foi referido, registando-se um aumento de 223 estabelecimentos (1981) para 378 (1995), o que representa um crescimento na ordem dos 69,5%²⁸. Comparativamente ao número de estabelecimentos abertos em meses de Inverno (31 Janeiro), o crescimento, no mesmo período, foi na ordem dos 93,0%, o que comprova uma mudança de atitude por parte dos empresários hoteleiros ao apostarem no turismo de Inverno.

²⁸ As “Estatísticas do Turismo” procedem a dois cálculos do nº de estabelecimentos: os que estão abertos durante o Verão (à data de 31 Junho) e os que estão abertos durante o Inverno (à data de 31 Janeiro).

Mais uma vez se verifica que é no litoral algarvio que os empresários tendem a investir, visto que a maioria dos estabelecimentos hoteleiros se concentra nos concelhos do litoral, em detrimento dos concelhos da serra que, na sua maioria, praticamente não possuem qualquer tipo de estabelecimento hoteleiro, não podendo por isso desenvolver ou tirar benefícios de condições endógenas, como por exemplo a paisagem (ver Quadro 1.17). Não obstante ao referido, verifica-se uma crescente procura por parte de turistas de um nível económico inferior (os denominados turistas de “pé descalço”), principalmente britânicos, que poderá pôr em causa a qualidade pretendida, contribuindo para a degradação da imagem turística do Algarve.

Quadro 1. 16 - Evolução do Número de Estabelecimentos no Algarve

Anos	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95
31 Jan	168	174	189	182	171	185	213	240	265	282	293	308	325	322	324
31 Jul	223	234	232	243	240	267	288	313	337	364	379	387	384	378	378

Fonte: Estatísticas do Turismo - INE

Sendo o turismo um sector de que o Algarve é altamente dependente, dever-se-á ter em conta várias condicionantes do desenvolvimento turístico: a dependência de determinados mercados; a proliferação das “camas paralelas”; as deficientes infra-estruturas de apoio; a carência na área da formação profissional; a falta de serviços de apoio e de lazer. Não obstante, no Algarve existe um conjunto de factores que, se correctamente desenvolvidos, poderão tornar a região cada vez mais competitiva e atractiva.

- ⇒ “(...) a tradição de servir, conjugada com a existência de diversas instituições formadoras de mão-de-obra especializada nas áreas do Turismo e Hotelaria, garantem ao Algarve o capital humano necessário para oferecer qualidade;
- ⇒ o conforto das unidades hoteleiras e o desenvolvimento de actividades de lazer (...) para além do ‘Sol e Praia’, criam no Algarve um leque variado de opções para a ocupação dos tempos de lazer;
- ⇒ (...) alguns locais de paisagem natural protegida, a fauna selvagem existente, as casas com uma arquitectura muito singular, constituem pontos de elevado interesse na região;

- ⇒ *a gastronomia, o artesanato e o folclore regional.*” (CCRAlg, 1995:56);
- ⇒ excepcionais condições naturais e de clima;
- ⇒ boa qualidade das praias e da água do mar;
- ⇒ boas condições para diversificação da oferta, nomeadamente desporto e natureza;
- ⇒ região serrana com uma beleza e diversidade por desenvolver.

Contudo, *“o crescimento muito rápido da oferta verificado nos últimos anos poderá integrar uma dinâmica de auto-destruição se a resposta a um eventual défice da procura for a degradação da qualidade para atingir mercados mais alargados”* (SALVADOR, 1993:215) e este cenário infelizmente é uma evidência nos dias de hoje, onde é possível encontrar um saldo generalizado dos serviços de turismo, nomeadamente com restaurantes e hotéis a praticarem preços inacreditáveis que obviamente se traduzem numa deficiente qualidade do serviço prestado e um abaixamento do nível social e económico da procura. Esta situação criou um conjunto de estrangulamentos que acabariam por levar a região para uma crise ainda hoje sentida.

Assim, e para além do referido, os condicionantes ao desenvolvimento turístico algarvio passam pelos seguintes pontos:

- ⇒ Deficiente formação dos empresários e da mão-de-obra;
- ⇒ descaracterização da paisagem (bem essencial ao turismo) em certas zonas, devido à densidade e expansão da construção;
- ⇒ deficiente e insuficiente estruturas públicas de apoio e de acessibilidade, principalmente ferroviária, bem como de infra-estruturas turísticas;
- ⇒ forte sazonalidade que condiciona um investimento contínuo no sector;
- ⇒ excessiva dependência da procura por parte de um único mercado;
- ⇒ proliferação do alojamento paralelo e deficiente fiscalização;
- ⇒ distribuição desigual da oferta e concentração excessiva em determinadas zonas em detrimento de outras;
- ⇒ baixo poder de compra da procura e degradação da qualidade do turista;
- ⇒ falta de dinamismo e cooperativismo por parte dos empresários, numa aposta comum na promoção da região e seus serviços;
- ⇒ falta de alternativas ao turismo Sol/Praia.

Quadro 1. 17- Evolução da Taxa de Ocupação na Hotelaria Global, Por Concelhos

Região	1986	1987	1988	1989	1990	1991
Algarve	46,3	47,6	41,8	40,2	41,1	46,2
Albufeira	56,5	51,6	44,1	43,5	44,5	47,9
Alcoutim	0	0	0	0	0	0
Aljezur	0	37,8	31,1	35,5	34,7	28,6
Castro Marim	0	82,6	48,4	56,7	70,0	64,9
Faro	39,1	38,2	32,8	34,1	29,4	30,5
Lagoa	35,9	36,9	29,3	33,2	37,8	47,7
Lagos	58,8	47,7	44,0	43,0	42,2	47,6
Loulé	32,4	45,9	39,0	37,7	38,2	42,2
Monchique	41,9	22,1	34,6	21,1	16,1	16,5
Olhão	16,4	14,8	19,6	19,4	25,4	24,9
Portimão	50,0	49,2	47,5	40,3	38,8	49,4
S.B. Alportel	59,0	69,2	63,1	55,8	60,1	65,4
Silves	64,1	50,4	39,7	28,9	43,2	43,4
Tavira	41,2	36,6	33,4	34,4	35,9	34,8
V.Bispo	83,9	74,6	51,8	48,1	41,1	46,8
V.R.S.António	55,0	53,2	44,8	44,9	47,2	49,7

Fonte: Estatísticas do Turismo 86-89, 90-94

b) Outros Serviços

Apesar da forte dependência do sector terciário pela actividade turística, não se pode descurar a importância de outros ramos de actividades que, embora com menor peso na economia regional, beneficiam do crescimento turístico, devido aos efeitos de arrastamento que este provoca nos ramos correlacionados.

Das diferentes actividades económicas no sector dos serviços, destacam-se os ramos 61 (comércio por Grosso) e 62 (Comércio por Retalho).

Comércio por Grosso

Em 1994, segundo dados publicados pelo INE, as empresas inscritas no sector “Comércio por Grosso”, caracterizavam-se pela reduzida dimensão no que respeita ao número de pessoal ao serviço, visto que cerca de 73% das empresas algarvias detinham ao serviço menos de cinco pessoas. As empresas com vinte ou mais pessoas ao serviço não ultrapassavam os 4%. Comparativamente com o Continente, verifica-se que houve um

aumento do número de empresas (+3.3%) entre 1993 e 1994, enquanto que ao nível regional a tendência foi inversa, registando-se uma acentuada quebra (-16%), principalmente nas empresas com menos de quatro pessoas ao serviço.

No que respeita ao número de pessoas ao serviço, destacam-se, para 1994, as empresas que se dedicavam ao “Comércio por grosso de géneros alimentícios, bebidas e tabaco” (CAE 6108) e ao “Comércio por grosso n.e.” (CAE 6109), com 59% e 10.2% respectivamente do total do emprego, contribuindo conjuntamente para 83% do volume de vendas. Há a referir que, apesar da diminuição do nº de empresas, entre 1993 e 1994, o número de empregados aumentou cerca de 4% no sector; valor superior ao registado para o Continente (+1.8%).

Comércio por Retalho

Tal como no sector do comércio grosso, 90.5% das empresas algarvias, em 1994, eram de pequena dimensão (menos de 5 trabalhadores), empregando 88.2% do total das pessoas ao serviço do sector, contribuindo para 34.9% do volume de vendas regional do sector. No que respeita à variação, entre 1993 e 1994, verifica-se, quer a nível nacional, quer a nível regional, uma diminuição do número de empresas, que regionalmente atinge um decréscimo de 24.1%.

As actividades do sector que mais se destacaram, em 1994, foram a do “Comércio a retalho de géneros alimentícios e bebidas” (34.6% do total das empresas), o “Comércio a retalho de têxteis, vestuário e calçado” (18.6% do total das empresas) e o do “Comércio a retalho n. e.” (18.5% do total das empresas), seguindo a tendência nacional.

Capítulo 2 - Dinâmicas de Transformação Territorialmente Diferenciadas

"A análise das assimetrias tem particular importância quando é possível fazer comparações no tempo [e no espaço] a fim de avaliar da evolução dos desequilíbrios" (LOPES, 1987:59)

2.1 - A Variável "Espaço" e a sua influência nos Desequilíbrios Regionais

"O espaço tem uma definição histórica, tem uma definição económica, tem uma definição social (...) não é uma simples página branca sobre que se inscrevem as acções dos grupos e das instituições, apenas condicionadas pelo comportamento de gerações anteriores." (LOPES, 1987:23)

O desenvolvimento constitui uma das principais preocupações da reflexão económica contemporânea, nas suas distintas componentes. Não obstante a economia assumir uma clara tendência para o estudo desagregado das suas variáveis, só muito tarde reconheceu a variável espaço¹. No entanto, esta tornou-se fundamental para o estudo do desenvolvimento, rompendo com uma tradição da "wonderland of no spatial dimensions" (ISARD, 1955). As explicações das análises económicas eram apresentadas independentemente das coordenadas espaciais, onde o investimento, o mercado, a procura e a oferta apareciam sem o factor localização, onde aliás é "difícil conceber uma Economia a funcionar sem que isso se desenrole no espaço e no tempo" (Cesar das Neves, 1993:94).

Deste modo, a *"determinante espacial no desenvolvimento económico é simplesmente tão fundamental como o tempo, pois que nada existe que não se localize muito concreta e precisamente no tempo e no espaço"* (LOPES, 1987:2). É este reconhecimento que promove a discussão e as dificuldades inerentes às análises das diferentes dinâmicas territoriais e das características de mercados que, obviamente, resultam das variáveis espaciais e temporais.

¹ "O espaço pode definir-se a partir de um conjunto de dados económicos localizados podendo as localizações ser dispersas, porque o que dá unidade ao espaço são as suas características e a natureza das relações de interdependência." (LOPES, 1987, p. 29);

Não é possível conjecturar economicamente sem ter em conta a diversidade espacial, uma vez que os problemas inerentes às políticas globais passam, necessariamente, pela identificação, em primeiro plano, de variáveis económicas justificativas e, em segundo plano, da análise de fenómenos sociais, culturais e económicos que caracterize/identifique, diferenciadamente, espaços regionais (ou sub-regionais).

Deste modo, o comportamento de uma variável económica dependerá, em larga medida, da variável espaço, i.e., a mesma variável deverá ter diferentes valores consoante a dinâmica de um determinado espaço/território. O mesmo será dizer que há áreas ou regiões em que se concentram determinadas actividades em detrimento de outras (onde se pode adiantar como exemplo o desenvolvimento turístico do litoral algarvio em detrimento da serra), bem como dentro dessas mesmas regiões se podem identificar dinâmicas desiguais que poderão dar origem a sub-regiões com características distintas (nomeadamente o caso das zonas rurais e urbanas).

A compreensão dos problemas provocados pelo desenvolvimento desigual entre regiões passa, assim, pela identificação/caracterização da unidade espacial e das dinâmicas demográficas, tendo, também, em conta a respectiva dimensão temporal, isto porque “*os fenómenos demográficos, como todos os outros que ocorrem em sociedade, localizam-se no tempo (...), [para além de que] podem variar com maior ou menor amplitude, consoante a unidade espacial utilizada*” (NAZARETH, 1986:15).

Partindo deste postulado, é possível verificar que os desequilíbrios regionais existentes são fruto de uma grande diversidade de factores e variáveis que têm sido objecto de análise e teorização por parte de geógrafos, economistas, sociólogos e até historiadores (caso de Braudel, por exemplo). Alguns autores acreditam que os desequilíbrios regionais surgem devido aos obstáculos ao funcionamento eficaz dos mercados e que um dos meios de ultrapassar as disparidades é assegurar o livre funcionamento da lei da oferta e da procura².

Mas, conforme salienta S. Lopes, se se inscrever, enquanto objectivo de uma política sócio-económica, a minimização dos desequilíbrios regionais, é necessário optar por políticas que não tenham em conta apenas a maximização do crescimento e a livre acção das forças de mercado, uma vez que estas “*tende a acentuar o desequilíbrio, porque não pode dispensar*

² in Parlamento Europeu, Direcção-Geral de Estudos (1991) - “*Uma nova Estratégia para a Coesão Económica e Social Após 1992*”.

as economias externas que por exemplo lhe advém dos efeitos de aglomeração; do mesmo modo, reduzir desequilíbrios significa sempre sacrificar ritmos de crescimento” (LOPES, 1987:4).

Por conseguinte, ao se implementarem políticas visando a redução dos desequilíbrios, torna-se evidente a necessidade de uma caracterização económica regional, para que a implementação destas dêem os resultados esperados, visto que as regiões relacionam-se de modo distinto e desequilibrado. Ou seja, *“determinados atributos das regiões irão favorecer ou desfavorecer a implantação e crescimento de diferentes formas da actividade económica e, conseqüentemente, as dinâmicas da região irão depender do êxito em atrair e sustentar uma actividade orientada no sentido do crescimento”* (CCRAlg 1990:29).

Esta análise torna-se tão mais necessária quando se associa às características regionais, variáveis como recursos naturais, recursos humanos e actividades perfeitamente localizadas, justificando um planeamento territorial no sentido de adoptar linhas estratégicas que orientem a evolução sócio-económica para um desenvolvimento regional mais equilibrado e sustentado³ (embora seja importante salientar que há certos críticos que afirmam que o equilíbrio deverá ser restabelecido através dos mecanismos de mercado).

Infelizmente, grande parte das vezes não se distingue o conceito de *desenvolvimento* do conceito de *‘crescimento’* das regiões e a prova disso foram os Planos das décadas de 50-70 que, embora já identificassem as disparidades regionais, optaram por uma política de apoio aos grandes investimentos (empreendimentos e infra-estruturas) com o intuito de alargamento e melhoria do potencial produtivo, o que significava a não correcção dos desequilíbrios identificados e, antes pelo contrário, a aceleração do ritmo de crescimento, que iria beneficiar, sobretudo, a faixa litoral do Continente.

³ O Planeamento aparece assim como um dos objectivos principais e prioritários da problemática do Desenvolvimento Regional. E será curioso salientar que, já Kuklinski, em 1970, apontava três tipos de limitações ao planeamento regional: *“O primeiro assenta no reduzido nível de integração que se verifica em geral entre política regional e planeamento, no que muito há a esperar da melhoria da «participação»;* e é de natureza institucional tal como o baixo nível de integração entre o planeamento regional e outros tipos de planeamento, nomeadamente o global e o sectorial. *O segundo é de natureza técnica e tem que ver com a reduzida flexibilidade dos planos regionais e com a dificuldade de integrar visões «disciplinares» numa óptica interdisciplinar. O terceiro tem que ver com a dificuldade em delimitar regiões-plano, longe ainda de estar ultrapassada”* (LOPES, 1987, p. 22). Estas limitações já referidas por Kuklinski e adoptadas por Simões Lopes, poder-se-ia dizer que continuam, de algum modo, actualizadas.

Estes planos eram demonstrativos da pouca preocupação com a gestão das dinâmicas de transformação territorial, o que implicava uma incapacidade de controlar as tensões de planeamento físico.

Facto perfeitamente comprovado com o acontecido no Algarve a partir da década de sessenta, em que o *boom* turístico levou ao investimento em grandes empreendimentos turísticos e infraestruturas de apoio, acentuando-se os desequilíbrios existentes entre a serra e o litoral, que persistiram até aos dias de hoje.

Este modelo de crescimento regional baseado na concentração de investimento num único sector produtivo⁴ poderá ser colocado em causa, tanto mais que, para agravar a situação apresenta uma forte dependência de dois ou três mercados: o britânico e o alemão (33.0% e 24.8% das entradas, respectivamente para o ano de 1995).

Assim, face a uma possível crise no sector turístico, devido a alterações da procura (ex. diminuição do mercado britânico), existe uma tendência para inverter tal situação, nomeadamente com o incentivo ao desenvolvimento do interior algarvio. A decisão de se avançar com um Plano Regional de Ordenamento do Território (o primeiro a ser ratificado⁵) com linhas orientadoras de desenvolvimento foi um dos primeiros passos para assumir este problema e, obviamente, para a promoção de um conjunto de soluções.

A formulação de políticas e a elaboração de planos a nível regional torna-se tarefa difícil pois, aquando da sua execução, estas têm de ter em conta a existência de áreas-problema, subdesenvolvidas ou deprimidas, comprovando a necessidade de se ter em conta a diversidade espacial como factor decisivo para o combate (minimização) das disparidades regionais. Ou seja, a política regional quando implementada (tendo em conta as diferentes dinâmicas sociais e económicas de cada uma das sub-regiões identificadas) deve promover o desenvolvimento das regiões menos favorecidas, contribuindo para a diminuição dos desequilíbrios regionais.

⁴ Um exemplo desta situação e, tendo em conta o caso estudo da presente dissertação, é o sector turístico no Algarve, o qual contribuiu em 1995 com cerca de 430 milhões de contos de receitas provenientes do turismo, o que representou 43% do total das receitas oriundas de todas as regiões turísticas de Portugal. O mesmo se pode adiantar para o emprego gerado pelo turismo, o qual ocupa papel importante na economia regional, ainda que, sujeito a oscilações regionais, fruto da sazonalidade inerente a este sector. Esta lógica de apoio exclusivo ao crescimento turístico, tornou o Algarve na região com a estrutura produtiva menos diversificada de todo o País, com todos os problemas e perigos inerentes a uma tal situação.

⁵ O Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve foi ratificado pelo Decreto Regulamentar 11/91 de 21 de Março.

No fundo, a política regional *“é efectiva quando tem a função de dotar as regiões com um potencial que as torne aptas a competirem com outras, sem necessidade de ajudas continuadas. Uma política regional, predestinada a ajudar indefinidamente a(s) mesma(s) região(ões) não se pode considerar eficiente”* (SILVA, 1980: 51).

Esta concepção de “desenvolvimento regional” é hoje quase um consenso. Recebeu mesmo a ‘chancela’ de várias organizações internacionais que estudam este tema (União Europeia, OCDE e Banco Mundial, entre outras).

Não obstante o atrás referido, torna-se evidente a existência de desequilíbrios entre as regiões, tendo em conta as diferentes dinâmicas territoriais e de desenvolvimento social e económico dos diversos espaços.

É possível estudar os desequilíbrios regionais através da análise de dois tipos de indicadores básicos: indicadores sociais e indicadores económicos, os quais permitirão a identificação e a caracterização de unidades espaciais que, pelas suas características/problemas homogéneos, dão origem a sub-regiões, também denominadas *“espaços de solidariedade e de acção”*⁶.

A identificação das disparidades regionais leva à implantação de políticas de carácter estratégico que, a médio/longo prazo, se traduzirão em medidas de combate aos desequilíbrios regionais identificados.

Apesar de Portugal ser um País de reduzida dimensão, possui fortes disparidades regionais, nomeadamente as dicotomias Norte/ Sul e Litoral/Interior, que obrigam a repensar as políticas globais e as estratégias implantadas até ao momento.

No fundo, poder-se-ia considerar que Portugal atravessa (ainda) um *“hesitante e difícil processo de industrialização e modernização, [onde] tenta hoje enfrentar os problemas decorrentes da sua heterogeneidade estrutural, interna, face à integração no espaço económico europeu. Aspecto particularmente relevante dessa heterogeneidade interna*

⁶ Entende-se por “espaços de solidariedade e acção”, espaços não institucionalizados onde a existência de problemas comuns não só permite a constituição de interesses colectivos territoriais como sugere ainda a vantagem de uma gestão espacialmente integrada e coerente (c.f. Ferrão, 1995).

tem sido a persistência de acentuadas assimetrias regionais de desenvolvimento, não obstante a relativamente modesta dimensão do território” (CHAMBEL DE OLIVEIRA e SALVADOR, 1994: 329), contribuindo para uma dinâmica económico-espacial desigual, provocando desequilíbrios regionais perfeitamente identificados (e mesmo assumidos pelo senso comum) onde a dicotomia litoral/interior prevalece, tal como é prova “*a concentração do crescimento numa parte da faixa litoral do País*” (CHAMBEL DE OLIVEIRA e SALVADOR, 1994: 329).

Todavia, se é pretensa de qualquer processo de desenvolvimento, um crescimento económico equilibrado, então seria legítimo esperar que a integração de Portugal na União Europeia viesse, de algum modo, incrementar/incentivar a implantação de políticas regionais para esse fim. Assim, “*muito ficará a depender da correcta e eficaz mobilização, a curto e médio prazos, dos meios comunitários colocados à disposição do País.*” (CHAMBEL DE OLIVEIRA e SALVADOR, 1994: 329).

A uma menor escala, encontra-se o caso-estudo, o Algarve, onde *a priori* é possível identificar dinâmicas territoriais diferenciadas que incutiram maior evidência às disparidades existentes entre a Serra e o Litoral. A forte pressão turística sobre toda a faixa litoral e o continuo despovoamento da serra algarvia têm vindo a acentuar as diferenças existentes.

Uma das estratégias defendidas passa pela criação de gabinetes, onde diferentes actores deveriam estar presentes, nomeadamente a Administração Central e Regional (representada sectorialmente), Universidades, associações de desenvolvimento local, empresas, sindicatos, etc., de modo a, conjuntamente, participarem na elaboração e implementação de estratégias orientadas para a harmonização do desenvolvimento.

Estes gabinetes poderiam ter como objectivo definir as principais linhas estratégicas da sua área de intervenção, uma vez que seriam conhecedores da realidade económica, social e cultural e poderiam, assim, incutir um desenvolvimento sustentado e equilibrado.

Em sùmula, poder-se-á dizer que as análises que se têm efectuado em volta das relações dicotómicas (Litoral/Interior, centro/periferia, norte/sul) necessitam de ser reavaliadas, uma vez que as dinâmicas territoriais, tal como a própria definição indica, não são estáticas e a diversidade e complexidade das situações obriga a uma actualização do conhecimento dessas mesmas realidades territoriais. Mesmo as áreas deprimidas de uma mesma região,

apesar de constituírem espaços com problemas comuns, não constituem uma unidade homogénea entre si e tendem a evoluir, por vezes, em direcções opostas.

Face ao que antecede, apercebe-se que a *“persistência de problemas estruturais e a evolução das disparidades inter e intra-regionais colocam-nos perante a necessidade de estratégias activas, solidárias e persistentes, e de um modelo territorial de desenvolvimento que contribua para centrar as periferias e promova a articulação dos respectivos centros urbanos”* (JACINTO, 1995: 66)⁷.

Assim, a identificação e caracterização de espaços, que pela sua natureza social e económica, deverão ser estudados (agrupados) como uma sub-região homogénea, dependem da análise de indicadores que, de acordo com a generalidade dos autores deverão ser de ordem social e económica.

A identificação desses espaços pode passar *“pelo recurso a uma metáfora do País como arquipélago, isto é, constituído por ilhas* [áreas que pelas suas características sociais e económicas possuem um dinamismo superior aos verificados na média nacional] *e por espaços submersos* [que se caracterizam exactamente pelo oposto, ou seja os indicadores sociais e económicos são inferiores aos registados para a média nacional]” (FERRÃO, 1995).

Assim, poder-se-á dizer que a caracterização desses espaços passa, em primeiro lugar, pela análise de algumas variáveis, nomeadamente de índole demográfica e sócio-económica, as quais permitirão antever um conjunto de factores que, consoante a sua afinidade, permitirá agrupá-los em sub-regiões (*ilhas* ou *espaços submersos*).

Após a identificação destas sub-regiões será possível abordar/analisar os vários processos de planeamento e políticas regionais adoptados e mensurar qual a sua eficácia, para no fim delinear um conjunto de estratégias que, de algum modo, contribuirão para o combate aos desequilíbrios regionais existentes.

Após este breve enquadramento teórico, ir-se-á passar para uma análise de índole prática, mediante o tratamento de um número determinado de variáveis sociais e económicas. No entanto, antes disso, considera-se indispensável proceder a uma breve síntese das questões

⁷ In MPAT, SEALOT, *“Ciclo de Colóquios: A Política Urbana e o Ordenamento do Território”*

que se podem colocar no domínio do desenvolvimento desigual, isto é, da possível existência de áreas de maior nível de crescimento (o “centro”) e de áreas onde esse mesmo desenvolvimento é substancialmente inferiores (a “periferia”).

Este procedimento justifica-se pelo carácter peculiar do desenvolvimento regional português, largamente baseado, como se irá ver, na presença de “pólos de crescimento” (territorial/sectorial) correspondentes, grosso modo, às Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto e, no que se refere aos aspectos turísticos⁸, à faixa litoral algarvia.

Deste modo, é importante perspectivar os padrões de desenvolvimento regional e intraregional do Algarve situando-os num contexto de reflexão teórico-prática sobre o assunto. É neste sentido, que deve ser entendida a abordagem aos paradigmas de desenvolvimento - «funcionalista/territorialista» e à problemática «centro-periferia» que lhe está associada.

As questões nucleares sobre o desenvolvimento, nomeadamente na sua componente espacial, integram-se num corpo mais vasto de reflexão onde têm lugar as preocupações com a intensidade/qualidade do crescimento que caracteriza, em dado intervalo temporal, as diferentes parcelas de um território de base regional, nacional ou internacional. Assume-se portanto, a profunda convicção que os processos de desenvolvimento atingem de modo desigual o território e por este motivo, as consequências no curto/médio prazo deverão implicar distribuições diferenciadas dos níveis de riqueza.

Assim, é lícito interrogarmo-nos (esta interrogação tem, conforme se poderá inferir da leitura do sub-capítulo seguinte, consequências de ordem económica, social e política) sobre a justiça e/ou oportunidade de equacionar estratégias activas de correcção dos desequilíbrios contrariando, deste modo, o ‘*quadro natural*’ da evolução dos mecanismos de mercado.

Sem dúvida que reside neste ponto a separação entre duas lógicas de conceptualização dos estímulos ao desenvolvimento. De um lado, encontramos os técnicos da inevitabilidade do desenvolvimento desigual e que apostam na progressiva correcção (visível no médio/curto prazos) dos desequilíbrios através do jogo das forças de mercado. Para estes autores (como

⁸ E não só nos aspectos turísticos. O nível mais elevado do PIB “per capita” algarvio, faz com que seja uma hipótese o Algarve deixar de ser região “Objectivo 1” e perder, assim, acesso aos fundos europeus.

Amin, Frank, Baran, Soja, entre muitos outros), o cerne da resolução dos problemas do desenvolvimento espacial não equilibrado reside, por um lado, nas dinâmicas de actuação das forças produtivas que acabarão por levar os benefícios do crescimento sustentado ao conjunto dos sectores económicos e à totalidade do território e, por outro lado, na sequência de fenómenos de economias de concentração/economias de desconcentração que, no limite, desempenham um papel preponderante no ‘reencaminhamento’ sectorial/espacial dos volumes de investimento necessários à geração de riqueza.

No pólo oposto encontram-se os defensores da construção de políticas activas de combate aos desequilíbrios e da promoção do desenvolvimento endógeno, em oposição à atitude de “*laissez faire*”, ou seja, de tudo deixar ao livre arbítrio do mercado. Autores como Friedmann, Hirschman, Myrdal e S. Lopes posicionam-se favoravelmente no que diz respeito à exigência e capacidade de criar estímulos indutores da ‘espacialização’ do processo de desenvolvimento, isto é, da realização de um quadro de iniciativas que possam contrariar determinados aspectos, considerados negativos, do ‘*cenário natural*’ do crescimento.

É nesta oposição ou relação dialéctica - ‘cenário natural’ vs ‘cenário intervencionista’ - que se pode encontrar a fonte inspiradora do debate sobre a lógica de promover a implementação de estratégias activas de correcção dos desequilíbrios e que conduzam a uma recomposição espacial das actividades, mais consentânea com objectivos quer de eficiência na produção, quer de justiça distributiva.

Assim, a base que fundamenta e justifica a reflexão do próximo sub-capítulo relaciona-se com o estoriar das respostas que têm sido dadas à seguinte questão:

‘Se o desenvolvimento se desenrola (pelo menos no curto/médio prazo) de um modo desigual no território, qual o conhecimento e oportunidade de estudar e prosseguir estratégias indutoras de atenuação dos desequilíbrios?’

Será este, portanto, o cerne da análise do próximo ponto.

2.2 - Os Desequilíbrios Regionais no Contexto das Teorias de Divergência Regional

"(...) geographical inequality in the form of a centre-periphery pattern is inherent in capitalist development and that centre-periphery relations are the basic cause of regional underdevelopment."
(FERRÃO, J. e JENSEN-BUTLER, C., 1984: 375)

A leitura geográfica dos padrões de desenvolvimento territorial de diferentes partes do Mundo e, no caso particular de Portugal, conduz, de um modo inelutável, à conclusão de que o crescimento económico e, sobretudo os seus aparentes benefícios, não se distribuem de um modo igual pelas diferentes parcelas do espaço. *"O progresso económico não aparece em todo o lado ao mesmo tempo e com a mesma intensidade e, quando aparece, surgem forças conducentes à concentração espacial do crescimento em torno de pontos de arranque específicos"* (LOPES, 1987:294). De facto, são visíveis núcleos (também designados por "pólos" ou "centros") em que as economias de escala e de aglomeração induzem uma produção e distribuição de riqueza assinalável e grandes espaços economicamente débeis e, muitas vezes, na dependência das primeiras áreas referidas, em que a produção e, ainda mais a distribuição, assume contornos de acentuado desequilíbrio (os denominados "espaços periféricos" ou "periferia").

Uma constatação desta natureza não é realizada somente nos dias de hoje, visto que já desde o século passado e, sobretudo, desde os anos 50 deste século diferentes autores analisaram as causas e previsíveis consequências da formação de um modelo de geração de riqueza baseada em níveis desiguais de desenvolvimento.

No contexto da análise dos aspectos territoriais capitalistas é possível identificar duas grandes correntes de pensamento. Por um lado, surgem os defensores do princípio de que *"geographical inequality in the form of a centre-periphery relations are the basic cause of regional underdevelopment(...)"*, [ou seja, a economia capitalista cria mecanismos de sustentação a partir de uma] *"relation of exploitation and dependency between (...) two types of regions (...)"*, [as designadas regiões-ricas dotadas de] *"high-skill high-wage occupations, with 'strong' states (...)"* [e as denominadas regiões-pobres especializadas em]

“low-skill low-wage occupation, with ‘weak’ states” (FERRÃO E JENSEN-BUTLER, 1984: 375-376)

Por outro lado, é possível detectar outra corrente de pensamento que questiona a irreversibilidade do desequilíbrio espacial do desenvolvimento num contexto de economia capitalista, ou seja, *“the attractiveness of different regions (...) will change as [determinados factores como] technology changes (...)”*. [Assim,] *“regional development patterns are not, as assumed in the centre-periphery model, immutable (...) [isto é] patterns [de desenvolvimento] cannot be regarded as permanent”* (idem:381).

Assim, por um lado temos marxistas e “radicais”⁹ que defendem que todo o desenvolvimento é desigual e não acreditam que os desequilíbrios regionais possam ser atenuados, pelo menos a curto prazo. É o caso, por exemplo, do modelo teórico da acumulação de capital de Samir Amin (1974b), que assume uma posição de abstracção das relações externas para com as trocas (desiguais) entre o centro e a periferia; defende que se acabará por atingir a perequação das taxas de lucro e por conseguinte do desenvolvimento, através da criação, na periferia, de um sector exportador, induzido pelo centro, que terá *“um papel predominante na formação e configuração do mercado, [tendo como objectivo exportar] os produtos primários minerais ou agrícolas (...) que constituem elementos integrantes do capital constante (matéria-prima) ou do capital variável (produtos alimentícios) a preços de produção inferiores aos que caracterizam a produção no centro, de produtos análogos”* (Amin, 1974b:13).

Este modelo, apesar de permitir o desenvolvimento da periferia, acaba por comprovar a posição marxista referida inicialmente - todo o desenvolvimento é desigual - uma vez que a teoria da troca desigual associada à produtividade e à mão-de-obra barata do sector exportador, acabam por permitir a ampliação do mercado no centro, enquanto que a periferia mantém a sua posição de função marginal. *“Esta dinâmica conduz a uma polarização crescente da riqueza em benefício do centro”* (idem:16), acentuando a dicotomia.

Os defensores deste postulado não acreditam, assim, nas políticas de desenvolvimento, mas sim nas tendências espontâneas do sistema, ou seja, acreditam que, apesar de alguns países periféricos terem demonstrado algum crescimento, este só foi possível devido à procura

⁹ No sentido anglo-saxónico do termo.

externa de matéria-prima e ao investimento de capitais estrangeiros, mas que teve como consequência a estagnação de outros países do Terceiro Mundo.

Gunder Frank (1969) defensor também desta teoria confirma, por seu lado, que o desenvolvimento nas regiões centrais são a causa do subdesenvolvimento na periferia. Enquanto que Emmanuel (1972) acredita que as trocas desiguais são assumidas frequentemente como uma das maiores regras para determinar as relações Centro-Periferia.

Baseados neste paradoxo de tradição marxista aparece, então, um conjunto de autores, para além dos referidos (Baran: 1984, Peet: 1981 e Soja:1980) que aplicaram este modelo para descrever determinadas regiões; contudo, é Soja (1980) quem apresenta uma importante exposição teórica do modelo Centro-Periferia e considera que *“The geographical transfer of value thus becomes the basis for the geographical centralization and concentration of capital which, in conjunction with the homologous concentration and centralization of monopoly capital, creates and reproduces continuing differences between centers and peripheries”* (Soja, 1980:223), tal como comprova o radicalismo marxista.

Contudo, estes autores, apesar de acreditarem que o desenvolvimento implica sempre desequilíbrios regionais, aceitam que, talvez daqui a muitos anos, essas disparidades se possam atenuar desde que as forças de mercado actuem livremente, sem intervenção de políticas de desenvolvimento.

Existe uma outra vertente de pensamento que apoiados em postulados menos radicais e talvez mais ‘liberais’ acreditam que apesar do mercado livre levar ao desequilíbrio, a aplicação de medidas de políticas de desenvolvimento e de planeamento regionais poderá inverter a situação; por outro lado, acreditam que o mercado livre pode levar ao equilíbrio mas que se deverá esperar pelos “efeitos de arrastamento”. Apoiantes deste pensamento encontram-se autores como Friedmann (1972), Albert Hirschman (1958) e Gunnar Myrdal (1957).

No fundo, este autores, principalmente Friedmann (1972), apostam nas transformações introduzidas pela industrialização e acreditam que, apesar dos desequilíbrios tenderem a agravar-se, será necessário incutir incentivos através de medidas ou mecanismos de aceleração do processo de atenuação das desigualdades existentes entre o centro (com crescimento intensivo e rápido) e a periferia (cuja economia está dependente do centro).

Friedmann (1972) acredita que as medidas que se devem tomar passam pela transferência/deslocalização da periferia para o centro dos principais factores de produção, isto porque as políticas regionais não deverão ter a tendência de inverter o processo, uma vez que poderá ter como consequência um abrandamento do ritmo de crescimento do país como um todo (C.f LOPES, 1987: 296).

Deste modo, embora os defensores desta segunda linha de pensamento possam aceitar que *“the circular relationship in which the location of demand determines the location of production, and vice versa, can be a deeply conservative force, tending to lock into place any established center-periphery pattern [defendem que] nothing, however, is forever (...) the geographical structure of production may be stable for long periods of time (...) [mas] it may change rapidly”* (KRUGMAN, 1991: 26).

Deste raciocínio depreende-se que, através da institucionalização de um conjunto de medidas de incidência regional ou devido à alteração do quadro global de oportunidades em que se processa a actividade económica, é possível que ocorram importantes movimentos de recomposição das estruturas económicas e sociais, isto porque *“a number of attempts have been made to incorporate this thesis into a general theory of economic growth”* (FRIEDMANN, 1966:12).

Este raciocínio pode, por sua vez, ser aplicado tanto a países como a espaços supra-nacionais, i.e., as mutações nos equilíbrios que se estabelecem entre «Centro-Periferia» podem ocorrer no interior de um mesmo País, conduzindo à emergência de novos pólos e à decadência de “regiões-ricas”, como é o caso da evolução em vários países europeus, nos últimos 10/15 anos, ou podem suceder-se num âmbito espacial que transcenda as fronteiras territoriais de uma Nação. No fundo, *“world, continent, nation and city - the center-periphery hypothesis appears on all the relevant scales of explanation simultaneously as cause and effect of economic transformation”* (FRIEDMANN, 1966:12).

No primeiro caso poder-se-ia apresentar como exemplo ilustrativo *“important changes (...) taken place in the location of manufacturing activity in the United Kingdom since the mid - 1960's: the number of people employed in all regions except East Anglia declines dramatically over the period, and a significant shift in the preferred locations of new industrial activity away from the major conurbations to smaller towns in more rural environments has taken place”* (BULL, 1992: 213).

Como exemplo ilustrativo de tendências transnacionais saliente-se o caso de alguns espaços na União Europeia que conhecem, num contexto comunitário, um claro ciclo de crescimento enquanto que outras áreas conhecem graves problemas, nomeadamente, de desemprego, fruto da incapacidade de promover a inovação (no primeiro caso incluir-se-á a Irlanda e no segundo caso as áreas de indústria siderúrgica e naval, de que é exemplo a Península de Setúbal).

Deste modo, pode-se concluir que embora “*agglomeration economies and regional patterns of innovation (...) retarded [the] relocation*” [de actividades, os incentivos nas áreas das] “*communication and information processing, innovations in control systems (...) and (...) regional policy*” (FERRÃO E JENSEN-BUTLER, 1984: 382), tendem a modificar o quadro global de equilíbrios entre espaços centrais e periféricos¹⁰.

A análise interregional assume no contexto algarvio um interesse acrescido dado que esta região conheceu, no contexto nacional, uma especialização de investimento ao nível sectorial que teve profundas consequências na articulação do tecido económico regional. Assim, à reestruturação sectorial do tecido produtivo, corresponderam também fenómenos de recomposição espacial no que respeita aos focos de maior dinamismo. Situação visível quando se pensa nas importantes mutações que aconteceram nas últimas três décadas na estrutura sectorial algarvia e também na hierarquização territorial das diferentes parcelas que compõem o espaço regional, visto que é possível identificar zonas que perderam importância em favor de outras, ou seja «centros» e «periferias».

Face ao que antecede, percebe-se a dificuldade em aplicar directamente os conceitos básicos do modelo «Centro-Periferia» ao território algarvio, uma vez que as estruturas produtivas e espaciais conheceram oscilações significativas num certo intervalo de tempo; pensa-se, no entanto, que determinados postulados do modelo mantêm alguma validade, nomeadamente os que se referem às transferências (para o exterior) do valor acrescentado gerado em certas actividades, de que o principal exemplo é o turismo.

¹⁰ Esta abordagem ao modelo Centro-Periferia será equacionada na dupla perspectiva Nacional/Regional, isto é, por um lado, estudar o enquadramento do Algarve no contexto do País e, por outro lado, perspectivar as desigualdades intra-regionais ao nível do desenvolvimento. No segundo caso, será particularmente interessante a utilização de uma abordagem diacrónica de modo a captar quais os focos emergentes na dupla perspectiva sectorial / espacial que tem vindo a desenvolver-se no Algarve nos últimos 20-30 anos.

Face à complexidade do que foi descrito e às conclusões desenvolvidas por Butler/Pires (1983), Ferrão/Butler (1984; 1986) e R. Salvador (1994)¹¹ tudo apontava para a existência de sintomas que pareciam contrariar aquela tendência geral de «centro-periferia» que, como afirmam aqueles autores, “*Ao longo dos anos 70, importantes modificações contribuíram para alterar o padrão distributivo dominante até então, nomeadamente através da emergência de um contraste mais claro entre o Norte e o Sul.*” (FERRÃO e JENSEN-BUTLER, 1986:231).

Assim, desde do início da década de oitenta, que tem surgido várias críticas a este modelo, quer a nível epistemológico, quer teórico, ou empírico, onde a existência de um esquema de distribuição espacial portuguesa muito mais complexo do que o da década anterior vinha confirmar a impotência do modelo «centro-periferia» em explicar a dinâmica regional portuguesa, à semelhança do que se vinha a verificar a nível mundial e na maior parte dos países europeus, como comprova os trabalhos de Roura (1988, 1989).

Tudo parece, assim, indicar que as profundas alterações sócio-económicas e políticas no país (e não só), verificadas durante a década de setenta, a integração nos mercados internacionais, a adesão de Portugal à CEE e a integração no Mercado Único, contribuíram para que cada região esteja a actuar segundo as respectivas vantagens comparativas, permitindo o arranque de um novo modelo, mais recente, o paradigma do “Arquipélago”, defendido por Ferrão (1995) no seu trabalho - “Uma Visão Estratégica e Prospectiva do Modelo Territorial de Portugal”.

Nestas circunstâncias, parece-nos de particular interesse analisar este paradigma.

Ferrão (1995) considera que, a identificação e a caracterização das disparidades regionais em Portugal Continental, que têm tido como unidade espacial as diferentes dicotomias (Norte/Sul, litoral/serra, cidade/urbano) ou espaços territoriais demasiado heterogéneos (distritos, NUT II e III, etc.), têm impedido uma partição do país mais adequada a uma correcta identificação de espaços de solidariedade e de acção¹², nos quais deverão ser

¹¹ Posição semelhante, apesar de menos ostentada, tomou o Governo nos Relatórios do Estado do Ordenamento e Ambiente (1989 e 1990), onde concluíram pela existência de uma “*desaceleração significativa no processo de agravamento dos desequilíbrios na ocupação do território*” (1989: 16).

¹² Os quais são entendidos por “*espaços não institucionalizados onde a existência de problemas comuns não só permite a constituição de interesses colectivos territoriais como sugere ainda a vantagem de uma gestão espacialmente integrada e coerente*” (FERRÃO, 1995:3)

implementados projectos estratégicos de médio/longo prazo, com o objectivo de uma prática de concertação social ao nível sub-regional.

Para o caso de Portugal, Ferrão (1995) optou por utilizar uma metáfora para identificar e caracterizar os diferentes espaços de solidariedade e de acção, isto é, viu o país como um arquipélago, constituído por ilhas (áreas com um dinamismo demográfico e económico superior à média nacional), e por espaços submersos (com dinâmicas que apontam para situações aquém da média) que poderiam ser caracterizados a partir de quatro elementos: modelo territorial, modelo sócio-productivo, perfil de integração supra-regional (inter-regional e internacional) e modelo demográfico.

A estrutura distinta das “ilhas” e das “áreas submersas” dá origem a dois conjuntos de preocupações desigualmente aplicáveis a cada uma dessas situações. Enquanto que, para as “ilhas” os problemas de congestão e pressão sobre os mercados imobiliários e fundiários ou a necessidade de melhorar o ambiente externo às empresas, constituem aspectos de resolução estratégica, para os “espaços submersos” poderão justificar-se estratégias de carácter mais defensivas, promovendo directamente o emprego e o investimento, de forma a combater situações graves de crescente desertificação humana, quer a curto prazo com a dinamização directa das iniciativas e a médio/longo prazo para criação e consolidação de um meio envolvente mais favorável e interactivo (C.f. FERRÃO; 1995).

Perante tal cenário, Ferrão (1995) dividiu o “arquipélago” Portugal Continental em quatro grandes ilhas - Região Atlântica Norte, região Oeste Litoral, Área Metropolitana de Lisboa e Algarve Litoral - por um número de pequenas ilhas (centros urbanos não localizados em qualquer das quatro áreas anteriores) e por áreas submersas (áreas rurais não industrializadas ou urbanizadas).

Embora tendo apresentado / defendido o paradigma do “Arquipélago”, Ferrão (1995) reconhece a vulnerabilidade desta divisão, dada a fragilidade de algumas ilhas e, eventualmente, a emergência de outras, mas não deixa de ser uma opção de leitura da realidade das dinâmicas territorialmente diferenciadas de Portugal e poderá, assim, permitir uma definição de uma política regional mais adequada.

2.3 - **Divergência Regional: Ligação entre as Teorias e os Paradigmas Geográficos**

"The neglect of spatial issues in economics arises for the most part from one simple problem: how to think about market structure. Essentially, to say anything useful or interesting about the location of economic activity in space (...)" (KRUGMAN, 1991: 4)

A construção de uma política regional, no sentido conferido no ponto anterior, isto é, na procura de uma harmonização entre padrões de desenvolvimento, pode enquadrar-se, ao nível espacial/sectorial, em dois paradigmas essenciais - Funcionalista/Territorialista.

A essência de uma política regional passa, deste modo, pelo equacionar de um quadro de iniciativas que permitem, de um modo mais ou menos voluntarista, apoiar dinamismos potenciais de desenvolvimento. Assim, a defesa de um maior ou menor grau de intervenção no sistema económico-espacial¹³ está intimamente relacionado com duas visões distintas do processo de desenvolvimento.

No fundo, as diferenças entre as duas ópticas - a "radical" e a "liberal" - do modelo «centro-periferia» baseiam-se na distinção entre os paradigmas «Funcionalista» e «Territorialista» do desenvolvimento que, de uma forma resumida, poder-se-ão definir do seguinte modo:

- **Funcionalista:** *"Caracteriza-se pelo pressuposto de que desenvolvimento (...) é desencadeado inicialmente apenas em alguns sectores, ou áreas geográficas e se difunde com o tempo aos outros sectores e a todo o sistema espacial"* (HENRIQUES, 1990:35).
- **Territorialista:** *"pressupõe (...) que o desenvolvimento se alcança através da mobilização integral dos recursos das diferentes regiões para a satisfação prioritária das necessidades das respectivas populações"* (HENRIQUES, 1990:51).

¹³ Como se depreenderá da leitura deste subcapítulo não procedemos a uma segmentação entre o económico e o geográfico, uma vez que um processo de desenvolvimento multisectorial se desenrola num território concreto.

A articulação espacial do processo de desenvolvimento de índole «funcionalista» tem fortes probabilidades de originar estruturas territoriais do tipo «Centro-Periferia», uma vez que o crescimento se inicia em pontos específicos do espaço. Deste modo, a questão que se colocará de imediato é a aferição da existência (ou não) de um verdadeiro processo de difusão de desenvolvimento que, no seu término, equilibre os padrões de distribuição de riqueza.

Por outro lado, é também importante reflectir sobre o conjunto de circunstâncias que determinaram a preponderância de um sector ou de uma parcela de território em dado momento, i.e, importa saber que causas históricas mais ou menos próximas ou longínquas estiveram na base de um determinado impulso no sentido do desenvolvimento. Face ao que antecede, é possível enunciar as quatro questões chave que relacionam um modelo - «Centro-Periferia» - com os paradigmas de desenvolvimento: territorialista/funcionalista:

- 1ª Que factores ou causas estão na base de um processo de desenvolvimento desequilibrado? (*porque motivos uma região é mais rica que outra*).
- 2ª O desequilíbrio tende a acentuar-se na ausência de quaisquer medidas (ou seja, deixando «funcionar o mercado») ou, pelo contrário, inflecte para uma harmonização dos padrões de desenvolvimento? (*qual a tendência natural de evolução do território*).
- 3ª A opção por uma lógica intervencionista (ou seja, o não aceitar totalmente o «laissez-faire») irá privilegiar, e porque razões, que tipo de paradigma? (*se se intervir vai-se optar por qual paradigma e porquê*).
- 4ª A eventual existência de uma estruturação territorial do tipo «Centro-Periferia» será (ou não) atenuada pelas medidas que se implementarem de acordo com um quadro intervencionista que poderá ser do tipo «funcionalista» ou «territorialista»? (*se existir 'a priori' um modelo de estruturação territorial do tipo Centro-Periferia trata-se de antever os efeitos sobre esse modelo induzidos por um quadro de intervenções «funcionalista» ou «territorialista»*)

Tendo em linha de conta o fio condutor da presente dissertação, entende-se que será sobre as duas últimas questões que incidirá o cerne da reflexão, visto que a estruturação económica e territorial do Algarve, poderá ter como base o modelo «Centro-Periferia», ou seja, assume-se *a priori* que aquela região comporta-se no seu todo como um espaço dotado de uma estrutura desequilibrada. Assim, o maior interesse para o presente trabalho residirá na antevisão dos previsíveis efeitos das várias intervenções delineadas pelos

diferentes níveis de decisão para o território algarvio, com a finalidade de combater/minimizar as desigualdades regionais.

Relativamente às duas primeiras questões, entende-se que devem ser efectuadas as seguintes considerações:

1ª Os maiores ritmos de crescimento que sempre se observaram na faixa do litoral têm na base factores associados aos recursos naturais, como sejam o clima, os terrenos agrícolas, o “stock” piscatório e maiores acessibilidades (vias marítimas fluviais de comunicação).

2ª O jogo das forças de mercado determinou que os espaços dotados de maiores recursos naturais assumissem um protagonismo crescente na estrutura produtiva regional a tal ponto que, nos dias de hoje, são observáveis importantes diferenças na distribuição da actividade económica e da população¹⁴. Deste modo, é provável que, na ausência de qualquer intervenção, estes desequilíbrios não conheçam uma diminuição significativa. Se se atender ao comportamento das Instituições Públicas, verifica-se que é crescente a consciencialização para as insuficiências de uma lógica de puro mercado na resolução dos desequilíbrios intra-regionais. Assim, através de medidas diversas como sejam os Planos Regionais de Ordenamento do Território, os Programas Regionais Sectoriais e o aproveitamento da Política Regional Europeia têm existido diversas tentativas para harmonizar o quadro territorial de desenvolvimento do Algarve.

É aqui que se jogam as duas últimas questões: o quadro de actuação que tem predominado integra-se numa lógica Funcionalista ou Territorialista? Que previsíveis efeitos se devem esperar do corpo de políticas/medidas adoptadas e em vias de implementação?

Ora bem, se for aceite que a teoria «Funcionalista» assenta num conjunto de ideias inerentes às causas das desigualdades espaciais e que, por sua vez, tem por base um mecanismo de mercado que possibilita a expansão dos efeitos do desenvolvimento do centro para a periferia, então poder-se-á aceitar que este processo de difusão espacial está dependente da acessibilidade inter-regional e da mobilidade espacial dos factores produtivos. De modo a

¹⁴ Para o ano de 1991 é possível verificar a diferente distribuição da população algarvia pelas diferentes sub-regiões, registando-se na Serra 16.1 hab/km², 57.6 hab/km² para o Barrocal e, finalmente, 210.3 hab/km² para o litoral (e 600 hab/km² no Verão).

garantir a distribuição equitativa dos rendimentos, admite-se, então, que as disparidades regionais tenderão a atenuar-se, isto porque, como Friedmann (1966) defende, *“the emergence of a polarized structure will normally be accompanied by a series of displacements, from the periphery to the center, of the principal factors of production: labor, capital, entrepreneurship, foreign exchange, and raw materials in unprocessed form.”* (FRIEDMANN, 1966:12).

No entanto, este cenário só poderá constituir uma realidade se não for assumida uma posição de *«laissez-faire»*, mas sim uma posição intervencionista. A análise da história do Algarve permite verificar que, se a partir dos anos sessenta até finais da década de oitenta, se assistiu a um crescimento desenfreado sem qualquer de controle com o único intuito da maximização do lucro, os anos noventa estão a ser marcados por um conjunto de intervenções. Interessa conhecer a natureza *«funcionalista»* e/ou *«territorialista»* sobre o modelo de estruturação territorial e que efeitos produziram (e ainda estão a produzir). Não ignoramos que as desigualdades regionais podem acentuar-se *“ao mesmo tempo que as pressões políticas se orientam no sentido de inverter a direcção dos fluxos de recursos e de aumentarem as captações do rendimento da periferia para níveis próximos dos das restantes regiões.”* (LOPES, 1987:296).

Embora tudo aponte para que as medidas tomadas tenham como base o paradigma *«funcionalista»* (por razões a seguir apontadas), importa tecer algumas considerações sobre o paradigma *«territorialista»*, que comprovarão que tal paradigma não se encaixa nas políticas regionais adoptadas para o Algarve.

Assim, é possível verificar que este paradigma se baseia num conjunto de incentivos ao processo de desenvolvimento que desencadearam uma onda de intervenções *«de baixo para cima»*; ou seja, apesar dos órgãos locais/regionais começarem a ter uma maior influência na implementação de medidas, tal não implica a substituição da Administração Pública Central pelos Municípios. No fundo, é assumido que ambos os níveis terão capacidade (e direito) de intervir sobre o mesmo território, mas, obviamente, com atribuições e competências diferentes.

Por outras palavras, poder-se-á afirmar que o modelo *«territorialista»* pressupõe que o processo de desenvolvimento tem o seu início em pequenas unidades territoriais (aqui assumidas como regiões menos desenvolvidas), onde se deverá reter a maior parte do valor

acrescentado aí criado, implicando um desenvolvimento de «*baixo para cima*», i.e., do local para o regional e por fim para o nível nacional, sendo a preocupação primordial a satisfação das necessidades básicas da população local, a partir do desenvolvimento endógeno, ou seja através do uso integral dos seus próprios recursos (c.f. HENRIQUES, 1990).

Este paradigma, no que respeita aos problemas das ‘regiões periféricas’, aposta num conjunto de postulados, a saber:

- "a) as principais disparidades espaciais nos níveis de vida são devidas às consequências negativas da integração económica em grande escala;*
- b) as estratégias de desenvolvimento concretas serão sempre diferenciadas uma vez que dependem da especificidade dos recursos naturais e das condições culturais e institucionais;*
- c) o impulso básico para a formulação de tais estratégias diferenciadas terá de surgir do interior das respectivas comunidades;*
- d) deverá haver maior autodeterminação nacional e regional possível relativamente aos tipos de interação mais necessários nessas unidades territoriais."* (HENRIQUES, 1990:60)

O mesmo será dizer que, cada estratégia adoptada deverá ter origem dentro de cada unidade territorial, tendo em conta os seus factores sociais, políticos e culturais e orientadas unicamente para a satisfação das necessidades básicas dessas populações, baseadas nos recursos disponíveis dentro da respectiva unidade territorial (desde que exista um potencial endógeno).

No contexto das regiões ‘periféricas’, este paradigma promove então, a permanência do valor acrescentado na região e o investimento devendo ter em conta as estruturas políticas locais e respectivos processos de planeamento. Poderá ser exemplo a atribuição de subsídios às empresas de transportes entre as regiões ‘periféricas’, ou seja, reforço da acessibilidade intra-regional, que permitirá uma maior aproximação entre as regiões ‘mais desfavorecidas’ e as ‘mais favorecidas’, bem como o incentivo ao (re)investimento nas estruturas económicas regionais.

Ao serem estudados os factores que dão origem às disparidades espaciais, facilmente se percebe que uma das suas principais causas são as diferentes acessibilidades que

condicionam a distribuição dos factores produtivos e dos rendimentos, beneficiando determinadas regiões em detrimento de outras, o que obviamente acentua as assimetrias.

Com a consciencialização da importância da acessibilidade ao mercado, admite-se que as disparidades tenderão a diminuir¹⁵, uma vez que as forças de mercado incentivarão os factores produtivos a expandirem-se do centro para a periferia, ou seja haverá um fluxo de factores produtivos para as áreas de melhor remuneração, sofrendo as devidas “*correções* (...) [consoante a] *melhoria das acessibilidades inter-regionais e da mobilidade espacial* [desses] *factores produtivos*” (HENRIQUES, 1990:36). Ou seja, “*the centre seems to grow at the expense of the periphery, as centre-periphery model predicts*” (FERRÃO e JENSEN-BUTLER, 1984:390)

Dos vários fundamentos teóricos que tentam explicar este paradigma, alguns pressupostos se destacam, nomeadamente o efeito de difusão iniciado ao nível da escala global e transmitido para os diferentes sectores de actividade económica, através de inter-relações entre estes sectores e as «indústrias propulsoras» localizadas em «pólos de desenvolvimento», dinamizando o processo de crescimento. Ou seja, segundo Niles Hansen (citado por HENRIQUES, 1990:36), Hirschman considerava que as estratégias de desenvolvimento se deveriam concentrar num pequeno conjunto de sectores «chave» que assegurariam a difusão do crescimento a outros sectores o que, em termos espaciais, se pode associar à concentração do crescimento em determinadas áreas. Isto é, à concentração de projectos de investimento, de produtividade e do consumo *per capita*, através dos mecanismos de mercado poderá levar à expansão dos efeitos de difusão destas áreas (centro) para áreas menos desenvolvidas (periferia).

J. Friedmann, tendo em conta a reflexão sobre o modelo «Centro-Periferia», reconhece a importância da difusão no processo de desenvolvimento, assumindo que este se inicia no «centro», apoiado na inovação e sendo *à posteriori* difundido para as áreas «periféricas», embora os sectores «chave» do centro dominem a «periferia». Ou seja, a periferia “*remains a producer of primary, chiefly agricultural, materials, the secular trend in the interregional terms of trade will, on the whole, continue to be favorable to the center*” (Friedmann, 1966:13).

¹⁵ Trata-se de uma hipótese geral. Nem sempre será o caso, devido às economias de aglomeração. Ver exemplo de Krugman (1991), página 96, sobre possíveis excepções.

Estes pressupostos são também apoiados por Läßle e van Hoogstraten que argumentam que “(...) *concentration and centralization of capital in terms of value are (...) preconditions for the increase of productivity of social labour. This is only possible by the spatial concentration of labour power and means of production, the development of production leads thus to a spatial concentration of the production force*” (in FERRÃO e JENSEN-BUTLER, 1984:379) e, obviamente, esta concentração espacial de capital ocorre nas regiões centrais, onde as transferências geográficas das forças produtivas qualificadas e do capital acarretam consequências ao nível da estrutura qualificada do trabalho e, por inerência, na estrutura regional.

Assim, poder-se-á verificar que essas transferências dão origem a áreas homólogas de concentração e centralização do capital, acentuando as diferenças entre centros e periferias, uma vez que os factores produtivos com menor capacidade técnica e financeira tenderão por se localizar nas regiões periféricas, atraindo baixos salários e economias de aglomeração menos importantes, o que trará consequências ao nível da qualidade de vida das populações locais. É usual assumir-se que perante uma situação de recessão económica será a periferia que sofrerá mais do que o centro e isto porque o desemprego e outros sintomas de crise se farão sentir mais fortemente na periferia.

Este cenário é comprovado com uma outra posição teórica que defende o conceito de trabalhadores periféricos e centrais. Este pressuposto, defendido por Friedmann, considera que os trabalhadores centrais são muito mais bem pagos, têm uma melhor formação profissional, mantêm um nível contínuo de produção e estão melhor organizados. Por outro lado, os trabalhadores periféricos são pior pagos, têm menos qualificação e são facilmente substituídos por não estarem organizados.

Assim, pode-se assumir que as alterações/transferências ao nível da força de trabalho das regiões centrais e periféricas, determina as mudanças de categorização dessas regiões, ou seja, “(...) *central regions can become peripheral regions, and vice versa*” (FERRÃO e JENSEN-BUTLER, 1984:380). O que se pode comprovar com a preocupação de Friedmann, quando acredita que as transferências de recursos do centro para “*help raise per capita incomes on the periphery (...) [podem ter] serious economic repercussions*” (Friedmann, 1996:13), apesar de ser considerada uma medida de política e planeamento regional, isto porque “*an unprincipled redistribution of resources in favor of the periphery*

would significantly retard progress at the center and, consequently, for the country as a whole” (iden:13).

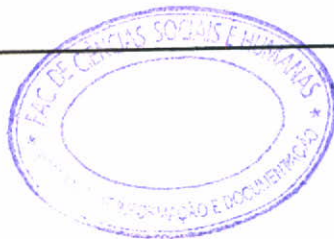
Face ao que antecede, verifica-se que as empresas multinacionais terão um importante papel na difusão da inovação e de factores produtivos, uma vez que as relações entre as estruturas dessas empresas e o processo de desenvolvimento económico são fundamentais para o desenvolvimento urbano-industrial, onde a utilização de tecnologias mais avançadas, maior investimento de capital e o aproveitamento das economias de escala e de aglomeração condicionam a localização das regiões centrais e periféricas.

Consequentemente, o paradigma «funcionalista» enfatiza este tipo de desenvolvimento, que se orienta para *“os grandes projectos de investimento, para o aumento constante da escala das organizações públicas e privadas de modo a permitir a transmissão do desenvolvimento, para mecanismos redistributivos de grande escala e para a redução das barreiras económicas, sociais, culturais, políticas e institucionais que possam bloquear a transmissão dos efeitos entre as diferentes unidades [geográficas]”* (HENRIQUES, 1990:38).

Assim, o paradigma «funcionalista» assenta num conjunto de pressupostos inerentes à concepção de desenvolvimento, em que a dicotomia centro/periferia se baseia na eficiência do processo produtivo e pela existência, ou não, de obstáculos à acessibilidade a mercados e a factores produtivos.

Em suma, o paradigma «funcionalista» acredita, que o desenvolvimento regional deverá ser impulsionado a partir das áreas centrais para as periféricas, através de um conjunto de medidas que passam pela transferência de capital e tecnologia para a periferia, com a aposta na deslocalização das empresas para estas áreas, através, entre outras, de incentivos financeiros; aposta em novas e modernas indústrias na periferia; criação de melhores acessibilidades e expansão da rede de transportes, nomeadamente através do incentivo ao investimento público em infra-estruturas regionais e inter-regionais, diminuindo a distância entre «centro» e «periferia»; criação de «pólos de desenvolvimento»; e descentralização do ensino e formação profissional das áreas centrais para as periféricas.

Decorrente do quadro teórico anteriormente definido conclui-se, então, que este paradigma se apoia em pressupostos fundamentais como a melhoria das acessibilidades, dos



transportes e comunicações, a teoria da base económica de exportação e a teoria dos pólos de desenvolvimento. Contudo, nem sempre estes fundamentos são possíveis de serem observados na realidade, o que poderá ser comprovado após a análise dos desequilíbrios regionais do espaço territorial em estudo.

Tendo em linha de conta a temática da presente dissertação propõe-se uma abordagem ao território algarvio com o objectivo de identificar sub-regiões de características e dinâmicas homogéneas. O espaço algarvio surgirá, assim, como uma entidade regional que possui no seu interior níveis distintos de desenvolvimento, com tendência para o agravamento das disparidades regionais. Tal conclusão é verdade, apesar de, desde há muito, se terem adoptado políticas de desenvolvimento regional que visam a atenuação dessas mesmas disparidades regionais.

2.4 - Dinâmicas Territorialmente Diferenciadas do Espaço Geográfico Algarvio

“(...) a identificação e caracterização de espaços (...) pode passar, com proveito, pelo recurso a uma metáfora do país como arquipélago, isto é, constituído por ilhas (as áreas com dinamismo demográfico e económico superior à média nacional) e por espaços submersos (realidades cujas dinâmicas apontam, pelo contrário, para situações aquém da média)” (FERRÃO, 1995: 5)

O Algarve foi sempre uma região caracterizada por grandes desequilíbrios regionais originados por graus de desenvolvimento distintos entre as sub-regiões que o compõem. Situação análoga à escala nacional, passa por um conjunto de dicotomias já nossas conhecidas: litoral/interior, centro/periferia, cidade/campo, etc. Todavia, quando se fala das dicotomias do Algarve automaticamente se associa ao fenómeno demográfico da transferência / deslocamento da população das zonas subdesenvolvidas (serra) para as mais desenvolvidas (litoral), por efeito do empolamento das actividades turísticas e correlacionadas.

A avaliação destas dinâmicas territorialmente diferenciadas, permite agrupar espaços com características e problemas semelhantes, os quais deverão “*ser alvo de projectos estratégicos de médio/longo prazo (...) [que preconizam a minimização das assimetrias*

análogas à região, sendo necessário, para tal, a implementação] *de políticas globais que integrem as diferentes políticas sectoriais*” (FERRÃO, 1995: 3).

Assim, importa identificar e caracterizar os desequilíbrios regionais, os quais conjugados com o suporte teórico e com os indicadores a serem utilizados no estudo, permitirão elaborar análises que identificarão as dinâmicas territoriais que deram origem aquelas assimetrias inter-regionais. Ou seja, uma vez que não se pode considerar uma região estática nem fechada, dever-se-á estudar os tipos de relações que se estabelecem entre os diferentes territórios e que, por sua vez, são caracterizadores e condicionantes da sua evolução no espaço.

Torna-se então, fundamental “*a caracterização do todo (o País) sem descurar as características das partes (as regiões) [e] importa conhecer as relações entre as partes e o todo; importa conhecer as relações dentro de cada uma das partes (...) e entre as partes*” (LOPES, 1987:5). No fundo, a abordagem da problemática espacial passa pela tomada de consciência das interdependências existentes dentro de cada sistema, independentemente das fronteiras criadas.

Por outras palavras, a análise espacial da economia centrou-se, como uma das suas preocupações fundamentais, na consciencialização dos problemas inerentes ao desenvolvimento económico e social, o mesmo será dizer nas questões de dependência ou de interdependência entre espaços. Nos primeiros estudos regionais que apareceram nos Estados Unidos (finais da década de cinquenta), essa consciencialização passou pelas preocupações de crescimento, muitas vezes denominado de «progresso», de certos espaços localizados e caracterizados por dinâmicas territorialmente diferenciadas. Esta experiência de estudos localizados daria origem às preocupações inerentes às assimetrias regionais e isto porque, as preocupações aparecem “*quando a velocidade de crescimento da região (...) começa a ser ameaçada por razões de congestionamento, ou (...) quando o efeito de aglomeração atinge pontos geradores de deseconomias*” (LOPES, 1987: 7).

Este cenário quando transposto para a realidade algarvia molda-se na perfeição, mas com uma década de atraso, ou seja, o crescimento (o denominado «progresso» anteriormente referido) que o Algarve assistiu a partir da década de sessenta com o *boom* turístico, originou preocupações somente em meados da década de oitenta, quando a velocidade de crescimento da região começou a ser ameaçada pelas pressões demográficas, económicas e

ambientais, o que, associado ao aumento da população activa na estreita faixa litoral, em detrimento de um interior incapacitado de absorver mão-de-obra, acentuou as assimetrias regionais no Algarve, principalmente entre a serra e o litoral.

A palavra «crescimento» utilizada para caracterizar o Algarve dos anos 60-80 corresponde a um conceito de base estritamente quantitativo, visto que, enquanto região com padrões de desenvolvimento aquém da média nacional, o «processo de desenvolvimento» implicou a ocupação indiscriminada do solo, sem qualquer planeamento prévio, integrador ou coordenador. Obviamente, tal situação gerou importantes bloqueios de natureza social e económica que impuseram a tomada de medidas urgentes como a formulação de políticas traduzidas em planos, onde se recorresse a um novo conceito de «desenvolvimento», obrigando ao *“recurso ao planeamento como meio para implementar políticas estabelecidas para atingir fins de desenvolvimento”* (LOPES, 1987:8).

Face ao que antecede é lícito interrogarmo-nos se as políticas de planeamento físico *“dever[ão] vocacionar-se simplesmente para o controlo do uso do solo e/ou a produção do solo urbanizado ou, pelo contrário, dever[ão] encarar o seu objecto como desenvolvimento no sentido mais lato do conceito, concebendo o espaço como um elemento, eventualmente coordenador e integrador, mas certamente não único, das suas preocupações”* (CARDOSO, 1996:171). Trata-se, no essencial, de destriçar qual o grande objectivo da preparação e implementação de uma estratégia orientada para o ordenamento, desenvolvimento e gestão do território: apenas gerir/controlar os processos e as tensões do uso do solo ou estabelecer uma articulação entre o espaço e as actividades praticadas, de modo a analisar as consequências de como essas actividades se desenvolvem?

Assim, é importante que a análise da realidade social e económica de um determinado espaço territorial, revele um conjunto de situações não equitativas que comprovam a existência de “desequilíbrios regionais”. Importa pois, tecer algumas considerações sobre esta problemática espacial e os processos de desenvolvimento que determinam disparidades regionais.

2.4.1. Uma visão do Modelo Territorial do Algarve

A divisão tradicional, baseada na geomorfologia do Algarve - Serra / barrocal / litoral - não é nos dias de hoje a metodologia mais indicada para satisfazer as necessidades de uma análise espacial: isto porque a implementação de medidas estratégicas de planeamento tem de ser cada vez mais rigorosa e específica, de modo a que a gestão do território se torne mais integradora e coerente.

No entanto, a maioria das assimetrias regionais identificadas e caracterizadas em Portugal têm por base unidades espaciais perfeitamente definidas, como distritos, concelhos, freguesias ou, ainda, situações dicotómicas já nossas conhecidas: Norte/Sul, Litoral/Serra, Centro/Periferia, Cidade/Campo. Seria, até, possível estudar “*outros arranjos territoriais (...) [que] decerto teriam argumentos favoráveis, tal é a variedade (...) da terra [portuguesa/] algarvia*” (GASPAR, 1993: 180). No caso presente, optou-se, numa tentativa de ir para além das divisões tradicionais acima referidas (e principalmente Serra/Barrocal/Litoral). Assim, adoptámos o Modelo Territorial, apresentado por Ferrão (1995) no seu trabalho - “Uma Visão Estratégica e Prospectiva do Modelo Territorial de Portugal”, à realidade espacial do Algarve, não ignorando as assimetrias conhecidas entre Serra/Litoral e que, obviamente, condiciona todo e qualquer desenvolvimento equilibrado para a região.

Ferrão (1995), descreve o País considerando que este é um arquipélago composto por várias “Ilhas”, cujo modelo territorial se baseia num “*rosário de centros urbanos ao longo de um litoral sujeito a fortes pressões de ocupação*” (FERRÃO, 1995:23), no qual se insere a estreita faixa costeira do Algarve e que denominou de “Algarve Litoral”; por “Áreas Submersas”, caracterizadas por uma “*dispersão do povoamento, ausência de economias de aglomeração e dificuldades de atingir mínimos que justifiquem o desenvolvimento de equipamentos e serviços relativamente qualificados*” (FERRÃO, 1995:28); e por fim, uma zona de transição, as “Pequenas Ilhas”, cujo modelo territorial é caracterizado pela condição de pequeno centro urbano.

Face ao que antecede e adoptando tal metodologia, torna-se necessário responder a duas questões fundamentais para o cerne da presente dissertação: quais os espaços territoriais que deverão fazer parte de cada uma das áreas anteriormente definidas? E quais os indicadores que deverão estar na essência de tal opção?

Partindo do princípio que os espaços territoriais a agrupar, deverão ser escolhidos do universo de concelhos que fazem parte integrante da região do Algarve, então, deverão analisar as diferentes dinâmicas que lhes estão associadas e que, por sua vez, condicionaram de modo diferente os respectivos modelos territoriais. Assim, o comportamento dos diferentes indicadores sociais e económicos, no espaço e no tempo, circunscreverá os limites das três áreas pré-definidas que poderão ser caracterizadas a partir da análise dos respectivos modelos demográfico e sócio-produtivo, não descurando que a delimitação geográfica das várias áreas *“não deve ser encarada de uma forma rígida e definitiva, mas antes como um ponto de partida para situações evolutivas”* (FERRÃO, 1995:14).

Esta caracterização permitirá identificar as principais linhas estratégicas e orientadoras no intuito de ajustar a cada um desses espaços, projectos de desenvolvimento e de ordenamento do território, de modo a promover o equilíbrio inter-regiões.

2.4.2. Agrupamento das Áreas Pré-Definidas

Em termos regionais, o modelo de desenvolvimento demográfico e económico do Algarve conduziu a uma segmentação espacial de acordo com as dinâmicas territoriais locais que, por um lado, determinaram a segmentação de grupos de concelhos com características próprias e, por outro lado, ditaram a especificidade produtiva e social do território algarvio.

Na última década (1981/1991), o Algarve assistiu a um crescimento da população superior a 5%, tornando-se numa das regiões do País detentora de maior dinamismo demográfico. Conta actualmente com mais de 345 mil habitantes, desigualmente distribuídos no território regional, seguindo um padrão de povoamento assimétrico que, durante a década de oitenta, se traduziu em variações negativas em alguns concelhos serranos (ex: Monchique) e fortemente positivas em concelhos de litoral (ex: Albufeira e Portimão).

Acentuou-se igualmente o desequilíbrio demográfico entre os concelhos interiorizados e os localizados no litoral, com a *‘fuga’* de efectivos no sentido da serra para as áreas costeiras. Situação tanto mais grave, quanto esta tendência abrange também concelhos periféricos do Sotavento, como é exemplo Vila Real de Santo António (Figura 2.4.1.) que, apesar da elevada densidade (250,3 hab/km²) e de se localizar no litoral, tem vindo a perder

contingente populacional (-12.7%). Este facto poderá ser justificado pela não compensação do saldo fisiológico, pelo seu carácter fronteiriço com a vizinha Espanha, e pela marginalização do concelho, face à inauguração da Ponte sobre o Guadiana e da Via do Infante.

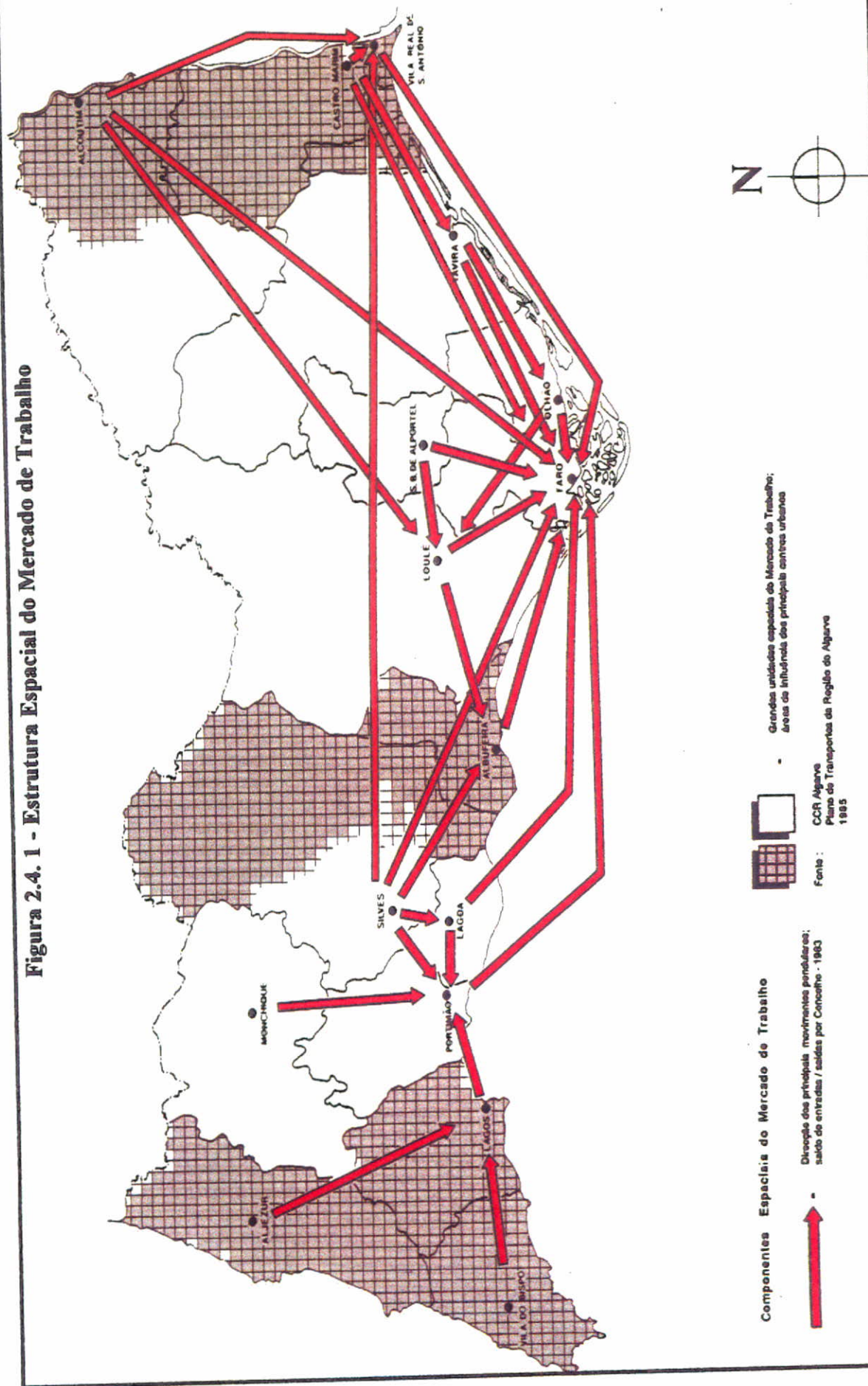
Como a análise do Quadro 2.4.2. permite constatar, o Algarve nem sempre foi uma região com as capacidades atractivas que possui hoje. Ao longo do período 1950/1970 apresentou fortes tendências repulsivas, em termos populacionais, como consequência do aumento da emigração (muita dela clandestina), fruto das condições de instabilidade sócio-política da altura e de um desenvolvimento económico incipiente. Este cenário inverte-se a partir de meados da década de setenta, com o regresso dos retornados das ex-colónias e, sobretudo, com a expansão do sector turístico que gerou diversas oportunidades de emprego. Assim, nos últimos vinte e cinco anos, o crescimento demográfico da região algarvia, considerada no seu todo, apresenta uma correlação positiva com a dinâmica do sector turístico e actividades directa ou indirectamente relacionadas.

Quadro 2.4. 1 - Indicadores Demográficos

AREA GEOGRÁFICA	hab/ km ²	Taxa Cresc	Taxa Natalidade		Taxa Mortalidade		Cresc. Migratório	Taxa Imigração
		81/95	1993	1995	1993	1995	1995	1995
Albufeira	157.4	+25.2	16.1	15.3	10.8	11.8	0.6	5.5
Alcoutim	7.4	-20.6	2.9	5.4	17.4	18.6	0.2	0.2
Aljezur	15.0	-4.2	6.9	6.0	17.3	16.0	0.2	9.7
Castro Marim	22.2	-9.3	7.2	6.1	12.7	15.7	0.3	0.6
Faro	256.0	+13.3	12.1	10.8	11.2	11.9	0.2	2.8
Lagoa	198.5	+11.7	10.5	11.7	11.2	12.6	1.3	7.7
Lagos	102.9	+11.0	11.8	11.2	12.4	11.8	0.6	5.4
Loulé	62.6	+7.7	12.9	11.3	14.1	15.1	0.7	5.9
Monchique	16.4	-38.9	8.1	7.9	18.8	18.1	-1.5	3.2
Olhão	291.9	+6.8	11.1	10.0	12.5	11.9	0.1	0.9
Portimão	222.1	+14.4	12.5	11.6	11.5	11.2	0.4	3.0
S. B. Alportel	50.2	+0.5	13.0	11.3	17.9	19.1	0.8	2.5
Silves	49.0	+5.8	9.2	6.4	13.3	15.2	0.9	1.7
Tavira	40.1	-0.5	7.8	7.1	14.0	13.6	0.3	2.2
Vila Bispo	33.4	+4.6	7.8	8.3	12.8	13.5	1.8	2.4
V.R.S. António	245.0	-14.8	13.5	13.2	13.3	13.8	-0.4	2.1
ALGARVE	69.2	+6.5	11.3	10.3	12.8	13.3	0.4	3.5
CONTINENTE	107.9	+6.1	11.5	10.8	10.8	10.4	0.1	0.5

Fonte: XII Recenseamento Geral da População, Censos 91 e Anuário Estatístico da Região Algarve 1996

Figura 2.4. 1 - Estrutura Espacial do Mercado de Trabalho

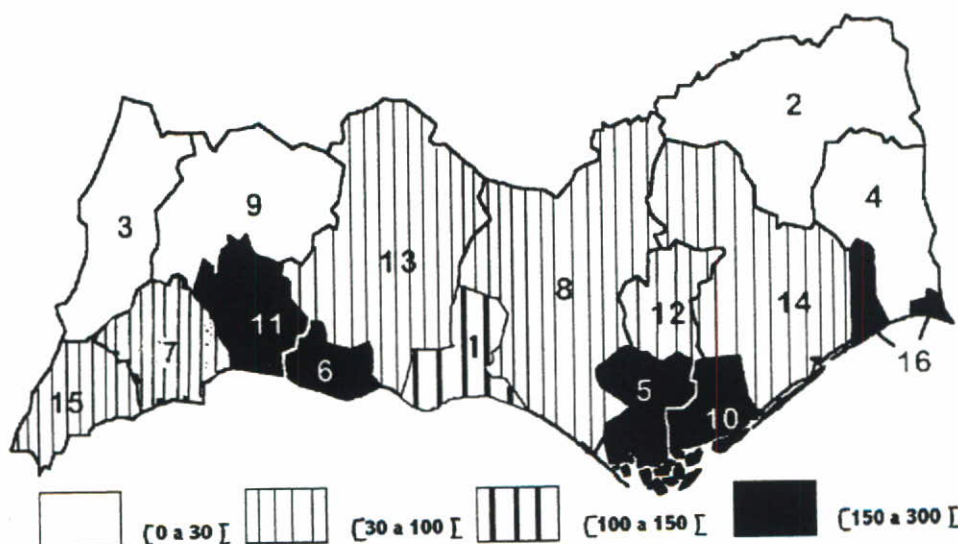


Apesar do cenário descrito, o Algarve apresenta, contudo, valores de densidade populacional, salvo algumas excepções, inferiores à média nacional, sendo os concelhos “interiorizados” e periféricos, como Aljezur, Alcoutim, Castro Marim e Monchique, os que possuem valores abaixo da média regional, em virtude da forte repulsão demográfica, representando à escala local a tendência para o despovoamento da serra Algarvia. Por outro lado, os concelhos localizados no Litoral (Albufeira, Faro, Lagoa, Lagos, Olhão e Portimão) têm mantido, ao longo das décadas, uma densidade populacional superior à média regional, tendo sido Portimão, o único concelho que manteve um crescimento populacional contínuo positivo, tornando-se num concelho de forte atracção demográfica facto que, infelizmente, acabou por traduzir-se na densificação das construções, na degradação da paisagem e na maior descaracterização da sua paisagem (C.f. GASPAR, 1993).

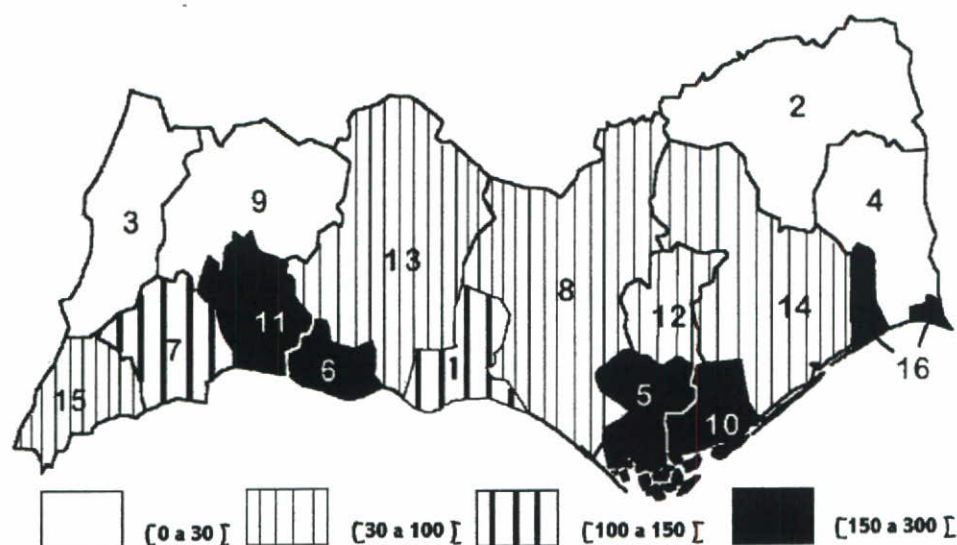
A sobreposição dos seguintes mapas, respeitantes à evolução das densidades populacionais, oferece uma aproximação ao modelo territorial do Algarve a adoptar pela presente dissertação (Figura 2.4.2.).

Figura 2.4.2 - Evolução das Densidades Populacionais na NUT Algarve, 1981, 1991 e 1995

= 1981 =

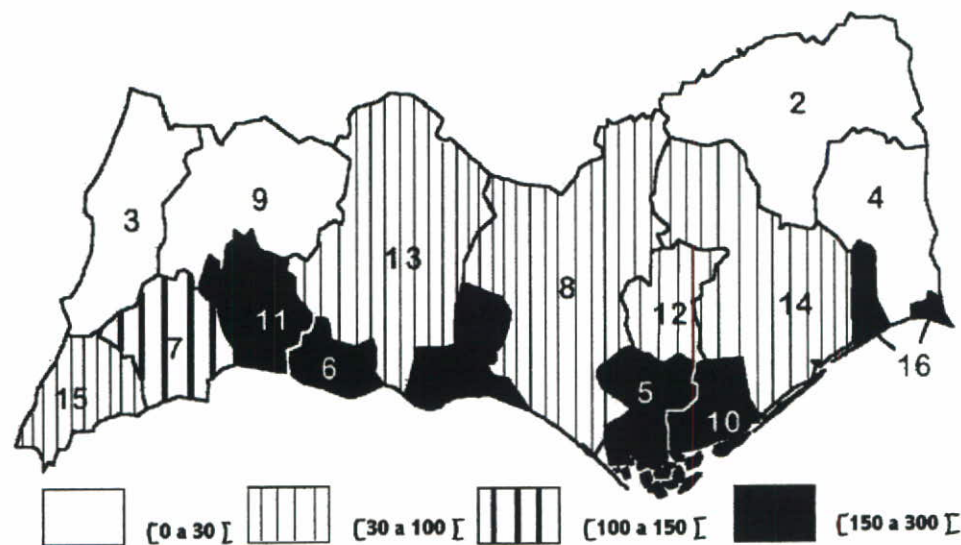


= 1991 =



Fonte: Anuário Estatístico da Região do Algarve

= 1995 =



Fonte: Anuário Estatístico da Região do Algarve

A análise dos indicadores descritos anteriormente, permitiu, assim, esboçar uma primeira tentativa de agrupamento dos concelhos algarvios segundo as três áreas pré-definidas, de modo a criar grupos cujas dinâmicas territoriais e demográficas fossem o mais homogêneas possíveis entre si.

Assim, o primeiro grupo de concelhos caracteriza-se por possuir densidades populacionais superiores à média regional e nacional: Albufeira, Faro, Lagoa, Olhão, Portimão e Vila Real de Santo António; contudo, após aferição das respectivas taxas de crescimento, optou-se por excluir Vila Real de Santo António (devido à progressiva perda de contingente populacional, pelos motivos anteriormente citados) e incluir Lagos, por possuir uma dinâmica demográfica muito semelhante à do restante grupo. A este grupo denominaremos, tal como Ferrão (1995), de “**Algarve Litoral**”.

Para o grupo denominado de “**Áreas Submersas**” foram agregados os concelhos que apresentam características habituais a áreas rurais não industrializadas ou urbanizadas. Assim, considerou-se os concelhos cuja densidade populacional fosse inferior a 40 hab/km² e apresentasse taxas de crescimento negativas, ou seja, os concelhos de Alcoutim, Aljezur, Castro Marim e Monchique. Por outro lado, apesar de Vila do Bispo, apresentar uma baixa densidade populacional, tem registado um incremento populacional na última década, denotando-se uma certa capacidade atractiva, o que fez com que não fosse agrupado nesta área.

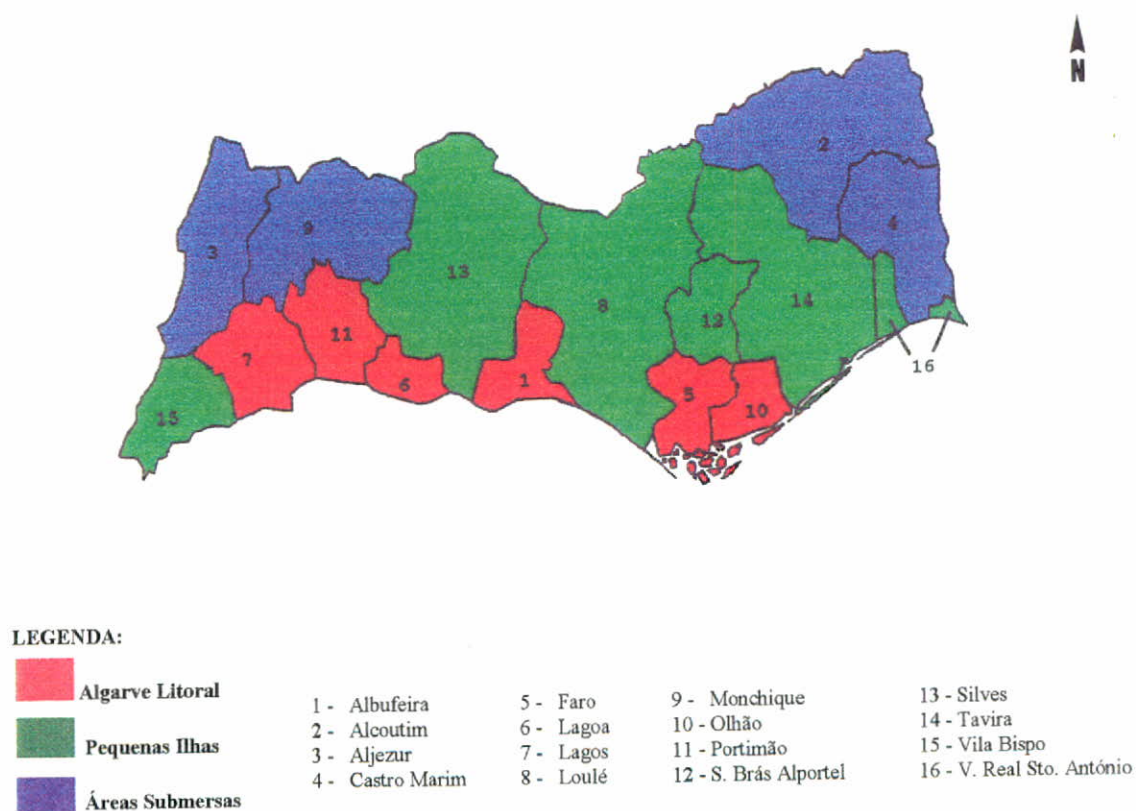
Numa situação de transição encontram-se os restantes concelhos, cujas dinâmicas demográficas situam-se entre os limites descritos anteriormente, agregados no conjunto denominado de “**Pequenas Ilhas**”; apresentando densidades populacionais entre os 40 hab/km² e os 70 hab/km² e taxas de crescimento positivas. Nesta situação estão os concelhos de Loulé, S. Brás de Alportel, Silves e Vila do Bispo; contudo, Tavira e Vila Real de Santo António apesar de registarem taxas de crescimento negativas, a densidade populacional encontra-se dentro da média e as respectivas dinâmicas demográfica são mais comuns a este grupo do que a qualquer um dos outros dois.

Quadro 2.4. 2- População Residente, Densidades Populacionais e Taxa de Crescimento, segundo as Áreas Pré-definidas, 1981, 1991 e 1995

ÁREA GEOGRÁFICA		Área	1981	hab/ km ²	1991	hab/ km ²	1995	hab/ km ²	T.Cresc 81/95
Albufeira		140.91	17 218	122,2	20 949	148,7	22 180	157,4	+25,2
Faro		201.311	45 109	224,1	50 761	252,2	51 540	256,0	+13,3
Lagoa	Algarve	88.5	15 635	176,7	16 780	189,6	17 570	198,5	+11,7
Lagos	Litoral	213.922	19 700	92,1	21 526	100,6	22 000	102,9	+11,0
Olhão		126.82	34 573	272,6	36 812	290,3	37 010	291,9	+6,8
Portimão		179.345	34 464	192,2	38 833	216,5	39 830	222,1	+14,4
Loulé		765.13	44 051	57,6	46 585	60,9	47 560	62,6	+7,7
S. B. Alportel	Pequenas	150.05	7 506	50,0	7 526	50,2	7 540	50,2	+0,5
Silves	Ilhas	678.75	31 389	46,2	32 924	48,5	33 260	49,0	+5,8
Tavira		611.05	24 615	40,3	24 857	40,7	24 500	40,1	-0,5
Vila Bispo		178.987	5 700	31,8	5 762	32,2	5 970	33,4	+4,6
V.R.S. António		57.524	16 347	284,2	14 400	250,3	14 090	245,0	-14,8
Alcoutim		576.57	5 262	9,1	4 571	7,9	4 280	7,4	-20,6
Aljezur	Áreas	323.642	5 059	15,6	5 006	15,5	4 850	15,0	-4,2
Castro Marim	Submersas	299.829	7 297	24,3	6 803	22,7	6 650	22,2	-9,3
Monchique		396.15	9 609	24,3	7 309	18,5	6 480	16,4	-38,9
ALGARVE		4988.49	323 534	64,9	341 404	68,4	345 310	69,2	+6,5
CONTINENTE		88797.365	9 336 760	105,1	9 371 319	105,5	9 920 760	107,9	+6,1

Fonte: XII Recenseamento Geral da População, Censos 91 e Anuário Estatístico da Região Algarve 1996

Figura 2.4. 3- Divisão do Território Algarvio Segundo as Áreas Pré-Definidas, 1995



Face ao que antecede, constata-se que a distribuição espacial da população algarvia é muito heterogénea, originando fortes assimetrias regionais que se vão acentuando.

A1) "Algarve Litoral" (as "Ilhas")

- Albufeira, Faro, Lagoa, Lagos, Olhão e Portimão

Caracteriza-se por possuir um eixo de desenvolvimento assente em centros urbanos com forte pressão demográfica (densidade populacional média de 204.8 hab/ km²), que serviu de 'trampolim' para uma ocupação desordenada ao longo da estreita faixa do litoral algarvio, tendo como consequência imediata o congestionamento das infra-estruturas de base e do mercado imobiliário e fundiário, bem como graves problemas de ordenamento do território, que se traduzem, em situações de colapso estrutural.

Para além daquele modelo territorial, o 'Algarve Litoral' caracteriza-se, ainda, por possuir uma forte dependência económica face ao sector turístico, originando uma grande vulnerabilidade económica e demográfica, devida às oscilações da procura que dependem do mercado exterior, nomeadamente do britânico.

Esta situação interfere, obviamente, com a dinâmica do mercado de emprego, na medida em que os ciclos de expansão obrigam os empregadores a recorrer, muitas das vezes, à mão-de-obra não qualificada, dando uma imagem negativa do sector e, por inerência, da



Figura 2.4. 4- Ocupação Urbana do Litoral

região. Dependente desta actividade ficam todos os sectores correlacionados, nomeadamente os serviços, construção civil, agricultura, etc. agravada pela incapacidade de dimensionar as infra-estruturas de base perante uma população flutuante que pode atingir mais de 600 hab/km².

O seu estatuto de "Ilha" confere-lhe um perfil de integração supra-regional, cujas acessibilidades permitem uma grande abertura ao exterior, quer ao nível inter-regional (através dos vários acessos às praias, da Via Longitudinal do Algarve e EN 125 - apesar do

seu grande congestionamento, anualmente em hora de ponta e durante os meses de Verão), quer supranacional (com a IP1 e, futuramente, com a conclusão da Auto-Estrada do Sul, independentemente do local de chegada, Loulé ou Albufeira), quer internacionalmente (com a Ponte sobre o Guadiana, Via do Infante e os novos acessos ao Aeroporto de Faro).

A sua condição de região atractiva¹⁶ comprova-se com o elevado crescimento migratório durante a década de oitenta atingindo, em 1995, um valor médio de 0,5%, bem como pela elevada taxa de imigração (4,2%, enquanto que a região regista 3,5%), cenário que associado à atracção da mão-de-obra nacional para o Algarve Litoral, implica importantes fluxos de migrações pendulares que acabam por dar origem a problemas de ordem social de “integração e fenómenos de exclusão e marginalização” (FERRÃO, 1995: 24).

Em relação à estrutura etária da população do Algarve Litoral registou-se, durante a última década, um acentuado envelhecimento da população, expresso pela diminuição das taxas de natalidade e pelo aumento do peso do grupo etário dos idosos (> 65 anos)¹⁷.

O Algarve Litoral apresentou durante a década de oitenta uma dinâmica de criação de emprego sem comparação no País¹⁸, apesar de fortemente polarizada pelas actividades turísticas e sectores dependentes, como é o caso da construção civil e serviços. Acentuou-se, assim, a concentração da estrutura produtiva regional e uma forte sazonalidade dos postos de trabalho. Cerca de 70.0% da população activa encontra-se concentrada no sector terciário em detrimento de um sector primário com menos de 10.0% da mão-de-obra existente. O Índice de Produtividade, foi superior à média regional (+2.6% contra +2.0%), mas muito aquém do nacional (+6.0%), o que é demonstrativo da dependência mono-económica da região e do seu contributo relativo na economia nacional.

No Algarve Litoral a evolução do emprego regional, assenta, essencialmente, em três núcleos, correspondentes aos aglomerados de Faro, Albufeira e Portimão. Nestas três áreas

¹⁶ Apesar da atractividade da região, refira-se que os reflexos da vulnerabilidade associada ao modelo sócio-produtivo do Algarve Litoral, confere uma certa instabilidade demográfica apresentando elevadas taxas de natalidade (11,7‰ contra 10,3‰ média regional) e uma taxa de mortalidade superior à nacional (11,9 ‰ contra 10,4 ‰).

¹⁷ Somente o concelho de Albufeira registou uma diminuição dos efectivos idosos, comprovado pelo aumento da taxa de mortalidade (+9.3% entre 1993 e 1995).

¹⁸ Segundo os dados disponíveis, para 1991, verifica-se que a taxa de actividade da região (43.3%) se encontra ligeiramente inferior à média nacional (44.9%). Contudo, em 1996, o Algarve distancia-se da média nacional, uma vez que a taxa de actividade regional atinge os 44.7%, enquanto que a média nacional sobe para os 48.9%. Para este facto deverá ter contribuído a já referida estrutura populacional envelhecida e a baixa taxa de actividade feminina que, segundo a mesma fonte estatística, é de 36.1%, contra 42.7%. Por outro lado, a taxa de actividade no Algarve Litoral atingiu os 46.0%, valor superior ao regional e nacional.

urbanas localiza-se 41.5% do emprego da região, cenário que contribui fortemente para a concentração territorial na faixa central do Algarve, acentuando os desequilíbrios regionais numa perspectiva vertical serra/litoral e no sentido longitudinal Sotavento/Barlavento. De referir que Faro, por ser capital de distrito, conseguiu contrariar a tendência para a especialização turística do terciário, conseguindo criar um tecido empresarial dinâmico e diversificado, apoiado em vários sectores dos serviços, como os transportes.

Relativamente à formação profissional, esta desempenha um papel fundamental no apoio à actividade económica e na estabilização do emprego regional, o que tem sido conseguido através do crescente nível de qualificação académica. No entanto, segundo dados da C.C.R. Algarve, a mão-de-obra algarvia apresenta baixos níveis de formação, visto que mais de metade da população activa (55,0%) não possui qualquer nível de escolaridade (com uma taxa de analfabetismo de 11.4%) ou somente a instrução primária. Apenas 7.0% apresentam habilitações acima do ensino básico e 5.0% do ensino médio/superior, valores que comprovam a fraca formação profissional e a falta de especialização que a população empregada algarvia possui, principalmente nas actividades relacionadas com o turismo, agricultura, construção civil, etc..

No que respeita a estabelecimentos de ensino superior, o Algarve possui um total de 8 estabelecimentos públicos e 2 privados, localizados em Portimão (dois privados e um público), em Faro (5 estabelecimentos públicos, que concentram mais de 90.0% do total dos alunos matriculados durante o ano lectivo de 1994/95) e em Vila Real de Santo António (dois públicos).

O crescimento de alunos inscritos na Universidade no Algarve veio, por outro lado, contribuir “de forma decisiva para a formação de quadros técnicos superiores e intermédios em áreas consideradas estratégicas” (CCRAlg, 1995: 29) e, por outro, permitir o financiamento de importantes projectos para o desenvolvimento e investigação aplicada, permitindo a aproximação do mundo universitário e empresarial.

Quadro 2.4. 3- Alunos Inscritos na Universidade do Algarve

Ano Lectivo	87/88	88/89	89/90	90/91	91/92	92/93	93/94	94/95
Nº Alunos	871	1166	1431	1868	2946	3931	5469	6269

Fonte: Universidade do Algarve

A taxa de desemprego no Algarve Litoral, para 1991, apresentava valores abaixo da média nacional: 5.1 % para um valor nacional de 6.1 %. No entanto, em 1996, registou-se um aumento deste indicador para 9.0% face a uma média nacional de 7.3%, o que é justificado pela influência do emprego sazonal na estrutura económica algarvia. Constata-se que concelhos como Olhão, Lagos e Lagoa, possuem valores elevados de desemprego (11.5%, 10.5% e 10.3%, respectivamente), contrariando a realidade verificada para os concelhos do litoral, o que se deve, para além da referida sazonalidade, à diminuição da população activa no sector primário (resultante do abandono, quer da prática agrícola devido à expansão urbana e consequente substituição dos solos de uso agrícola, quer da pesca devido ao aumento do abate de embarcações) e, ainda, pelo encerramento de grande número de empresas conserveiras.

Em súmula, poder-se-á dizer que as “Ilhas” caracterizam-se por possuir uma maior concentração e dinamismo demográfico, fruto da sua grande capacidade de atracção, definindo uma estrutura urbana de dimensão regional no polígono Portimão - Faro - Olhão, onde se concentram mais de 190 mil habitantes (cerca de 55.0 % da população regional, em 1995), sendo Olhão o concelho com maior densidade populacional (291.9 hab/km²).

A2) “Pequenas Ilhas”

- Loulé, São Brás de Alportel, Silves, Tavira, Vila do Bispo e V.R. Sto. António

Nitidamente é uma sub-região intermédia e de transição entre “*o mundo rural profundo e as áreas atractivas mais desenvolvidas*” (FERRÃO, 1995:26) e com um conjunto de concelhos com uma estrutura económica tradicional e frágil, com a presença não homogénea da agricultura e uma base industrial incipiente, mas, regionalmente significativa.

Caracteriza-se por possuir situações de crescimento natural positivo, embora em determinados casos seja insuficiente para compensar o saldo migratório negativo (caso de Tavira). No entanto, possui uma taxa de natalidade média (9.6‰) muito próxima da média regional e nacional, associada a uma taxa de mortalidade que acompanhou a tendência

regional (ou seja um aumento na ordem dos 6%), mas com uma densidade populacional média que pouco passa dos 80.0 hab/km².

A heterogeneidade geográfica do grupo, interfere no poder de atracção da população residente e imigrante, sendo possível subdividir este grupo numa parte com a presença significativa da agricultura (S. Brás de Alportel, Silves, Vila do Bispo e Norte de Loulé) e uma outra, possuidora de uma faixa costeira dinâmica (Loulé, Tavira e Vila Real de Santo António) situação que, obviamente, se faz sentir nas taxas concelhias de crescimento e no saldo migratório resultante de fluxos populacionais para centros mais dinâmicos. Este cenário traduz-se numa maior variação da densidade populacional, em virtude das diferentes dinâmicas demográficas e económicas registadas ao longo das décadas.

Curiosamente, e como já foi referido, Vila Real de Santo António, sendo um concelho do litoral, possui elevada densidade populacional, registando, contudo, períodos de repulsão demográfica significativos (1960/70, 1981/91), o que poderá ser justificado, para o primeiro período, devido a factores sócio-políticos da época e, para o segundo, pela sua localização fronteiriça com Espanha, que oferecendo novos horizontes no que respeita a postos de trabalho e de habitação exerce uma forte atracção. Esta situação acentuou-se recentemente com a abertura da Ponte sobre o Rio Guadiana e a Via do Infante, que agravaram as características de periferia, marginalizando o concelho em relação ao restante território regional.



Figura 2.4. 5 - Panorâmica do Centro Urbano de Loulé

O modelo territorial das “Pequenas Ilhas” é composto, assim, por pequenos centros urbanos isolados ou formando pequenos agrupamentos de dimensão reduzida à escala regional e nacional, mas com importante influência nas dinâmicas económicas locais (com a excepção de Loulé que possui uma importância significativa na economia

regional, com os seus pólos turísticos da Quinta do Lago, Vale de Lobo, Vilamoura e Quarteira).

Assim, poder-se-á referir que as “Pequenas Ilhas” possuem um modelo sócio-produtivo caracterizado por economias de aglomeração e acessibilidades inter-regionais, mas com capacidade de desenvolvimento consoante o grau de centralidade e de acessibilidade supra-regional que as iniciativas sócio-económicas de cariz local preconizam, bem como a capacidade de atracção de investimento exógeno, quer seja regional, nacional ou do estrangeiro.

As “Pequenas Ilhas”¹⁹, são penalizadas por dependerem de pólos regionais ou de centros administrativos marginais, cuja inserção regional é desigual e dependente do desenvolvimento de dinâmicas próprias. Loulé é um exemplo, uma vez que o eixo de desenvolvimento do grupo assenta essencialmente em si, e, especial como empregador, onde mais de 14.0%²⁰ da população empregada é oriunda de fora do concelho, e como fornecedor de serviços públicos.

No que respeita à distribuição da população activa caracterizadora destas áreas, constata-se que predomina a terciarização, nomeadamente no turismo e serviços. As “pequenas ilhas” possuem, um sector primário e secundário mais dinâmico do que o que caracteriza as “ilhas” (ver Anexo II - Quadro 2.1.9.), cujas médias ultrapassam as médias regionais.

No que respeita à formação profissional da mão-de-obra, o cenário é idêntico ao descrito para o Algarve Litoral, mas com valores ligeiramente inferiores, uma vez que a taxa de analfabetismo era para 1991 de 15.6% e onde somente 3.3% atingiram o ensino médio/superior. Perante tal cenário, a abertura de novas instituições de ensino superior e profissional, localizados nestas áreas de transição, não só poderá inverter aquela tendência, como permitirá uma melhoria da qualificação e especialização da (futura) mão-de-obra, desde que os cursos ministrados sejam vocacionados para a realidade algarvia, como é exemplo a recente criação do Instituto Superior Afonso III em Loulé que apostou em novos

¹⁹ O seu estatuto de “Pequenas Ilhas” confere-lhe alguma instabilidade demográfica, com um índice de envelhecimento e juventude a aumentar, na última década, em perto de 21.0% e 5.0%, respectivamente, ao contrário do registado para o “Algarve Litoral” que viu este último indicador a decrescer. De referir, ainda, que face ao elevado valor da dependência dos jovens (43%), é sinal de um contínuo crescimento da produtividade, no futuro.

²⁰ Dado não publicado fornecido pelo Instituto Nacional de Estatística, para o ano de 1991.

cursos (ex. Gestão Ambiental e Educação Física), situação que poderá contribuir para a melhoria da qualidade e diversificação da formação profissional da mão-de-obra.

A taxa de desemprego para este grupo situa-se entre os 6.2% (Tavira) e os 4.3% (Loulé) e com uma média (5.0%) inferior à nacional. Todavia, apesar da sazonalidade do emprego no Algarve associado às oscilações da procura pelos produtos turísticos, a taxa de desemprego média do grupo diminuiu, o que é comprovativo da diversidade de emprego que o grupo possui, uma vez que concelhos como Vila do Bispo, Silves e o norte de Loulé contribuem com os postos de trabalho na agricultura; Tavira e Vila Real de Santo António na pesca, colmatando, assim, os problemas inerentes à sazonalidade do emprego no turismo.

Em conclusão, poder-se-á dizer que as “Pequenas Ilhas” caracterizam-se por possuir uma certa capacidade de atracção populacional, consoante o dinamismo que cada centro urbano impõe, definindo uma estrutura urbana e demográfica dependente das suas condições hierárquicas (sede de concelho, grau de acessibilidade), conferindo-lhes um comportamento heterogéneo.

A3) “Áreas Submersas”

- Alcoutim, Aljezur, Castro Marim e Monchique

Grupo serrano, caracterizado por possuir fortes tendências depressivas e de regressão demográfica, sendo os fluxos de saída de efectivos muito superiores aos de entrada (registando um crescimento migratório negativo de -0.2%), apresentando “*características habituais de áreas rurais não industrializadas ou urbanizadas*” (FERRÃO, 1995 :28), com uma economia marcadamente subdesenvolvida, onde a agricultura constitui a principal actividade e fonte empregadora, justificando a reduzida diversificação produtiva.

A baixa taxa de natalidade (6.4%) e a elevada taxa de mortalidade (17.1%), contribuem fortemente para o acentuado despovoamento da serra algarvia, conferindo um modelo territorial assente na dispersão do povoamento (com uma densidade populacional de 15,3 hab/km² em 1995), o que acompanhado por um progressivo envelhecimento²¹ da população, reflecte a débil iniciativa empresarial existente.

²¹ Os concelhos da “Área Submersa” (Alcoutim, Aljezur, Castro Marim e Monchique), apresentam os valores mais elevados em termos de índice de envelhecimento (174.9%, 136.9%, 101.1% e 123.3%, respectivamente), o que

Os concelhos da “Área Submersa”, apesar de terem registado o maior decréscimo absoluto da taxa de analfabetismo durante a década, são os que possuem a maior taxa (28.6%), complementado com o maior abandono escolar nos níveis intermédio e superior, como comprovam os baixos valores registados para o ensino secundário (12.9% da população estudantil secundária) e médio/superior (somente 1.9% da população respectiva). A taxa de analfabetismo médio, como seria de esperar, ultrapassa os valores regionais e nacionais, atingindo os 28.6%.

O grupo das “Áreas Submersas”, que possui as taxas de actividade mais baixas da região do Algarve, fruto da quase inexistente criação de postos de trabalho e da transferência de mão-de-obra para regiões exteriores, apresenta uma concentração de população activa no sector primário muito acima da média nacional e regional, mas é no sector terciário que essa concentração é superior (44.3% da população activa desta sub-área). A taxa de desemprego, por sua vez, atingiu em 1991, os 5.6% da população com actividade económica.

O perfil de integração inter-regional caracteriza-se por possuir uma fraca rede de acessibilidades a centros urbanos, paralelamente a uma deficiente infraestruturização de base, que determina a urgência de implementação de medidas de diversificação produtiva, só possível com o incentivo ao investimento exógeno.

Castro Marim, talvez apresente condições favoráveis à descolagem deste grupo, uma vez que é servido por um eixo rodoviário internacional, que poderá potenciar o desenvolvimento de actividades secundárias e terciárias. Não será por acaso que o Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve propôs para Castro Marim um Parque Industrial Regional situado na proximidade de um nó de ligação da Via Longitudinal do Algarve.

Em sùmula, as “Áreas Submersas” caracterizam-se por possuir uma nula capacidade de atracção demográfica e de investimento, associada a fortes fluxos pendulares para regiões exteriores, quer contíguas (“Pequenas Ilhas”), quer para o litoral (“Algarve Litoral”), associado a uma ausência de economias de aglomeração.

comprova a realidade depressiva destes concelhos serranos, fruto da perda de efectivos jovens e adultos, por questões migratórias.

2.4.3. Estimativas do Crescimento Populacional

Existem vários trabalhos sobre projecções demográficas para a região do Algarve. No presente estudo, foram consideradas as projecções da Comissão de Coordenação Regional do Algarve (CCRAlg. - Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve, PROT Algarve), de J.M. NAZARETH²² e do Instituto Nacional de Estatística (INE).

Assim, e segundo o Quadro 2.4.4, a população residente do Algarve para o ano 2000 dever-se-á situar, com uma margem de erro de mais ou menos 5%, entre os 390 000 hab. e os 413 000 hab, representando um aumento percentual entre 14.2 % e 21.0%.

Quadro 2.4.4- Projecção Demográfica para a NUT Algarve

HIPÓTESE	População Residente no Ano 2000
C.C.R.Alg	411 000 hab. ²³
J.M. NAZARETH	388 867 hab
INE - peso da região no País	413 000 hab

Segundo as projecções efectuadas pela C.C.R. do Algarve, haverá um maior crescimento no grupo etário dos adultos, o que é justificado, por um lado, pelas migrações internas motivadas sobretudo pela procura de postos de trabalho, fixando a população e, por outro lado, a diminuição do número de filhos por casais, o que afecta o grupo etário dos jovens²⁴. De referir que tais tendências se referem à região algarvia como um todo e não considera as enormes desigualdades intra-regionais, que tendem a acentuar-se.

Como comprova o Quadro 2.4.5, o crescimento da população será territorialmente diferenciado, com um cenário que aponta para um acentuar das assimetrias entre a serra e o litoral; para alguns concelhos, como por exemplo Alcoutim, tal processo será irreversível. De acordo com os estudos efectuados pelo PROT Algarve, os concelhos com uma acentuada diminuição de contingente populacional, localizam-se, como seria de esperar, no

²² NAZARETH, J. Manuel - "Portugal, os próximos 20 anos", IIIº. Vol., Unidade e Diversidade da Demografia no Final do Século XX.

²³ A C.C.R.Alg. considera três possíveis cenários: hipótese baixa, média e alta. Para o presente estudo, foram somente considerados os valores da hipótese média.

²⁴ PROTAL - "Projecções da População Residente até ao ano 2005", C.C.R.Alg, página 15

interior da região (Alcoutim, Monchique, Castro Marim e Aljezur) nas denominadas “Áreas Submersas” e os concelhos com forte crescimento populacional no Algarve Litoral (com destaque para Faro (+17%), Portimão (+19%) e Albufeira (+21%).).

Quadro 2.4. 5 - Projecções Demográficas e Taxas de Crescimento, por Concelhos

AREA GEOGRAFICA	População Residente		Tx Cresci. 91/00	Média 9100	Pop. resid. 2005	Tx Cresci. 00/05	Média 0005	hab/km ² 2005
	1991	2000						
ALGARVE	341 404	411 000	+18.5		437 943	+6.3		87.8
Albufeira	20 949	26 053	+21.7	+21.7	28 712	+1.8	+14.3	203.6
Faro	50 761	62 844	+21.3		68 051	+53.8		338.6
Lagoa	16 780	21 208	+23.3		22 782	+7.2		256.0
Lagos	21 526	25 974	+18.7		27 849	+7.0		130.1
Olhão	36 812	46 795	+23.5		50 484	+7.6		397.5
Portimão	38 833	48 145	+21.4		52 472	+8.6		293.1
Loulé	46 585	59 589	+24.5	+18.4	64 074	+7.3	+4.5	83.8
S. Brás Alportel	7 526	9 366	+20.2		9 897	+5.5		66.0
Silves	32 924	34 401	+4.4		35 306	+2.6		52.0
Tavira	24 857	25 832	+3.8		26 294	+1.8		43.0
Vila do Bispo	5 762	6 579	+13.2		6 773	+2.4		37.8
V. R. Sto António	14 400	22 535	+44.1		24 294	+7.5		418.9
Alcoutim	4 571	3 813	-18.1	-10.4	3 607	-5.6	-2.3	6.3
Aljezur	5 006	4 423	-13.1		4 374	-1.1		13.5
Castro Marim	6 803	6 187	-9.5		6 033	-2.5		20.1
Monchique	7 309	7 256	-0.7		6 941	-4.4		17.5

Fonte: INE - VIII, IX, X, XI, XII Recenseamento Geral da População e Censos 91

Em consequência deste crescimento heterogéneo, a estrutura etária das populações dos vários concelhos será afectada, prevendo-se um aumento da classe etária dos idosos nos concelhos em decréscimo de efectivos, tal como a diminuição da natalidade, implicando a diminuição do grupo etário dos jovens. Numa perspectiva futura, e caso não se apliquem medidas para inverter esta tendência, o Algarve irá manter/accentuar as assimetrias regionais identificadas com uma Serra cada vez mais despovoada e um Litoral sobrepovoado e congestionado estruturalmente. Para os concelhos de transição, principalmente localizados no grupo das “Pequenas Ilhas”, poder-se-á dizer que se prevê uma certa estabilização ou um crescimento moderado.

2.4.4. Conclusão

O capítulo tratou da variável «Espaço» e das questões teóricas inerentes ao «Centro-Periferia», e seus paradigmas alternativos. De seguida, tentou-se analisar à luz do moderno Paradigma do “Arquipélago” as desigualdades económicas e sociais patentes no Algarve.

Com o capítulo seguinte ir-se-à pesquisar/comprovar as tendências descritas no presente capítulo através do recurso ao inquérito aos empresários algarvios. Trata-se, no essencial, de determinar até que ponto os empresários são ou não sensíveis aos problemas locais e regionais que afectam o território algarvio, em que medida condicionam as suas decisões face a esses desequilíbrios, até que ponto os seus quadros de investimento futuro serão influenciados (ou não), pelas desigualdades territoriais e reflectir sobre as consequências para a estrutura produtiva e urbana do Algarve, resultantes do jogo de decisões empresariais que se antevê face às respostas dadas.

Capítulo 3 - Inquérito às Empresas Algarvias

"The quantitative and qualitative information representing the requirements of factors of production (demand side) and their regional availability (supply side), altogether, constitute the data base" (C.GARRIDO, 1985:1)

3.1. Objectivos

Para uma melhor percepção do dinamismo e dos factores influenciadores das decisões dos empresários algarvios, optou-se pelo lançamento de um inquérito, abrangendo todos os sectores da CAE e todos concelhos, tendo como principal objectivo indagar sobre os factores que estiveram na base das decisões de localização. Como objectivo específico pretende-se avaliar o impacto da adesão à União Europeia no que respeita às decisões de localização tomadas antes de 1986, depois de 1986 e no futuro.

3.2. Metodologia Adoptada

O universo possível e ambicionado para a elaboração dos inquéritos¹ era, em Dezembro de 1994², de 10 400 empresas; contudo, face a um conjunto de obstáculos, optou-se pelo lançamento do inquérito, através do sistema de distribuição postal, a um universo equivalente a 14,4% do total (1500 empresas).

Após um longo período infrutífero de captação de meios financeiros e logísticos de apoio ao 'mailing' do inquérito, este foi lançado a 14 de Abril de 1997, tendo-se estabelecido como limite para a recepção de respostas o dia 3 de Maio de 1997.

Até à data referida (03/05/97) receberam-se 32 inquéritos correspondentes a 0,3% do universo total e 2,1% do universo inquirido.

¹ Em anexo encontra-se um exemplar do inquérito efectuado junto dos empresários algarvios.

² Segundo dados não publicados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística, em Dezembro de 1994 estavam sediadas no Algarve um total de 10 400 empresas, com um volume de negócios equivalente a 509 929 milhões de escudos, gerando um volume de emprego na ordem dos 55 118 postos de trabalho.

Perante tal cenário de tão fraca representatividade, foi efectuada uma segunda tentativa de captação de respostas, através dos seguintes processos:

- a) envio de uma 2ª via da carta para 500 inquiridos, escolhidos aleatoriamente do universo das 1 500 empresas, no dia 14 de Setembro de 1997 e com limite de recepção de respostas até ao dia 30 de Setembro;
- b) contactos directos de porta a porta;
- c) contactos telefónicos.

daqui resultaram, somente, mais 19 respostas, o que totalizou uma amostra de 52 inquéritos, ou seja 0,5% do universo total e 3,5% do universo inquirido.

3.3. Estrutura do Inquérito

A estrutura do inquérito foi baseada em sete tópicos, caracterizadores/identificadores dos objectivos que se pretendem alcançar. A referir: 1º Tópico - **Identificação da Empresa** - questões relativas ao nome da empresa, morada e número de filiais existentes, bem como as respectivas datas de início de actividade.

No 2º Tópico - **Caracterização da Empresa** - indagava-se o inquirido sobre a caracterização económica da empresa e sua situação presente, através do ramo de actividade, classificação da actividade económica (CAE), volume de vendas e volume de negócios. Estes dois últimos sub-pontos foram agregados segundo a divisão utilizada pelo Instituto Nacional de Estatística.

No 3º Tópico - **Importância de Alguns Factores para a Localização da Sede e/ou das Filiais** - os factores de localização considerados em número de 23 (ver enunciado do inquérito) foram agregados em seis grupos de factores de localização, com o intuito de simplificar a resposta do inquérito e proceder simultaneamente ao controlo da coerência dos resultados (SALVADOR, 1993), com resposta de opção múltipla de avaliação do grau de importância do respectivo factor.

No 4º Tópico - **Factores que Condicionaram a Localização da Sede e/ou das Filiais, Antes e Depois da Adesão de Portugal à CEE** - foram descritos os 23 factores de localização que poderão ter estado na base da decisão do empresário aquando da implantação da sede e/ou filiais, antes e depois de 1 de Janeiro de 1986 (data de adesão à CEE). Esta pergunta permitia uma pontuação dos factores de “1” a “5”, sendo o “1” o factor mais importante na decisão do empresário, permitindo assim uma valorização dos factores.

No 5º Tópico - **Factores que Seriam Determinantes na Localização de uma Nova Empresa e/ou Filial** - dos 23 factores de localização o inquirido tinha que escolher os cinco factores mais importantes que condicionariam a localização de uma nova empresa ou filial no futuro, sendo que o “1” seria o mais influenciador.

De chamar à atenção que, devido a um erro de escrita, a pergunta não era clara no que se refere à classificação dos factores de 1 a 5, pelo que alguns inquiridos optaram pela cruz.

Para o 6º Tópico - **Qual o Concelho Escolhido para a Localização de uma Nova Empresa** - encontrava-se uma resposta de avaliação, onde os inquiridos identificavam um concelho de preferência para localização de uma nova empresa e o porquê de tal decisão. Perante o tema da presente dissertação, as respostas foram agregadas segundo três grupos: 1) concelhos dentro da região do Algarve; 2) fora da região; 3) e fora do País.

O 7º Tópico - **Incentivos Comunitários** - teve como objectivo indagar sobre o impacto dos incentivos comunitários no seio dos empresários algarvios, através de um conjunto de perguntas orientadas, que passavam pelo conhecimento (ou não) destes incentivos, qual o grau de informação que possuíam e se se tinham (ou não) candidatado a alguns dos incentivos existentes.

3.4. Análise dos Resultados

A análise daqueles sete pontos permitiria alcançar os objectivos propostos, caso não fosse o reduzido número de empresas algarvias que responderam ao inquérito (cinquenta e dois) o que enfraquece qualquer tentativa de representatividade da amostra inquirida. Não obstante este facto, optou-se pelo tratamento dos resultados obtidos que, associados a outras

variáveis anteriormente analisadas, esperamos contribua para algumas conclusões úteis com vista à finalização da presente dissertação deixando uma porta aberta para futuras análises temáticas.

De referir que o presente inquérito tem como base a dissertação de doutoramento de R. Salvador (1993), onde foram definidos os 23 factores de localização que servem de alicerce a este capítulo e que teve em consideração “*contribuições da teoria da localização (de raiz neo-clássica), contribuições teóricas que enquadram a escolha de localização na decisão global de investimento ou que tomam em consideração factores não-económicos e, finalmente, os resultados de análises empíricas realizadas em diversos países*” (SALVADOR, 1993: Anexo I:3).

A amostra objecto do inquérito, num total de 52 respostas, apesar da sua não representatividade, permite aferir sobre um conjunto de questões que estão na base de alguns dos desequilíbrios regionais identificados anteriormente, como é o caso do fraco dinamismo empresarial, bem como a tendência para uma orientação de gestão ‘familiar’ da empresa, e entenda-se aqui que este conceito não se refere a uma gestão de pais e filhos, mas sim a uma gestão conduzida por interesses pessoais e não inerentes a factores económicos de mercado.

Passemos, assim, à análise dos resultados obtidos.

O inquérito aos empresários algarvios foi respondido por 52 empresas, maioritariamente compostas por um único estabelecimento (84.6%), ou seja sem filiais (ver Quadro 3.1).

Quadro 3. 1 - Identificação da Empresa

EMPRESAS					
Nº	Com filial = 15,4%			Sem filial	Somatório
	1 filial	2 filiais	3 filiais		
	5	2	1	44	52
%	9,6	3,8	1,9	84,6	100

Segundo os dados do Quadro 3.2 que informa qual a localização dos inquiridos, verifica-se que 25.0% dos inquiridos têm as suas sedes em Loulé e 13.5% em Portimão, não chegando os restantes concelhos a atingir os 10.0%. No que respeita à data de início de

actividade dos inquiridos, verifica-se um equilíbrio entre as empresas com início de actividade antes e depois da adesão de Portugal à CEE, 48.1% e 36.5% respectivamente. Destaca-se o facto de não se ter recebido qualquer resposta de empresários dos concelhos de Alcoutim, Aljezur e Castro Marim (Figura 3.1.).

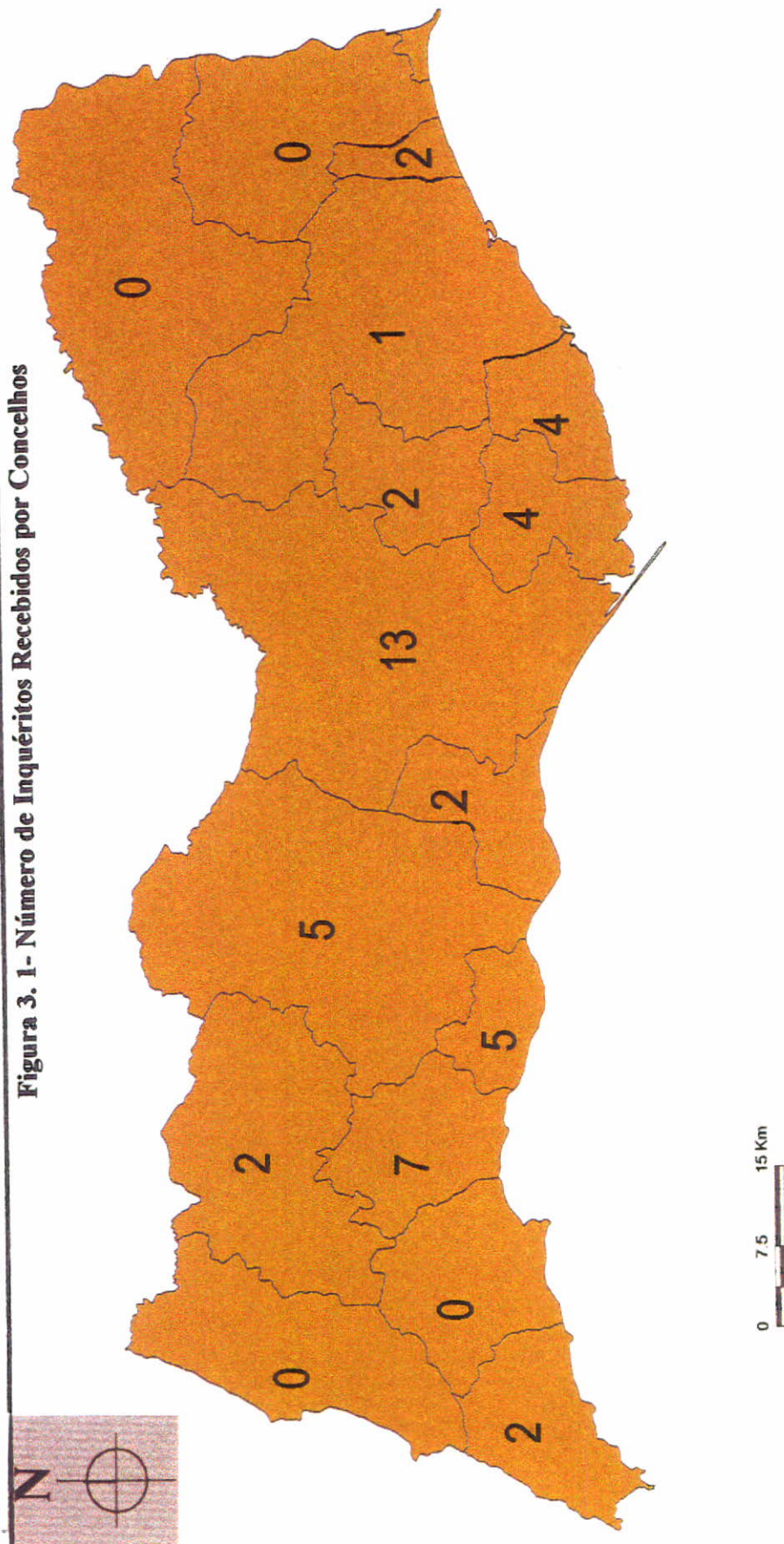
Quadro 3. 2 - Municípios de Localização das Sedes

Concelho	Nº	%
1. Albufeira	2	3,8
2. Alcoutim	0	0,0
3. Aljezur	0	0,0
4. Castro Marim	0	0,0
5. Faro	4	7,7
6. Lagoa	5	9,6
7. Lagos	0	0,0
8. Loulé	13	25,0
9. Monchique	2	3,8
10. Olhão	4	7,7
11. Portimão	7	13,5
12. São Brás de Alportel	2	3,8
13. Silves	5	9,6
14. Tavira	1	1,9
15. Vila do Bispo	2	3,8
16. Vila Real de Sto. António	2	3,8
Não respondeu	3	5,8
Σ	52	100,0

A presente amostra de empresas algarvias, apesar da sua não representatividade, como já referido, confirma a segmentação/especialização produtiva do Algarve, vista em capítulos anteriores, ou seja, os ramos de actividade mais representativos na amostra são: Estabelecimentos Hoteleiros (11.5% das respostas totais), Construção Civil (7.7%) e Restaurantes (5.8%) (ver Quadro 3.3).

Cruzando aquela informação com o volume de emprego e de negócios, verifica-se que o universo é constituído essencialmente por Pequenas e Médias Empresas (PME's), uma vez que, mais de 65.0% das empresas têm menos de 10 empregados, o que confirma a percentagem de empresas sem filiais, e 52.0% das empresas declararam um volume de vendas inferior a 100 mil contos/ano.

Figura 3. 1- Número de Inquéritos Recebidos por Concelhos



Fonte: D.G.D.R.

Quadro 3. 3- Caracterização Económica da Empresa

C.A.E	RAMO DE ACTIVIDADE	Nº	%
011	Agricultura	2	3,8
012	Produção animal	1	1,9
013	Produção agrícola e animal associadas	1	1,9
152	Indústria transformadora da pesca e da aquacultura	1	1,9
153	Indústria de conservação de frutos e produtos hortícolas	1	1,9
159	Indústria das bebidas	2	3,8
203	Fabricação de obras de carpintaria para a construção	1	1,9
205	Fabricação de outras obras de madeira e de obras de cestaria e espartaria; Indústria de cortiça	1	1,9
222	Impressão e actividades dos serviços relacionados com a impressão	2	3,8
262	Fabricação de produtos cerâmicos não refractários (excepto os destinados a construção) e refractários	2	3,8
265	Fabricação de cimento, cal e gesso	1	1,9
267	Serragem, corte e acabamento da pedra	1	1,9
281	Fabricação de elementos de construção em metal	1	1,9
285	Tratamento e revestimento de metais; Actividades de mecânica em geral	1	1,9
292	Fabricação de máquinas de uso geral	1	1,9
402	Produção e distribuição de gás por conduta	1	1,9
452	Construção de edifícios (no todo ou em parte); Engenharia civil	4	7,7
453	Instalações especiais	1	1,9
454	Actividades de acabamento	2	3,8
503	Comércio de peças e acessórios para veículos automóveis	1	1,9
511	Agentes do comércio por grosso	1	1,9
512	Comércio por grosso de produtos agrícolas brutos e animais vivos	2	3,8
513	Comércio por grosso de produtos alimentares, bebidas e tabaco	2	3,8
515	Comércio por grosso de bens intermédios (não agrícolas), de desperdícios e de sucata	1	1,9
516	Comércio por grosso de máquinas e equipamentos	1	1,9
524	Comércio a retalho de outros produtos novos em estabelecimentos especializados	2	3,8
551	Estabelecimentos hoteleiros	6	11,5
552	Parques de campismo e outros locais de alojamento de curta duração	2	3,8
553	Restaurantes	3	5,8
554	Estabelecimentos de bebidas	2	3,8
703	Actividades imobiliárias por conta de outrem	1	1,9
744	Publicidade	1	1,9
	Σ	52	100,0

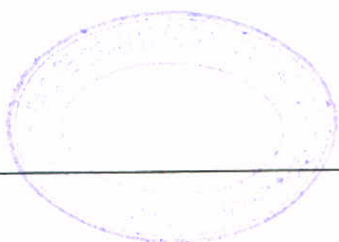
Quadro 3. 4 - Volume de Emprego

VOLUME DE EMPREGO		
Nº trabalhadores	Nº empresas	%
[0-9]	33	63,5
[10-19]	7	13,5
[20-49]	6	11,5
[50-99]	3	5,8
[100-199]	1	1,9
[200-499]	1	1,9
[>=500]	1	1,9
Σ	52	100,0

Quadro 3. 5- Volume de Vendas

VOLUME DE VENDAS		
Milhares contos	Nº empresas	%
[0-10[10	19,2
[10-30[7	13,5
[30-100[10	19,2
[100-500[14	26,9
[500-1500[2	3,9
[1500-5000[1	1,9
[5000-10000[1	1,9
[>= 10 000]	3	5,8
Não respondeu	4	7,7
Somatório	52	100

No que respeita à importância relativa dos factores de localização “agregados” (mercado de trabalho, acessibilidade, natureza do terreno, incentivos fiscais e financeiros, factores de aglomeração, motivo pessoal do empresário) para a localização das sedes e das filiais (Quadro 3.6.) é possível concluir que:



- A “acessibilidade” é o factor de localização com maior peso, uma vez que 61.5% dos empresários consideram-no como “importante”, “muito importante” ou “decisivo” na suas decisões;
- os factores “mercado de trabalho” (55.5%), “motivos pessoais do empresário” (53.9%) e “natureza do terreno” (51.9%) aparecem logo a seguir e apresentam importância relativamente semelhante;
- contudo, é de referir que os “motivos pessoais do empresário” é o factor considerado por 17.3% das empresas como o factor decisivo para a localização, seguido da “natureza do terreno” (13.5%). A análise conjunta destes dois factores comprovam a importância da posse de terreno e simultaneamente de residência, ou seja, o facto de ter um terreno e ser originário do sítio onde vai investir, torna-se decisivo na decisão do empresário, situação típica das PME's;
- Os “incentivos fiscais e financeiros” são o factor de menor influência sobre os empresários inquiridos (38.5% das empresas consideraram-no sem significado).

Quadro 3. 6 - Importância de alguns factores para a localização da sede e/ou das filiais

FACTORES	S/ Significado		Pouco Importante		Importante		Mto Importante		Decisivo	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Mercado de trabalho	6	11.5	10	19.2	19	36.5	6	11.5	4	7.7
Acessibilidade	7	13.5	4	7.7	20	38.5	9	17.3	3	5.8
Natureza do terreno	7	13.5	8	15.4	10	19.2	10	19.2	7	13.5
Incentivos fiscais e financeiros	20	38.5	5	9.6	9	17.3	7	13.5	2	3.9
Factores de aglomeração	5	9.6	10	19.2	15	28.9	7	13.5	3	5.8
Motivos pessoais do empresário	10	19.2	7	13.5	12	23.1	7	13.5	9	17.3

Antes da Adesão de Portugal à CEE

Numa análise mais desagregada dos 23 factores de localização, num total de 23, constata-se que os factores mais importantes para as sedes até 1986 (data que marca a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia) são, por ordem decrescente, os seguintes:

- Os factores “proximidade dos mercados consumidores” e o “motivo pessoal do empresário”, foram referidos, em “ex-aequo”, em 8.4% das respostas e por 32.7% das empresas inquiridas, o que confirma o importante peso atribuído aos interesses pessoais do investidor;
- a “existência de infraestruturas de base” foi referido em 7.9% das respostas e por 30.8% das empresas;
- o factor “facilidade na obtenção de matérias primas”, referido por 6.9% das respostas, o que correspondeu a 26.9% dos inquiridos;
- o 4º factor a ser referido foi, em “ex-aequo”, a “facilidade no recrutamento de mão-de-obra” e a “tradição empresarial” em 6.4% das respostas e em 25.0% das empresas;
- os restantes factores não chegaram a ser referidos por 5.0% das respostas, o que corresponde a menos de 20.0% das empresas.

Comparando com os resultados apurados no trabalho de R. Salvador (1993), é possível concluir que existe uma certa concordância entre os empresários algarvios e o quadro geral nacional, no que respeita aos factores de maior importância, ou seja, a “proximidade dos mercados consumidores”, a “facilidade no recrutamento de mão-de-obra” e a “tradição empresarial”. Por outro lado, os empresários nacionais dão mais importância ao “preço do terreno”, do que os empresários algarvios.

Os factores de menor importância para os empresários algarvios, ou seja, as “infraestruturas ferroviárias”, as “outras infraestruturas de transporte”, a “existência de indústrias e serviços complementares”, a “proximidade de centros de decisão política” (repare-se que estamos a analisar antes de 1986, quando as preocupações com a regionalização ainda não eram emergentes), a “facilidade de acesso a recursos hídricos” e os “incentivos fiscais e financeiros”, não exercem influência na decisão locacional das empresas algarvias, o que acompanha, mais ou menos, a tendência nacional.

Analisando as filiais, constata-se que somente a “proximidade dos mercados consumidores” é que se mantém como importante, enquanto que a “facilidade no recrutamento de mão-de-obra”, o “preço do terreno” e as “outras infraestruturas de transporte” ganham importância,

o que comparado com a diminuição de importância do “motivo pessoal do empresário”, permite concluir que a decisão de um novo investimento deixou de depender dos interesses pessoais do empresário, mas sim das questões financeiras inerentes.

Depois da Adesão de Portugal à CEE

As empresas (sedes) criadas depois de 1986, passaram a dar maior importância à “facilidade na obtenção de matérias primas” (6.2% das respostas e 23.1% das empresas); enquanto que a “existência de infraestruturas básicas” manteve a importância (7,8% das respostas e 28.8% das empresas) que tinha antes da adesão e a “existência de uma boa rede conjunta de infraestruturas” subiu de posição.

Os factores “proximidade dos mercados consumidores” e “motivos pessoais do empresário” perderam importância, o que permite concluir que o melhoramento das infraestruturas de transportes leva a que proximidade aos mercados consumidores passe a ser garantida, logo deixa de ser de importância decisiva, para o empresário algarvio. Por outro lado, esta perda de importância da proximidade do mercado consumidor poderá, também, querer dizer que os empresários algarvios passaram a dar mais atenção aos mercados externos.

No que respeita às filiais, os resultados são pouco conclusivos, com a única excepção de que a “facilidade de recrutamento de mão-de-obra” passou a ser factor decisivo para os empresários algarvios, tendo sido referido por 7.7% das respostas e por 3.8% das empresas.

Na tentativa de quantificar o peso dos factores de localização que estão na base da decisão locacional das empresas algarvias, os inquiridos enumeraram de “1” a “5” (sendo o “1” o mais importante) os factores de localização que mais os influenciaram, antes e depois da adesão à CEE.

Assim, através do Quadro 3.8. é possível constatar que, antes da adesão de Portugal, o factor com maior peso na decisão do empresário para a localização da sua sede era, em “ex-aequo”, a “facilidade na obtenção de matérias primas” e a “proximidade dos mercados consumidores”, referido como o mais importante por 23.1% das empresas. Este último

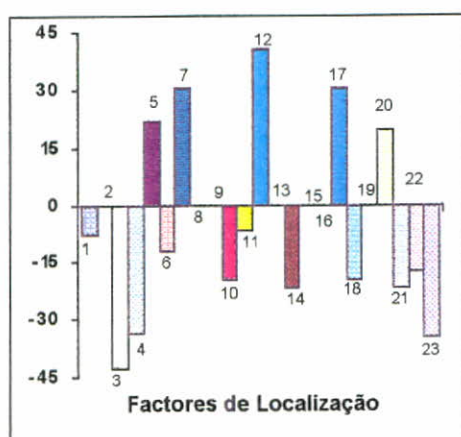
factor, manteve a sua influência na decisão da localização das filiais, paralelamente com as “outras infraestruturas de transportes” (5.8% das empresas).

A preocupação com a proximidade ao mercado consumidor, só vem demonstrar as carências infraestruturais rodoviárias que existiam antes de 1986 (de referir que nem a VLA, nem a Ponte sobre o Guadiana tinham sido ainda construídas), tal como comprova a diminuição dessa preocupação e o aumento do peso das infraestruturas rodoviárias, depois da adesão de Portugal, a qual registou um aumento percentual do seu peso em 17.4% (ver Quadro 3.9.).

A “tradição empresarial” e o “motivo pessoal do empresário”, que tinha uma grande influência, antes de 1986, merecendo, respectivamente, 19.2% e 17.3% das atenções das empresas inquiridas deixou, tal como já foi referido, de fazer parte do leque das preocupações fundamentais dos empresários algarvios, após a adesão, passando para 15.4% e 13.5% das empresas, respectivamente.

Através da Figura 3.2. é possível verificar as variações percentuais dos factores de localização que estão na base da decisão locacional do empresário algarvio, antes da adesão. Assim, constata-se que os “incentivos financeiros e fiscais”, até então de influência nula, passam a ter uma maior importância na decisão (+40.6%), as “infraestruturas de transportes” e a “existência de uma boa rede conjunta de infraestruturas” aumentaram,

Figura 3. 2 - Variação dos Factores de Localização



“ex-aequo”, em cerca de 30.0% a sua influência, o que confirma a importância da construção de alguns eixos viários fundamentais para o desenvolvimento da região; por outro lado, o “nível salarial médio da região” e o “clima social” perdem alguma da influência que exerciam. (ver Quadro 3.7.)

Quadro 3. 7 - Os factores mais importantes que condicionaram a localização da sede e das filiais, antes e depois da data de adesão de Portugal à CEE

FACTORES	ANTERIOR A 1986				POSTERIOR A 1986				Δ
	Sede		Filial		Sede		Filial		
	Nº x	% emp	Nº x	% emp	Nº x	% emp	Nº x	% emp	
1. Facilidade no recrutamento de mão de obra	6,4	25,0	7,0	5,8	6,2	23,1	7,7	5,8	-7,6
2. Qualificação profissional de mão de obra	3,9	15,4	2,4	1,9	4,1	15,4	2,6	3,8	0,0
3. Nível salarial médio da região	3,5	13,5	2,4	1,9	2,1	7,7	2,6	1,9	-43,0
4. Clima social	4,5	17,3	2,4	1,9	3,1	11,5	2,6	1,9	-33,5
5. Facilidade na obtenção de matérias primas	6,9	26,9	4,8	3,8	8,8	32,7	5,3	1,9	+21,6
6. Proximidade dos mercados consumidores	8,4	32,7	7,0	5,8	7,8	28,8	5,3	3,8	-11,9
7. Infraestruturas de transportes: Rodoviária	4,9	19,2	4,8	3,8	6,7	25,0	5,3	3,8	+30,2
8. Ferroviária	1,0	3,8	2,4	1,9	1,1	3,8	2,6	1,9	0,0
9. Outros	2,0	7,7	7,0	5,8	2,1	7,7	5,3	3,8	0,0
10. Preço do terreno	4,9	19,2	7,0	5,8	4,1	15,4	5,3	3,8	-19,8
11. Existência de infraestruturas básicas	7,9	30,8	4,8	3,8	7,8	28,8	5,3	3,8	-6,5
12. Incentivos fiscais e financeiros	2,5	9,6	2,4	1,9	3,6	13,5	2,6	1,9	+40,6
13. Tradição empresarial	6,4	25,0	4,8	3,8	6,7	25,0	5,3	3,8	0,0
14. Meio empresarial dinâmico	4,5	17,3	4,8	3,8	3,6	13,5	2,6	1,9	-22,0
15. Existência de indústrias complementares	2,5	9,6	2,4	1,9	2,6	9,6	5,3	1,9	0,0
16. Existência de serviços complementares	2,5	9,6	4,8	3,8	2,6	9,6	5,3	3,8	0,0
17. Existência de uma boa rede conjunta de infraestruturas	4,9	19,2	4,8	3,8	6,7	25,0	5,3	3,8	+30,2
18. Proximidade de centros de decisão política, financeira ou outros	2,5	9,6	2,4	1,9	2,1	7,7	2,6	1,9	-19,8
19. Facilidade de acesso à informação e/ou inovação	3,0	11,5	2,4	1,9	3,1	11,5	2,6	3,8	0,0
20. Facilidade de acesso a recursos hídricos	2,5	9,6	4,8	3,8	3,1	11,5	5,3	3,8	+19,8
21. Facilidade de acesso a recursos energéticos	4,5	17,3	4,8	3,8	3,6	13,5	5,3	3,8	-22,0
22. Motivo pessoal do empresário	8,4	32,7	4,8	3,8	7,3	26,9	2,6	1,9	-17,7
23. Outros factores	1,5	5,8	4,8	3,8	1,1	3,8	5,3	1,9	-34,5
TOTAL	100,0	388,3	100,0	80,2	100,0	371,0	100,0	70,4	

Nºx - Número de vezes em que o factor foi referido
 % emp. - % das empresas que indicaram o factor

Nota: Os somatórios que não dão 100,0% deve-se ao facto da resposta ser de opção múltipla

Quadro 3. 8 - Peso dos factores mais importantes que condicionaram a localização da sede e das filiais, antes da data de adesão de Portugal à CEE:

FACTORES	SEDE					FILIAL				
	Peso 1	Peso 2	Peso 3	Peso 4	Peso 5	Peso 1	Peso 2	Peso 3	Peso 4	Peso 5
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
1. Facilidade no recrutamento de mão de obra	11,5	5,8	3,8	1,9	1,9	3,8	0,0	1,9	0,0	0,0
2. Qualificação profissional de mão de obra	15,4	0,0	0,0	0,0	0,0	1,9	0,0	0,0	0,0	0,0
3. Nível salarial médio da região	7,7	0,0	0,0	1,9	3,8	1,9	0,0	0,0	0,0	0,0
4. Clima social	9,6	3,8	0,0	1,9	1,9	1,9	0,0	0,0	0,0	0,0
5. Facilidade na obtenção de matérias primas	23,1	5,8	0,0	0,0	0,0	1,9	1,9	0,0	0,0	0,0
6. Proximidade dos mercados consumidores	23,1	7,7	0,0	1,9	0,0	5,8	0,0	0,0	0,0	0,0
7. Infraestruturas de transportes: Rodoviária	11,5	1,9	3,8	1,9	0,0	1,9	1,9	0,0	0,0	0,0
8. Ferroviária	3,8	0,0	0,0	0,0	0,0	1,9	0,0	0,0	0,0	0,0
9. Outros	7,7	0,0	0,0	0,0	0,0	5,8	0,0	0,0	0,0	0,0
10. Preço do terreno	9,6	5,8	0,0	1,9	1,9	1,9	0,0	0,0	1,9	0,0
11. Existência de infraestruturas básicas	15,4	1,9	7,7	5,8	0,0	1,9	0,0	0,0	1,9	0,0
12. Incentivos fiscais e financeiros	7,7	0,0	0,0	0,0	1,9	1,9	0,0	0,0	0,0	0,0
13. Tradição empresarial	19,2	0,0	3,8	0,0	1,9	3,8	0,0	0,0	0,0	0,0
14. Meio empresarial dinâmico	7,7	1,9	3,8	1,9	1,9	3,8	0,0	0,0	0,0	0,0
15. Existência de indústrias complementares	5,8	0,0	0,0	7,7	0,0	1,9	0,0	0,0	0,0	0,0
16. Existência de serviços complementares	3,8	3,8	0,0	0,0	1,9	1,9	0,0	0,0	0,0	1,9
17. Existência de uma boa rede conjunta de infraestruturas	11,5	1,9	1,9	1,9	1,9	1,9	0,0	0,0	0,0	1,9
18. Proximidade de centros de decisão política, financeira ou outros	7,7	0,0	1,9	0,0	0,0	1,9	0,0	0,0	0,0	0,0
19. Facilidade de acesso à informação e/ou inovação	7,7	0,0	0,0	1,9	1,9	1,9	0,0	0,0	0,0	0,0
20. Facilidade de acesso a recursos hídricos	9,6	0,0	0,0	0,0	0,0	3,8	0,0	0,0	0,0	0,0
21. Facilidade de acesso a recursos energéticos	13,5	0,0	0,0	1,9	1,9	3,8	0,0	0,0	0,0	0,0
22. Motivo pessoal do empresário	17,3	3,8	5,8	1,9	3,8	1,9	0,0	1,9	0,0	0,0
23. Outros factores	5,8	0,0	0,0	0,0	0,0	3,8	0,0	0,0	0,0	0,0

Quadro 3. 9 - Peso dos factores mais importantes que condicionaram a localização da sede e das filiais, depois da data de adesão de Portugal à CEE:

FACTORES	SEDE					FILIAL				
	Peso 1	Peso 2	Peso 3	Peso 4	Peso 5	Peso 1	Peso 2	Peso 3	Peso 4	Peso 5
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
1. Facilidade no recrutamento de mão de obra	7,7	5,8	3,8	1,9	3,8	1,9	0,0	1,9	0,0	0,0
2. Qualificação profissional de mão de obra	13,5	0,0	1,9	0,0	0,0	1,9	0,0	1,9	0,0	0,0
3. Nível salarial médio da região	3,8	1,9	0,0	1,9	0,0	1,9	0,0	0,0	0,0	0,0
4. Clima social	3,8	5,8	0,0	0,0	1,9	1,9	0,0	0,0	0,0	0,0
5. Facilidade na obtenção de matérias primas	23,1	5,8	1,9	1,9	0,0	0,0	1,9	0,0	0,0	0,0
6. Proximidade dos mercados consumidores	21,2	5,8	0,0	1,9	0,0	1,9	0,0	0,0	1,9	0,0
7. Infraestruturas de transportes: Rodoviária	13,5	3,8	1,9	5,8	0,0	1,9	1,9	0,0	0,0	0,0
8. Ferroviária	3,8	0,0	0,0	0,0	0,0	1,9	0,0	0,0	0,0	0,0
9. Outros	7,7	0,0	0,0	0,0	0,0	1,9	0,0	0,0	0,0	0,0
10. Preço do terreno	7,7	1,9	0,0	3,8	1,9	1,9	0,0	0,0	0,0	0,0
11. Existência de infraestruturas básicas	15,4	1,9	5,8	5,8	0,0	0,0	0,0	0,0	1,9	0,0
12. Incentivos fiscais e financeiros	5,8	1,9	0,0	1,9	3,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
13. Tradição empresarial	15,4	1,9	3,8	1,9	1,9	1,9	0,0	0,0	0,0	0,0
14. Meio empresarial dinâmico	9,6	1,9	1,9	0,0	0,0	1,9	0,0	0,0	0,0	0,0
15. Existência de indústrias complementares	5,8	0,0	3,8	0,0	0,0	1,9	0,0	0,0	0,0	0,0
16. Existência de serviços complementares	5,8	0,0	0,0	1,9	1,9	1,9	0,0	0,0	0,0	1,9
17. Existência de uma boa rede conjunta de infraestruturas	17,3	3,8	3,8	0,0	0,0	3,8	0,0	0,0	0,0	0,0
18. Proximidade de centros de decisão política, financeira ou outros	7,7	0,0	0,0	0,0	0,0	1,9	0,0	0,0	0,0	0,0
19. Facilidade de acesso à informação e/ou inovação	7,7	0,0	0,0	0,0	3,8	1,9	0,0	0,0	0,0	1,9
20. Facilidade de acesso a recursos hídricos	9,6	1,9	0,0	0,0	0,0	3,8	0,0	0,0	0,0	0,0
21. Facilidade de acesso a recursos energéticos	11,5	0,0	0,0	0,0	1,9	3,8	0,0	0,0	0,0	0,0
22. Motivo pessoal do empresário	13,5	5,8	1,9	0,0	5,8	1,9	0,0	0,0	0,0	0,0
23. Outros factores	3,8	0,0	0,0	0,0	0,0	1,9	0,0	0,0	0,0	0,0

Os factores de localização para projectos futuros, no que respeita à implementação de novas sedes, e que estão na base da decisão do empresário algarvio, são os seguintes por ordem decrescente de importância:

- a “proximidade dos mercados consumidores” é referida em 9.9% das respostas e por 57.7% das empresas inquiridas, situação também confirmada pelo trabalho de R.Salvador (1993) e que se torna perfeitamente compreensivo quando sabemos que o sector turístico (ex: Restaurantes e hotéis) e as indústrias agro-alimentares necessitam de estar próximo dos mercados consumidores, por questões óbvias;
- o factor “facilidade na obtenção de matérias primas” é referido em 8.3% das respostas, o que corresponde a cerca de 48.1% das empresas;
- “infraestruturas de transportes rodoviários” que tem uma referência em 7.3% das respostas e por 42.3% das empresas;
- a “qualificação profissional da mão-de-obra” começa, finalmente, a ganhar importância na decisão do empresário algarvio, com 7.0% das respostas e 40.4% das empresas. Em “ex-aequo” com este factor encontram-se o “preço do terreno” e a “existência de infraestruturas de base”;

Tal como se pode constatar, no Quadro 3.10., houve algumas alterações nos factores de localização que condicionam o investimento futuro e que são decisivos para os empresários algarvios, ou seja, apesar da “proximidade dos mercados consumidores” e a “facilidade de obtenção de matérias primas” continuarem a ser importantes para a implementação de novas sedes, um novo factor ganha significado, a “qualificação profissional da mão-de-obra”, enquanto que os “motivos pessoais do empresário” deixam de ter significado tornando-se, assim, o factor que registou a maior descida de importância (-6 posições). Este cenário demonstra que os empresários algarvios começam a ser mais “racionalistas” e a preocupar-se com a qualidade do serviço prestado, uma vez que a procura é cada vez mais exigente, o que leva ao aumento das preocupações inerentes ao factor de recrutamento de mão-de-obra, que passa a ser mais difícil face à necessidade de uma maior qualificação profissional, ou seja, as questões de acessibilidade ao mercado de trabalho passam a fazer parte das preocupações dos empresários algarvios.

No que respeita ao investimento futuro de novas filiais, os empresários algarvios inquiridos consideram, também, a “proximidade dos mercados consumidores” como o factor decisivo para a sua localização (referido em 10.6% das respostas e por 13.5% das empresas), bem como a “facilidade de acesso à informação e/ou inovação” em “ex-aequo” com a “existência de infraestruturas básicas” que passaram a ser decisivos, sendo referidos por 9.1% das respostas e por 11.5% das empresas, o que associado à importância das “infraestruturas de transportes rodoviários”, acompanha o cenário descrito para o investimento futuro das sedes. Face ao que antecede é possível concluir que os empresários pretendem, na medida do possível, desenvolver a sua actividade em áreas dotadas com maiores níveis de infraestruturação e de mão-de-obra qualificada (características inerentes às áreas com estatuto de «centros» ou «ilhas»).

Segundo o Quadro 3.11., que informa a variação de importância de cada um dos factores de localização desde da altura antes da adesão, comprova o que já foi referido, ou seja, que a “qualificação profissional de mão-de-obra” foi o factor que mais subiu na influência do empresário (+3) em detrimento das questões pessoais, uma vez que o “motivo pessoal do empresário” (-6) e a “tradição empresarial” (-5) deixaram de pesar na decisão de investimento futuro dos empresários algarvios inquiridos. Situação que a seu tempo poderá contribuir para o acentuar dos desequilíbrios regionais, uma vez que essa mão-de-obra qualificada tenderá a localizar-se, como seria de esperar, junto dos postos de trabalho respectivos, ou seja, na faixa litoral.

Quadro 3. 10 - Os factores de localização que seriam determinantes, caso decidisse criar uma nova empresa no futuro

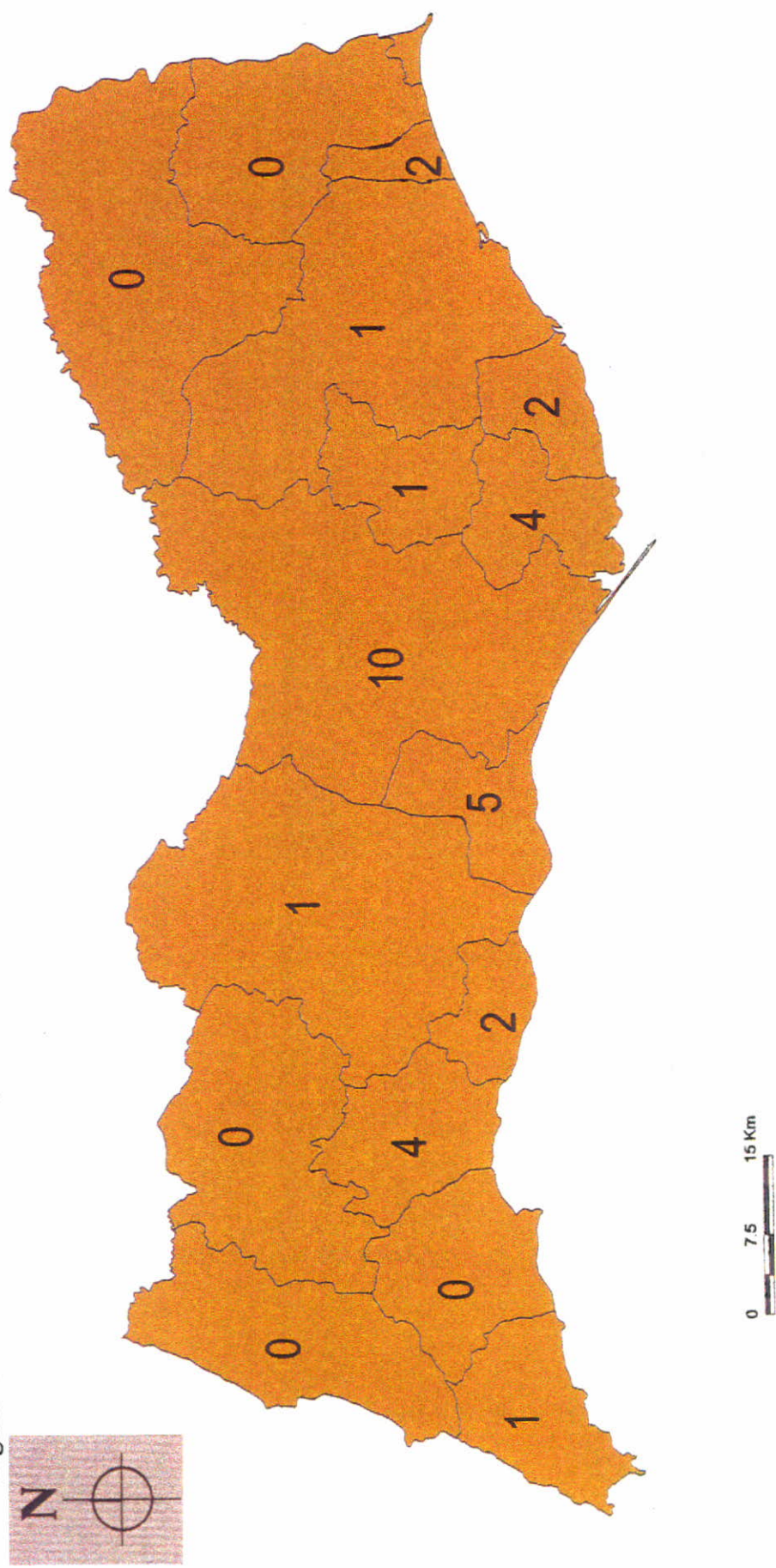
FACTORES	<i>Sede</i>	<i>Filial</i>	<i>Sede</i>	<i>Filial</i>
	% x	% x	% emp	% emp
1. Facilidade no recrutamento de mão de obra	5,6	6,0	32,7	7,7
2. Qualificação profissional de mão de obra	7,0	3,0	40,4	3,8
3. Nível salarial médio da região	3,0	3,0	17,3	3,8
4. Clima social	4,3	3,0	25,0	3,8
5. Facilidade na obtenção de matérias primas	8,3	4,5	48,1	5,8
6. Proximidade dos mercados consumidores	9,9	10,6	57,7	13,5
7. Infraestruturas de transportes: Rodoviária	7,3	7,6	42,3	9,6
8. Ferroviária	1,3	1,5	7,7	1,9
9. Outros	2,3	3,0	13,5	3,8
10. Preço do terreno	7,0	3,0	40,4	3,8
11. Existência de infraestruturas básicas	7,0	9,1	40,4	11,5
12. Incentivos fiscais e financeiros	3,0	3,0	17,3	3,8
13. Tradição empresarial	3,0	4,5	17,3	5,8
14. Meio empresarial dinâmico	4,6	4,5	26,9	5,8
15. Existência de indústrias complementares	3,0	0,0	17,3	0,0
16. Existência de serviços complementares	2,0	0,0	11,5	0,0
17. Existência de uma boa rede conjunta de infraestruturas	5,6	6,1	32,7	7,7
18. Proximidade de centros de decisão política, financeira ou outros	3,6	6,1	21,2	7,7
19. Facilidade de acesso à informação e/ou inovação	4,3	9,1	25,0	11,5
20. Facilidade de acesso a recursos hídricos	1,3	3,0	7,7	3,8
21. Facilidade de acesso a recursos energéticos	2,0	3,0	11,5	3,8
22. Motivo pessoal do empresário	4,3	6,1	25,0	7,7
23. Outros factores	0,3	0,0	1,9	0,0

Quadro 3. 11- Variação da Importância do Factor de Localização

FACTORES	SEDE		
	Posição antes de 1986	Posição p/ nova empresa	Variação da posição
1. Facilidade no recrutamento de mão de obra	4º	5º	-1
2. Qualificação profissional de mão de obra	7º	4º	+3
3. Nível salarial médio da região	8º	9º	-1
4. Clima social	6º	7º	-1
5. Facilidade na obtenção de matérias primas	3º	2º	+1
6. Proximidade dos mercados consumidores	1º	1º	0
7. Infraestruturas de transportes: Rodoviária	5º	3º	+2
8. Ferroviária	13º	12º	+1
9. Outros	11º	10º	+1
10. Preço do terreno	5º	4º	+1
11. Existência de infraestruturas básicas	2º	4º	-2
12. Incentivos fiscais e financeiros	10º	9º	+1
13. Tradição empresarial	4º	9º	-5
14. Meio empresarial dinâmico	6º	6º	0
15. Existência de indústrias complementares	10º	9º	+1
16. Existência de serviços complementares	10º	11º	-1
17. Existência de uma boa rede conjunta de infraestruturas	5º	5º	0
18. Proximidade de centros de decisão política, financeira ou outros	10º	8º	+2
19. Facilidade de acesso à informação e/ou inovação	9º	7º	+2
20. Facilidade de acesso a recursos hídricos	10º	12º	-2
21. Facilidade de acesso a recursos energéticos	6º	11º	-5
22. Motivo pessoal do empresário	1º	7º	-6
23. Outros factores	12º	13º	-1

No que respeita, às regiões/concelhos de preferência dos empresários algarvios inquiridos, para a localização de uma nova empresa, são por ordem decrescente: Loulé (30.3%), Albufeira (15.2%), Portimão e Faro em “ex-aequo” (12.1%), os restantes concelhos não atingem os 10.0%. Os concelhos do grupo “Áreas Submersas” não foram sequer referidos pelas empresas inquiridas, pelo que tudo aponta para o acentuar das pressões sobre a sobrelotada faixa algarvia, o que irá agravar/accentuar as assimetrias já nossas conhecidas. (Figura 3.3.)

Figura 3. 3 - Número de Vezes que o Concelho foi Referido como de Preferência para a Criação de uma Nova Empresa



Fonte: D.G.D.R.

Quadro 3. 12 - Concelhos de preferência para criação de uma nova empresa

Concelhos	Nº	%
1. Albufeira	5	15,2
2. Aljezur	0	0,0
3. Alcoutim	0	0,0
4. Castro Marim	0	0,0
5. Faro	4	12,1
6. Lagoa	2	6,1
7. Lagos	0	0,0
8. Loulé	10	30,3
9. Monchique	0	0,0
10. Olhão	2	6,1
11. Portimão	4	12,1
12. Brás de Alportel	1	3,0
13. Silves	1	3,0
14. Tavira	1	3,0
15. Vila do Bispo	1	3,0
16. Vila Real de Sto. António	2	6,1
Dentro da região	30	57,7
Fora da Região	8	15,4

Em súmula, poder-se-á concluir que, de um modo geral, os “factores de acessibilidade”, antes da adesão de Portugal à CEE, foram decisivos na localização de filiais, o que têm a haver “*com a acessibilidade “física” (à matéria-prima ou aos consumidores e, preferencialmente por estrada) e pouco com a acessibilidade “imaterial” (a serviços, a informação, etc.)*” (R. SALVADOR, 1993: Anexo:23).

No fundo, os factores de localização mais citados, para antes de 1986 até à actualidade e para o futuro, prendem-se directamente com as acessibilidades: proximidade dos mercados consumidores, facilidade de obtenção de matérias-primas e existência de infraestruturas rodoviárias. O facto do factor “proximidade de centros de decisão política, financeira ou outros” ter aumentado de importância é sinal evidente da esperança da regionalização, o que permitirá uma maior aproximação entre a população e as instâncias do poder.

Relativamente a Loulé, apesar de ter registado 30.3% de respostas oriundas do concelho, não foram somente estas as que responderam que gostariam de ver o seu futuro investimento em Loulé; significa isto que, a seu tempo, este aglomerado, deixará de

pertencer ao grupo intermédio “Pequenas Ilhas” e passará a ser uma “Ilha”, ou seja, vai haver um fenómeno de recomposição espacial traduzido na criação de um “*continuum*” de desenvolvimento entre Portimão-Olhão. Ou seja, uma certa fragmentação que existia decorrente do posicionamento intermédio de Loulé deixará de se verificar. É no entanto possível que, num primeiro momento, seja a parte sul de Loulé a conhecer um arranque em termos de crescimento, sendo que a médio prazo os efeitos deverão chegar ao resto do território concelhio.

De salientar que o fraco peso atribuído aos “incentivos fiscais e financeiros” e, principalmente, aos “factores de aglomeração”³, indicia a “*fraca sensibilidade dos empresários aos benefícios “ocultos” das economias externas*” (SALVADOR, 1993:23), o que será confirmado com os resultados da segunda parte deste inquérito (Incentivos Comunitários).

É possível, ainda, concluir que a “qualificação profissional da mão-de-obra” ganhou importância para a decisão da localização dos investimentos futuros, o que parece indiciar uma reorientação do empresário algarvio a favor da qualidade e de mão-de-obra especializada.

Ainda no que respeita a investimentos futuros, a acessibilidade mantém a sua importância, como o demonstra o peso atribuído a factores como “proximidade do mercado consumidor” e “infraestruturas rodoviárias”. A política foi sensível a estas preocupações como a construção da VLA, do IC4 e da Ponte sobre o rio Guadiana (bem como a futura ligação auto-estrada Lisboa-Algarve) demonstram.

Apesar de o aumento da importância da “facilidade de acesso à informação e/ou inovação”, bem como da “proximidade de centros de decisão política, financeira ou outros” ser pouco significativo, é demonstrativo de um “acordar” dos empresários algarvios para as questões da regionalização, o que poderá traduzir-se num aumento de informação relativamente a incentivos comunitários.

Para indagar sobre esta concordância, passemos à análise dos resultados do inquérito no que respeita aos incentivos comunitários.

³ Agrupa os factores de localização “meio empresarial dinâmico”, “existência de indústrias complementares” e “existência de serviços complementares”

Incentivos Comunitários

Através do Quadro 3.13., constata-se que mais de 50% dos empresários inquiridos não conhecem incentivos/fundos de apoio comunitário (53.9% contra 46.2%), o que comprova a pouca importância que o factor de localização “facilidade de acesso à informação e/ou inovação” tem sobre os empresários algarvios. Contudo, numa análise mais cuidada, é possível constatar que os incentivos mais referidos correspondem aos mais divulgados na comunicação social, e que, como seria de esperar, estão mais relacionados com a actividade, de que são exemplos o PEDIP e o SIFIT. É possível que o próprio contacto pessoal, empresário a empresário, desempenhe, a este nível, um papel não negligenciável (vide Anexo 3 - Quadro 3.17.b).

Quadro 3. 13 - Conhecimento de Incentivos Financeiros

Conhece		Não conhece	
Nº	%	Nº	%
24	46.15	28	53.85

No entanto, importa assinalar que se está longe de uma situação favorável no domínio da divulgação/conhecimento de determinados mecanismos de apoio à modernização e expansão da actividade empresarial uma vez que mais de 75.0% dos inquiridos declarou possuir uma reduzida (ou nula) informação sobre os incentivos comunitários (Quadro 3.14). Conforme será desenvolvido na parte final da presente Dissertação, considera-se que se está perante uma deficiência de estrutura do tecido empresarial algarvio: a reduzida capacidade de absorver informação e de a utilizar em benefício próprio, reduz significativamente as possibilidades de modernização. Deve destacar-se que apenas 23.1% dos inquiridos consideraram encontrar-se bem informados, o que corresponde às 13 candidaturas existentes (Quadro 3.15) entre os inquiridos (25.0% das empresas candidataram-se pelo menos a um esquema de incentivos).

Quadro 3. 14 - Grau de Conhecimento

Grau de conhecimento	Nº	%
Nenhuma Informação	14	26,9
Reduzida Informação	26	50,0
Suficiente Informação	9	17,3
Bem Informado	3	5,8
Somatório	52	100

Esta percentagem de não conhecimento dos sistemas de incentivos e de não candidatura, leva-nos a questionar se os Quadros de Apoio existentes estarão adaptados à realidade empresarial/sectorial do Algarve ou se não estaremos a apostar numa chuva de subsídios com pouca indução de efeitos no sistema?

Quadro 3. 15 - Percentagem das Candidaturas Apresentadas

Candidatou-se		Não se candidatou	
Nº	%	Nº	%
13	25,0	39	75,0

Neste sentido, o reduzido número de candidaturas poderá traduzir a falta de conhecimento/informação; a desadequação dos incentivos, a burocracia do processo ou ainda, a estrutura /objectivos da empresa podem não estar adequados aos incentivos existentes. Assim, os resultados do inquérito (Quadro 3.17) apontam que as dificuldades encontradas por aqueles que se candidataram, passam essencialmente por um excesso de burocracia (foi respondido pela totalidade dos candidatos), pela falta de apoio por parte das entidades competentes (69.2%), pela dificuldade em obter informações adicionais (38.5%) e pelo custo de preparação do processo (30.8%). De referir, ainda, que das 13 candidaturas dos inquiridos, 46.2% foram aprovadas e 30.8% foram recusadas (Quadro 3.18), principalmente por motivos ligados à falta de documentação e à inelegibilidade do projecto.

No que respeita à distribuição das candidaturas pelos diversos incentivos, verifica-se que o FEOGA, PEDIP e SIR, em "ex aequo" com 15.4% das candidaturas, concentram a maioria das iniciativas. Estes dados poderão apontar para um esforço de modernização de parte do

meio empresarial algarvio que, como já referimos, é caracterizado pelo seu fraco dinamismo e reduzida capacidade de inovação. Assim, parecem coexistir no Algarve duas situações distintas: por um lado, a presença de um tecido empresarial que está a apostar na dinamização e modernização da sua actividade, permitindo uma maior competitividade no contexto das rápidas mutações tecnológicas e de mercados; e, por outro lado, a existência de um vasto número de empresários que não têm possibilidades ou não pretendem alterar a configuração actual da sua actividade.

De destacar que, apesar os dois sectores mais representados na amostra (hotéis e restaurantes) beneficiem do SIFIT (turismo), este aparece em último lugar. O que poderá ser justificado ou pela falta de informação junto dos empresários turísticos ou porque a maioria das empresas inquiridas são de carácter “familiar”, ou seja, de pequena dimensão, logo pouco incentivadas a candidatarem-se.

Quadro 3. 16 - Incentivos em que os Inquiridos apresentaram candidaturas

INCENTIVOS	Nº	%
ENERGIA	1	7,7
FEOGA	2	15,4
IAPMEI	1	7,7
PAMAF	1	7,7
PROPESCA	1	7,7
PAIEP	1	7,7
PEDIP	2	15,4
PLIAA	1	7,7
SIMER	1	7,7
SIR	2	15,4
SIFIT	1	7,7
SIII	1	7,7
SIBR	1	7,7

Quadro 3. 17 - Dificuldades encontradas

Dificuldades	Nº	%
Dificuldades em obter Informações adicionais	5	38,5
Elaboração do Processo	3	23,1
Custo de preparação do processo	4	30,8
Burocracia	13	100,0
Falta de apoio por parte das entidades competentes:		
-Nacionais	4	30,8
-Regionais	4	30,8
-Comunitárias	1	7,7
Outros	1	7,7

Dos inquiridos que não se candidataram, constata-se que 59.0% foi devido ao excesso de burocracia, à dificuldade de obtenção de informação geral (56.4%) ou à falta de informação sobre que incentivos existem para o seu sector (51.3%).

Quadro 3. 18 - Aprovação da(s) candidatura(s)

	Nº	%
Todas	6	46,2
Nenhumas	4	30,8
Algumas	1	7,7
Somatório	11	84,6

Quadro 3. 19 - Motivo pelo qual as candidaturas não foram aprovadas

MOTIVO	Nº	%
Preenchimento incorrecto	0	0,0
Não cumprimento dos prazos	0	0,0
Falta de elementos/documentos	2	15,4
Inelegibilidade do projecto	2	15,4
Credibilidade da concepção do projecto	0	0,0
Outros	3	23,1

Em termos de distribuição geográfica, constata-se que as empresas que se candidataram, **localizam-se predominantemente em grandes aglomerados (como sejam Faro e Portimão), enquanto que as empresas sediadas em áreas mais deprimidas não apresentaram o mesmo dinamismo.** Este facto aponta para uma segmentação interessante no domínio da importância conferida à circulação da informação: as áreas centrais tendem a oferecer aos seus empresários melhores condições de acesso e divulgação da informação o que facilita o aproveitamento das oportunidades de apoio ao investimento. Por seu turno, as áreas mais afastadas das «ilhas» apresentam uma divulgação de informação mais lenta e atrasada, pelo que as empresas localizadas nestes espaços estão, *a priori*, desfavorecidas face às suas congéneres situadas em lugares de maior dimensão.

Quadro 3. 20 - Motivos que levaram o Inquirido a não se Candidatar

MOTIVO	Nº	%
Dificuldades na obtenção de informação em geral	22	56,41
Desconhece que subsídios existem para o seu sector	20	51,28
Nunca recorre a subsídios financeiros	10	25,64
Não confia no futuro do seu ramo	7	17,95
Falta de apoio técnico na elaboração do processo de candidatura	11	28,21
Falta de meios financeiros para iniciar o processo de candidatura	10	25,64
Demora de todo o processo de candidatura	14	35,90
Excesso de burocracia	23	58,97
Acredita que só os grandes projectos é que são aprovados	14	35,90

Em sùmula, tudo aponta para que os desequilíbrios regionais se acentuem, uma vez que a tendência de concentração de empresas no litoral se mantém; enquanto que, pelo contrário, os concelhos do grupo “Áreas Submersas” tenderão para o despovoamento. Situação que se agrava quando se constata que as empresas que se candidataram a incentivos, localizam-se predominantemente em grandes aglomerados da faixa costeira (como sejam Faro e Portimão), o que se deve, essencialmente, a factores de localização que prendem-se directamente com as acessibilidades, nomeadamente a proximidade dos mercados consumidores, a facilidade de obtenção de matérias-primas e a existência de infraestruturas rodoviárias.

O facto de Loulé ter sido o concelho preferencialmente escolhido para futuros investimento leva a que, a seu tempo, este aglomerado, ascenda ao grupo das “Ilhas”, o que se traduz na

criação de um “*continuum*” de desenvolvimento entre Portimão-Olhão, acentuando, assim, as assimetrias regionais identificadas no capítulo anterior.

É possível, ainda, concluir que a “qualificação profissional da mão-de-obra” ganhou influência na decisão da localização dos investimento futuros, o que parece indiciar uma reorientação do empresário algarvio a favor da qualidade e de mão-de-obra especializada, a qual, por seu lado, se concentra junto aos grandes centros empregadores, i.é., no litoral.

Face ao que antecede, a definição de orientações estratégicas para a política de desenvolvimento regional, deverá ter em consideração a necessidade de garantir um quadro equilibrado de oportunidades aos empresários localizados nas diversas parcelas do território algarvio, com o objectivo de minorar os desequilíbrios regionais de desenvolvimento.

É precisamente sobre este ponto que se irá debruçar o capítulo seguinte da presente Dissertação: a estruturação e implementação de políticas de desenvolvimento regional e a análise do seu grau de adequação ao caso algarvio. Isto é, que cuidados se deverão ter na definição de estratégias de apoio ao desenvolvimento equilibrado e sustentado do Algarve. Para alcançar este objectivo referir-se-á, sucessivamente, um conjunto de questões sobre as políticas regionais europeias e sobre o caso português. Discutir-se-á, seguidamente, a aplicação de medidas de política regional ao Algarve, destacando as iniciativas mais importantes que, neste domínio, têm vindo a ser implementadas. Finalizar-se-á com uma referência às orientações que, no nosso entender e tendo em consideração as conclusões do presente trabalho, se deverão imprimir à futura política regional destinada a promover o desenvolvimento do território algarvio.

Capítulo 4 - A Política Regional e a sua Importância nas Dinâmicas Territoriais Diferenciadas

"(...) é descabido falar da política regional como mais uma «categoria» de políticas (...). Ela é integradora das políticas globais e sectoriais (...); ela impõe a consideração da realidade concreta (...) dos problemas específicos em áreas específicas, a exigir soluções específicas." (LOPES, 1987:276)

No âmbito da presente dissertação, focar-se-á a análise da política regional, uma vez que são claras as suas interdependências com a actuação e voluntarismo dos poderes públicos, podendo contribuir para consolidar um processo económico de desenvolvimento entre diferentes regiões. No actual contexto sócio-político nacional, o processo de regionalização poderá reforçar uma política, claramente assumida, de combate às desigualdades estruturais do processo de desenvolvimento territorial do espaço português. Salienta-se, no entanto, que o lançamento das bases de uma política de desenvolvimento regional, com forte componente local, poderá iniciar-se, ainda antes da efectivação do processo político de regionalização. De facto, tão importante como regionalizar é descentralizar, isto é, o apoio inicial à definição e implementação de uma política de desenvolvimento regional poderá ter na base a transferência de quadros técnicos para as diferentes regiões, devidamente suportados por um correcto quadro financeiro.

Com o acentuar dos desequilíbrios entre as diferentes parcelas do território, tomou-se consciência da necessidade de esforços de reestruturação sectorial, situação agravada com o reconhecimento da não eficácia da política regional tradicional que, até um passado recente, tem assentado em políticas de desenvolvimento *"orientadas para a maximização do crescimento económico (...) [e em] pressupostos de «difusão espacial do desenvolvimento» através do reforço da integração funcional do espaço nacional e internacional"* (HENRIQUES, 1990:13).

Tais pressupostos têm dissuadido uma maior participação¹ por parte das populações locais/regionais, cujo afastamento acarretou um desfasamento da realidade vivida, e por tal motivo, das prioridades de intervenção e *“de perspectivas concretas de actuação no que respeita à participação das «comunidades locais» no processo de desenvolvimento”* (HENRIQUES, 1990:13) e isto porque *“se o desenvolvimento não se reduz à sua dimensão local, é, porém, a essa escala, que a vida é efectivamente vivida e que, portanto, o desenvolvimento se concretiza”* (HENRIQUES, 1990:12).

Todavia, a falta de tradição de uma política regional em Portugal, levam a que as entidades responsáveis confiem e acreditem que a política regional possa ser suficiente para corrigir os desequilíbrios regionais e fazer frente aos problemas com que se debatem as diferentes regiões.

As diferentes abordagens da problemática do desenvolvimento regional, leva a tomadas de decisão nem sempre favoráveis à solução dos problemas das «regiões periféricas», visto que se considera, por vezes, que o acesso aos fundos estruturais da União Europeia, será suficiente para a resolução dos problemas, uma vez que serão assim criadas as condições de fixação das populações, inculcando um espírito inerente à atenuação das assimetrias regionais que, mais tarde ou mais cedo, acabarão por acontecer. No entanto, há autores que acreditam no desenvolvimento regional endógeno como atenuante dos desequilíbrios regionais, com base na mobilização dos recursos endógenos da região o que significa, para o caso específico do Algarve, *“recentrar o desenvolvimento económico e social (...) no aproveitamento das suas potencialidades específicas por forma a robustecer a economia, a preservar os equilíbrios naturais e a reduzir as assimetrias intra-regionais de desenvolvimento”* (CCR ALGARVE, 1994: 110).

No que respeita às políticas regionais inerentes ao paradigma «funcionalista», descrito anteriormente, e como J. M. Henriques (1990: 40) defende, assentam em dois planos

¹ Ver Anexo 4 sobre a “Participação Pública no Processo de Planeamento do Território: Caso-Estudo o PROT Algarve”

distintos: *“integração funcional do espaço orientada para a maximização do crescimento nacional; promoção do desenvolvimento das periferias rurais.”*

Face ao que antecede, conclui-se que a Política Regional, no quadro do paradigma «funcionalista», deverá ter como objectivo a minimização das consequências negativas das dinâmicas territorialmente diferenciadas e incentivar a redistribuição dos factores produtivos (crescimento) das áreas centrais desenvolvidas para as áreas menos desenvolvidas (periféricas). Por outras palavras, facilitar a concentração espacial dos factores produtivos no «centro» e incentivar a sua mobilidade, nomeadamente a migração da mão-de-obra, da «periferia» para essas áreas, permitindo uma redistribuição espacial do desenvolvimento que permitirá o combate às disparidades regionais.

No fundo, verifica-se, actualmente, um grande fluxo migratório da mão-de-obra rural do interior para a faixa litoral do País e, no caso mais específico, da serra algarvia (“Áreas Submersas”) para o litoral (“Algarve Litoral”). Os defensores deste postulado acreditam, ainda, que a agricultura deverá ser reestruturada e que os governos deverão ter um papel mais intervencionista, interferindo no mercado para alcançar os objectivos de emprego e crescimento económico.

Se até agora todo o cenário descrito, fazia concluir que a implementação de Políticas Regionais em Portugal, e mais especificamente, no Algarve, assentava no paradigma «funcionalista», então pode verificar-se que nem tudo correu conforme o esperado. Os «pólos de desenvolvimento» não tiveram o efeito preconizado: o aumento do rendimento na periferia implicou efeitos positivos nos «centros», mas não nessas áreas periféricas, como é exemplo a transferência de capitais das filiais (na periferia) para as sedes (no centro)². Tais factos, associados aos investimentos em infra-estruturas viárias visando melhorar a acessibilidade regional e inter-regional, não criaram os efeitos esperados na periferia, pelo menos a curto/médio prazo, pondo assim em causa a eficácia das políticas regionais implementadas.

² Ou numa análise supra-regional, do Algarve para Lisboa. Uma grossíssima parte do IRC cobrado por Lisboa provém de grandes empresas sediadas na capital, mas que prestam serviços nacionais.

Para o caso do Algarve, espera-se que a conclusão da auto-estrada Lisboa-Algarve, implique uma maior influência nas decisões de investimento interno, aumentando as unidades produtivas na periferia, não somente de filiais, mas também de sedes de empresas.

Como vimos no capítulo anterior, as “acessibilidades” são o factor de localização fulcral na espacialização do investimento no Algarve. Acredita-se que aquela infra-estrutura irá originar uma melhoria de acessibilidade inter-regional que beneficiará algumas áreas periféricas que, com a entrada de factores produtivos e de tecnologia, poderão tornar-se áreas emergentes. Contudo, será necessário inverter a tendência de concentração na periferia de actividades orientadas para baixos salários com mão-de-obra não qualificada. Neste sentido, podem-se preconizar algumas medidas, como por exemplo o incentivo à diversificação das actividades terciárias, nomeadamente no que concerne ao subsector dos serviços («terciário evoluído»), a qualificação/diversificação do turismo, bem como um esforço acrescido no domínio da qualificação/formação da mão-de-obra.

Se a ideia é inverter esta tendência, então as políticas regionais deverão ser adaptadas à necessidade de procurar respostas para problemas económicos espaciais, onde assumem destaque, entre outras, as questões ligadas à formação/qualificação profissional, à diversificação do mercado de emprego/saídas profissionais e ao ordenamento do território agro-florestal.

Com o objectivo de enquadrar uma reflexão sobre as metas e o alcance das políticas regionais aplicadas ou a aplicar no contexto algarvio, ir-se-á, agora, abordar, sucessivamente, uma experiência concreta de implementação de política regional - Reino Unido - e as bases da política comunitária, de modo a lançar várias pistas para o debate em torno dos incentivos/apoios/estímulos ao desenvolvimento do território do Algarve.

4.1. Contexto e Objectivos da Política Regional

4.1.1. O caso do Reino Unido

A Política Regional surge nos anos vinte, como resposta aos problemas regionais de desemprego e desigualdades regionais existentes no Reino Unido, visto que, antes da 1ª Guerra Mundial, o Reino Unido era um dos países mais desenvolvidos da Europa e tinha-se especializado em produtos que lhe ofereciam maiores vantagens comparativas. Rapidamente a especialização sectorial associou-se à espacial e os problemas passaram a ser localizados³.

Nos anos trinta, com o petróleo a substituir o carvão, as regiões carboníferas entram em crise. Novas indústrias, com novas tecnologias, e mais viradas para o mercado interno, foram aparecendo e ocupando novos espaços. Era necessário intervir e, assim, aparece a primeira experiência de política regional, baseada no apoio à migração da mão-de-obra para locais onde havia trabalho. Contudo, esta foi uma medida com pouco resultado efectivo devido ao elevado custo da mudança, obrigando a uma adaptação da política regional que passou a atrair o investimento para as áreas onde havia mão-de-obra disponível.

Os objectivos da política regional passavam, então, pela preocupação de todas as regiões terem um crescimento auto-sustentado, ou seja, possuírem uma base económica que as permitisse desenvolver com um certo grau de autonomia (“self-reliance”); pela necessidade de equilibrar os níveis de rendimento das diferentes regiões; que as oportunidades de emprego entre as várias regiões não fossem muito distintas; e por fim, impedir grandes movimentos migratórios e incentivar a fixação das populações nas regiões de origem (Cf. SALVADOR: 1995 e HENRIQUES: 1990).

No fundo, os objectivos da política regional tinham como base a equidade entre regiões, de modo a que não houvesse grandes desequilíbrios entre os diferentes espaços regionais. Com a aplicação destes instrumentos microeconómicos era possível combater o problema do desemprego e das regiões menos desenvolvidas, i.e., criavam-se incentivos financeiros

³ Acresce que a localização das Medidas Políticas era muito concentrada: regiões carboníferas.

(bonificação das taxas de juro ou isenção de impostos) de modo a localizar uma determinada actividade nessas regiões, criando-se, assim, verdadeiros pólos de emprego.

Durante os anos quarenta e cinquenta, intensificaram-se as medidas / acções da política regional, tendência que seria invertida com a subida ao poder do Partido Conservador britânico, no final dos anos cinquenta, uma vez que preferia as políticas industriais.

Nos anos sessenta, a política regional britânica vem a ser posta em causa pelas teorias da escola francesa, onde pontuava François Perroux, que diziam que o crescimento não podia decorrer em todas as áreas ao mesmo tempo; só algumas regiões se poderiam desenvolver, arrastando, então, as menos desenvolvidas. Eram também da opinião que o incentivo não deveria ficar só pelas áreas de depressão, mas também devia abranger as áreas favorecidas, para que estas arrastassem as outras.

Na década de setenta, surgem uma série de avaliações que indagam sobre se valeria a pena continuar com as políticas regionais ou se, pelo contrário, se deveria investir numa política sectorial. No fundo, renovou-se o debate entre “espacialistas” (defendem apoios por região) e “sectoristas” (a favor de apoios a sectores determinados).

Keeble (1977) foi um dos autores que avaliou a política regional no Reino Unido, durante a década 65-75 e considerou que a política regional tinha sido eficaz, pois cumpriu em grande parte os seus objectivos, diminuindo algumas desigualdades regionais existentes. Para levar a cabo esta avaliação considerou cinco regiões distintas, onde as duas primeiras eram consideradas regiões favorecidas (Sudeste - Londres) e as restantes tipicamente desfavorecidas (Escócia, País de Gales e Norte).

Numa tentativa de detectar o problema regional numa perspectiva económica e social, adoptou cinco indicadores na sua análise:

1. Percentagem de Emprego na Indústria Transformadora - a indústria transformadora era considerada um motor de desenvolvimento e quanto maior fosse a percentagem de

emprego, maior seria o desenvolvimento. Hoje já não é assim, visto que se verifica que os serviços ascenderam a essa posição;

2. Percentagem do Emprego Total - utilizado como um sinal de oportunidade de emprego, contudo era importante que houvesse uma diversificação da tipologia de emprego;
3. Taxa de Desemprego - serve para medir as desigualdades sociais;
4. Rendimentos Médios Semanais - Indicador das condições de vida e do bem estar, permitindo verificar se existe uma convergência em relação ao total nacional. As desigualdades tenderam a atenuar-se;
5. Fluxos Migratórios - Quando uma região está a perder população, é porque esta não é atractiva do ponto de vista de oportunidades de emprego.

Assim, Keeble chegou à conclusão de que numa primeira fase (1962-1967) os valores indicavam que entravam mais pessoas nas regiões favorecidas do que saíam, enquanto que nas outras três regiões a tendência era contrária. Na segunda fase (1973-1975) a situação inverteu-se, com as primeiras a registar valores negativos, e as segundas a conhecer saldos positivos atenuavam-se. No fundo, a sua análise indicava um sentido de convergência na evolução dos indicadores, logo uma atenuação dos desequilíbrios regionais. Não obstante, não teve a capacidade de adaptar o seu modelo às transformações ocorridas nas desigualdades regionais, ao longo do tempo.

Manners (1976), por outro lado, tem uma opinião «funcionalista» sobre a evolução da política regional no Reino Unido. Ele contesta o sucesso aparente da política regional porque, apesar do potencial económico ter-se desenvolvido graças às transformações ocorridas devido aos melhoramentos das infra-estruturas, continuava a favorecer somente as regiões mais desenvolvidas. Não tinha sido feita a avaliação correcta dos custos e benefícios das políticas seguidas.

Estava assim fundamentada a necessidade para uma reinterpretação do problema regional britânico e Manners (1976) apresentou quatro razões para que a política regional fosse sujeita a estudo e posterior revisão:

- a) Alteração do contexto macro-económico: A estrutura empresarial alterou-se, houve uma internacionalização da economia e deu-se prioridade à gestão económica estatal;
- b) Dinâmica da estrutura sectorial do emprego: Apercebe-se que o motor do desenvolvimento económico já não é a indústria transformadora, mas sim o sector terciário;
- c) Alteração na distribuição espacial da intensidade dos problemas: propõe que se analise as prioridades de desenvolvimento e que se tenha em conta os métodos usados no desenvolvimento económico e urbano;
- d) Devolução / Regionalização do poder: Desejo de restabelecimento da autonomia por parte da Escócia.

Até à adesão do Reino Unido à CEE, a política regional continuou a manter a sua importância, surgindo um processo de diversificação dos instrumentos da política regional, através da introdução de algumas mudanças, nomeadamente:

1. Criação de Zonas Francas, com o objectivo da atracção de capitais e fixação de pessoas. Eram, também, áreas industriais, onde as empresas pagam impostos baixos, permitindo a criação de postos de trabalho. No entanto, a sua principal actividade é financeira. Este instrumento veio a generalizar-se nos anos oitenta e noventa (exemplo: Zona Franca da Madeira)
2. Incentivos à Investigação e Desenvolvimento, ligados essencialmente a universidades que, através da realização de seminários e congressos, contratação de especialistas, acabavam por incentivar empresas desse ramo a fixarem-se junto a estes pólos de investigação e desenvolvimento;

3. Apoio aos Serviços em geral, que têm um papel preponderante na economia e no apoio aos sectores industriais de uma determinada região;
4. Incentivo às PME's, principal vector de criação de riqueza e postos de trabalho, uma vez que, em virtude da evolução do sistema económico (nomeadamente as subcontratações), estas serão a resposta às novas condições e oportunidades de mercado.

Todavia, com a abertura das fronteiras à livre circulação do mercado europeu, a política regional teria de adaptar-se, também, para combater novos problemas regionais, nomeadamente o facto das regiões melhor localizadas e melhor equipadas beneficiarem de novas oportunidades, contrariando o objectivo do desenvolvimento sustentado e harmonioso da Europa. Nasce, assim, uma nova política, a política regional comunitária⁴.

4.1.2. Justificação de uma Política Regional Comunitária

Com o mercado único e a abolição das fronteiras, os efeitos da política regional deixam de estar inseridos num contexto regional, passando a actuar quer a nível nacional, quer a nível supra-nacional. (Cf. COVAS, 1996:32)

O sistema de política regional na União Europeia, permite antes de mais servir de apoio à organização do território e de correcção dos desequilíbrios regionais entre os diferentes Estados-Membros e as suas regiões, visto que a Comunidade não é um grupo homogéneo de países, sendo as diferenças não só apenas culturais, históricas ou geográficas, mas também económicas.

⁴Falámos aqui apenas do caso britânico, por ser o mais antigo. No entanto, haveria, também, interesse para estudar os casos espanhol, italiano e alemão (para só citar os mais importantes), limitações de tempo e de espaço impedem-nos de o fazer.

Portugal, por sua vez, sofreu uma série de transformações políticas desde da sua entrada na União Europeia. Em 1986, era introduzido um novo regime de incentivos regionais⁵ para permitir a equidade com os restantes países comunitários, através de empréstimos de capitais, incentivos à criação de emprego e apoio à inovação. Em 1988, foram introduzidos novos sistemas de subsídios, nomeadamente o Sistema de Incentivos de Base Regional (mais tarde, no Quadro Comunitário de Apoio 1993/99 transformado em Sistema de Incentivos Regionais - SIR), o Sistema de Incentivo ao Potencial Endógeno (SIPE) e o Sistema de Incentivo e Fomento ao Investimento Turístico (SIFIT), que pretendiam incentivar o meio empresarial e o turismo e que tinham preocupações com os desequilíbrios regionais. No ano seguinte, o esquema de incentivos ao investimento industrial é dividido em duas partes: o SIBR - orientado para as regiões periféricas e atrasadas e o PEDIP - orientado para a inovação e modernização da indústria, favorecendo de uma forma escandalosa a faixa litoral Braga-Setúbal.

O Quadro de política regional na União Europeia assume, assim, uma importância primordial no desenvolvimento económico, com amplitudes diferentes, nos diferentes Estados-Membros. Enquanto que o primeiro Quadro Comunitário de Apoio (QCA) foi elaborado e aplicado (1989-93) num cenário sem mercado único e sem união económica e monetária, a segunda geração do QCA está a ser implementada num cenário completamente diferente, visto que o mercado único foi assumido e a união monetária estará para breve. Assim, estes três factores - mercado único, união monetária e a globalização dos mercados - poderão ser considerados factores chaves no desenvolvimento e estruturação desta política comunitária.

Mas, no que respeita ao cenário geográfico que estará por detrás da aplicação do QCA, refira-se que a heterogeneidade entre os Estados-Membros permite uma adaptação dos diferentes objectivos do QCA consoante o seu nível de desenvolvimento socioeconómico: poderá, assim, ser identificada uma zona central que engloba os países com maior desenvolvimento - do norte da Itália ao sul do Reino Unido, Alemanha, Holanda e a região

⁵Na prática, o primeiro Sistema de Incentivos ao investimento com base regional existente em Portugal. Antes dele, apenas tinha existido (no papel) o SIII (Sistema Integrado de Incentivos ao Investimento) que, tinha vagas preocupações de equilíbrio territorial e desenvolvimento regional, mas funcionou por um brevíssimo período de tempo. É, pois, importante sublinhar que a primeira política de desenvolvimento regional em Portugal só acontece graças à integração europeia.

parisiense; uma zona intermédia localizada à volta da zona central; e por fim, uma zona periférica, onde se inclui o Sul de Itália, o Oeste Francês, a Irlanda, a Escócia, a Espanha, a Grécia e Portugal.

Obviamente que este agrupamento é sinal dos desequilíbrios existentes entre os diferentes Estados-Membros, uma vez que, a situação dos países periféricos é inversa da das que integram a zona central. Assim, poder-se-ia concluir que a periferia define um conjunto de sintomas inerentes ao afastamento geográfico em relação ao centro da Europa e de isolamento, quer por motivos peninsulares (que é o caso de Portugal e Espanha), quer insulares, bem como por motivos demográficos (pela sua fraca densidade populacional em relação à média nacional e comunitária, pelo envelhecimento da população) e por motivos económicos (onde determinados sectores predominam, nomeadamente o agrícola, para além de uma grave insuficiência em infra-estruturas e elevado desemprego estrutural).

É fácil perceber, então, que será na zona periférica que os problemas regionais mais graves se manifestam, não obstante os problemas também existentes na zona central ou intermédia, provocados por sectores económicos em crise ou devido à concentração demográfica excessiva⁶.

Face ao que antecede, a Comunidade Europeia precisava envolver-se nos assuntos referentes ao desenvolvimento regional. Os Estado-Membros, apoiados pelos Tratados Comunitários que exigiam as suas intervenções para reduzir os desequilíbrios entre as diversas regiões, procuravam incentivar o desenvolvimento nas regiões mais desfavorecidas, de modo a minimizar os problemas decorrentes dos desequilíbrios regionais, nomeadamente através do melhoramento de infra-estruturas, da cedência de incentivos financeiros às empresas com o objectivo de se fixarem nessas regiões e aí criarem novos postos de trabalho e assim contribuírem para reduzir os desequilíbrios existentes entre as regiões e, numa escala nacional, dentro de cada país ou região, porque as políticas regionais nacionais

⁶ O que reportado ao território algarvio, foi possível identificar as regiões onde o desenvolvimento económico era mais significativo, com um elevado nível de infraestruturas e uma densidade populacional superior à média nacional, denominadas de «Ilhas»; outras regiões que não são consideradas desfavorecidas, uma vez que se encontram em vias de desenvolvimento, serão as «pequenas ilhas»; por fim, as «áreas submersas» menos desenvolvidas, caracterizadas por possuírem um sector agrícola predominante e com uma perda continua de população.

quando conduzidas isoladamente tornam-se, por um lado, muito mais dispendiosas e, por outro, menos eficazes.

Neste seguimento, refere-se o Tratado de Paris que estabelecia que a Comunidade deveria contribuir para a harmonia da economia dos Estados-Membros, através da expansão económica, do desenvolvimento do emprego, de modo a melhorar a qualidade de vida das populações, ao mesmo tempo que deverá salvaguardar a continuidade do emprego e evitar que se produzam perturbações nas economias nacionais (Art. 2.º). Por outro lado, o Tratado de Roma acabaria por ser mais explícito no que respeita às políticas regionais, uma vez que reforça a ideia da redução das desigualdades entre regiões e do combate ao atraso das menos favorecidas, uma vez que a Comunidade, através do *“estabelecimento do mercado comum e da aproximação progressiva das políticas económicas dos Estados-Membros (...),[deverá] promover um desenvolvimento harmonioso das actividades económicas no conjunto da Comunidade, uma expansão contínua e equilibrada, uma estabilidade acrescida, uma subida acelerada do nível de vida e relações mais estreitas entre os Estados que a compõem”* (Art. 2º).

Mais tarde, em 1986, a política regional comunitária passaria a estar inserida no Acto Único Europeu⁷, através do enquadramento jurídico dos Fundos Estruturais Comunitários, do qual se salienta o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional que tem como objectivo contribuir para a correcção dos principais desequilíbrios regionais na Comunidade, o que poderá ser possível através da intervenção no desenvolvimento e no ajustamento estrutural das regiões menos favorecidas e na reconversão das regiões industriais em declínio. Contudo, a política regional comunitária não deverá substituir as políticas regionais nacionais, mas sim completá-las, de modo a contribuir para a redução das disparidades existentes ao nível da Comunidade, tendo em conta a magnitude das variáveis dos problemas regionais, por outras palavras, tendo em conta os problemas intrínsecos a cada região.

⁷ É, pois, a primeira vez que a política regional passa a estar consagrada no Tratado-Base da União Europeia - “Acto Único Europeu” in Boletim das Comunidades Europeias, Suplemento 2/86, pp.13 e 14

Daqui resulta que a política regional comunitária deve ter a capacidade de se articular com as políticas regionais nacionais, tal como desenvolver um conjunto de ajudas financeiras e empréstimos para incentivar e implementar as acções necessárias para diminuir as diferenças entre as regiões periféricas desfavorecidas e as regiões favorecidas, não esquecendo que estas últimas deverão, também, adoptar um conjunto de medidas que visem reduzir a concentração demográfica. Em sentido lato, deverá contribuir para o aumento do grau de convergência entre os Estados-Membros.

Em síntese, poder-se concluir que a política regional comunitária justifica-se, nomeadamente:

- pela existência de grandes disparidades regionais, quer no espaço comunitário, quer no espaço nacional e, automaticamente, pela necessidade de corrigir essas disparidades, uma vez que as políticas regionais nacionais por si só não são eficazes para fazer face aos problemas existentes nas regiões com grande atraso no desenvolvimento;
- pela redução dos desequilíbrios regionais entre os Estados-Membros, de modo a ser possível construir uma união económica e monetária e um mercado interno, o que só é possível com coesão económica e social;
- e pela coordenação entre as diferentes instâncias, instrumentos e meios financeiros;

4.1.3. O caso da União Europeia

Assim, pode-se concluir que a política regional deixou de dar maior importância à redistribuição do rendimento e do emprego e virou-se para o incentivo à alteração estrutural de forma a aumentar o ritmo e diversificar as fontes do crescimento económico. No fundo, o mercado único veio oferecer uma oportunidade para as indústrias e empresas acelerarem a sua competitividade e produtividade, através da valorização da cooperação e concorrência transfronteiriça. Esta alteração e ajustamento estrutural das regiões seria o impulso para as transformações geopolíticas que afectaram todas as regiões.

Assim, neste contexto, é compreensível que a política regional se centre cada vez mais no apoio à reestruturação da produção regional e, embora os incentivos financeiros continuem a ser importantes para o investimento e emprego, há maior preocupação com a melhoria da competitividade empresarial regional, através da criação de infra-estruturas de apoio às empresas, da transferência de tecnologias, da aposta no “marketing” e na exportação.

Com a União Europeia, o estatuto da política de desenvolvimento regional deverá centrar-se num novo contexto e numa (re)adaptação da sua magnitude de acção. Por outras palavras, poder-se-á dizer que *“a política macroeconómica será (...) dirigida para o relacionamento com terceiros países enquanto a política regional deverá ser erigida como política nuclear da União em parceria e co-gestão com as políticas regionais nacionais e as políticas regionais das colectividades territoriais. Em resumo, uma política regional a três níveis, perfeitamente articulada, em obediência ao princípio da subsidiariedade.”* (COVAS, 1996: 32)

Importa, pois, uma breve reflexão sobre a política regional no seio dos países da União Europeia, de modo a avaliar até que ponto é que as medidas adoptadas são um instrumento eficaz no combate dos desequilíbrios regionais.

4.1.3.1. A Política Regional nos Países da União Europeia

A acção comunitária deu origem a uma importante mudança na política regional, nomeadamente nos Fundos Estruturais. Estes, estão orientados, desde 1993 (com a reforma), para cinco objectivos de desenvolvimento:

1. Desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas, ou seja aquelas que possuam um PIB inferior a 75% da média comunitária;
2. reconversão de regiões industriais em declínio;
3. luta contra o desemprego de longa duração, o desemprego dos jovens e a exclusão do mercado de trabalho;
4. adaptação preventiva dos trabalhadores às mutações da indústria e sistemas de produção;
5. adaptação das estruturas agrícolas e de pesca no âmbito da política agrícola comum.

As regiões abrangidas por cada um destes objectivos⁸, beneficiarão dos respectivos fundos estruturais, designados para cada um daqueles objectivos, tal como se pode observar no quadro seguinte.

Quadro 4. 1- Áreas Abrangidas Pelos Fundos Estruturais

	FUNDO ESTRUTURAL	REGIÕES
1º Objectivo	FEDER	Portugal
	FEOGA-O	Irlanda do Norte
	FSE	Sul Itália Espanha (excepto Região de Madrid, País Basco e Catalunha)
2º Objectivo	FEDER	Midland Inglesas
	FSE	Escócia
		Sectores do norte da Itália
		Alsacia Lorena
3º Objectivo	FSE	Todas
4º Objectivo	FSE	Todas
5º Objectivo	FSE	Regiões de França
	FEOGA-O	Regiões da Alemanha

Nas últimas décadas, a Europa, tem sido palco de profundas reformas administrativas aos diferentes níveis de decisão - nacional, regional e local - mas, é nestes dois últimos que as reformas mostraram ser mais dinâmicas, nomeadamente, no que respeita ao número de circunscrições, orgânica interna, delimitação funcional, estrutura financeira e inter-relação institucional entre as diferentes administrações, o que se deve, essencialmente, à aplicação de uma política regional orientada (C.f. SANTOS, 1982).

Esta (re)organização administrativa que tem como base o movimento europeu de descentralização («Movimento Federalista» europeu que viu as suas posições «regionalistas» vingarem no Tratado de Maastricht), tem maior incidência na dimensão das circunscrições e na transferência de poderes e competências do Poder Central para instituições periféricas quer regionais, quer locais, reajustando, por um lado, o território às

⁸De salientar que, com a entrada na União Europeia dos três novos membros - Áustria, Suécia e Finlândia - foi criado um sexto objectivo destinado às regiões para norte do Círculo Polar Ártico.

realidades demográficas, económicas, institucionais e geográficas (visto que algumas já nada tinham a haver com as delimitações traçadas há séculos) e, por outro lado, o tomar consciência de problemas que só podem ser resolvidos a uma escala regional ou local⁹.

O mesmo será dizer que não *“se pode aceitar passivamente o mundo tal como ele está, mas também não se deve sonhar fantasiosamente com um mundo utópico que nunca existirá: a única atitude digna do homem é contribuir, dia após dia, para manter o que está bem, lutar contra o que está mal, e introduzir em cada momento as melhorias que forem necessárias e possíveis”* (FREITAS DO AMARAL, 1985: 195)

Quando se olha para os países europeus, depara-se com uma grande diversidade de sistemas de administração que diferem quer em dimensão, quer em competências, quer em critérios de homogeneidade. Dentro de um mesmo país aparecem sistemas diferentes de administração, não permitindo, por vezes, perfeitas descrições das suas estruturas político-administrativas, tal como se pode observar no quadro seguinte. Por este motivo, o Conselho da Europa, decidiu adoptar um conceito lato de região - *“a unidade territorial mais vasta dentro de cada região, i.é., a que se situa imediatamente ao nível inferior do governo central, dotada ou não de personalidade jurídica”* que, ao contrário do esperado, não facilitou o estudo comparativo entre países.

Não obstante, é preciso assumir que os *“critérios tradicionais de homogeneidade e de polarização que tendem a justificar, de forma mais ou menos convergente, a delimitação regional, não devem, contudo perder de vista a aplicação de políticas de desenvolvimento regional, visando a solução de problemas aquando da organização dos meios e do próprio ordenamento do território”* (LYNCE DE FARIA, 1996:81).

Face ao que antecede, parece inevitável advogar sobre a articulação entre os objectivos da política regional e as questões inerentes ao problema das disparidades regionais, bem como a esta diversidade político-administrativa dos diferentes Estados-Membros. Seria interessante entrar aqui com a análise do processo de regionalização em Portugal e saber até que ponto o País poderá beneficiar como um todo e em particular a ‘região’ do Algarve.

⁹O famoso «Princípio da Subsidiariedade», base dos Tratados de Maastricht e Amesterdão.

Quadro 4. 2 - Características das Unidades Administrativas “regionais” de Alguns Países Europeus

	Regiões ou Sub-Regiões		Área Média (km ²)	População Média	
	Designação	Nº		1000 hab	Ano
Alemanha	Länder	11	22600	5640	1975
Áustria	Länder	9	9320	830	1978
Bélgica	Regiões	3	10170	3270	1977
	Províncias	9	3390	1090	
Chipre	Distritos	6	1540	110	1676
Dinamarca	Condados	14	3070	320	1977
Espanha	Comunidades Autónomas	11	44770	3210	1979
	Províncias	47	10480	750	
França	Regiões	22	24990	2440	1975
	Departamentos	96	5730	560	
Grécia	Regiões Plano	10	13530	940	1978
	Departamentos	51	2650	180	
Holanda	Províncias	11	3290	1270	1980
Inglaterra	Regiões Plano	8	16310	5800	1977
	Condados	45	2900	1030	
Irlanda	Regiões Plano	9	7810	390	1979
	Condados	27	2600	130	
Itália	Regiões	20	15060	2820	1976
	Províncias	95	3170	590	
Noruega	Condados	18	17990	230	1978
Suécia	Condados	24	17150	340	1976
Suíça	Cantões	26	1590	240	1977
Turquia	Províncias	67	11650	640	1978
Portugal	Distritos	18	4940	520	1981

Fonte: In “A regionalização Portuguesa no Contexto Europeu”

Neste contexto, convém referir que a diversidade de estruturas administrativas presentes na União Europeia, e que o Quadro 4.2. demonstra claramente implicam, também, uma diferenciação significativa do quadro de poderes caracterizadores de cada uma das unidades regionais. Assim, podem-se agregar as unidades regionais dos diferentes países da União Europeia de acordo com a sua maior ou menor autonomia, aferida pela capacidade de definir um quadro legislativo regional, de captar impostos, de elaborar um orçamento e de possuir uma estrutura parlamentar própria.

Entre os *Länder* alemães e os Condados irlandeses existe uma gradação progressiva de poderes do foro legislativo, orçamental e fiscal. Assim, os *Länder* alemães podem definir-se como sendo "*regiões com vastos poderes [incluindo] parlamento regional eleito, direito de cobrar impostos, poderes orçamentais, poder legislativo*" (WIEHLER e STUMM, 1995: 97). Neste caso, está-se operante um grau elevado de autonomia regional traduzido na possibilidade de legislar sobre aspectos diferenciados como sejam "*o policiamento, a lei e a ordem, a cultura, a educação e a radiodifusão*" (Idem:85).

Por seu turno, os Condados Irlandeses definem-se como autênticas "*regiões sem poderes [uma vez que não apresentam] parlamento regional eleito, não possuem direito de cobrar impostos, não têm poderes sobre o orçamento, nem poder legislativo [e] todos os recursos financeiros são transferidos do Governo Central*" (ibidem:98).

Entre estes dois casos extremos coexistem situações intermédias como sejam as regiões autónomas espanholas - que possuem "*parlamento regional eleito, direitos limitados para cobrar impostos [e] poderes orçamentais limitados*" (ibidem:97) [- ou as províncias holandesas que se caracterizam por apresentar] (...) "*parlamento regional eleito, direitos limitados para cobrar impostos, poderes orçamentais limitados [e dependência face a] transferências financeiras substanciais do Governo Central*" (WIEHLER e STUMM, 1995: 97).

É dentro desta diversidade que se deve enquadrar a futura criação das regiões administrativas portuguesas, onde se inclui o território algarvio. De acordo, com as actuais perspectivas em discussão, é provável que as unidades administrativas regionais do Continente venham a assumir um grau intermédio de autonomia face ao poder central, deste modo deverão incluir uma assembleia regional construída por eleitos e "*deverão ter poderes principalmente ligados à preparação e implementação dos planos regionais [e desempenharão tarefas de coordenação de trabalho] (...) ao nível municipal*" (WIEHLER e STUMM, 1995: 94)

É neste âmbito que assume particular relevo a discussão sobre o sentido e a oportunidade de definir um quadro de preparação/gestão/implementação de políticas regionais no nosso

país. No contexto actual os planos regionais são da exclusiva responsabilidade da Administração Central, quer no que respeita ao seu lançamento/elaboração quer no que concerne à sua aprovação. Como elementos fundamentais de apoio para a prossecução das iniciativas preconizadas em sede dos planos regionais (ou seja, para efeitos de planeamento e de desenvolvimento regional), a Administração Central conta com cinco Comissões de Coordenação que tem a seu cargo tarefas associadas à *"coordenação técnica das medidas locais de desenvolvimento e (...) [à participação] na criação e implementação dos programas de desenvolvimento regional"* (ibidem:94). No entanto, deve-se assinalar que as Comissões de Coordenação Regional não incluem órgãos democraticamente eleitos, assumindo-se apenas como *"meras subdivisões do Governo Central"* (WIEHLER e STUMM, 1995: 94).

Face ao que antecede, é lícito questionarmos sobre a possibilidade de desenvolver experiências de aprofundamento da vida democrática baseadas na possibilidade de órgãos regionais eleitos poderem aprovar instrumentos programáticos definidores de um leque de medidas fundamentais para o desenvolvimento territorial. A este propósito podem-se apontar algumas iniciativas que tem vindo a ser desenvolvidas no nosso país e que se prendem com a coordenação de esforços de base autárquica, devidamente enquadrados por um programa de apoio financeiro. Assim, algumas Associações de Municípios têm vindo, progressivamente, a promover iniciativas que, pela dimensão e racionalização dos investimentos, apenas são viáveis num quadro sub-regional. Por outro lado, e enquanto instrumento indispensável de suporte financeiro, as já referidas associações tem vindo obter, por parte da Administração Central, a possibilidade de gerir fundos dos QCA's destinados a projectos que lhes digam directamente respeito. Enquanto exemplo demonstrativo, podemos citar a Associação de Municípios do Oeste (AMO) que desenvolveu um projecto sub-regional de remoção, tratamento e destino final de resíduos sólidos e geriu os respectivos fundos comunitários destinados a apoiar a iniciativa.

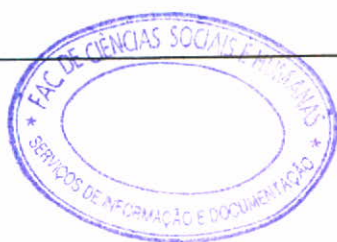
Pensa-se que este tipo de experiências podem constituir uma base interessante para testar a eficácia de planos/políticas definidos e geridos por instâncias administrativas regionais. Face à dimensão populacional da esmagadora maioria dos nossos concelhos, é lícito afirmar que existem determinados área de actuação, que não são passíveis de uma gestão racional à

escala do município. Incluem-se neste âmbito, soluções para o tratamento de resíduos sólidos, a criação e gestão de parque industriais e, inclusive, a definição de grandes equipamentos. Assim, julga-se conveniente equacionar a justeza de transferir para instâncias intermédias de poder a implementação de determinadas medidas, devidamente enquadradas por documentos programáticos e suportadas por pacotes financeiros concretos, que não tenham viabilidade à escala local, mas que, numa óptica regional, possam ser executadas de modo satisfatório.

Perspectivadas neste contexto, a institucionalização de Unidades Administrativas Regionais surge como uma aplicação concreta do princípio de subsidiariedade. No caso concreto do Algarve, tratar-se-á de responder a um conjunto de aspirações da população, mediante a possibilidade de órgão regionais eleitos prepararem e implementarem uma estratégia de desenvolvimento traduzida em planos e medidas concretas. Em nosso entender os efeitos positivos da criação de entidades administrativas entre a Administração Local e Central não se esgotam apenas na aprovação de planos regionais por eleitos, mas estendem-se a uma área por vezes esquecida que é a da **responsabilização**. É indiscutível a proximidade entre eleitos e eleitores, visto que (como se viu no capítulo anterior) o factor de localização “proximidade de centros de decisão política, financeira ou outros” tem vindo a aumentar de importância), podendo funcionar como elemento congregador de vontades e mobilizador de sinergias e, por outro lado, é determinante para um exercício de poder mais chegado às preocupações/aspirações concretas das população.

É dentro deste contexto que se justifica e desenvolvem as políticas regionais comunitárias, uma vez que estas apenas ganham sentido num quadro administrativo nacional e regional. Deste modo, não se deve entender a política regional comunitária como um elemento que é estanque face à organização administrativa de um País. O sucesso das iniciativas preconizadas em sede de uma política comunitária dependerá, assim, do melhor encadeamento com a organização e poderes regionais de cada País.

Para a presente dissertação torna-se importante inserir esta análise num contexto da situação periférica de Portugal, em específico no contexto das regiões atlânticas europeias.



4.1.4. *Análise e Prospectiva da Região Algarve*

O *periferismo* em que se encontra a região do Algarve em relação às restantes regiões do Continente não se traduz somente numa distância física, mas no agravamento das distâncias económicas devido ao grau de inacessibilidade entre as zonas onde se concentram as populações e os pólos de oferta e procura de bens e serviços.

Por outro lado, esse posicionamento geográfico, provoca *“gastos acrescidos nos custos dos transportes na aquisição das matérias primas e no envio da produção até aos centros de consumo, agravados pela falta de organizações e quantidades suficientes para concorrer em grandes mercados. Também em relação à distância a grandes países emissores de turismo na Europa, comparado com alguns outros destinos, a distância e custo de deslocação é um factor negativo.”* (CEAL, 1992: 74). Tudo isto contribui para o acentuar progressivo dos desequilíbrios regionais, sobre os quais se deverão tomar medidas cujo objectivo deverá ser, necessariamente, a inversão desta tendência, com prejuízo de entrarmos numa situação de total colapso social e económico sem caminho de regresso.

Face às actuais tendências, que passam pela identificação/caracterização de um conjunto de estrangulamentos e potencialidades, há que perceber a evolução tendencial e dinâmica de desenvolvimento do Algarve, de modo a servir de base à perspectivação de medidas de planeamento e desenvolvimento regional que, por um lado, permitam inverter a tendência e, por outro, que avancem para um tecido produtivo diversificado e sustentado.

Assim, e tendo em conta todo o cenário descrito na presente dissertação, verificou-se que o modelo económico do Algarve assentava em três actividades intimamente associadas aos recursos naturais da região: a Agricultura, a Pesca e o Turismo. Isto é verdade apesar das diferentes dinâmicas que os caracterizam, da forte polarização do turismo e das actividades a ele ligadas e das consequências que essa dependência monoeconómica provocou (e provoca) no território algarvio.

No entanto, apesar de, em termos estatísticos, este modelo ter permitido que a região se aproximasse do PIB médio nacional e europeu, conduziu a uma série de estrangulamentos

que poderão a médio/curto prazo pôr em causa a sua própria lógica de base. Assim, constata-se que o congestionamento da faixa litoral e a deteriorização dos recursos naturais, a saturação das infraestruturas e equipamentos *“acabará por inviabilizar a própria actividade turística, ao destruir os elementos que constituem a sua base de sustentação: qualidade do ambiente; riqueza de recursos naturais; ausência de congestionamento; ordenamento do território; simpatia da população, etc.* [o que associado à contínua] *desertificação humana do interior e a “asfixia” dos restantes sectores económicos (...) reduziu (...) as possibilidades dum desenvolvimento mais equilibrado”* (CCRAlgarve: 1994:II).

É com este cenário, que um conjunto de programas/medidas foram implementadas, tendo como base quatro grandes objectivos de desenvolvimento:

- 1º **Robustecer a economia da região e reforçar a sua competitividade no contexto europeu**, o que passa pela diversificação do tecido produtivo, em que *“as vantagens comparativas que resultam das condições climáticas, naturais e ambientais associadas ao novo quadro de acessibilidades do Algarve e em complementaridade com os processos de reestruturação e de recomposição dos espaços a nível europeu, representam novas oportunidades”* (CCRAlgarve, 1994:IV);
- 2º **Melhorar a qualidade de vida das populações**, de modo a garantir o acesso aos bens materiais, a equipamentos e serviços colectivos de qualidade, bem como o garante da participação na vida da comunidade;
- 3º **Preservar os equilíbrios naturais, defender o ambiente e valorizar o seu potencial económico**, onde importa valorizar e conservar o ambiente;
- 4º **Reduzir as assimetrias intra-regionais de desenvolvimento**, o que se justifica numa perspectiva de garantir uma relativa equidade de oportunidades, nas diferentes parcelas do território.

Para a concretização de tais pressupostos, importa apresentar/analisar os grandes instrumentos programáticos com incidência no território algarvio. Assim, para a presente Dissertação ir-se-á abordar, de um modo sintético, os programas e medidas propostos pelo II Quadro Comunitário de Apoio (QCA), nomeadamente pelo Programa Operacional do Algarve 1994 - 1999 (PROA) e, por último, pelo Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROT Algarve).

4.1.4.1. Os instrumentos para um planeamento desejado (ou possível)

Como se pode verificar no Quadro 4.1., Portugal é abrangido pelo Objectivo nº 1 - **Desenvolvimento e ajustamento estrutural das regiões menos desenvolvidas** - do QCA, no âmbito dos Fundos Estruturais Comunitários.

Na sequência de uma análise da economia portuguesa e dos grandes objectivos de desenvolvimento preconizados para Portugal, o Plano de Desenvolvimento Regional procura “*articular a política de desenvolvimento regional com as outras políticas nacionais e comunitárias*” (COMISSÃO EUROPEIA, 1994: 21), formulando três objectivos estratégicos que o PROA pretende dar resposta:

- 1º - Promover o desenvolvimento local e a melhoria das condições sociais das populações**, de modo a contribuir para uma perequação das condições e oportunidades a chegar a toda a população, independentemente do espaço territorial ocupado, bem como o reforço da base produtiva local;
- 2º - promover um desenvolvimento equilibrado e articulado do território regional**, reduzindo as assimetrias intra-regionais, aumentando a competitividade da economia;
- 3º - contribuir para o fortalecimento da base económica**, que passa pela dinamização do tecido empresarial, fomentando a sua participação e apoio a actividades associativas;

Assim, tendo como base as orientações do Plano de Desenvolvimento Regional e os grandes objectivos de desenvolvimento preconizados para o Algarve, emergidos de um conjunto de estrangulamentos, sintetizados pelo PDR da seguinte forma:

- *“peso excessivo do turismo no sistema económico algarvio (orientação quase exclusiva para o turismo costeiro);*
- *ausência de planos de urbanização: os patrimónios históricos do Barrocal e do Litoral não estão suficientemente valorizados;*
- *o sistema agrícola mediterrânico está em declínio; o sistema agrícola intensivo orientado para os mercados internos e externos não está ainda suficientemente desenvolvido;*
- *ausência de investimentos no sector industrial (indústrias tradicionais regionais);*
- *fraco nível de formação do pessoal do sector turístico cuja maioria provém do sector agrícola;* (COMISSÃO EUROPEIA, 1994: 65)

passaremos a analisar em mais pormenor o Programa Operacional do Algarve (PROA) para 1994 - 1999.

O PROA é uma intervenção operacional regional prevista no Eixo 4 - **Fortalecer a Base Económica Regional** - do II Quadro Comunitário de Apoio para Portugal 1994 - 1999. Este documento programático abrange a NUT II Algarve envolvendo comparticipação do FEDER e Fundo de Coesão, com um período de vigência de 1994 a 1999.

A sua aplicabilidade tem por base três Sub-Programas:

⇒ **Sub-Programa A**, composto por uma só medida - *Infraestruturas de Apoio ao Desenvolvimento* -, cujos objectivos são:

- melhorar a acessibilidade através do fecho da malha da rede viária municipal e da redução dos tempos de percurso;

- garantir a qualidade do ambiente e as condições de vida das populações, aproximando dos padrões europeus os níveis de cobertura das infraestruturas de saneamento básico;
- reabilitar e valorizar os centros urbanos;
- apoiar a diversificação e o fortalecimento da base produtiva.

Este sub-programa é destinado a apoiar investimentos promovidos pelas autarquias locais, nos domínios das acessibilidades, saneamento básico e ambiente visando dar suporte e estímulo às dinâmicas de desenvolvimento local. Para além das autarquias locais, esta medida pode também beneficiar as Empresas Municipais de capitais mistos e as Entidades privadas sem fins lucrativos;

⇒ **Sub-Programa B - Acções de Apoio ao Desenvolvimento da Região -**, composto por três medidas:

- **Medida 1** - Infraestruturas de transporte
- **Medida 2** - Ambiente e renovação urbana
- **Medida 3** - Equipamento sócio-económico

cujos objectivos comuns consistem:

- na articulação da rede de transportes regionais com os principais eixos de transporte nacional e internacional, a fim de combater a desvantagem da localização periférica da região;
- na renovação e reabilitação das estruturas urbanas, não só reforçando a competitividade das principais aglomerações regionais como combatendo a degradação da qualidade do meio urbano;
- no melhoramento da qualidade ambiental e valorização dos recursos naturais;
- valorização da região dotando-a de equipamentos colectivos de interesse supra-municipal.

Incluem-se pois, aqui projectos de investimento de alcance regional e/ou supra-municipal que abranjam os domínios do ambiente e da renovação urbana, acessibilidades e

equipamentos sócio-económicos; podem ser apresentados por Autarquias Locais, Associações empresariais, Empresas municipais ou de capitais mistos, bem como por Entidades públicas e privadas sem fins lucrativos..

A cada uma das medidas está associado um conjunto de objectivos específicos, nomeadamente:

No que respeita à **Acessibilidade**, pretende-se completar e melhorar a malha viária de carácter intra-regional e interconcelhio, contribuir para a melhoria das acessibilidades aos principais centros urbanos da região e às zonas de maior pressão turística, bem como realizar os necessários interfaces entre os modos de transporte rodoviário, ferroviário, marítimo e aéreo (ver Figura 4.1. e 4.2. referentes aos cenários de acessibilidades dos transportes públicos e espaços canais).

Para o **Ambiente e Renovação Urbana** serão apoiadas iniciativas cujo objectivo passa pelo melhoramento do tratamento de esgotos que drenam para zonas de maior intensidade turística, por garantir o abastecimento de água em qualidade e quantidade para servir a população residente e flutuante e pelo melhoramento do ambiente urbano, promovendo o ordenamento e valorização dos espaços.

A medida que abrange os **Equipamentos Sócio-económicos** pretende criar infraestruturas de apoio às actividades produtivas com impacto regional, melhorar/criar infraestruturas que permitam o acréscimo de qualidade dos serviços públicos prestados em áreas sociais geralmente utilizadas pela população flutuante e contribuir para a diversificação da oferta turística.

⇒ **Sub-Programa C - Acções de Dinamização Económica / Valorização do Potencial Endógeno** - do qual fazem parte duas medidas:

- **Medida 1** - Acções de apoio à actividade empresarial, à promoção da região e ao desenvolvimento rural;
- **Medida 2** - Assistência técnica.

Figura 4.2 – Espaços Canais (Eixos)



São medidas de apoio a projectos orientados para o reforço da competitividade regional e para o estímulo do potencial endógeno, mas contemplam também a assistência técnica ao Programa. As entidades beneficiárias são as Associações empresariais regionais ou sectoriais, Autarquias Locais, Eurogabinete Algarve, outras entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, Comissões Regionais de Turismo, Universidades e Institutos Politécnicos e Estruturas de I & D, entre outros.

Para a primeira medida os objectivos propostos são apoiar a aquisição de novas tecnologias e software, fomentar o aproveitamento de produtos regionais apoiando acções visando a sua promoção e divulgação e, assim, assegurar a divulgação de informação comunitária junto das empresas e incrementar a cooperação e o partenariado transnacional.

A medida de Assistência Técnica apoiará acções que visem os objectivos de criação de um órgão de gestão e respectivo suporte técnico que garanta o bom funcionamento do programa, realizar estudos que visem a implementação de novos procedimentos e a publicidade e divulgação dos documentos de estratégia, tais como relatórios de execução/avaliação das medidas e acções.

Comparativamente com o I QCA, constata-se que o PROA considerou a sua actuação no território algarvio como um todo, visto que anteriormente existiam dois programas operacionais, uma para o Barlavento e outro para o Sotavento; alargou, assim, a sua actuação territorial e, por outro lado, excluiu as componentes de cofinanciamento do FSE e do FEOGA ao condicionar o universo das acções elegíveis, no que respeita aos recursos humanos e ao desenvolvimento agrícola e rural.

O PROA tem um montante previsto de cerca de 20 milhões de contos ao qual está associada uma comparticipação FEDER de 14,9 milhões de contos. Verifica-se que houve um corte substancial (1,3 milhões de contos a preços correntes) entre o PROA e os dois programas operacionais precedentes decorrente da construção do Sistema Hidráulico Odeleite-Beliche ter sido imputada ao Programa Operacional do Sotavento algarvio.

A repartição percentual do investimento está estipulada da seguinte maneira:

– Investimento Público

Quadro 4. 3 - Distribuição dos Investimento Público

	(%)	Medidas	(%)
Sub-Programa A	49.0		
Sub-Programa B	42.1	Medida 1	30.0
		Medida 2	40.0
		Medida 3	30.0
Sub-Programa C	8.9	Medida 1	62.0
		Medida 2	38.0

– Investimento Privado

- 39 mil contos - 0.2% do investimento total previsto

4.1.4.2. Confrontação

A confrontação dos objectivos do PROA com as orientações estratégicas preconizadas para o desenvolvimento sustentado e equilibrado da região, permitem verificar que o objectivo do PROA “promover o desenvolvimento regional e a melhoria das condições sociais das populações”, que corresponde ao Sub-Programa A, é o que estará em melhor situação para dar uma resposta às necessidades do processo de desenvolvimento; para além de possuir a maior dotação orçamental (49.0% do investimento programado para o PROA), é o que melhor explicita e articula as estratégias de investimento das autarquias locais, uma vez que pretende “*responder às necessidades de infraestruturas básicas na região, procurando adequar a sua oferta a uma procura crescente resultante do crescimento turístico-imobiliário e da elevação dos padrões de vida da população*” (PROA, 1994: 35).

Ainda associado a esta medida programática está o factor acessibilidade o qual, se for concretizado, poderá incrementar a rede viária municipal na Serra, aproximando-a dos grandes centros de decisão, diminuindo o seu carácter de periferismo que lhe está atribuída.

Por outro lado, sendo uma das mais graves fragilidades do Algarve a não diversificação e dinamização do tecido empresarial, que corresponde ao objectivo do PROA de “contribuir

para o fortalecimento da base económica”, verifica-se que, das orientações estratégicas para a região, o Sub-Programa C é o que poderá traduzir alguma concretização. Tem em conta a reduzida dimensão do tecido empresarial e a fragilidade da sua estrutura, mas dada a sua reduzida dotação orçamental (8.9% do investimento programado) poderá pôr em causa a tão desejada sustentabilidade da economia algarvia.

Não se pretende ignorar a importância de factores como a dotação de infraestruturas e acções de apoio ao desenvolvimento da região; contudo a diversificação do tecido produtivo algarvio, permitiria minimizar o risco que os efeitos de uma monoeconomia exerce sobre a atractividade do investimento e a mobilização de agentes económicos.

Por outro lado, há a necessidade de apostar na competitividade do produto «Algarve» (entenda-se como sendo um “*package*” de produtos turísticos ligados ao Sol/Praia e à qualidade do serviço hoteleiro prestado), de modo a fazer frente a destinos turísticos oferecidos por alguns Estados-Membros, de que são exemplos o Sul de Espanha, a Itália e a Grécia. Ou seja, a aposta que até agora se tem feito num “turismo de massas” (facilmente associado a uma falta de qualificação profissional e a preços baixos), deveria ser invertido (desde que houvesse coragem política) para um turismo de qualidade, apostando na formação/qualificação profissional, na diversificação do produto turístico oferecido (não será descabido reforçar, aqui, a ideia de que o Algarve não tem só para oferecer turismo de “sol, mar e praia”, mas sim tem, também¹⁰, uma vasta área de serra cheia de atracções naturais que, não só poderão contribuir para fomentar a qualidade da procura - uma vez que, por norma, o turista que procura este género de produto é mais culturalmente desenvolvido e com outro tipo de sensibilidades -, como poderão contribuir para a promoção dos produtos tradicionais do Algarve, hoje em perfeito declínio, (de que é exemplo a indústria dos frutos secos).

A dinamização da actividade empresarial torna-se, assim, fulcral para o desenvolvimento desejado para a região e que deverá passar pelo reforço “*das estruturas regionais de apoio às empresas nos domínios da divulgação de informação comunitária (...) e do fomento da*

¹⁰ É preciso que se note que o Algarve viveu sempre virado para o mar, logo o aproveitamento dos produtos endógenos do região deverá ter em conta que “*o mar deverá continuar a estar presente no desenvolvimento do Algarve*” (SALVADOR, 1993)

parceria empresarial, recorrendo para o efeito à utilização” (PROA, 1994:53) de serviços de aproximação de Empresas, cuja deficiência, como verificado no capítulo anterior, é comprovada pela fraca importância do factor de localização “facilidade de acesso à informação e/ou inovação”. Assim, urge que o Sub-Programa C, aquele que poderá inverter este cenário, seja reforçado, quer financeiramente, quer tecnicamente (i.e. com o apoio à formação de técnicos que possam fornecer, equitativamente, a informação disponível a toda a população do território algarvio).

Quadro 4. 4 - Confrontação Objectivos Estratégicos vs Estrutura do PROA

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	ESTRUTURA DO PROA		
Promover o desenvolvimento local e a melhoria das condições sociais das populações	Sub-Programa A <ul style="list-style-type: none"> • Acessibilidades • Saneam.básico amb. • Equipamentos sócio-culturais 		
Promover um desenvolvimento equilibrado e articulado do território regional		Sub-Programa B <ul style="list-style-type: none"> • Infra-Est. transportes • Amb. e renovação urb. • Equip. sócio-económ. 	
Contribuir para o fortalecimento da base económica			Sub-Programa C <ul style="list-style-type: none"> • Apoio à activ. econ. à promoção da reg. e Desenv. rural • Assistência técnica

4.1.4.3. A execução financeira do PROA

Segundo a avaliação intercalar da concretização do PROA, constata-se que foram aprovados, até 1996, 103 projectos, correspondendo a um investimento total elegível de 15,9 milhões de contos, dos quais comparticipados em 74.2% pelo FEDER, o que equivale à utilização de 79.5% das verbas inicialmente programadas para todo o período de vigência do PROA.

Findo o primeiro triénio, e segundo o Quadro 4.3., verifica-se que o **Sub-Programa A** foi o que registou um maior número de projectos (51.6% do total dos projectos), o que correspondeu a um compromisso na ordem dos 8,3 milhões de contos, o que é compreensivo face ao empenhamento das autarquias em melhorar as acessibilidades inter-concelhias.

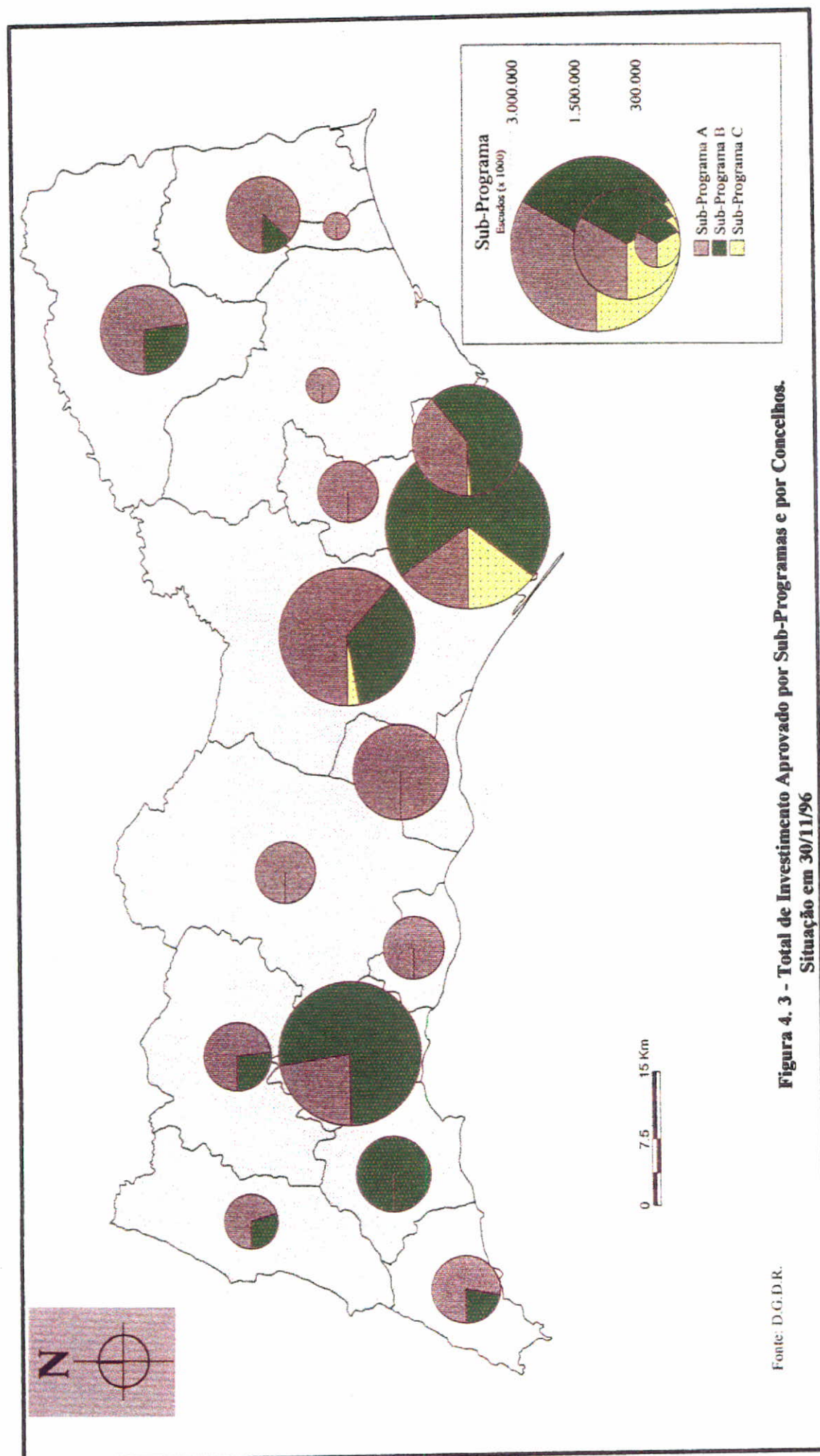
O **Sub-Programa B**, com 27 projectos (26.2% do total), corresponde a cerca de 7,0 milhões de contos, equivalente a mais de 83% do investimento preconizado inicialmente para o Sub-Programa B no PROA. Relativamente às medidas programáticas, é a medida 2 a que maior empenho registou, o que se deve à vontade das autarquias locais em intensificar a rede de abastecimento e drenagem, ao aumento das preocupações com a qualidade do serviço prestado ao turismo, (nomeadamente no que diz respeito à colmatação dos problemas inerentes ao dimensionamento das infraestruturas básicas, face ao congestionamento que a população flutuante gera durante os meses de Verão). De destacar que esta medida regista um *overbooking* no que respeita ao investimento preconizado para a medida, ou seja, o valor do investimento aprovado já ultrapassou em mais de 180 milhares de contos o valor do investimento programado para todo o período de vigência do PROA.

No que respeita ao **Sub-Programa C** é nítido o seu fraco empenho, visto que somente 20 projectos foram apresentados até ao final do triénio, representando cerca de 516 milhares de contos, o que corresponde a uma aplicação de somente 29.0% do investimento programado inicialmente no PROA. Por outro lado, até ao final do triénio, verificou-se que a Medida 2 - Assistência Técnica, já ultrapassou o investimento aprovado para o período de vigência em mais de 70 mil contos, enquanto que a Medida 1 - Acções de apoio à actividade empresarial, à promoção da região e ao desenvolvimento rural, que deveria ter maior dinamismo, face aos desequilíbrios regionais identificados, não atingiu os 5% do investimento previsto inicialmente. Se, por um lado, tal facto revela uma deficiente dinamização empresarial, por outro, poderá ser justificado pela fraca divulgação da informação e apoio às populações localizadas nas “áreas submersas”.

Quadro 4. 5 - Execução do PROA em Função da Programação para 1994-1999

SUB-PROGRAMA		PROGRAMADO		APROVADO			EXECUTADO	
		1000 Esc	%	1000 Esc	Nº	%	1000 Esc	%
Sub-Programa A		9,803,968	49.0	8,337,857	56	52.6	3,809,246	52.0
Sub-Programa B		8,419,960	42.1	6,995,907	27	44.1	3,107,980	42.4
Medida	1	2,528,541	30.0	2,318,550	7	33.1	936,027	30.1
Medida	2	3,364,839	40.0	3,549,163	11	50.7	1,533,766	49.3
Medida	3	2,526,577	30.0	1,128,194	9	16.1	638,187	20.5
Sub-Programa C		1,780,455	8.9	515,593	20	3.3	412,983	5.6
Medida	1	1,113,030	62.5	211,568	8	41.0	148,681	36.0
Medida	2	667,424	37.5	304,025	12	59.0	264,301	64.0

Fonte: Gestor do PROA



4.1.4.4. A distribuição das intervenções no PROA

Tendo em conta o «Estudo de Avaliação Intercalar do PROA», verifica-se que as acções na rede viária concentram o maior número de projectos (31,1% do total dos projectos aprovados), o que vai de encontro às aspirações da população, uma vez que o factor de localização que maior peso tem na decisão do empresário algarvio é a acessibilidade, (para além de que permitirá uma maior aproximação aos mercados consumidores e matérias-primas).

O sector que assistiu, também, a um importante dinamismo foi o Ambiente, com 24 projectos, distribuídos entre os domínios das Redes de Abastecimento de Água (54.2% dos projectos), da área das redes de esgotos e resíduos sólidos (33.3%) e 12.5% dos projectos inseriam-se, em simultâneo nas áreas das redes de abastecimento de água e drenagem de esgotos.

A preocupação com a renovação urbana é comprovada com a aprovação de 11 projectos nesta área e os restantes 35% dos projectos distribuem-se por projectos em equipamentos de apoio à população e às actividades económicas.

4.1.4.5. A distribuição geográfica do PROA

A execução do PROA durante o primeiro triénio, tal como se pode ver na Figura 4.4., abrangeu principalmente os concelhos localizados nas áreas denominadas de “ilhas”, ou seja, Faro com 18.7% do investimento do PROA aprovado, Portimão com 14.6%, Olhão com 9.3% e Albufeira com 7.1% do investimento aprovado para o PROA. Relativamente aos restantes concelhos incluídos neste agrupamento, destaca-se Lagos que apresentou um único projecto no âmbito do PROA e é o único concelho que não se candidatou ao Sub-Programa A.

Loulé, que pertence ao grupo das “pequenas ilhas”, apresentou 13.1% do investimento aprovado, comprovativo do dinamismo concelhio que, tal como já alertamos no capítulo

anterior, poderá a curto/médio prazo emergir do seu estatuto de “pequena ilha” e aproximar-se dos concelhos classificados como “ilhas”. Das restantes “pequenas ilhas” destaca-se Tavira, que não preenchia os requisitos necessários à elegibilidade a fundos comunitários devido ao atraso na aprovação do Plano Director Municipal, candidatando-se somente ao Sub-Programa A.

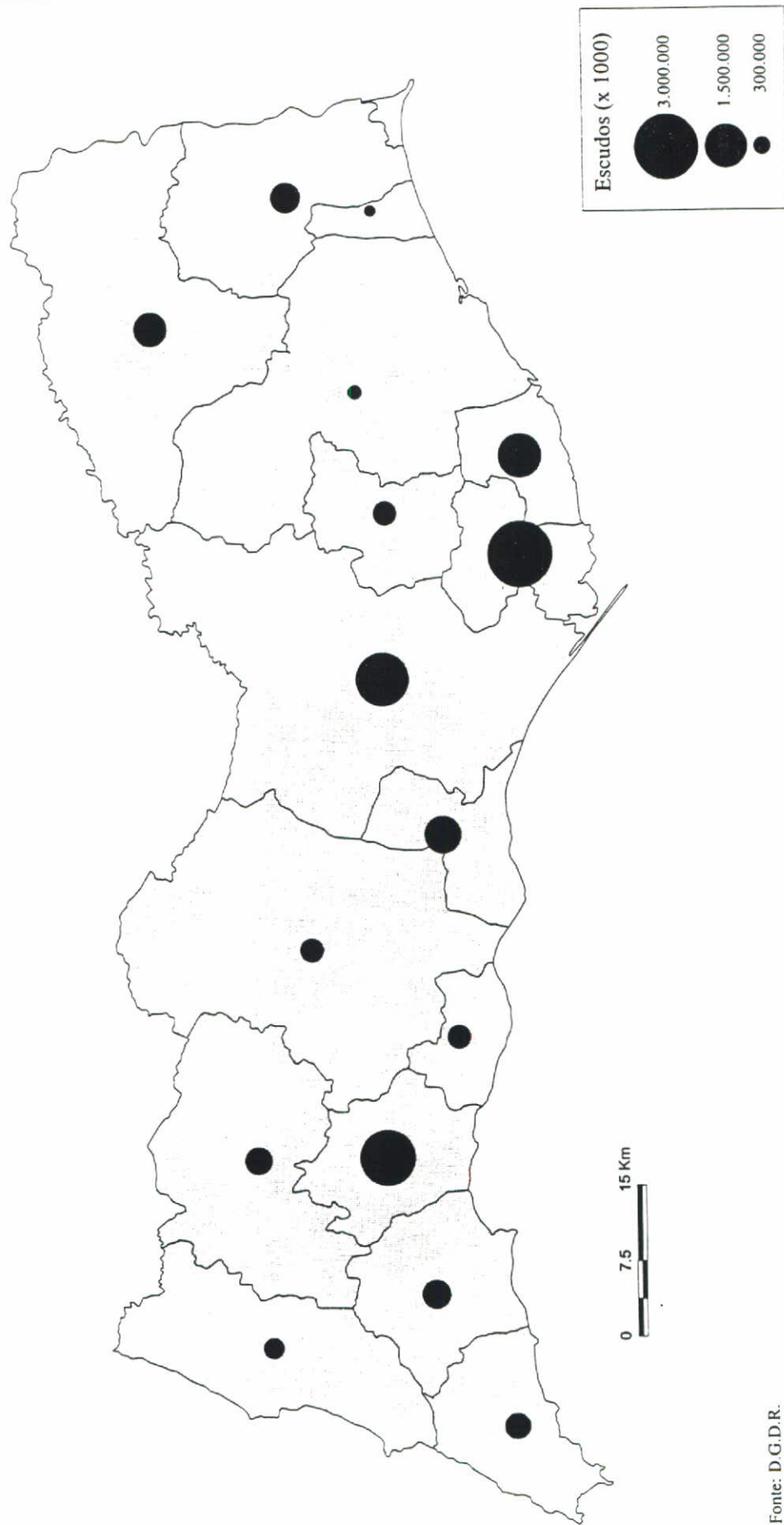
A baixa participação das “áreas submersas” na apresentação e concretização de projectos no âmbito do PROA é demonstrativo da ineficiência do seu tecido empresarial e/ou do insuficiente apoio e informação que esta área possui.

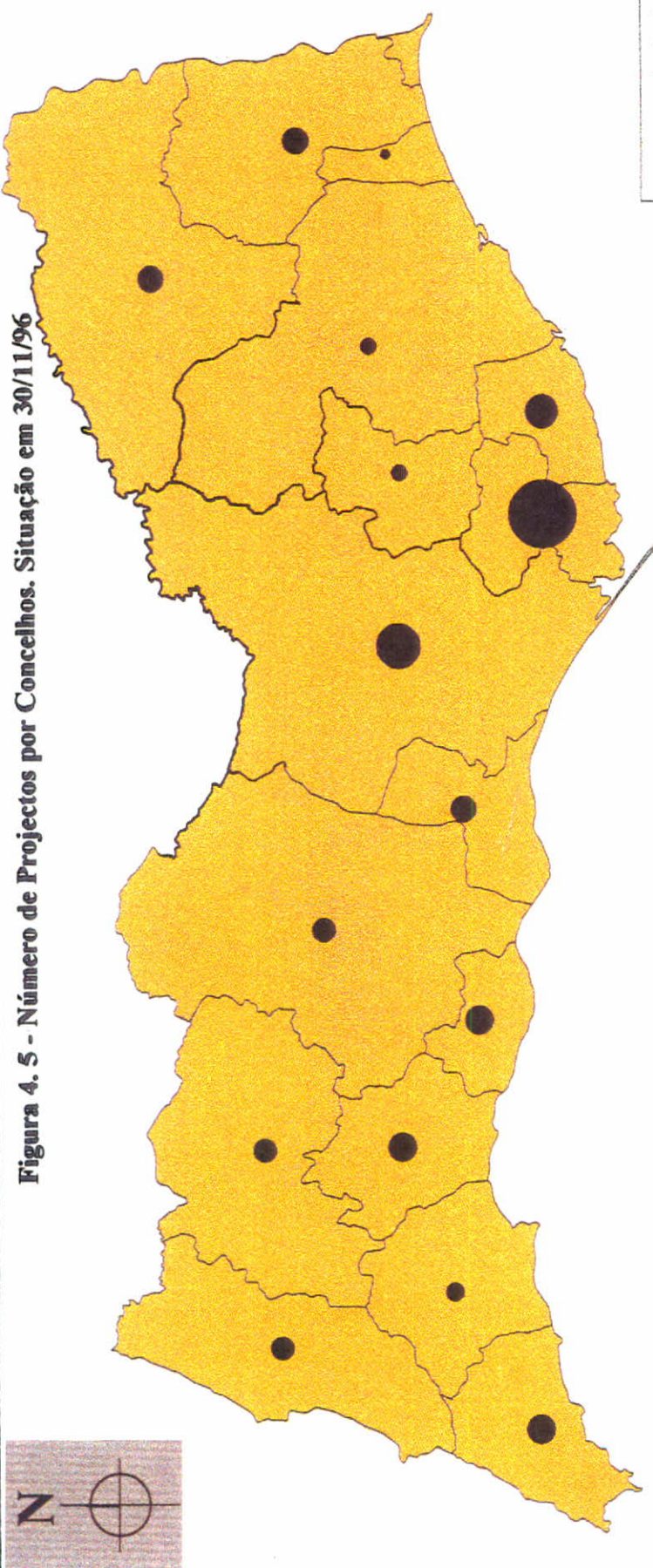
Quadro 4. 6 - Investimento realizado por concelho e Sub-Programa (%)

CONCELHO	SUB-PROG A	SUB-PROG B	SUB-PROG C	Total		Nº Proj
Albufeira	7.1	-----	-----	7.1	9.7	5
Faro	2.8	13.2	2.7	18.7		28
Lagoa	3.1	-----	0.1	3.7		6
Lagos	-----	4.6	-----	4.6		3
Olhão	3.6	5.6	0.1	9.3		8
Portimão	3.3	11.3	0.1	14.6		6
Loulé	8.0	4.6	0.3	12.9	4.2	13
S.Brás Alportel	3.1	-----	-----	3.1		2
Silves	3.2	-----	-----	3.2		4
Tavira	1.2	-----	-----	1.2		2
Vila d Bispo	2.8	0.8	-----	3.6		6
V.R.S. António	0.9	-----	-----	0.9		1
Alcoutim	4.4	1.6	-----	6.1	4.4	5
Aljezur	1.8	0.8	-----	2.6		4
Castro Marim	4.2	0.6	-----	4.8		5
Monchique	3.0	1.1	-----	4.1		4
Não Regionalizável			0.1	0.1		

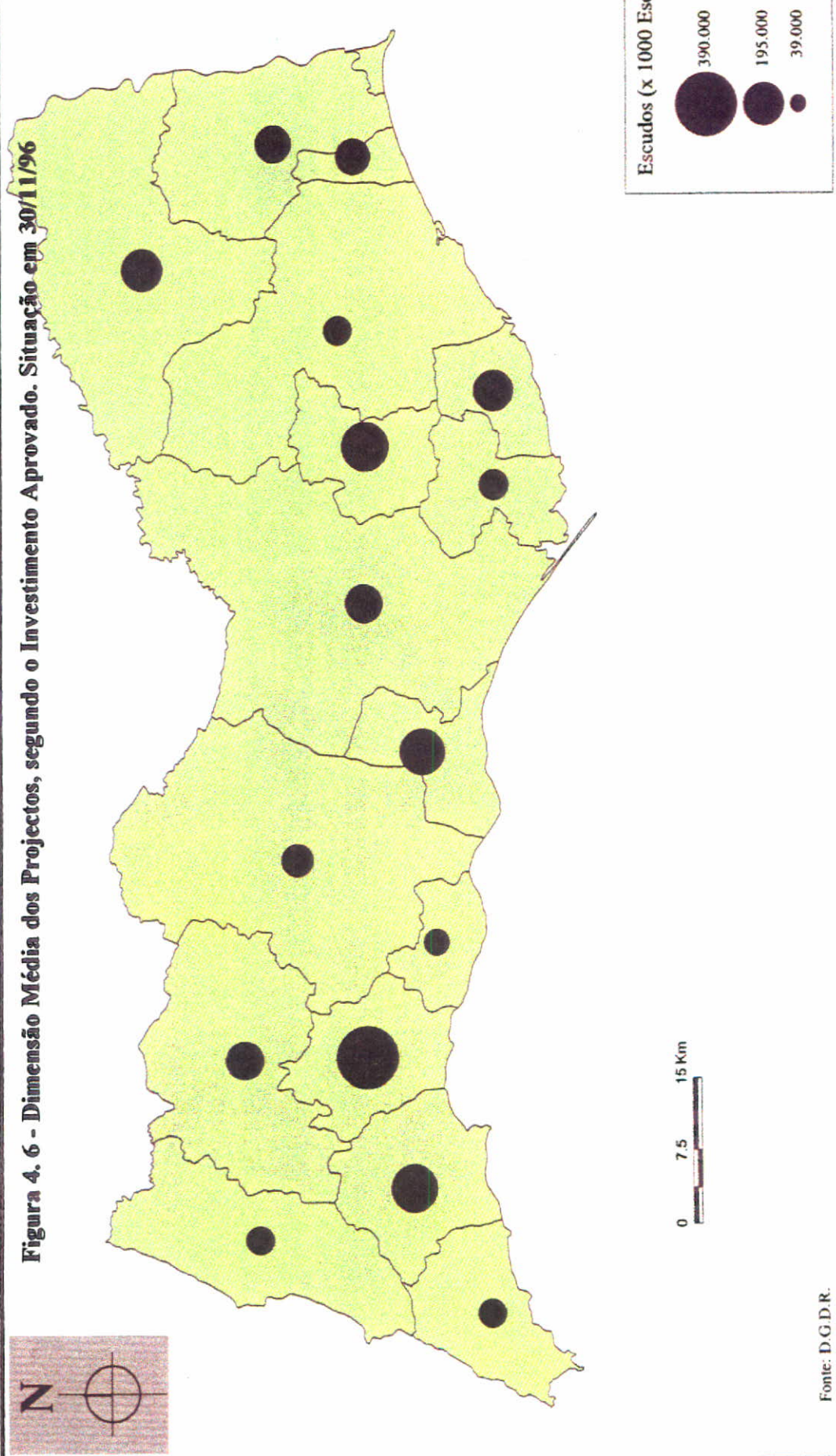
Fonte: Gestor do PROA

Figura 4. 4 - Investimento Elegível por Concelho. Situação em 39/11/96





Fonte: D.G.D.R.



Um outro factor importante na dinamização e concretização do PROA passa pela tipologia do promotor. Assim, é fácil compreender que as autarquias locais são as que apresentam o maior número de projectos (82), representando 79.6% da totalidade dos projectos; seguem-se as Associações de Agentes Económicos (10.7% dos total dos projectos) e a Administração Central com 8.7% dos projectos. Um único projecto foi apresentado por uma cooperativa (1.0%).

Os agentes económicos intervenientes neste processo são, essencialmente, as Associações Empresariais, a saber: a Confederação dos Empresários do Algarve (CEAL), a Associação Empresarial da Região do Algarve (NERA), a Associação Nacional de Jovens Empresários (ANJE) e a Associação dos Comerciantes da Região Algarve (ACRAL), para além da Universidade do Algarve.

Recentemente foi criada uma nova agência de desenvolvimento regional, a «Globalgarve», que tem em vista *“a apresentação de projectos a financiar pelo III Quadro Comunitário de Apoio e pelo Banco Europeu de Investimentos (BEI) (...) [e que no] prazo de seis meses deverá apresentar um conjunto de projectos”* (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 29.9.1997) no âmbito da cooperação e desenvolvimento da região algarvia. No entanto é importante referir que o mais recente relatório sobre desenvolvimento nas regiões europeias, atribui ao Algarve 74% da média comunitária do PIB, para 1994, o que se confirmar põe o Algarve praticamente fora dos Fundos Estruturais entre 2000 - 2006.

4.1.4.6. A Análise do II QCA como um todo

Tal como se pode analisar no Quadro 4.6., foram aprovados 339 projectos no âmbito dos quatro eixos do QCA, dos quais 11.8% pertencentes ao Eixo 1, 40.4% ao Eixo 2, 3.8% no Eixo 3 e 44.0% no Eixo 4, sendo que 30.4% dos projectos deste último Eixo são oriundos do PROA.

Assim, verifica-se que, para além da importância do Eixo 4 devido ao PROA, o Eixo 2 - *Infraestruturas de Apoio ao Desenvolvimento e Modernização do Tecido Económico* - apresenta um maior dinamismo, o que se torna perceptível face ao número de projectos

apresentados nas áreas do Comércio e Serviços (62 projectos) e do Turismo e Património Cultural (42 projectos). É pois de esperar um incremento das actividades turísticas e correlacionadas, tendo como implicação a curto/médio prazo a não concretização de um dos objectivos regionais, ou seja, a não diversificação do tecido empresarial (apesar de terem sido apresentados 21 projectos na área da Indústria e um nas Pescas).

Face ao que antecede, importa alertar que, no III QCA, sejam incentivados os projectos para áreas que não as ligadas ao sector turístico.

Quadro 4. 7 - Investimento Elegível Aprovado no Âmbito do II QCA para a Região do Algarve

Eixos e Programas e Sub-Programas	Nº Projectos	%	Inv. Elegível	%
<u>EIXO 1</u>				
BASES DO CONHECIMENTO E DA INOVAÇÃO	37	10.9	4,444,060	9.2
Ciências e Tecnologia	13	3.8	367,796	0.8
Educação	24	7.1	4,076,263	8.5
FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO	3	0.9	400,673	0.8
Apoio à Formação e Gestão Recursos Humanos	3	0.9	400,673	0.8
Formação da Administração Pública				
TOTAL EIXO 1	40	11.8	4,844,733	10.1
<u>EIXO 2</u>				
INFRAESTRUTURAS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO	11	3.2	5,863,367	12.2
Transportes	3	0.9	3,152,500	6.5
Telecomunicações	3	0.9	212,334	0.4
Energia	5	1.5	2,498,533	5.2
MODERNIZAÇÃO DO TECIDO ECONÓMICO	126	37.2	17,212,425	35.7
Comércio e Serviços	62	18.3	1,356,214	2.8
Indústria	21	6.2	1,216,233	2.5
Pescas	1	0.3	194,141	0.4
Turismo e Património Cultural	42	12.4	14,445,837	30.0
TOTAL EIXO 2	137	40.4	23,075,792	47.9
<u>EIXO 3</u>				
AMBIENTE E REVITALIZAÇÃO URBANA	13	3.8	2,652,961	5.5
Ambiente	13	3.8	2,652,961	5.5
Renovação Urbana				
SAÚDE E INTEGRAÇÃO SOCIAL				
Saúde				
Integração Econ. e Social Grupos. Soc. Desfavoreci.				
TOTAL EIXO 3	13	3.8	2,652,961	5.5
<u>EIXO 4</u>				
PROG. OPERACIONAL REGIÃO ALGARVE	103	30.4	15,849,357	32.9
PROMOÇÃO POTENCIAL DESENVOLVIMENTO REGIONAL	46	13.6	1,749,889	3.6
Iniciativas de Desenvolvimento Local				
Incentivos Regionais e Locais	46	13.6	1,749,889	3.6
Acções Específicas de Reequilíbrio				
TOTAL EIXO 4	149	44.0	17,599,246	36.5
TOTAL QCA s/ PROA	236	69.6	32,323,375	67.1
TOTAL QCA	339	100	48,172,732	100

Fonte: CCR Algarve

4.1.4.7. Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROT Algarve)

O PROT Algarve (Decreto Regulamentar nº11/91 de 21 de Março) foi aprovado na sequência da Resolução do Conselho de Ministros nº33/88, de 4 de Agosto, no quadro jurídico definido pelo Decreto-Lei nº 176-A/88, de 18 de Maio e mereceu por parte dos municípios toda a atenção no que diz respeito à actividade de planeamento, uma vez que este plano seria o marco do início desta actividade no Algarve.

Passados seis anos deste da sua aprovação, o PROT Algarve encontra-se, neste momento, em fase de revisão, o que permitirá a sua adaptação às novas exigências do território e às transformações ocorridas.

Segundo o decreto regulamentar, este instrumento da política de ambiente e ordenamento do território, emerge da necessidade de correcção de debilidades estruturais no plano sócio-económico, bem como a de minimização dos conflitos de uso e ocupação do solo existente, numa perspectiva de aumento da capacidade de suporte de vida do território.

A elaboração do PROT Algarve, passou pela identificação de um conjunto de problemas, nomeadamente:

- a localização de solos com aptidão agrícola que se localizam no litoral, o que cria algumas incompatibilidades com a actividade turística;
- a deficiente qualidade e quantidade dos recursos hídricos, o que associado com os períodos de seca, devido à influência mediterrânea, condiciona e prejudica a disponibilidade e a regularidade da água em volume abundante;
- a maior parte dos aquíferos subterrâneos localizam-se por baixo das zonas agrícolas e urbano-turísticas do Barrocal e Litoral, o que acarreta problemas de contaminação da água para consumo;
- a expansão do povoamento disperso;
- a elevada pressão sobre a faixa litoral em detrimento da tendência progressiva de despovoamento da serra;
- a fragilidade da economia, devido à sazonalidade;
- dependência para com os mercados externos.

Grande parte dos problemas acima mencionados foram fruto da evolução registada ao longo da década onde a preocupação dominante era a de construir, na sequência de uma crescente procura turística, prevalecendo a lógica da maximização do lucro imediato. Este crescimento eufórico só foi possível face à inexistência de planos eficazes e ao pouco rigor na gestão dos existentes, não dando, por isso, a atenção devida ao impacto ambiental, físico ou social.

A decisão de elaboração do PROT Algarve teve, então, como grande objectivo inverter esta tendência e para tal, a estratégia baseava-se, por um lado, no fortalecimento da economia, com a diversificação da base económica sectorial, contrariando o monopólio do turismo; por outro, na melhoria de qualidade de vida dos residentes, na preservação do equilíbrio natural e por último, na tentativa de minimização das assimetrias regionais existentes.

É perante este cenário que o PROT Algarve elabora os seguintes princípios de actuação:

- a) Concretizar uma política de ordenamento do território que garanta as condições para um desenvolvimento sócio-económico equilibrado;
- b) Definir princípios e regras de uso, ocupação e transformação do solo que consagrem uma utilização racional do espaço;
- c) Promover uma gestão criteriosa dos recursos naturais que assente na salvaguarda dos seus valores, protecção do ambiente e na melhoria da qualidade de vida das populações.

4.1.4.8. Principais linhas de acção do PROT Algarve

Para alcançar estes objectivos, o PROT Algarve traçou oito linhas de acção que estão por detrás destes princípios de actuação e que são a base da estratégia adoptada pela CCRA Algarve:

- Requalificar e diversificar o turismo, com o propósito de travar a oferta de baixa qualidade, com o intuito de promover a região em mercados turísticos não tradicionais, o que terá consequências na melhoria da qualidade do ambiente e urbana;

- Recuperar a economia tradicional algarvia, de que é exemplo a agricultura, uma vez que a aposta na industrialização da produção poderá incutir uma maior competitividade ao sector;
- Desenvolver a base industrial, com produtos, que assente no valor acrescentado, com a introdução de novas tecnologias e na aposta em produtos que tragam benefícios para a região;
- Reforçar a competitividade do Algarve no âmbito do sistema de acessibilidade, de modo a equilibrar a rede urbana com os serviços de apoio. Ou seja, a intenção é criar no Algarve um Centro de Serviços em alternativa a Lisboa (que fica a 3 horas de carro) e a Sevilha (que fica a 2 horas de carro). Para tal, propõem a criação de três zonas como Centros Médios (Faro/Olhão/Loulé) que pela sua proximidade entre eles, se tornam num Centro de importância maior, justificando algumas estruturas elevadas, nomeadamente Universidade, Hospital, etc, competindo, assim, com Sevilha e Lisboa;
- Mobilizar o potencial endógeno local, criando mais postos de trabalho de modo a valorizar o produto regional e incentivando, também, o investimento local;
- Qualificação dos recursos humanos, garantindo a formação especializada para responder à procura, nomeadamente no caso da hotelaria, agricultura e pescas, ou seja, ir de encontro às necessidades locais;
- Modernização das infraestruturas, para responder à procura internacional, nomeadamente melhorar as comunicações rodoviárias e informáticas;
- Valorizar o ambiente e garantir a qualidade de vida humana, de modo a preservar a qualidade natural e paisagística, tendo em conta o balanço ecológico, quer no combate à poluição, quer na conservação das áreas rurais, quer no controle do produto turístico.

O PROT Algarve, de uma maneira geral, direccionou-se para a minimização dos problemas das assimetrias inter-regionais, todavia passados mais de cinco anos as tendências identificadas na altura permanecem e não mostram sinais de atenuação. No nosso ver, o PROT Algarve falhou no que respeita ao apoio que deveria ter prestado às equipas técnicas concelhias, orientando-os para uma estratégia de desenvolvimento equilibrado e integrado de todo o território concelhio, de modo a evitar, assim, que algumas tendências, nomeadamente a proliferação do povoamento disperso, o despovoamento da serra algarvia e o agravamento da dependência da economia algarvia, se acentuassem.

De uma maneira geral, o PROT Algarve abordou as principais carências do Algarve. Contudo, devido à sua visão globalista (regional) acaba por perder a capacidade de diferenciar territorialmente as dimensões dos problemas, de identificar os diferentes agentes de desenvolvimento e, ainda, das dinâmicas de mercado totalmente diferentes, perdendo-se a eficácia de algumas das medidas tomadas.

Face ao que antecede, e uma vez que o PROT Algarve se encontra em fase de revisão, espera-se que possa vir a prestar um melhor contributo e que a sua eficácia se traduza na minimização de alguns dos problemas focados na presente Dissertação, o que associado aos efeitos da implementação das medidas programáticas preconizadas para a região algarvia, poderá tornar-se uma realidade.

Capítulo 5 - Síntese e Conclusões

"(...) Portugal, um país marcadamente assimétrico em que os desequilíbrios se agravam e fazem já parte de um processo cumulativo, não pode dar-se o luxo de negligenciar por mais tempo a sua própria organização espacial interna. A necessidade de definição de uma política regional é apenas fundamental"
(LOPES: 1987:387)

No capítulo de encerramento da presente Dissertação, é importante tecer algumas considerações sobre os principais aspectos que marcaram a reflexão que foi conduzida ao longo das várias subpartes do trabalho: assim, os estudos que foram sendo produzidos permitem colocar em destaque quatro grandes linhas de força:

- 1º - O território do Algarve é caracterizado, nos dias de hoje, por uma diversidade notável de situações de ordenamento do espaço, traduzidas em modos distintos de povoamento e usos do solo;
- 2º - As tendências mais recentes de transformação da estrutura produtiva apontam para a manutenção do peso da actividade turística no conjunto dos sectores económicos, pelo que as actividades relacionadas com este sector constituem, indiscutivelmente, a principal fonte de receitas. Assim, num contexto de ausência de alternativas, as potencialidades turísticas de curto prazo (apoiadas no produto "Sol/Praia") foram exploradas ao máximo, daí resultando a actual mono-especialização;
- 3º - Os grandes instrumentos programático-financeiros apoiaram, no essencial, as actividades turísticas, o comércio e os serviços, contribuindo para o reforço da terciarização do tecido produtivo regional. Deve salientar-se que mais de 30% do investimento elegível aprovado, no âmbito do II QCA, se concentrou nos três sectores referidos;

4º - O contexto das relações espaciais que se desenham na região algarvia apontam para a manutenção da importância de determinados centros urbanos de influência subregional (caso de Faro e Portimão) e para a emergência de novos pólos de dimensão regional (caso de Loulé e Olhão). Note-se que faz parte do enquadramento estratégico do Algarve "*desenvolver acções com impacto externo que promovam a aglomeração Loulé-Faro-Olhão*" (CCR Algarve, 1994:VIII).

Face ao que antecede, apercebemo-nos de que os factores que irão jogar, nos próximos anos, um papel de relevo na definição da futura estruturação económico-geográfica do território algarvio, passam, fundamentalmente, pelo novo jogo das acessibilidades, pela dimensão dos mercados subregionais, pela formação/qualificação da mão de obra, pelo esforço de ordenamento do território e de consolidação da rede urbana regional, bem como pela difusão da informação.

A actuação dos agentes e instituições com interesses e participação no desenvolvimento e a sua capacidade/vontade de influenciar o jogo de interrelações entre os factores acima referidos, resultará da "*progressiva imposição da «competitividade» como preocupação central, quer das políticas públicas, quer das estratégias empresariais*" (MATEUS, BRANDÃO DE BRITO e MARTINS, 1995:166). Assim, é lícito concluir que os elementos determinantes para a maior ou menor capacidade concorrencial das diferentes parcelas do território algarvio, incluem uma componente não negligenciável de actuação das instituições públicas e privadas.

Deste modo, "*o imperativo da competitividade*" (idem:145) aplicado ao contexto da região algarvia, nomeadamente no que concerne ao sector turístico, implicará "*a difusão de novas formas de organização da produção e de gestão que, no essencial, assentam numa progressiva valorização da adaptação da produção à procura*" (ibidem:147). Ganham, portanto, nova acuidade as questões já referidas na Dissertação e respeitantes à diversificação da Oferta turística de qualidade, baseada, por exemplo, nos produtos Serra/Património/Cultura que visa dar resposta a uma procura crescente em exigência e que já não se contenta com o produto turístico tradicional.

No que concerne ao novo jogo das acessibilidades, as análises apresentadas apontam para o reforço do eixo litoral Portimão-Loulé-Faro-Olhão, onde se irão desenvolver os principais projectos de reforço de ligações regionais/nacionais, com destaque para o IC4 (eixo de ligação Sines-Faro) e para a futura interligação entre a A2 e a VLA. Assim, o padrão de consolidação da rede viária nacional no espaço algarvio, sugere que a localização das actividades económicas e dos principais equipamentos sociais se irá orientar para a faixa litoral, uma vez que o reforço das acessibilidades é realizado, no essencial, na orla costeira meridional.

Do facto anteriormente descrito resulta que, no médio prazo, não se deverão esperar significativas alterações no padrão de distribuição das actividades geradoras de riqueza. É interessante salientar que a maioria dos empresários inquiridos no âmbito dos trabalhos de campo realizados, referiram que eventuais expansões da sua actividade privilegiariam áreas situadas no corredor anteriormente referido, com especial incidência em Loulé.

No que concerne à dimensão dos mercados subregionais, os elementos analisados na presente Dissertação apontam para um crescimento da população regional, na ordem dos 100.000 habitantes entre 1991 e o ano 2005, desigualmente distribuídos pelo território algarvio. O crescimento demográfico deverá incidir, em larga escala, nos principais centros urbanos da faixa litoral o que determinará que a **massa crítica** capaz de suportar e justificar a localização de determinadas actividades continuará a ser um apanágio de uma parcela reduzida do território algarvio. Por outro lado, esta desigual distribuição do crescimento implicará o contínuo despovoamento de vastas áreas de serra e barrocal (designadas no contexto do presente trabalho como "áreas submersas") o que colocará no curto prazo questões como o reforço dos sistemas de assistência e solidariedade a populações envelhecidas, isoladas e de fracos recursos.

Face ao que antecede, julgamos que o Algarve poderá assistir, no médio prazo, ao desenvolvimento de experiências interessantes de solidariedade regional entre um litoral dinâmico, ainda que com problemas associados às tensões no domínio do Planeamento Físico, e um interior empobrecido e envelhecido.

As questões ligadas à formação e qualificação da mão-de-obra, começam nos dias de hoje a preocupar os empresários algarvios (repare-se que o factor de localização “qualificação profissional da mão-de-obra” foi destacado por mais de 40.0% das empresas - ver Quadro 3.10.- como importante na decisão locacional de uma nova empresa) que, na busca de uma maior competitividade no contexto da concorrência europeia, tendem, cada vez mais, para a procura de trabalhadores dotados de maiores níveis de conhecimento e especialização. Neste contexto, é importante referir que a estrutura produtiva algarvia se baseia, na sua maior parte, em sectores intensivos em trabalho barato e pouco especializado, como é o caso do turismo¹.

O reforço das qualificações da mão-de-obra algarvia constitui um desafio e um imperativo essencial para a prossecução de uma estratégia de diversificação de actividades e de ganhos significativos de capacidades concorrenciais nas actividades já existentes. Deve ser considerado preocupante o facto de a afectação das verbas no âmbito do QCA não ter privilegiado esta vertente. Considera-se essencial a definição de uma política regional de valorização dos recursos humanos que, partindo da experiência acumulada em actividades/iniciativas diversas, possa resultar numa aproximação entre as instituições formadoras por excelência (como é o caso da Universidade do Algarve) e o tecido empresarial.

A consolidação da rede urbana regional constitui um elemento primordial para o equilíbrio do território algarvio e para a diluição de determinadas assimetrias que caracterizam, actualmente, o espaço regional. O trabalho efectuado e as diversas fontes consultadas indicam que, nos próximos anos, a rede urbana do Algarve se irá basear na progressiva estruturação de um corredor de aglomerados urbanos situados entre Portimão e Olhão (incluído aqui a cidade de Loulé e áreas adjacentes). A consolidação desta rede deverá basear-se na qualificação da actividade turística, no maior nível dos serviços, nomeadamente os serviços às empresas, e no papel acrescido dos equipamento e instituições públicas, de que são exemplo as unidades de ensino e as estruturas de apoio à prática de desporto de alta competição².

¹ As poucas excepções estão na mão de estrangeiros.

² De que é exemplo a recente inauguração do Instituto Superior Afonso III, em Loulé, e o Complexo Desportivo Regional de Apoio à Alta Competição, em fase de estudo, na freguesia de Almancil.

O crescimento dos grandes aglomerados urbanos do Algarve irá impor a concretização de uma política/estratégia de gestão do território que deverá implicar, entre outras iniciativas, a realização de planos de índole urbanística, como por exemplo Planos de Urbanização e Planos de Pormenor. O processo de qualificação dos centros urbanos poderá determinar o surgimento de efeitos positivos na estruturação de territórios mais vastos contribuindo, deste modo, para um (re)equilíbrio na afectação do espaço, ou seja, é provável que as "áreas submersas" possam vir a beneficiar do melhor ordenamento/gestão das "ilhas".

Em sùmula, poder-se-á assumir que o *"turismo deverá continuar como a pedra angular da economia algarvia mas o sucesso da Região só será possível se se encetar um processo de diversificação, que deverá começar pelo próprio sector turístico, alargar-se a outros segmentos do terciário, à indústria, à agricultura - sobretudo a de alto valor - e às pescas e aquacultura, que representa uma importante reserva para o futuro"* (MPAT, 1993:193).

Por fim, e como corolário de todo o trabalho desenvolvido gostaríamos de deixar algumas pistas para aqueles que constituirão, no nosso entender, os grandes desafios de estruturação económica e geográfica do Algarve para os próximos anos:

A necessidade de elaborar e implementar planos ao nível do ordenamento dos espaços urbanos (de que é exemplo o Plano de Urbanização de Monchique);
implementar uma política de recuperação e valorização de núcleos antigos (ex. Plano de Pormenor da zona antiga de Portimão), incutindo uma qualificação aos aglomerados populacionais;
políticas de ordenamento e valorização do património cultural e florestal, de modo a diversificar o produto turístico tradicional;
incentivar a diversificação das actividades terciárias, nomeadamente no que concerne ao subsector dos serviços;
necessidade urgente de uma qualificação/diversificação do turismo;
incentivar a qualificação e formação da mão-de-obra;
concretização e aproveitamento das acessibilidades inter-regionais e supra-regionais, numa tentativa de aproximação aos mercados consumidores;

implementação de redes eficazes de circulação de informação, bem como a promoção efectiva do apoio e acompanhamento na resolução dos problemas de potenciais promotores no domínios da burocracia que é necessária superar para efectivar um projecto;

promover a parceria entre vários organismos empresariais, de modo que, em conjunto, possam apresentar projectos de maior sustentação e por conseguinte maior eficácia na execução física e financeira;

dar resposta à forte pressão e congestionamento da faixa do litoral, através de uma eficaz infraestruturação;

incentivar a solidariedade e cooperação com as “áreas submersas” e permitir uma maior ligação com as “ilhas”;

incentivar um novo dinamismo na relação histórica com o mar (pescas, turismo, indústria conserveira, etc.);

valorização de potencialidades endógenas no âmbito gastronómico e de produtos agrícolas tradicionais, de que são exemplo os frutos secos, produtos de cortiça e outros;

concretizar a infraestuturação e equipamento dos grandes núcleos industriais apontados em PROT Algarve, i.e., pretende-se que as áreas industriais regionais constituam um símbolo do maior nível de exigência na selecção das actividades a privilegiar;

último grande desafio: tentar por todos os meios, que o reforço que se desenha de crescente desequilíbrio territorial não se traduza no surgimento de situações gravosas e irreversíveis de deseconomias de concentração e de isolamento e empobrecimento de níveis intoleráveis.

Assim, a consciencialização por parte dos Governantes do País de que o Algarve não pode ser visto somente como uma “região turística” leva a que seja urgente proceder a uma série de transformações estruturais em algumas matérias, nomeadamente na área da formação: formação profissional, ensino superior e investigação aplicada; na área das acessibilidades: modernização das vias de comunicação e de infraestruturas rodo e ferroviária, bem como portuária; e na área dos apoios financeiros, através de programas operacionais.

Inerente a todo este processo de transformação (que no abono da verdade já têm sido tomadas grandes decisões nesse sentido), não pode ser afastada a participação dos empresários algarvios, uma vez que serão eles os grandes interessados e a força motriz para que se obtenha os resultados esperados. Assim, é necessário que estes tomem consciência

da necessidade de uma profunda alteração no modo de pensar e um maior empenho e visão futura.

Contudo, apesar do Algarve necessitar de uma modernização estrutural e tecnológica do seu meio empresarial, não deverá ser esquecido o binómio Tradição/Qualidade, isto porque para além do turismo (*'indústria'* motriz do desenvolvimento), a agricultura (ex. frutos secos) e a indústria transformadora (ex. conservas de peixe) são alternativas viáveis ao desenvolvimento económico preconizado para a região, nomeadamente na aposta nos produtos tradicionais endógenos que, com a aposta na qualidade e na diferença, poderá implicar um valor acrescentado e a manutenção das características culturais e tradicionais do Algarve, que serão, sem qualquer sombra de dúvida, o garante da diferenciação e diversificação da região.

Não obstante, com a regionalização à porta implica que, se por um lado, a cooperação transfronteiriça entre as instituições competentes e as Associações Empresariais Regionais da região do Algarve com alguns Estados-Membros (de que é exemplo a vizinha Andaluzia), são à partida garante de uma boa contribuição para o desenvolvimento económico, cultural e social da região algarvia, por outro, poderá incutir um conjunto de mudanças na estrutura de ajudas financeiras da União Europeia, tornando o próximo Quadro Comunitário de Apoio uma incógnita.³

³ Fala-se, inclusive, que o Algarve poderá deixar de beneficiar dos Fundos Estruturais para o QCA III, caso se confirme a média superior a 75% do PIB da União Europeia.

BIBLIOGRAFIA GERAL

"Não te afastes de possíveis futuros antes de teres a certeza de que nada tens a aprender com eles." (BACH, 1977:123)

ALMEIDA, Leopoldo de (1988) - *"O Ordenamento do Território e a Intervenção Municipal"* - in Poder Local nº 80, Novembro.

AMIN, Samir (1974a) - *"Accumulation on a World Scale"*, Monthly Review Press, New York.

AMIN, Samir (1974b) - *"Capitalismo Periférico e Comércio Internacional"*, Ediciones Periferia, Lisboa.

AMIN, Samir (1975) - *"A caminho de uma nova crise estrutural do sistema capitalista"*, Edições Afrontamento, Porto.

AMIN, Samir (1976) - *"O desenvolvimento desigual: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico"*, Forense-Universitária, Rio de Janeiro.

ANACLETO, Susana (1993) - *"Formas e procedimentos de abordagem ao combate às desigualdades territoriais provocadas pelo processo de desenvolvimento. O caso do Algarve"* - Universidade de Aveiro, Departamento de Ambiente e Ordenamento.

ANACLETO, Susana (1995) - *"Estudo Preliminar de Impacte Ambiental da Barragem de Odelouca"*, COBA, Lisboa.

ARMSTRONG, J. e TAYLOR, D. (1978) - *"Regional Economics and Politics"*, Philip Allan, Oxford.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA (1992) - *"Constituição da República Portuguesa"*, 3ª Revisão, Lisboa.

- ASSOREIRA, David (1995), "*Problemas Urbanos em Áreas de Forte Pressão Turística*", in MPAT, SEALOT (1995), "*Ciclo de Colóquios: A Política Urbana e o Ordenamento do Território*", pp. 121 - 133.
- BARAN, Paul A. (1984) - "*A Economia Política do Desenvolvimento*", Abril Cultural, São Paulo.
- BRINDLEY, Tim et al (1989) - "*Remaking Planning*" - Unwin Hyman, United Kingdom.
- BRITO, Carlos (1988a) - "*Regiões Administrativas*", in Revista Poder Local, nº73, Lisboa.
- BRITO, Carlos (1988b) - "*Regionalização. Que Perspectivas*", in Revista Poder Local, Lisboa.
- BRYMAN, A e GRAMER, D (1992) - "*Análise de Dados e Ciências Sociais*", Editora Celta, Lda.
- BULL, Paul A. (1992) - "*The Changing Geography of Manufacturing Activity*" in Johnston, R.J. and Gardiner, Vince (edit), "*The Changing Geography of United Kingdom*", Routledge, London.
- BUTLER, C. Jensen e PIRES, Iva (1983) - "*Industrial Structure and Regional Development in Portugal*" WP-13, Geographical Institute, University of Aarhus.
- CAETANO, Miguel et al (1982) - "*Regionalização e Poder Local em Portugal*", Instituto de Estudos de Desenvolvimento, 1ª edição, Lisboa.
- CARDOSO, Abílio (1996) - "*Do Desenvolvimento ao Planeamento, Ao Planeamento do Desenvolvimento*", Departamento de Engenharia Civil da F.E.U.P., Edições Afrontamento, Lisboa, pp. 169 - 240.

- CAVACO, Carminda (1976) - *“Algarve Oriental”* - Gabinete de Planeamento da Região do Algarve, Faro.
- CAVACO, Carminda (1979) - *“Turismo e Demografia no Algarve”*, Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, INIC, Lisboa, pp. 3-10.
- CAVACO, Carminda (1991)- *“A agricultura segundo o recenseamento agrícola de 1979”*, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa.
- CESAR DAS NEVES, João Luís (1993), *“A História do Desenvolvimento”* in *“Introdução à Economia”*, Capítulo VII, Editorial Verbo, 2ª edição, Lisboa.
- CHAMBEL DE OLIVEIRA, José e SALVADOR, Regina (1994), *“Política Económica e Desequilíbrios Regionais”*, in *“Portugal, Perfil Geográfico”*, direcção de Raquel Soeiro de Brito, Editorial Estampa, Lisboa, pp. 329 - 359.
- CLAVAL, Paul (1993) - *“La Géographie au Temps de la Chute des Murs”*, Editions L’Harmattan, Paris.
- COELHO, António (1995) - *“A regionalização do Algarve: Que futuro?”*, in 8º Congresso do Algarve, Racal Clube, Vilamoura, pp. 593-600.
- COMISSÃO DE COORDENAÇÃO REGIONAL DO ALGARVE (1990a) - *“Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve”*, Relatórios Sectoriais.
- COMISSÃO DE COORDENAÇÃO REGIONAL DO ALGARVE (1990b) - *“Programa Operacional Plurifundos do Sotavento Algarvio”*.
- COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO DO ALGARVE (1994a) - *“Enquadramento Estratégico para a Região do Algarve 1994-1999”*, edições CCRAlg, Faro.

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO DO ALGARVE (1994b) - **“PROA - Programa operacional do Algarve 1994-1999”**, edições CCRAlg, Faro.

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO DO ALGARVE (1995) - **“Algarve - Desafio para o Futuro”**, edições CCRAlg, Faro.

COMISSÃO EUROPEIA (ANO) - **“Políticas Regionais da Comunidade Europeia: Competitividade e Coesão: Tendência Verificadas nas Regiões”** - Relatório nº5 Sócio-Económico.

COMISSÃO EUROPEIA (1994) - **“Portugal - Quadro Comunitário de Apoio 1994-1999”**, Bruxelas.

COMISSÃO EUROPEIA (1995a) - **“A execução da reforma dos fundos estruturais em 1993”**, 5º Relatório Anual, Bruxelas.

COMISSÃO EUROPEIA (1995b) - **“A Europa em Números”**, 4ª Edição, Eurostat, Luxemburgo.

COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES (ANO), **“Regional Development, Studies - Regional Disparities and Problems (Summary and Conclusions)”**, pp.1-14.

CONFEDERAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS DO ALGARVE (1992) - **“Plano de desenvolvimento Económico do Algarve”**, Faro.

CONFEDERAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS DO ALGARVE (1996) - **“TURISMO: Tendências Estruturais no País e no Algarve”**, Faro.

COOK, P. (1983) - **“Theories of Planning and Spatial Development”**, Hutchinson, London, Reino Unido.

COOK, P. (1989) - **“Localities”**, Unwin Hyman, Londres, pp. 296 - 306.

- COOK, P (1990) - *“Back to the Future”*, Unwin Hyman, Londres, pp. 114 - 139.
- CONFRARIA, João (1995) - *“Desenvolvimento Económico e Política Industrial - A Economia portuguesa no processo de integração europeia”*, Universidade Católica Editora, Lisboa.
- CONSTÂNCIO, Victor (1982) - *“Regionalização e Desenvolvimento”*, in Conferência Sobre Regionalização e Desenvolvimento, IED, Lisboa.
- COVAS, António (1996) - *“A Revisão do Tratado de União Europeia. Contributos para a Conferência Intergovernamental de 1996”*, Celta Editora, Oeiras.
- CULLINGWORTH, J.B. (1979) - *“Town and Country Planning in Britain”*, Allen e Unwin, Reino Unido.
- DELFAUD, Pierre (1989) - *“La perception des disparités regionales dans la Communaute Economique Europeenne”*, Revue d' Economie Régionale et Urbaine, nº1, pp. 41 - 70.
- EMMANUEL, Arghiri (1984) - *“A Troca Desigual”*, Edições Estampa, Lisboa.
- EUROGABINETE (1990) - *“Algarve - Turismo Algarvio e Estratégia de Crescimento”*, Mendonça Pinto, Faro, Abril.
- FALUDI, Andreas (1987) - *“A decision. Centred View of Environmental Planning”*, Pergamon, Oxford, Reino Unido.
- FEIO, Mariano (1983) - *“Le Bas Alentejo et L'Algarve”* - Instituto Nacional de Investigação Científica, Évora.

- FERRÃO, João e JENSEN-BUTLER, Christopher (1984) - "*The Centre-periphery model and industrial development in Portugal*", in *Environment and Planning D: Society and Space*, volume 2, Great Britain, pp. 375-402.
- FERRÃO, João e JENSEN-BUTLER, Christopher (1986) - "*Desenvolvimento Industrial e Diferenciações Regionais em Portugal durante a Década de 70*", in "*Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia*", Vol. XXI, nº 42.
- FERRÃO, João (1987) - "*The demise of centre-periphery theory and what to put in its place*", Aarhus Universitet, Aarhus.
- FERRÃO, João (1991) - "*Disparidades Regionais de Formação*", Instituto de Emprego e Formação Profissional, Lisboa.
- FERRÃO, João (1995) - "*Uma visão Estratégica e Prospectiva do Modelo Territorial de Portugal Continental*", GEOIDEIA, Estudo de Avaliação dos Programas Regionais em Portugal.
- FERRÃO, João (Coordenação de) (1997) - "*Políticas de inovação e desenvolvimento regional e local*", Actas do encontro realizado em Évora em 23 de Novembro de 1995, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- FIGUEIREDO, Ernesto (1985) - "*Portugal: Que Regiões?*", Tese de Doutoramento, Universidade do Minho, Braga.
- FIGUEIREDO, E.; SOARES, Bruno (1988)- "*PROT's : O governo contra o poder local*", in *Poder Local* nº 78, Setembro.
- FREITAS DO AMARAL, Diogo (1985) - "*Uma Solução para Portugal*", 9ª Edição, Publicações Europa-América, Lisboa.
- FRIEDMANN, John (1972) - "*Regional Development Policy: A Case of Venezuela*", The MIT Press, Cambridge, Massachusetts.

FÓRUM PARA A COMPETITIVIDADE (1995), “*A Competitividade da Economia Portuguesa*”, Associação para o Desenvolvimento Empresarial.

GASPAR, Jorge (Direcção) et all (1989) - “*Ocupação e Organização do Espaço: uma prospectiva*”, in “*Portugal - Os próximos 20 anos*”, VI volume, Edições da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

GASPAR, Jorge (1993) - “*As Regiões Portuguesas*”, MPAT, SEPDR, Lisboa.

GOMES GUERREIRO, M. (1989) - “*O Algarve Perante a Regionalização do País*” in “*O Algarve: Na perspectiva da Antropologia Ecológica*”, INIC, Lisboa.

GUNDER FRANK, André (1969) - “*Capitalism and Underdevelopment in Latin America*”, Modern Reader Paperbacks, New York.

GUNDER FRANK, André (1975) - “*Acumulação, Dependência e Subdesenvolvimento*”, Iniciativas Editoriais, Lisboa.

GUNDER FRANK, André (1982) - “*Do subdesenvolvimento Capitalista*”, Edições 70, Lisboa.

HALL, Peter (1975) - “*Urban and Regional Planning*”, Peugun, United Kingdom.

HILHORST, Jos G. M. (1971), “*Regional Planning, A Systems Approach*”, Rotterdam University, Holland.

HENRIQUES, J. Manuel (1990) - “*Municípios e Desenvolvimento - Caminhos Possíveis*”, Publicações Escher, Lisboa.

HERCULANO, Alexandre (1853) - “*Um Português*”, nº 36, Maio, Lisboa.

HERCULANO, Alexandre (1880) - "*Carta aos eleitores do Círculo de Sintra*", in opúsculos, tomo II, 2ª edição.

INSTITUTO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO (1982) - "*Conferência sobre Regionalização e Desenvolvimento*", Lisboa.

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA (1996) - "*A Situação Social de Portugal, 1960 - 1995*", Organização de António Barreto, Lisboa.

INSTITUTO HUMANISMO E DESENVOLVIMENTO (1989) - "*Portugal: O Desenvolvimento dos Anos Noventa*", Edições Presença, Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1996) - "*Contas Regionais 1990-1992*", Lisboa.

ISARD, Walter (1956) - "*Location and Space Economy*" M.I.T., Londres.

ISARD, Walter (1969) - "*General Theory: Social, Political, Economic and Regional*", M.I.T., Londres

ISARD, Walter (1976) - "*Methods of Regional Analysis*", New York.

JACINTO, Rui (1995), "*O Desenvolvimento Urbano das Áreas de Fronteira: Estrangulamentos e Perspectivas Face a Novas Centralidades*", in MPAT, SEALOT (1995), "*Ciclo de Colóquios: A Política Urbana e o Ordenamento do Território*", pp. 55 - 86.

LIBERATO, José (1988) - "*Autarquias e Ordenamento (discursos)*" - Secretaria de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território (MPAT).

- LYNCE DE FARIA, Duarte (1996) - "*Regionalizar, o Referendo do Portugal Esquecido: Ensaio sobre as perspectivas de desenvolvimento regional e os factores de delimitação*", Bertrand Editora, Venda Nova.
- LOPES, A. Simões e Outros (1981) - *Desenvolvimentos Regionais e Integração*, Estudo Economia, Vol II, nº 1 ISE, Lisboa.
- LOPES, A. Simões, BAPTISTA A. (ano) - *As relações Inter-Regionais, um ensaio sobre o caso Algarve*, Estudo Economia, vol VI, nº 2.
- LOPES, A. Simões (1987) - "*Desenvolvimento Regional, Problemática, Teoria, Modelos*", 3ª edição, Fundação Calouste Gulbenkian.
- LUCAS PIRES, Francisco (1996) - "*Regionalização e Europa*", Universidade Autónoma de Lisboa.
- LÚCIO, José (1997) - "*Gestores do Território - Estudo da Inserção do Geógrafo nas Actividades de Planeamento e Gestão do Espaço*", Universidade Nova de Lisboa.
- KEEBLE, David (1977) - "*Spatial Policy in Britain: Regional or Urban?*", Area 9, sem editora, pp. 3 - 8.
- KRUGMAN, Paul (1991) - "*Geography and Trade*", Leaven University Press, Belgica e The MIT Press Cambridge, London.
- KRUGMAN, Paul (1995) - "*Development, Geography and Economic Theory*", MIT Press, Cambridge, Massachusetts.
- KRUGMAN, Paul (1996) - "*The Self-Organising Economy*", Blackwell Publications, Cambridge, Massachusetts.

- MANNERS, G. (1976) - "*Reinterpreting the Regional Problem - The Three Banks Review*", Sem Editora, pp. 33 - 55.
- MARTINS, Maximiano e GUIMARÃES, Rui (1986), "*Indústria Transformadora*", in "*Portugal Contemporâneo, Problemas e Perspectivas*", INA, pp 15-34.
- MASSEY, Dorren (1979) - "*In What Sense a Regional Problem?*", *Regional Studies*, Nº 13, pp. 233 - 243.
- MATEUS, Augusto et all (1995) - "*Portugal XXI - Cenários de Desenvolvimento*", Bertrand Editora, Venda Nova.
- MENDES, M^a Clara (1991) - "*Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve*" - in *Sociedade e Território*, Revista nº 13; Edições Afrontamento Lisboa.
- MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA (1982) - "*Debate público sobre regionalização*", Faro.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - "*Educação: Indicadores de Frequência 84/85 - 91/92*", Lisboa.
- MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO (1989) - "*Relatório do Estado do Ordenamento e do Ambiente*", Lisboa
- MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO (1991), "*A Estrutura Espacial do Sistema Produtivo na Década de 80 (Disparidades Territoriais do Emprego na Indústria Transformadora e no Terciário Comercializável)*", Documento de trabalho nº 10/91, Departamento Central de Planeamento, SEPDR, Lisboa.

MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO
(1994) - *“Quadro Comunitário de Apoio - Plano de Desenvolvimento Regional - 1994/1999 - Algarve”*, Lisboa.

MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO
(1995) - *“Ciclo de Colóquios: A Política Urbana e o Ordenamento do Território”*, SEALOT, Lisboa.

MYRDAL, Gunnar (1958) - *“Economic Theory and Underdevelopment Regions”*, Gerald Duckworth, London.

NAM, Charles (1990) - *“An Empirical Assessment of Factors Shaping Regional Competitiveness in Problem Regions”*, Institut für Wirtschaftsforschung e.V. Munchen.

NAZARETH, J. Manuel (1986), *“População, Emigração e Retorno”*, in INA, *“Portugal Contemporâneo, Problemas e Perspectivas”*, pp 15 - 34.

NETO DA SILVA, A. (1980) - *Efeitos da Adesão à CEE nos Desequilíbrios Regionais da Grécia, Portugal e Espanha*, Ministério da Administração Interna, CCR do Norte, Porto.

OLIVEIRA, Luís Valente (1996) - *“Regionalização”*, Edições Asa, Porto.

PARDAL, Sidónio (1988) - *Planeamento do Território, instrumentos para a análise física* - Livros Horizonte, Lisboa.

PARLAMENTO EUROPEU (1991), *“Uma Nova Estratégia para a Coesão Económica e Social Após 1992”*, Série «Política Regional e Transportes», Direcção Geral de Estudos, pp. 28 - 40.

PEET, R. (1981) - *“Spatial Dialectics and Marxist Geography”*, Progress in Human Geography, nº 5, pp. 105 - 110.

- PERROUX, François (1987) - *“Ensaio sobre Novo Desenvolvimento”*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- PESSOA, Victor (1986) - *“Regionalização de Poder Local”*, in Portugal Contemporâneo, Problemas e perspectivas; INA, Lisboa.
- PIMPÃO, Adriano (1991) - *“Economia do Algarve - preparar o terceiro milénio”*, in Sociedade e Território, nº 13, Lisboa.
- PINTO, Mendonça et al (1983) - *“O Papel da Universidade no processo de Regionalização e de Desenvolvimento Regional”*, Universidade do Algarve, Faro.
- PODER LOCAL (1990)- *“Planeamento e ordenamento do território”* - revista nº 94, Maio.
- PODER LOCAL (1991)- *“Ordenamento do Território como Função do Estado”* - revista nº 104, Maio.
- PORTER, Michael (1990) - *“The Competitive Advantage of Nations”*, The Free Press, New York.
- PORTER, Michael (1994) - *“Construir as Vantagens Comparativas de Portugal”*, Edições Fórum para a Competitividade, Lisboa
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (1997) - *“Relatório do Desenvolvimento Humano 1997”*, Trinova Editora, Lisboa.
- QUEVIT, Michel (1986) - *“Le Pari de L’Industrialisation Rurale”*, Ed. Regionales Europeennes, Genève.

- REIS, José (1992) - *“Os Espaços da Indústria. A Regulação Económica e o Desenvolvimento Local em Portugal”*, Edições Afrontamento.
- RIBEIRO, Orlando (1954) - *“Portugal e o Algarve: Singularidade de Um Nome de província”*, Centro de Estudos Filológicos, Lisboa.
- RIBEIRO, Orlando (1980) - *“Portugal - O mediterrâneo e o Atlântico”*, 4ª Edição, Col. Nova Universidade, Sá da Costa Ed., Lisboa.
- RIBEIRO, Orlando (1987) - *“A Formação de Portugal”*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa.
- ROMUS, Paul (1989) - *“Economie Regionale Europeenne”*, Presses Universitaires de Bruxelles, 5ª edição, Bruxelles.
- ROMUS, Paul (1990) - *“L’Europe Regionale”*, Collection Europe, Ed. Labor, Bruxelles.
- ROSA PIRES, Artur (1986) - *“A Pluriactividade Agrícola e as Políticas Integradas de Desenvolvimento Regional”*, in MPAT - *“O Financiamento do Desenvolvimento Regional e Local”*, Coimbra.
- ROSA PIRES, Artur (1990) - *“Aveiro. Uma Estratégia para o Desenvolvimento do Potencial Endógeno”*, Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro, Aveiro.
- ROURA, Juan Cuadrado (1988) - *“Changements dans la Distribution Spatiale de l’Activité Industrielle en Espagne”*, Revue d’Economie Régionale et Urbaine, nº 1, pp. 119 - 141.
- ROURA, Juan Cuadrado (1989) - *“Facteurs de Localisation Industrielle, Nouvelles Tendances”*, Revue d’Economie Régionale et Urbaine, nº 3, pp. 471 - 490.

- RUDY, Hoven van den; NUNES, Maria Helena (1996) - "*Desenvolvimento e Acção Social*", Edições Fim do Século, Lisboa.
- SÁ, Luís (1989)- "*Regiões Administrativas, o poder local que falta*" - Editorial Caminho, SA, Lisboa.
- SALVADOR, Regina (1993) - "*Vantagens Comparativas Reveladas: o caso da indústria algarvia*" - Universidade Nova de Lisboa, F.C.S.H., Departamento de Geografia e Planeamento Regional.
- SALVADOR, Regina (1994) - "*Dinâmica Espacial da Indústria Portuguesa (1976 - 1987)*", Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- SALVADOR, Regina (1996) - "*Geeconomia: uma crítica à representação económica dominante*", Comunicação nos «Encontros Interdisciplinares» sobre «Conceito de Representação», Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
- SALVADOR, Regina (1995) - Textos de Apoio à disciplina de *Políticas de Desenvolvimento* do Mestrado em Geografia e Planeamento Regional - Gestão do Território, FCSH, Universidade Nova de Lisboa.
- SANTOS, José (1982) - "*A Regionalização Portuguesa no Contexto Europeu*", Instituto Fontes Pereira Melo, Lisboa.
- SANTOS, José (1995) - "*Democracia, descentralização administrativa e desenvolvimento*", in 8º Congresso do Algarve, Vilamoura.
- SILVA, Manuela et all (1986) - "*Portugal Contemporâneo, Problemas e perspectivas*", INA.
- SOEIRO DE BRITO, Raquel, (direcção) (1994), "*Portugal, Perfil Geográfico*", Editorial Estampa, Lisboa.

SOUSA GOMES, António (1982) - "*Descentralização Pressuposto da Regionalização*", in Conferência Sobre Regionalização e Desenvolvimento, IED, Lisboa.

STANISLAWSKI, Dan (1963) - "*Portugal's Other Kingdom. The Algarve*", University of Texas Press.

THORNLEY, A. (1990) - "*New Citizenship*", Planning Practice and Research, Vol. 5, Nº2, pp. 30-31.

WIEHLER, Frank e STUMM, Thomas (1995) - "*Os Poderes das Autoridades regionais e locais e o seu papel na união europeia*", in Associação Portuguesa de Geógrafos - "*Ambiente e Território*", nºs 9 e 10, Lisboa.

FONTES ESTATÍSTICAS

- Recenseamento Geral da População e Habitação (1940 a 1981), Instituto Nacional de Estatística;
- Conta Regionais (1990-1992), Instituto Nacional de Estatística;
- Censos 91 - Instituto Nacional de Estatística;
- Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas de 1993, Instituto Nacional de Estatística;
- Estatísticas Agrícolas de 1994, Instituto Nacional de Estatística;
- Anuários Estatísticos da Região do Algarve de 1994 a 1996, Instituto Nacional de Estatística;
- Principais Indicadores Estatísticos (1995), Comissão de Coordenação da Região do Algarve;
- Estatísticas do Turismo (vários anos), Instituto Nacional de Estatística;



ERRATA

Após a entrega da Dissertação, foi detectada alguma incoerência em alguns parágrafos que entravam em contradição com algumas afirmações escritas posteriormente. Assim, esta errata será composta por duas partes: uma primeira, onde os parágrafos em causa são corrigidos; e uma segunda onde é apresentada uma tabela com algumas correcções globais.

Página 50 (último parágrafo e seguinte)

Assim, onde se lê:

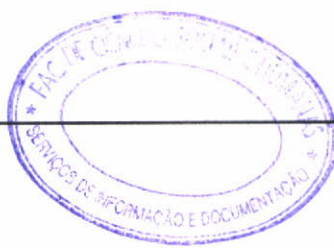
Sem dúvida que reside neste ponto a separação entre duas lógicas de conceptualização dos estímulos ao desenvolvimento. De um lado, (...) sectorial/espacial dos volumes de investimento necessários à geração de riqueza.

Dever-se-á ler:

Todavia, é necessário ter em atenção que no Século XIX e XX autores como Lösch, Ohlin, Weber, Balassa e os próprios autores do Tratado de Roma, tinham a perfeita consciência da existência de desequilíbrios, mas acreditavam que estes se iriam atenuar por si próprios. Com a não atenuação dos desequilíbrios, diferentes correntes de pensamento emergiram.

De um lado, os marxistas na linha de um pensamento de cerca de um século (como Amin, Frank, Baran, Soja, entre muitos outros), técnicos da inevitabilidade do desenvolvimento desigual, os quais acreditavam que na sociedade capitalista os desequilíbrios nunca iriam desaparecer e de outro, autores de inspiração keynesiana (Friedmann, Myrdal, Hirschman, Parroux, entre outros) que achavam que as forças de mercado só iriam agravar os desequilíbrios e que, por isso mesmo, era necessário que o Estado interviesse.

Os próprios neoclássicos (Armstrong, Taylor, como exemplo) acabariam por reconhecer o processo cumulativo dos desequilíbrios, reconhecendo que as livres



forças de mercado só poderiam corrigir os desequilíbrios daqui a muito tempo (100 ou 200 anos), à semelhança do que se passou com os desequilíbrios territoriais nos EUA.

Página 53 (último parágrafo - linha 28)

Onde se lê:

Os defensores deste postulado não acreditam, assim, nas políticas de desenvolvimento, mas sim nas tendências espontâneas do sistema,

Dever-se-á ler:

Os defensores deste postulado não acreditam, assim, nas políticas de desenvolvimento, nem nas tendências espontâneas do sistema,

Página 54 (4º parágrafo - linha 22) -

Onde se lê:

por outro lado, acreditam que o mercado livre pode levar ao equilíbrio mas que se deverá esperar pelos “efeitos de arrastamento”.

Dever-se-á ler:

acreditam que o mercado livre não leva ao equilíbrio, ainda que, possam existir “efeitos de arrastamento”.

Página 55 (2º Parágrafo - linha 17)

Onde se lê:

(KRUGMAN, 1991:26).

Deverá ser acrescentado:

De salientar que este autor embora utilize uma análise teórica e empírica típica da economia neoclássica, demonstra a inevitabilidade do aumento dos desequilíbrios em economia de livre concorrência.

ERRATA

PÁG.	LINHA	ONDE SE LÊ	DEVE-SE LER:
4	1	damaioria	da maioria
5	8	cuj a população flutuante chega a mais de 600 mil hab/km ² à população residente;	cuj a população flutuante acrescenta mais 600 hab/km ² à densidade da população residente;
9	22	(33.7% do total regional)	(33.7% do emprego total regional)
10	5	pode estar associado	e que pode estar associado
22	6	uma vez que política adoptada	uma vez que a política adoptada
33	6	Figura 1.6.	Figura 1.8.
43	4	espaço ¹	espaço ¹
43	8	“difícil conceber (...) no espaço e no tempo”	frase em itálico
53	28	nas políticas de desenvolvimento, mas sim nas tendências espontâneas do sistema	nas políticas de desenvolvimento, nem nas tendências espontâneas do sistema
74	fig.	falta nota	Nota: legenda na página 77
76	18	não fosse agrupado nesta área.	não fosse agrupado neste grupo.
76	21	demográficas situam-se	demográficas se situam
78	16	muitas das vezes	muitas vezes
79	10	“integração (...) e marginalização”	frase em itálico
80	23	“de forma decisiva (...) consideradas estratégicas”	frase em itálico
81	12	“Ilhas” caracterizam-se	“Ilhas” se caracterizam
83	12	em si, e, especial	em si, e, em especial
89	9	e todos concelhos	e todos os concelhos
92	1	esperamos contribua para algumas	esperamos que contribua para algumas
97	11	decisivo na decisão	decisivo na opção
97	15	23 factores de localização, num total de 23, constata-se que os	23 factores de localização, constata-se que os
114	quadro	(Somatório) 84,6	84,7
117	1	dissertação	Dissertação
121	7	especialização sectorial associou-se	especialização sectorial se associou
122	12	setenta, surgem	setenta, surge
123	21	apesar do potencial económico ter-se desenvolvido	apesar do potencial económico se ter desenvolvido
124	9	propõe que se analise	propõe que se analisem
126	1	políticas desde da sua entrada	políticas depois da sua entrada
126	21	factores chaves no desenvolvimento	factores chave no desenvolvimento
129	8	poder-se concluir	poder-se-á concluir
129	8	regional comunitária justifica-se	regional comunitária se justifica
131	rodapé	três novos memebros	três novos membros
135	30	determinadas área de actuação	determinadas áreas de actuação
136	11	de órgão	de órgãos
136	20	concretas das população.	concretas das populações.
138	10	foram implementadas	foi implementado
139	15	objectivos estratégicos que o PROA	objectivos estratégicos a que o PROA
158	7	seis anos deste da	seis anos desde a
177	Biblio.	letra K	deverá estar antes do L